



UNIVERSIDADE D
COIMBRA

Isabela Bentes Abreu Teixeira

A PERSISTÊNCIA DA MEMÓRIA
NARRATIVAS, SUBJETIVIDADE E URBANIZAÇÃO NO
BAIRRO LISBOETA DO CASAL VENTOSO

Tese no âmbito do Programa de Doutoramento em Sociologia – Cidades e Culturas Urbanas, orientada pelo Professor Doutor Paulo Jorge Marques Peixoto e apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Dezembro de 2022



Isabela Bentes Abreu Teixeira

A PERSISTÊNCIA DA MEMÓRIA
Narrativas, Subjetividade e Urbanização no bairro
lisboeta do Casal Ventoso

Tese no âmbito do Programa de Doutoramento em Sociologia – Cidades e Culturas Urbanas, orientada pelo Professor Doutor Paulo Jorge Marques Peixoto, apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Dezembro de 2022

Ficha Técnica:

Tipo de trabalho	Tese de doutoramento
Título	A persistência da memória: narrativas, subjetividades e urbanização no bairro lisboeta do Casal Ventoso
Autora	Isabela Bentes Abreu Teixeira
Orientador	Paulo Jorge Marques Peixoto
Identificação do Curso	Sociologia – Cidades e Culturas Urbanas
Área científica	Sociologia
Especialidade/Ramo	Sociologia
Data	2022



Agradecimentos

Gratidão é imensidão. A vida em seus métodos sutis e fascinantes levou-me a uma travessia de dimensão atlântica. Aos que me inundam a vida de regozijo: meus pais, irmãs, irmão, tias, tios, avó, sobrinhas e sobrinho, a saudade foi tormenta longe de vocês e hoje me encontro em porto seguro em vossas órbitas.

Meu agradecimento sobretudo a ela, Tássia, que não tem apenas um antropônimo que é sinônimo de afeto, mas que é também a mulher que tornou o amor possível no meio desse caos.

Aos meus companheiros/as surreais do Solar des Kapãngas que, entre viagens e sonhos, tornaram minha vida em Coimbra um berço de acalento. Nossa casa sempre será meu desejo de humanidade. Ivan, André, Gea, Sara e Carol: a distância nos separa, a saudade nos une, a memória nos habita. Um agradecimento ainda a todos/as residentes das repúblicas de Coimbra que fazem da vida nessa cidade um espaço de acolhimento e sociabilidades éticas, festivas e políticas de fundamental manutenção da nossa existência, em especial às repúblicas Rosa Luxemburgo e Ninho da Matulonia.

Aos meus parceiros e parceiras de doutoramento Carol, Bruno, Thiago, Violeta e Analice, que compartilharam cafés, alívios e angústias nesse processo de doutoramento. Às amigas que Coimbra me proporcionou como os melhores encontros: Clarissa, Anna Schuffner, Jacqueline, Andrea Aguinaga, Cíntia e Ariane - a melhor confraria de sempre no eterno Biafra Bambolê e em tantos outros becos, vielas e ladeiras dessa cidade.

Às mulheres que inspiram minha vida: Havana, Harsha, Sol, Camille, Raquel e Natália – vocês são a expressão da felicidade excelsa na minha existência.

Aos meus amigos/as parceiros do grupo de pesquisa “Violência, Trabalho e Ilegalismos”, em particular Cláudio Jesus, Thaiany Campos, Anna Elisa,

Marcelo Uchôa, Leônidas e Lorena, obrigada imensamente pelo acolhimento e receptividade de volta ao meu eterno lar: a Universidade Federal do Rio Grande do Norte e todo o seu significado de uma educação pública, de qualidade e gratuita. A todos/as discentes, docentes, técnicos/as e funcionários/as do curso de Serviço Social, hoje minha segunda graduação, por traçarem lado a lado caminhos possíveis de uma existência emancipatória.

Um agradecimento ainda aos meus professores Carlos Fortuna, Claudino Ferreira, Paula Abreu e, em especial, ao meu orientador Paulo Peixoto, à Universidade de Coimbra e à Faculdade de Economia, todos os seus funcionários/as e secretários/as, pelas possibilidades de internacionalização do saber e de amplitude do conhecimento que me foram concedidas.

Às equipes de redução de risco e minimização de danos que atuam em Portugal, em especial a *Check-in Free Mind* e a Kosmicare, pelo trabalho imprescindível realizado no país. Um abraço querido nas Joanas - Canêdo e Pereira -, mulheres incríveis que essas redes me possibilitaram conhecer. Um agradecimento às equipes que atuam igualmente na Associação Crescer pela receptividade, e por tudo que representa àqueles que atuam na atenção em saúde e assistência social às pessoas em situação de abuso de drogas.

A todos/as funcionários do Projecto Alkantara, Associação pelo direito à Habitação e à Cidade - Habita!, Gabinete de Estudos Olisiponenses e do Arquivo Municipal de Lisboa, pela disponibilidade de sempre! Sem vocês esta tese não teria sido viável de nenhuma forma.

Enfim, a todos/as àqueles/as que por mim passaram, levaram um pouco de mim e deixaram um pouco de si, muitos, inomináveis: sou porque somos!

“(...) Mas a cidade não conta seu passado, contém-no como as linhas da mão, escrito nas esquinas das ruas, nas grades das janelas, nos corrimões das escadas, nas antenas dos para-raios, nos postes das bandeiras, cada segmento marcado por sua vez de arranhões, riscos, cortes e entalhes.”
Ítalo Calvino, *Cidades Invisíveis*

Resumo

Esta tese apresenta um estudo sobre a produção memorial do bairro do Casal Ventoso, na cidade de Lisboa, demolido no ano de 1999. O bairro que ficou conhecido no país como “hipermercado das drogas”, após a demolição, passou por um processo de intervenção urbanística a partir do Programa Especial de Realojamento que deslocou os/as habitantes para os bairros da Quinta do Cabrinha, Quinta do Loureiro e Ceuta Sul entre os anos de 1999 e 2002. A produção dessa memória do antigo bairro encampada pela organização Projecto Alkantara teve como finalidade produzir uma nova identidade para os novos bairros do realojamento, como promover um processo de luto com os/as antigos/as moradores. A partir desta proposta, buscou-se a partir do estudo desta memória coletiva compreender como se processou a compreensão desta intervenção urbanística pelos/as antigos/as moradores/as do bairro, ou seja, como compreenderam as dinâmicas de urbanização no qual eles/elas estavam inseridos/as. A tese defendida é de que os habitantes do Casal Ventoso usam o passado como recurso para construir dimensões subjetivas do processo de urbanização em que estão envolvidos de modo a conferir sentido ao tempo pretérito, ao presente e sobretudo ao futuro da comunidade que integram. Os modos como esses sujeitos atribuem sentidos a estas dimensões dão conta das percepções do lugar que viveram e que vivem e disso emerge o aspeto subjetivo de um processo de urbanização que envolve estes indivíduos. A pesquisa de natureza qualitativa partiu de um levantamento bibliográfico acerca do bairro e do processo de urbanização na cidade de Lisboa, adotando como referência teórica os estudos sobre memória. Posteriormente foi realizado um levantamento documental que possibilitou sistematizar as narrativas deste projeto, assim como analisar o conteúdo de jornais publicados entre os anos de 1998 a 2020 sobre o bairro do Casal Ventoso, nos formatos impresso e digital. Foi realizado também de entrevistas de natureza semiestruturadas junto às organizações Projecto Alkantara, Associação Crescer e Habita!. Paralelamente, com base na proposta da sociologia engajada, foi realizado perifericamente uma análise bibliográfica a fim de construir residualmente uma narrativa de sujeitos excluídos deste processo memorial, e que fizeram do bairro um lugar de permanência com relações mediadas pelo consumo de drogas, inserindo a partir disto a discussão sobre o direito à memória. A abordagem desta investigação centra-se no âmbito da sociologia urbana e na análise das (micro)territorialidades para compreender a dimensão física da urbanização da cidade de Lisboa e do bairro do Casal Ventoso, entendendo este último tanto como um bairro quanto um território psicotrópico, evidenciando a partir da subjetividade o entendimento dos sujeitos acerca dos processos de intervenção urbanística em bairros degradados.

Palavras-Chave: Memória. Urbanização. Subjetividade. Drogas. Casal Ventoso.

Abstract

This thesis presents a study about the memorial production of the Casal Ventoso neighborhood, in the city of Lisbon, demolished in 1999. The neighborhood that became known in the country as "drug hypermarket", after the demolition, went through a process of urban intervention from the Special Relocation Program that moved the inhabitants to the neighborhoods of Quinta do Cabrinha, Quinta do Loureiro and Ceuta Sul between the years 1999 and 2002. The production of this memory of the old neighborhood, supported by the Alcantara Project, aimed at producing a new identity for the new resettlement neighborhoods, as well as promoting a mourning process with the former residents. Based on this proposal, the study of this collective memory sought to understand how this urban intervention was understood by the former residents of the neighborhood, that is, how they understood the dynamics of urbanization in which they were inserted. The thesis we argue for is that the inhabitants of Casal Ventoso use the past as a resource to build subjective dimensions of the urbanization process in which they are involved in order to give meaning to the past time, to the present and especially to the future of the community they integrate. The ways in which these subjects attribute meanings to these dimensions give account of their perceptions of the place they have lived and still live in, and from this emerges the subjective aspect of an urbanization process that involves these individuals. The qualitative research started with a bibliographical survey about the neighborhood and the urbanization process in the city of Lisbon, adopting as theoretical reference the studies about memory. Subsequently, a documental survey was carried out, which made it possible to systematize the narratives of this project, as well as to analyze the content of newspapers published between the years 1998 and 2020 about the Casal Ventoso neighborhood, in printed and digital formats. It was also carried out of semistructured interviews with the organizations Alcantara Project, Crescer Association and Habita! In parallel, based on the proposal of engaged sociology, it was peripherally performed a bibliographic analysis in order to residually build a narrative of subjects excluded from this memorial process, and that made the neighborhood a place of permanence with relationships mediated by drug use, inserting from this the discussion about the right to memory. The approach of this research focuses on the scope of urban sociology and the analysis of (micro)territorialities to understand the physical dimension of the urbanization of the city of Lisbon and the neighborhood of Casal Ventoso, understanding the latter both as a neighborhood and as a psychotropic territory, highlighting from subjectivity the subjects' understanding about the processes of urban intervention in run-down neighborhoods.

Key-words: Memory. Urbanization. Subjectivity. Drugs. Casal Ventoso.

Lista de Siglas

AML - Área Metropolitana de Lisboa
APDES - Agência Piaget para o Desenvolvimento
AUGI - Áreas Urbanas de Génese Ilegal
BIP / ZIP - Bairros e Zonas de Interesse Prioritário
CDT - Comissão de Dissuasão da Toxicodependência
CEE - Comunidade Económica Europeia
CML - Câmara Municipal de Lisboa
ENLCD - Estratégia Nacional de Luta contra a Droga
GEBALIS - Gestão do Arrendamento da Habitação Municipal de Lisboa GNR -
Guarda Nacional Republicana
GEO - Gabinete de Estudos Olisiponenses
GRCV - Gabinete de Reversão do Casal Ventoso
HIV - Human Immunodeficiency Virus
IDT - Instituto da Droga e Toxicodependência
PER - Programa Especial de Realojamento
PIC - Programa de Iniciativa Comunitária
PJ - Polícia Judiciária
PSP - Polícia de Segurança Pública
PUA - Plano de Urbanização de Alcântara
RRMP - Redução de Risco e Minimização de Danos
SAAL - Serviço de Atenção Ambulatório Local
SICAD - Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas
Dependências
SIDA - Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
UE - União Europeia
UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

Índice

Agradecimentos.....	i
Resumo	v
Abstract	vii
Lista de Siglas	ix
Introdução	1
Trajétórias Metodológicas	4
Organização da Tese	6
Capítulo 1 – Estudo das cidades, objeto da sociologia	9
1.1 - Os primórdios da Sociologia Urbana	11
1.2 - A Escola de Chicago e a institucionalização da Sociologia Urbana	17
1.3 - Sociologia Urbana na perspetiva marxista	21
1.4 - Estudos da Metrópole e as (Micro)territorialidades	25
Capítulo 2 – Construir, demolir, reconstruir: nos meandros da urbanização lisboeta ..	27
2.1 - O Vale do Alcântara e o surgimento do bairro do Casal Ventoso	42
2.2 - Territórios Psicotrópicos: a produção do espaço estigmatizado do Casal Ventoso	48
2.3 - O Programa Especial de Realojamento - PER do Casal Ventoso	56
2.4 - Estudos sobre bairros: uma abordagem sociológica	61
Capítulo 3 – As memórias do Casal Ventoso: reminiscências de um bairro desaparecido	67
3.1 - Projeto BIP/ZIP “Memórias do Casal Ventoso” e “Casal Ventoso Sempre”	70
3.2- Núcleo Interpretativo do Casal Ventoso: as falas dos realojados	76
3.2.1 - Entrevista a Maria dos Anjos Baldroega	76
3.2.2 - Entrevista a José Santos	78
3.2.3 - Entrevista a Henrique Duarte	80
3.2.4 - Entrevista a Edmundo Glória Gomes	81
3.2.5 - Entrevista a Victor Relvas	81
3.2.6 - Entrevista a Gabriela Miranda	84
3.2.7 - Entrevista a Paulo Morão	88
3.2.8 - Entrevista a António Augusto Fernandes Matos	88
3.3 - A memória é uma ilha de edição I: as memórias bibliográficas do Casal Ventoso	91
3.4 - A memória é uma ilha de edição II: as memórias mediáticas do Casal Ventoso	100
Capítulo 4 – Dar a fuga às lembranças: as memórias deterioradas do Casal Ventoso	111

4.1 - Memórias Ilegais I: As famílias-seitas do Casal Ventoso.....	120
4.2 - Memórias Ilegais II: Traficantes e Consumidores/as.....	122
4.3 - Imaginários Socio-discursivos: os herdeiros do estigma de uma identidade deteriorada.....	134
Capítulo 5 – A persistência da memória: elementos para uma reflexão sociológica das lembranças.....	143
5.1 - A construção social da memória: elementos para teorizar sobre as lembranças.....	146
5.2 – Os sujeitos e a dimensões do conflito na produção da memória	155
5.3 - Conflitos na construção em torno da memória: quem lembra e quem tem legitimidade de lembrar?.....	158
5.4 - Protagonistas das lembranças do Casal Ventoso: memórias e identidades do bairro	163
Capítulo 6 – Memórias e Produção da Subjetividade Urbana	171
6.1 - Subjetividade, Modos de Subjetivação e noção de sujeito.....	172
6.2 - As narrativas coletivas e processos de urbanização do Casal Ventoso	179
6.3 - Memórias Urbanas e Modos de Subjetivação: os sujeitos das lembranças do Casal Ventoso.....	191
Considerações Finais	197
Referências bibliográficas.....	213
Referências Mídia Impressa	220
Referências Mídia Digital.....	221
Documentos Audiovisual	223
Anexos.....	227
Anexo A - Guião de Entrevista.....	227
Anexo B - Guião de Entrevista.....	228
Anexo C - Guião de Entrevista.....	229
Anexo D – Memórias de pesquisadora, lembranças da investigação.....	230

Índice de Figuras

Figura 1: Gravura alemã do séc.XVIII da colecção “Augsburgische Sammlung” ilustrando o antes e depois do terramoto, de 1755, de Lisboa. Fonte: Museu da Cidade	28
Figura 2: Bairro Social do Arco do Cego, entrada. Fonte: Eduardo Macedo Portugal / Arquivo Municipal de Lisboa (1942)	32
Figura 3: Bairro de Casas Económicas, junto do Encanamento da Ribeira de Alcântara. Fonte: Beloniel / Arquivo Municipal de Lisboa (195-)	33
Figura 4: Desenho arquitetónico para construção de casas desmontáveis, em Chelas, por Eduardo Abranches de Magalhães. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa. (1966).	35
Figura 5: Panorâmica do Parque das Nações - Expo 98. Fonte: Artur Pastor / Arquivo Municipal de Lisboa (1998).	37
Figura 6: Protesto em defesa da habitação social. Fonte: Arquivo de Imagens Habita! (Facebook) (2012).....	39
Figura 7: Despejo durante a demolição do bairro Estrela de África (2016). Protesto em defesa da habitação social. Fonte: Arquivo de Imagens Habita! (Facebook) (2012).....	40
Figura 8: Panorâmica a partir da rua Maria Pia sobre a estação Ferroviária de Alcântara-Terra. Fonte: Eduardo Portugal / Arquivo Municipal de Lisboa (1936)	44
Figura 9: Casal Ventoso. Fonte: Artur João Goulart / Arquivo Municipal de Lisboa (1966).....	46
Figura 10: Construção Avenida Ceuta. Fonte: Horácio Novais / Arquivo Municipal de Lisboa (1949).	48
Figura 11: Toxicodependência no Casal Ventoso. Fonte: Carlos Gil / Arquivo Municipal de Lisboa (1999)	51
Figura 12: Cena de consumo de drogas na Rua Maria Pia. Fonte: Gabinete de Reconversão do Casal Ventoso	55
Figura 13: Zona Urban Vale do Alcântara (em azul), sobrepondo a identificação da delimitação do Casal Ventoso. Fonte: Programa de Iniciativa Comunitária Urban II: Vale do Alcântara.	57

Figura 14: Demolição de barracas do Casal Ventoso. Fonte: Gabinete de Reconversão do Casal Ventoso.	59
Figura 15: Panorâmica dos bairros do realojamento. Fonte: Gabinete de Reconversão do Casal Ventoso.	60
Figura 16: Pátio interno do prédio da Quinta da Cabrinha. Fonte: Acervo Pessoal.	61
Figura 17: Cartaz Projeto Bip/Zip Memórias do Casal Ventoso 2018, Projeto Alcantara. Fonte: Acervo Pessoal	71
Figura 18: Panfleto Projeto Bip/Zip Memórias do Casal Ventoso 2018, Projeto Alcantara. Fonte: Acervo Pessoal	75
Figura 19: Carteira de Filiados da Associação de Futebol do Lisboa. Fonte: Núcleo Interpretativo do Casal Ventoso	99
Figura 20: Matéria “Casal Ventoso: as saudades que as máquinas não demoliram”, publicada em 27/05/2019. Fonte: Notícias Magazine. Fotos: Orlando Almeida	137
Figura 21: Matéria “Não basta deitar um bairro abaixo para a droga desaparecer”, dia 05/02/2019. Fonte: Diário de Notícias. Fotos Gonçalo Villaverde	138
Figura 22: "A persistência da Memória", de Salvador Dali. Fonte: WikiArt (1931)	147
Figura 23: Cartaz filme Amarcord (Federico Fellini). Fonte: imdb (1973)	148

Introdução

A presente tese tem como universo de estudo a produção de memória de bairros degradados, com foco na cidade de Lisboa, mais especificamente no desaparecido bairro do Casal Ventoso que passou pelo Programa Especial de Realojamento a partir de 1999 com o desmantelamento do bairro. A produção desta memória encampada pelo Projeto Alcantara, uma associação de luta contra a exclusão social que tem domicílio na Quinta do Cabrinha, realizada nos anos de 2017 e 2018 buscaram, segundo o projeto, tem a finalidade de construir as identidades dos/as novos/as moradores/as nos bairros realojados, assim como promover uma espécie de luto pela demolição do Casal Ventoso.

O Casal Ventoso, bairro que ficou conhecido por ser o maior “hipermercado das drogas” da Europa e que por isso foi analisado em recorrentes pesquisas sobre consumo de drogas em Portugal, surgiu em 1837 como um resultado de fluxos migratórios do interior do país, ficava localizado na encosta do Vale do Alcântara, e tornou-se um território que conjugava uma série de problemáticas de natureza urbana, social e econômica que era percebido como umas das zonas da Área Metropolitana de Lisboa mais problemáticas da cidade. O cenário urbano degradado, a precariedade habitacional, as baixas taxas de escolaridade, alto índice de desemprego, a criminalidade e o consumo de drogas fazia do Casal Ventoso e de seus habitantes um segmento mais vulnerável dentro dos processos de exclusão social. O Programa Especial de Realojamento financiado pelo Projeto de Iniciativa Comunitária (PIC) Urban iniciou o processo de desarticulação entre os anos de 1999 a 2002 no qual 3653 habitantes do bairro foram realojados (Projecto Alcantara, 2001).

Esta investigação é fruto de preocupações de investigações anteriores que tinham como norte os estudos sobre os territórios urbanos das drogas ou, na expressão de Luis Fernandes (1997), territórios psicotrópicos, que fazem parte dos cenários urbanos e, recorrentemente, são alvos de ações de intervenções urbanísticas com finalidades de desmantelamento destes espaços. Estes territórios que são alvos preferenciais de ações de intervenção urbanística normalmente são aqueles identificados com bolsões de pobreza, com populações de baixa renda, habitações precarizadas, porém que estão em regiões centrais da cidade que, por sua vez, são alvos preferenciais do capital

especulativo imobiliário. Entretanto, ainda que a preocupação de investigações anteriores tenham sido as dinâmicas destes territórios a partir das trajetórias de usos, da definição destes espaços nas cidades, das sociabilidades mediadas pelo uso de psicoativos tornados ilícitos, a abordagem eleita para esta pesquisa intenta perceber o outro lado da moeda destes espaços que, não sendo espaços homogêneos, são produzidos a partir de sujeitos e da sua distinção com o outro, mas também na interface com ele.

Compreendendo o ineditismo do projeto na produção de memórias sobre populações historicamente marginalizadas após um processo de requalificação e revitalização que foi responsável pela demolição de um bairro inteiro, chamou atenção em perceber o que essas falas estavam expressando, principalmente em se tratando de um bairro que foi produzido imageticamente como um espaço em que apenas as dinâmicas ilícitas eram definidoras de sua identidade. Essas narrativas expressaram falas de seus cotidianos, suas habitações e formas de construção de seus lares, o mundo do trabalho no Casal Ventoso, festejos, as coletividades, as relações de proximidade de vizinhança, as ações de solidariedade entre si.

Por outro lado, ao dissecar esta memória percebeu-se que na construção dela uma narrativa foi propositalmente excluída, narrativas memoriais que não incluíam aqueles que incluíam o Casal Ventoso nas trajetórias de uso-venda compra de substâncias tornadas ilícitas, as memórias dos usuários/as de drogas. Ainda que estas narrativas tenham sido excluídas como uma forma de esquecer esse passado, ou de não reivindicar esta identidade, a mídia desempenhou um papel fundamental em perpetuar essa identidade ao bairro através de um processo de privatização da memória, de eles contarem essa história sob a perspectiva da imprensa sobre o que viam, mas que não viviam.

A produção desta memória em particular suscita elementos de uma representação simbólica do cotidiano, das formas como esses antigos habitantes deram (e dão) sentido às vidas no interior do Casal Ventoso, cuja representatividade toma sentido de um aparato subjetivo que define e diferencia esse grupo particular de sujeitos em detrimento de outros agrupamentos que permearam o bairro. Esta ligação subjetiva dos sujeitos com o espaço físico por meio destas representações simbólicas aponta para um elo afetivo entre esses sujeitos e o seu bairro, e esta relação é um dos elementos constitutivos que

alicerça as relações sociais deste território. Compreendendo que este espaço urbano é o lugar físico que se concretiza as vidas cotidianas destes sujeitos, este é também o espaço onde se realizam as possibilidades do sujeito em sua dimensão identitária, de pertencimento.

Sendo a memória coletiva, portanto, uma produção social estabelecida a partir de relações entre sujeitos e de suas vivências em um determinado lugar, ela torna-se elemento privilegiado no campo das representações simbólicas uma vez que se constrói uma forma de dar sentido a um passado em comum, que é compartilhado, que tem origem no sujeito (que aqui é o sujeito coletivo) em um determinado espaço e tempo e refere-se a um objeto em particular. Entende-se por representação a tradução psíquica da percepção de uma realidade exterior, e que se expressa através de imagens e discursos sobre uma determinada realidade (LeGoff, 1995), e ela é simbólica pois trata-se de uma dimensão subjetiva em que lhe é atribuída uma valoração, um sentido particular, um significado, e que serve de intermédio entre o mundo interior e o exterior.

Compreendendo as múltiplas funcionalidades das memórias como um exercício narrativo que é colocado a serviço da formulação identitária de uma comunidade (Ricoeur, 2007), assim como de responder à objetivos socioculturais a exemplo de enraizar os habitantes nos bairros que evoluem muito depressa (Candau, 2005), a pergunta de pesquisa se define com base no seguinte interrogante: como os habitantes do Casal Ventoso usam a memória para definirem representações simbólicas que torna inteligíveis as dinâmicas de urbanização em que se encontram?

A tese defendida é de que os habitantes do Casal Ventoso usam o passado como recurso para construir dimensões subjetivas do processo de urbanização em que estão envolvidos de modo a conferir sentido ao tempo pretérito, ao presente e sobretudo ao futuro da comunidade que integram. Os modos como esses sujeitos atribuem sentidos a estas dimensões dão conta das percepções do lugar que viveram e que vivem e disso emerge o aspecto subjetivo de um processo de urbanização que envolve estes indivíduos.

O objetivo geral da investigação é compreender como a memória definiu representações simbólicas que tornaram compreensíveis as dinâmicas subjetivas de urbanização do bairro do Casal Ventoso. Para alcançar este objetivo foi analisado o processo de urbanização da cidade de Lisboa,

verificando as condições materiais que forjaram o surgimento do bairro do Casal Ventoso, que serve para compreender não apenas como o cenário das práticas sociais, mas percebê-lo como lugar da experiência cotidiana, como dimensão física onde se expressará a dimensão subjetiva da urbanização; identificou-se de que forma a memória se constrói socialmente como um instrumento de representação simbólica a fim de estabelecer aproximações com a dimensões da subjetividade do indivíduo; e, por fim, objetivou-se traduzir as memórias narradas dos/as antigos/as moradores como expressão deste aspeto subjetivo.

Trajetórias Metodológicas

A investigação centra-se em uma análise documental e em uma abordagem qualitativa do método, com foco não na quantidade ou descrição dos dados que foram recolhidos, mas na relevância das informações que esses dados trazem a partir de uma leitura destas fontes. O trabalho realizado com os documentos consistiu em dois momentos distintos: o primeiro momento de coleta de documentos no Gabinete de Estudos Olisiponenses (GEO), Arquivo Municipal de Lisboa, Projeto Alcantara e o Núcleo Interpretativo do Casal Ventoso, além da utilização de sites de busca em jornais digitais em Portugal. Apesar das narrativas centrais serem do projeto “Memórias do Casal Ventoso”, recorrer aos acervos jornalísticos lisboetas sobre o bairro conferiu uma ampliação destas narrativas, conferindo uma pluralidade de falas que constroem essas narrativas. Um segundo momento deu-se através da análise de conteúdo dos documentos recolhidos nestas instituições e plataformas. No GEO, ao começar o mecanismo de busca do “Casal Ventoso”, apareceu 239 itens relacionados, em que foram fotocopiadas 27 matérias que seriam relevantes para a pesquisa. Nos acervos digitais foram encontradas 1630 referências e apenas 24 matérias foram aproveitadas. No Arquivo Municipal de Lisboa foram recolhidas 157 imagens que diziam respeito ao tema não apenas do Casal Ventoso, mas de outros processos de urbanização de Lisboa que contam imagetivamente a história da cidade e também do bairro. Através do Núcleo Interpretativo do Casal Ventoso foi possível obter o acesso a 16 entrevistas disponibilizadas em material audiovisual, e os acervos bibliográficos dois livros foram centrais, ambos de autoria de Miguel Chaves: “Casal Ventoso revisitado” (2019) e “Casal Ventoso: da gandaia ao

narcotráfico” (2013), ambos trabalhos que tratam exaustivamente sobre as dinâmicas do bairro e suas memórias.

A coleta dos documentos com base nos objetivos e propostas da investigação foi a seleção dos materiais que seriam relevantes para a pesquisa onde foram eleitos temas que apresentassem o Casal Ventoso como elemento central através das palavras-chave memórias, narrativas, urbanização, toxicodependência e realojamento. As matérias e reportagens acerca de prisões, incêndios, acidentes automobilísticos, lançamentos de projetos imobiliários foram descartados da análise por questões de objetividade na pesquisa a fim de gerenciamento do tempo e a própria relevância do material, consistindo em uma pré-análise compreendendo justamente a multiplicidade e diversidade de documentos que são gerados nesta busca. Concebeu-se como documentos nesta investigação matérias jornalísticas impressas e digitais, entrevistas e material de natureza audiovisual e bibliográfico, compreendendo que documentos é toda produção realizada por sujeitos que apontam evidências de atos que desvelam ideias, opiniões, e formas de atuar e viver (Bravo, 1991), que não conta apenas com a sua descrição, mas também “aquele tipo de observación que versa sobre todas las realizaciones sociales y las ideas humanas o son producto de la vida social y, portanto, encuan to registran o reflejan esta, pueden ser utilizados para estudiarla indirectamente” Bravo (1991, p. 283).

A análise dos dados obtidos e sua interpretação a partir da análise de conteúdo foi perceber o que estava para além daquelas narrativas expostas, indo para além da aparência apresentada nos escritos, compreendendo que a análise de conteúdo é um recurso por excelência da análise documental uma vez que trata das formas de comunicação que o sujeito estabelece em sociedade. A partir de um exame no material recolhido, as unidades de análise eleitas para compreender as narrativas apresentadas foram: realojamento, coletividades, drogas, habitação e relações sociais. Estes seis elementos foram escolhidos não de maneira aleatória, mas porque foram os que apresentaram de forma mais recorrente nos documentos apreciados. A partir desta recolha de material, seleção e sistematização de dados a partir das análises de conteúdo é que a investigação foi construída.

Ainda foram realizadas três entrevistas semiestruturadas: junto à organização Habita para compreensão contextual da dimensão física do espaço

da urbanização lisboeta, entendendo que estes atuam na construção pelo direito à moradia, um dos problemas urbanos mais recorrentes em distintas realidades; uma outra realizada junto ao Projecto Alcantara com finalidade de perceber de que forma se deu o processo de construção de memória, suas intenções, dentre outras informações acerca do processo de realojamento do Casal Ventoso; e uma terceira entrevista realizada junto à Associação Crescer dimensionar a questão das drogas no antigo bairro, assim como perceber como o problema da droga foi gerido no âmbito do Casal Ventoso e para além dele.

Organização da Tese

A tese é apresentada em seis capítulos dividida em duas partes. A primeira parte trata da urbanização física de Lisboa e do bairro do Casal Ventoso, assim como o realojamento e abriga os capítulos um e dois. O primeiro capítulo trata de um levantamento acerca das preocupações teórico-metodológicas que orientou a formulação da cidade enquanto objeto de pesquisa definindo-a enquanto uma sociologia urbana. O intento de produzir este capítulo não serviu apenas como uma necessidade pedagógica de uma compreensão sistematizada sobre os estudos urbanos na perspectiva sociológica, mas de situar esta pesquisa epistemologicamente e apresentar a proposta de análise de (micro)territorialidades no âmbito da investigação.

O segundo capítulo trata da abordagem histórica do processo de desenvolvimento urbano de Lisboa, traçando em paralelo a dimensão habitacional em uma cidade em expansão, para compreender quais dinâmicas sociais, econômicas, políticas e sociais influenciaram e determinaram urbanisticamente o surgimento do bairro do Casal Ventoso. A partir da consolidação do bairro discute-se ainda duas propostas analíticas: uma de compreendê-lo enquanto bairro, e uma outra de compreendê-lo enquanto um território psicotrópico.

A segunda parte trata da dimensão subjetiva da urbanização e começa com o terceiro capítulo e segue até o sexto capítulo. O terceiro capítulo trata do projeto “Memórias do Casal Ventoso”, a elaboração do projeto e seus objetivos, assim como as entrevistas realizadas transcritas. As falas foram recolhidas do

livro “Casal Ventoso Revisitado”, de autoria de Miguel Chaves e Patrícia Pereira, que é o resultado desse projeto memorial reunidos nesta obra. Ainda neste capítulo são resgatadas as memórias jornalísticas tanto em material impresso quanto virtual sobre o bairro.

O quarto capítulo apresenta o Casal Ventoso como um território psicotrópico, dimensão excluída dos processos de construção memorial da proposta do projeto desenvolvido já citado, suas dinâmicas sociais de enraizamento no bairro, os atores sociais mobilizados, e a territorialização dos mercados ilícitos. Para além de expor essa dimensão que faz parte historicamente de uma atribuição dada ao Casal Ventoso, vem imbuída do fazer sociológico engajado, da possibilidade de registo científico de dar voz àqueles/as permanentemente excluídos e estigmatizados.

O quinto capítulo traz o resgate sobre dos estudos sobre a memória social e coletiva, como se compreende a partir da dimensão sociológica a substância da subjetividade, como esta se conforma, o que ela representa em termos de constituição dos sujeitos que estão envolvidos neste processo de resgate do tempo pretérito, e como essa subjetividade conforma uma certa identidade coletiva de um agrupamento muito particular.

O sexto capítulo apresenta os rumos de um urbanismo de natureza ortodoxa, fundamentado na obra da Jane Jacobs “Morte e Vida nas cidades”, referenciando teoricamente o processo vivido pelo Casal Ventoso após o seu realojado, após analisar as narrativas dos sujeitos envolvidos no processo de realojamento.

A conclusão apresenta as principais ideias abordadas em todos os capítulos e confirma a hipótese levantada inicialmente apresentando de que forma os/as antigos/as moradores/as utilizaram a memória como recurso para construção de uma subjetividade capaz de dar sentido à comunidade e, ao atribuir este sentido através de representações simbólicas expressas através das memórias, possibilita a emergência do aspeto subjetivo do processo de urbanização no qual foram inseridos.

Os anexos apresentados tratam de três guiões de entrevistas realizadas, e ainda apresenta as memórias da pesquisa, os trajetos metodológicos percorridos para chegar até esta investigação em particular, compreendendo desde o início da investigação até seu findar.

Capítulo 1 – Estudo das cidades, objeto da sociologia

Optar por iniciar os escritos desta investigação em um capítulo a fim de situar qual base epistêmica se desenvolve esta abordagem é uma opção de ordem metodológica, onde situa toda a discussão que cabe dentro da ciência social que estuda as cidades e a definem enquanto objeto. Compreender, portanto, as discussões que são feitas pela sociologia, em particular a sociologia urbana, é uma lente de observar as cidades em suas múltiplas dimensões. Enveredar, portanto, em compreender a noção de “cidade”, vai lembrar Malcolm Miles (2007) na obra *Cities and Cultures* é traduzir a incerteza teórica acerca da dimensão do conceito de cidade. A multiplicidade de concepções e estudos que identificam uma certa natureza capaz de definir o que vem a ser cidade e o que faz de a cidade ser cidade aponta para uma multiplicidade de fatores e observações empíricas que acabam por formular noções fragmentadas de uma totalidade dominada por relações de poder, negociação de conflito, numa dimensão globalizada e capitalista da realidade social. Com o desenvolvimento dos estudos urbanos, a partir de um momento de consolidação epistemológica acerca dos métodos de análise de estudos, abriu-se um leque de possibilidades de estudos como, por exemplo, as abordagens de gênero a partir de uma perspectiva feminista, assim como análises estruturalistas baseadas na complexidade das novas relações de trabalho e de poder estabelecidas nos centros urbanos.

Segue-se aqui a sugestão dada por Fortuna (2002) de uma transformação epistêmica e uma transição de paradigmas no campo do conhecimento da sociologia sobre as cidades, portanto, nos instrumentos da análises, processos e teorias que orientem a atuação daqueles que constroem as cidades, implica em inverter os sentidos de análise que se percebam a ela de “baixo para cima e das margens para o centro” (Fortuna, 2002, p.129). A proposta desta investigação, surfando na sugestão dada pelo autor, que a análise não se dê apenas de baixo para cima e das margens para dentro, mas também de dentro para fora, que aqui será expressa através da subjetividade exteriorizada através das narrativas da memória coletiva.

Entretanto, assumindo uma proposição de natureza um tanto pedagógica para compreensão não apenas da cidade, mas da própria noção de metrópole, o resgate dos teóricos da sociologia urbana orienta o percurso através de uma definição que também é temporal a partir do início do século XX até meados dos anos de 1930, e um segundo momento que se estabelece dos anos 1960 até a contemporaneidade. Esta definição orienta não apenas a produção teórica, mas representa igualmente a reflexão do desenvolvimento daquilo que é objeto por excelência da sociologia urbana. Estes recortes temporais sinalizam as profundas transformações que implicaram diretamente nas dinâmicas sociais a partir não apenas do crescimento das cidades e da irrefreável urbanização, mas também do monopólio da expertise e da intervenção dos urbanistas e arquitetos no espaço urbano, os processos de desindustrialização e desindustrialização, o desenvolvimento de tecnologias que comprimem a dimensão tempo-espaço e desterritorializam os processos produtivos e de comunicação, a expressão cultural da velocidade e mobilidade e a transformação de espaços em lugares de passagem que influem diretamente na dimensão da memória, a mundialização financeira, a globalização da cultura e as formas contra-hegemônicas de valores, identidades e comunidades, a urbanização da injustiça como consequência da ampliação das privatizações de lugares e patrimônios, assim como a retração dos espaços de convívios (Fortuna, 2002).

Neste sentido, Fortuna (2002, p.129) em uma visão propositiva sobre os rumos da sociologia urbana, e que tentará ser percorrida nesta investigação, compreendendo toda uma dimensão histórica do desenvolvimento das cidades e, portanto, da sociologia urbana também, reflete que

Ser capaz de ler sociologicamente a cidade do avesso é sustentar que, com o *cultural turn* dos anos 80 (Chaney, 1994), o velho grito de Lefebvre sobre o “direito à cidade” está hoje assegurado. Mas é incompleto e é preciso dar-lhe consistência e juntar-lhe o direito à diferença. É aceitar que, em democracia, a cidade concede liberdade. Mas que é preciso juntar-lhe criatividade. É defender que a política está presente na cidade, mas que é preciso reinventá-la para a aproximar da velha e abstracta polis, da participação cívica e da garantia dos direitos de cidadania. É admitir que, além da sua forma, da sua estética, do seu uso e função, a arquitectura deve também re-imaginar-se na sua relação com o espaço, o tempo, os sentidos e as pulsões da cidade. É indispensável reconhecer que nem o espaço é monolítico nem o tempo absoluto e linear. Por estas razões, ler sociologicamente a cidade de “baixo para cima” e “das margens para

o centro” é, numa palavra, reinventar o sentido do acto e do espaço público, participado e democrático. É imaginar a conjugação da cidade com a “não” -cidade e ousar vivê-la.

1.1 - Os primórdios da Sociologia Urbana

Se é possível estabelecer um marco histórico do desenvolvimento das teorias no campo da cidade, ainda que compreendendo que o próprio nascedouro da sociologia é no berço urbano, a obra de Friedrich Engels “A situação da classe trabalhadora na Inglaterra”, em 1845, ao apresentar as condições de trabalho na nova emergente classe operária, mas também trabalhadores de minas, trabalhadores agrícolas, retratando a forma na qual a burguesia organizava a exploração da classe trabalhadora não apenas através da extração de uma mais-valia associada às condições laborais precárias e insalubres, mas também a partir da cobrança elevada de aluguéis de moradias. Esse reflexo era o que representava as cidades industriais do século XIX na Europa: um espaço onde o capitalismo estabeleceu suas bases e consolidou-se enquanto modo de produção hegemônico.

As cidades neste período refletia não apenas o processo de industrialização por si, mas a chegada de levas de migrantes do campo para o meio urbano que, expulsos e desapropriados de suas terras, chegavam nestes lugares para compor a mão de obra industrial que definiu, por sua vez, o perfil destas cidades em particular, habitando os locais próximos das fábricas nos centros das cidades, enquanto os proprietários situavam-se nas periferias das cidades, distantes das fábricas, em locais mais arborizados, com menos trânsito de pessoas, mais limpos. Neste cenário, que será radicalmente transformado posteriormente, já se estabelecia no cenário urbano as distinções de classe mediante a territorialidade da cidade. Uma outra dimensão explorada na obra de Engels trata dos deslocamentos da cidade, implicada em utilização de meios de transporte da época que estimulou a criação de redes de comércio, intensificando os mecanismos de trocas e, portanto, ampliando as fronteiras da cidade.

A preocupação de Engels ainda se estende nesta publicação da sua obra sobre o meio urbano quando dedica um capítulo que vai denominar de “Grandes

Cidades”, refletindo as transformações urbanas em Londres observando que a tendência da concentração de pessoas em um determinado espaço resulta igualmente em uma concentração de poder, fazendo da cidade um lugar de poder exacerbado frente a qualquer outro lugar de aglomerações humanas. Com vistas nisto Engels afirmou que

Uma cidade como Londres, onde podemos andar horas sem sequer chegar ao princípio do fim, sem descobrir o menor indício que assinala a proximidade do campo, é realmente um caso singular. Esta enorme centralização, este amontoado de 3,5 milhões de seres humanos num único lugar, centuplicou o poder destes 3,5 milhões de homens. Ela elevou Londres à condição de capital comercial do mundo, criou docas gigantescas e reuniu milhares de navios, que cobre continuamente o Tâmesa (Engels, 1985, p.35)

Ainda que Engels estivesse preocupado em compreender a dimensão da classe trabalhadora, das distinções de classe que definiam as dinâmicas da cidade, a cidade era cenário da realização do capitalismo e suas várias contradições. O foco do trabalho era a situação da classe trabalhadora, como já exposto no título da obra, e a realidade vivida por esta classe em particular para “sacrificar a melhor parte da sua condição de homens para realizar milagre da civilização que a cidade é fecunda” (Engels, 1985, p.36).

A partir desta obra Engels se estabelece os pressupostos que vão dar sustentação para compreensão do desenvolvimento da sociologia urbana principalmente analisando os métodos empregados pelo autor como análises estatísticas, fontes bibliográficas colhidas em jornais, entrevistas, pesquisa *in loco*, e a própria construção da ideia dos bairros que têm uma imagem de “degradados”, com má reputação, associado recorrentemente aos bairros operários, e que é o objeto inclusive desta investigação.

O século XX inaugura, portanto, uma abordagem significativa para os estudos da sociologia urbana que é tomado como referência até a contemporaneidade. George Simmel, em 1902, a partir de sua conferência intitulada “A metrópole e a vida mental” em uma perspectiva mais subjetiva que aqui nesta investigação ganha contornos de destaque, uma vez que aborda a compreensão do campo psicológico nas metrópoles em relação ao comportamento dos indivíduos. Tratando das transformações dos moradores das cidades pela condição que este espaço produzia e impunha a seus

habitantes, a ideia de liberdade individual e sua preservação é tomado como um dos pilares de sua abordagem, compreendendo que as pressões sociais e as normas estabelecidas geram um processo de contradição que se percebe entre a coletividade e a dimensão particular dos indivíduos. O processo de especialização que a cidade condicionou aos indivíduos fez com que estes tornassem singulares e, portanto, peças de uma engrenagem cidadina imprescindíveis ao mesmo tempo que dependentes um do outro. Essa compreensão funcionalista da interdependência sinaliza que ao mesmo tempo que se goza de uma liberdade individual e que esta é necessária, ela também confisca o conhecimento e os instrumentos que tornam a vida independente. Ele vai sinalizar para esta perspectiva afirmando que

A pessoa resiste a ser nivelada e uniformizada por um mecanismo sociotecnológico. Uma investigação que penetre no significado íntimo da vida especificamente moderna e seus produtos, que penetre na alma do corpo cultural, por assim dizer, deve buscar resolver a equação que estruturas como a metrópole dispõe entre os conteúdos individual e superindividual da vida. Tal investigação deve responder à pergunta de como a personalidade se acomoda nos ajustamentos às forças externas (Simmel, 1973, p.12)

Ainda com base na ideia da metrópole e sua expressão subjetiva, para Simmel, esta produz excessos de estímulos que condiciona aos indivíduos um desgaste nervoso que conduzem a uma racionalização destes impulsos sensoriais exteriores, diferentemente da vida no campo em que as emoções e os afetos são mais permeáveis frente a um espaço onde a vida passa-se de forma mais lenta. De uma forma rudimentar é possível dizer que a distinção entre o campo e a cidade, segundo Simmel, seriam os espaços privilegiados do coração e cérebro, respetivamente; no campo sente-se, na cidade racionaliza-se, como afirma o autor mostrando que

A vida metropolitana, assim, implica uma consciência elevada e uma predominância da inteligência no homem metropolitano. A reação aos fenômenos metropolitanos é transferida àquele órgão menos sensível e bastante afastado da zona mais profunda da personalidade. A intelectualidade, assim, se destina a preservar a vida subjetiva contra o poder avassalador da vida metropolitana. E a intelectualidade se ramifica em muitas direções e se integra com numerosos fenômenos discretos (Simmel, 1973, p.13)

A paralisação dessas capacidades afetivas, assim como a exacerbação das racionalidades que expressam formas de comportamento do sujeito na metrópole, e que são formas de se viver na metrópole, vai ter o dinheiro como o articulador capaz de ordenar esse comportamento, trazendo ainda a questão da atitude blasé como fenômeno psíquico da indiferença de forma inconsciente, em que a perseguição da busca pelo prazer conduz o indivíduo a esse comportamento diante da agitação dos seus nervos por um longo período que acabam, em um determinado momento, por cessar seus efeitos. A atitude blasé seria, para Simmel, não apenas a indiferença, mas um mecanismo de defesa frente a multiplicidades de estímulos da vida na metrópole.

Estes mecanismos de reações típicas da metrópole, que Simmel chamou atenção por sua vez à atitude blasé, é percebida em outras abordagens típicas da metrópole. Walter Benjamin, baseando sua análise na obra de Charles Baudelaire, concebe o homem *flâneur*, aquele que percorre as ruas de Paris com o intuito de olhar a cidade, de caminhar na multidão e perceber os fenômenos próprios da modernidade, o homem *flâneur* como um personagem que caminha nesta multidão, mas que se diferencia nela, que não é indiferente, que a profusão de estímulos na verdade faz parte da sua condição de ator e espectador do espaço urbano, que experimenta e vive a cidade. Esses dois paralelos traçados tanto na obra de Simmel quanto de Benjamin assinalam para um traço marcante da metrópole: este espaço concentrador de pessoas, bens e riquezas remodelou objetivamente e subjetivamente os indivíduos que nela vivem e, portanto, redefinindo as relações sociais que nela se estabelecem dos sujeitos entre si, e dos sujeitos com o espaço (Peixoto, 2012). A metrópole também, por sua vez, torna-se o lugar, o espaço de realização das múltiplas identidades, quanto mais percebido mais realizado é o indivíduo, que em uma busca de reconhecimento e identificação foge dos aspectos da insignificância e torna-se elemento que rompe com a indiferença ao ser percebido.

Sendo assim, os escritos de Simmel sobre a metrópole debruçou-se na compreensão da racionalidade, de proteção de si, da atitude blasé, do reconhecimento, ou seja, de aspectos da subjetividade urbana, metropolitana, com condições criadas pelo dinheiro, para a vida do dinheiro, que atua como uma força centrípeta em que tudo atrai para si.

Em 1921, Max Weber, autor considerado um dos fundadores da ciência sociológica publicou um trabalho intitulado “Conceito e Categorias da cidade”, fundamentado na sua perspectiva de tipos ideais, a fim de perceber a cidade através de distintas tipologias em sua dimensão que, diferentes de outras abordagens, não perspectiva sua dimensão física e quantitativa, mas centra numa concepção do ser social. Essa definição é percebida quando Weber comenta que

A localidade considerada sociologicamente significaria um estabelecimento de casas pegadas umas às outras, ou muito juntas, que representam, portanto, um estabelecimento amplo, porém conexo, pois do contrário faltaria o conhecimento pessoal mútuo dos habitantes, que é específico da associação de vizinhança (Weber, 1973, p.68)

Os elementos que Weber traz para a definição de cidade além da compreensão que define a cidade através de um aspeto histórico temporal que conjuga a ideia de um espaço geográfico que adensa um grande número de indivíduos, assim como a dimensão jurídica de cidade, ou seja, alguns espaços recebiam o “título” de cidade, ainda que não tivessem em si as características marcadamente destas. Essa discussão muito definida no passado está presente aqui a título de registo sociológico, avançando para a noção que Weber traz em relação à questão econômica em que a cidade quando vista sob este aspeto reflete uma noção de quando

A população local satisfaz uma parte economicamente essencial de sua demanda diária do mercado local e, outra parte essencial também, mediante produtos que os habitantes da localidade e a povoação dos arredores produzem ou adquirem para colocá-los no mercado. Toda cidade no sentido que aqui damos a essa palavra é um ‘local de mercado’, quer dizer, conta como um centro econômico do estabelecimento com um mercado local e na qual em virtude de uma especialização permanente da produção econômica, também a população não urbana se abastece de produtos industriais ou de artigos de comércio ou de ambos (...) (Weber, 1973, p.69)

A dimensão econômica é a chave que Weber busca para compreensão da cidade, que é o vínculo que irá articular a interdependência das cidades com outras localidades, e a ideia do mercado como um centro capaz de definir o que faz da cidade uma cidade, que congrega o comércio em sua amplitude e o faz reproduzir-se nos espaços urbanos.

Uma outra reflexão trazida por Weber, e que dialoga com as expressões desenvolvidas sobre a deterioração das cidades de Engels, é a noção de cidade marginal, que se desenvolve de forma díspares das que se forjam como centros comerciais. Estas cidades marginais que nasceriam da ausência de uma autoridade reguladora de leis eram típicas de algumas cidades da Antiguidade e, em menor medida, na Idade média, e trariam consigo a reunião de intrusos, piratas e comerciantes com finalidades de colonização, segundo a perspectiva weberiana.

A distinção que a cidade estabelece, por sua vez, com o campo, apesar de sua mútua interdependência que Weber vai denominar de “economia urbana” o autor diz que este conceito

(...) se confundem com medidas de política econômica com categorias puramente econômicas. A razão está em que o mero fato da coexistência de comerciantes ou industriais e o abastecimento das necessidades cotidianas regulado pelo mercado não esgotam o conceito de ‘cidade’. Quando isso ocorre, quer dizer, quando dentro dos estabelecimentos autárquicos tomamos como diferença unicamente o grau da própria satisfação das necessidades por meio da agricultura ou- o que não é a mesma (coisa) - o grau de produção agrária em relação à atividade lucrativa não-agrária, e a ausência ou presença de mercados, falaremos de ‘localidades’ industriais e mercantis e de ‘zonas de mercado’, porém não de cidade. O fato de a cidade ser não só um conjunto de casas, mas também uma associação econômica com propriedade territorial própria, com economia de receitas e despesas, não a diferencia da aldeia, que conhece as mesmas coisas, ainda que qualitativamente a diferença possa ser muito grande (Weber, 1973, p.75)

O que viria a definir a cidade, portanto, teria de ser uma forma de regulação destas trocas de médio a longo prazo, expressando o que seriam suas expressões e categorizações que fundamentaram sua obra que versam sobre a economia e a política, elementos estes que constituiria igualmente as cidades.

Outra dimensão posta por Weber seria o aspecto militar de construção de defesas destes territórios e, ainda em busca de definição de cidade através de instâncias reguladoras, o autor sinaliza que é necessário para espaços com grandes concentrações de pessoas, bens, e economias exista uma autoridade para suprimir os possíveis conflitos, uma instância mediadora e, evidentemente, para impedir que os saques das cidades.

Para Weber, quando uma localidade congrega esses elementos considera-se sua estabilidade de forma que, para uma forma um tanto vulgar de materializar estes conceitos, basta perceber a forma como se organiza a *Plaza Mayor*, na Espanha, em que o cárcere, a prefeitura e a igreja encontram-se partilhando o mesmo espaço em uma praça central, ou seja, as instâncias de autoridade econômica, política, militar e moral se estabelece no centro da cidade.

1.2 - A Escola de Chicago e a institucionalização da Sociologia Urbana

O destaque para a Escola de Chicago advém do fato de que esta deu um impulso para a sistematização dos estudos da sociologia urbana. A metrópole como objeto de estudos, inspirado nas obras aqui já relatadas e dentre outras mais que por motivos de escolhas metodológicas não foram abordadas, forjaram as primeiras teorias de base sociológica sobre os estudos urbanos. Com destaque para os autores Robert Ezra Park, Louis Wirth e Ernest Burgess, estes autores articularam debates a partir do urbanismo, porém compreendendo este como um elemento definidor de comportamentos dos indivíduos e, por isso, sendo um elemento afetador da vida nas cidades.

Vale aqui uma consideração histórica acerca da Escola de Chicago. Em 24 de abril de 1990, Howard Becker pronunciou no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro uma conferência sobre a história da Escola de Chicago, e muitas considerações foram feitas sobre esta escola em particular dentro de uma perspectiva dentro da lógica ampla de sociologia. A título de curiosidade: quando John Rockefeller fundou a Universidade de Chicago em 1885, Albion Small foi o primeiro professor de sociologia e chefe do primeiro Departamento de sociologia nos Estados Unidos, com o intento de formar alunos com base na perspectiva da sociologia alemã e, na esteira fundacional do departamento, criou igualmente a primeira revista de sociologia dos Estados Unidos: a *American Journal of Sociology*. Neste contexto, tanto os mestres quanto seus alunos, com forte inspiração protestante onde muitos dos professores em sua condição de pastores, refletem

sobre os problemas sociais decorrentes da explosão urbana e que dominavam as cidades. Questões ligadas à reforma social, a questão da pobreza tornava-se central nas análises, assim como a questão da migração, e a emergência de outros debates como a eugenia e a herança das teorias bio antropológicas. O que refletia nas produções da *American Journal of Sociology* eram pesquisas desenvolvidas em Chicago, assim como a publicitação de obras produzidas na Europa, principalmente na França e Alemanha. Tudo isto Becker traz para elaborar uma distinção no que diz respeito à Escola de Chicago no que se refere à expressão da noção de escola. Escola de pensamento e escola de atividade são duas dimensões da produção de conhecimento onde a escola de pensamento reflete o fato de um grupo de sujeitos que têm em comum o pensamento e o seguimento de pensamentos semelhantes, e o que lhes caracterizam quanto tal é o processo histórico que os definem a tempos posteriores essa semelhança de ideias. A escola de atividades implica em um grupo que trabalha de forma conjunta, não necessariamente compartilhando as mesmas perspectivas teóricas, e é neste tipo que a Escola de Chicago reflete.

Voltando às abordagens dos autores, Robert Park em 1916 publica na *American Journal of Sociology* o artigo “A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano” em que o autor afirma que a cidade

é um estado de espírito, um corpo de costumes e tradições e dos sentimentos e atitudes organizados, inerentes a esses costumes e transmitidos por essa tradição. Em outras palavras, a cidade não é meramente um mecanismo físico e uma construção artificial. Esta, envolvida nos processos vitais das pessoas que a compõe, é um produto da natureza, e particularmente da natureza humana (Park, 1979, p.26)

Esta noção traz consigo um dos conceitos sistematizados por Park acerca da ecologia humana que consistia na ideia de que haveria um tipo de competição no espaço urbano por diferentes agrupamentos sociais, como estes grupos estavam dispostos nos territórios. Não à toa Park empregou estudos sobre regiões ou zonas morais - que será trabalhado mais adiante - para compreender de que forma diferentes grupos étnicos, populações, se localizavam na cidade. Lançando mão do uso de mapas e o desenvolvimento das atividades, Park estava debruçado sobre os estudos sobre delinquência juvenil e os lugares que

se desenvolviam as atividades criminosas na cidade. Os eixos de abordagem de Robert Park fundamentam-se na compreensão portanto da utilização de plantas da cidade e a organização local como expressões da associação, como a menor unidade dentro de uma cidade; um outro eixo que fundamenta-se na a organização industrial e a perspectiva moral onde a cidade torna-se o lugar por excelência da troca, como já tinha assinalado Weber, e compreendendo o dinheiro como um mediador social e a partir destas noções traça estudos sobre transformações espaciais, residenciais e de *status* social; assim como também eixo de pesquisa sobre o enfraquecimento do controle social a partir das instituições clássicas como família, igrejas, tribunais. A obra de Robert Park que tem como central a discussão de região moral como explicativa para as diferentes formas de associação no interior da cidade acaba por tomar, por sua vez, um cariz mais psicossocial de sua abordagem, assim como fará Erving Goffman e Howard Becker como herdeiros dessa tradição, deslocando-se para os debates de natureza mais culturalista e menos do campo da ecologia, que ficará dividida posteriormente através das abordagens de Louis Wirth assumindo a perspectiva culturalista, e Ernest Burgess assumindo a vertente da ecologia humana.

Louis Wirth, outro influente da Escola de Chicago, publicou suas obras como “O gueto” (1928) e “O urbanismo como modo de vida” (1938), onde neste último refletiu sobre a civilização contemporânea, estabeleceu uma definição sociológica de cidade e apresentou uma análise da relação entre o urbanismo e a pesquisa sociológica. Em uma distinção estabelecida a partir de duas formas nas quais os conglomerados humanos tendem a se dispor que sejam as comunidades rurais e a sociedade urbano industrial, Wirth parte para a definição sociológica de cidade selecionando aspetos do urbanismo que definem a urbe como um modo particular de vida dos aglomerados humanos, ou seja, a vida na cidade produz um determinado tipo de personalização do indivíduo distinto daqueles que não vivem nas cidades, e o conceito de urbanismo vem agregado a esta conceção afirmando que

A urbanização não é apenas o processo pelo qual os indivíduos são atraídos a uma localidade intitulada cidade e incorporadas em seus sistemas de vida. Ela se refere também àquela acentuação cumulativa

das características que distinguem o modo de vida associado com o crescimento das cidades e, finalmente, com as mudanças de sentido dos modos de vida reconhecidos como urbanos que são aparentes entre os povos, sejam eles quais forem, que tenham ficado sob o encantamento das influências que a cidade exerce por meio do poder de suas instituições e personalidades, através dos meios de comunicação e transporte (Wirth, 1979, p.93-94)

Essa definição leva em consideração as variações particulares das cidades (dimensão, heterogeneidade e densidade) como essenciais a estas, e este conceito foi tomada como consensual nos estudos urbanos que compreende o urbanismo como um modo de vida em que se torna necessário a articulação da estrutura física, do sistema de organização social que envolve uma estrutura social, e um conjunto de atitudes, ideias e personalidades de um comportamento coletivo. Pode-se dizer, depois de uma sintética abordagem sobre a perspectiva de Wirth, sem menosprezar evidentemente sua produção, orientou a expectativa da formação da sociologia urbana, fundamentado principalmente nas perspectivas de Simmel e Weber, produzindo uma série de questionamentos sobre a cidade para formular uma teoria e, posteriormente conduzir pesquisas neste âmbito e só então chegar-se a uma teoria do urbano. Sobre o sociólogo urbano Wirth vai apontar, guardada as devidas proporções temporais de escrita do autor que data de 1938, que

Somente na medida em que o sociólogo tiver uma compreensão clara do que seja a cidade como entidade social e possuir uma teoria razoável sobre urbanismo, poderá ele desenvolver um corpo unificado de conhecimentos, pois aquilo que passa por “Sociologia Urbana” certamente não o é atualmente. (...) Esse sortimento heterogêneo de informações separadas que foram incorporadas em tratados de Sociologia sobre a cidade poderá, assim, ser filtrado e incorporado num corpo coerente de conhecimentos. A propósito, somente por meio de uma teoria desse tipo, o sociólogo escapará da fútil prática de enunciar, em nome da ciência sociológica, uma variedade de julgamentos, às vezes insuscitáveis, relativos a problemas tais como pobreza, habitação, planejamento urbano, higiene, administração municipal, policiamento, mercadologia, transporte e outros itens técnicos. Embora o sociólogo não possa solucionar qualquer desses problemas práticos — pelo menos não por si só — ele poderá, se descobrir sua função apropriada, contribuir para a sua compreensão e solução. As perspectivas de fazê-lo são mais claras através de uma abordagem geral, teórica, do que por uma abordagem ad hoc (Wirth, 1979, p.112)

1.3 - Sociologia Urbana na perspectiva marxista

Para pensar sobre a sociologia na ótica marxista e a produção teórica desenvolvida cabe pensar sob quais heranças históricas essa perspectiva desenvolveu-se ao longo do século XX. A marca fundamental da formulação deste pensamento remonta ao processo revolucionário francês de 1789, posteriormente com a Comuna de Paris de 1871, prosseguindo com o papel das greves nas cidades, assim como os movimentos comunistas, socialistas, levantes, manifestações, insurretos, os movimentos de 1968, organizações sindicais, movimentos radicais de esquerda contra ditaduras. A perspectiva marxista de ler a cidade e, portanto, seus teóricos, foram os principais críticos da Escola de Chicago - razão esta por se disporem em tópicos distintos nestes escritos - na forma pela qual naturalizavam os conflitos sociais urbanos, suas tensões e contradições. Ainda no âmbito da crítica à Escola de Chicago, a tradição marxista considera de uma posição maniqueísta compreender, com base na perspectiva da ecologia urbana, a cidade a partir de funções particulares, ordenadas, onde cada espaço possui sua função específica.

Então este novo campo da sociologia urbana orientados politicamente à esquerda, surgido em torno dos anos 1960, desenvolveu-se no bojo da crise das cidades decorrentes dos processos de industrialização, em que percebem a necessidade de pensar e teorizar sobre o urbano a partir das relações sociais do modo de produção capitalista, compreendendo os mecanismos que estruturam essas relações, seus fenômenos e crises inerentes a este sistema. Frúgoli Jr aponta que essa perspectiva teórica que se desenvolveu como uma perspectiva dentro da nova sociologia urbana apontava a necessidade de

explicações "macroestruturais", tendo como principal referência inicial o marxismo estruturalista, assinalado por uma "estrutura sem sujeitos" – numa outra síntese de fronteira entre marxismo e estruturalismo, operada por Althusser (1974) –, em que a cidade estaria basicamente subordinada ao processo de reprodução da força de trabalho. A emergência posterior de um conjunto de movimentos sociais por moradia e equipamentos urbanos coletivos, entretanto, ensejou uma gradativa relativização de tal "estrutura sem sujeitos", vindo a reforçar uma inseparabilidade entre o urbano e a política, e que se traduziu, no plano teórico, por uma forte aproximação entre tal sociologia urbana e a ciência política (Frúgoli Jr., 2005, p.140).

Este contexto pós Segunda Guerra Mundial vem a transformar o paradigma teórico de pesquisas sobre a questão urbana, principalmente tratando-se do crescimento abrupto das cidades e seu desenvolvimento. A metrópole tomada como central deste momento dos estudos urbanos passa a ser vista a partir dos problemas sociais e o aprofundamento das suas desigualdades não apenas mais dos países do norte global e, portanto, concebido a partir da ótica do desenvolvimento. A preocupação das relações entre países do norte e sul global, ou em uma explicação mais vulgar de países “desenvolvidos e subdesenvolvidos” tornaram-se a expressão das relações no modo de produção capitalista e onde emerge a expansão da análise crítica da sociologia urbana.

Sob a ótica do marxismo, visto como a perspectiva crítica da sociologia urbana, os principais expoentes teóricos, indubitavelmente, são: Henri Lefebvre, David Harvey, Peter Marcuse, Manuel Castells, Alain Lipietz, Doreen Massey, Jose Luis Coraggio, Neil Smith, Edward Soja, nesta ordem como sugestiona o agrupamento proposto por Brandão (2007, p.9). Acrescenta-se ainda as traduções da sociologia urbana francesa com Christian Topalov, Jean Lojkine e Edmond Preteceille. Sem aprofundar de forma sistemática o desenvolvimento teórico de todos esses autores, cabe compreender que a base que sustenta o paradigma marxista de compreensão do espaço urbano

É a de que o território é uma produção social, procurando analisar os conflitos que se estruturam e das lutas que se travam em torno deste ambiente construído socialmente. Nenhum recorte espacial poderá ser mais visto como passivo, mero receptáculo e sem contexto institucional e moldura histórica (Brandão, 2007, p.9).

Porém, vale ainda destacar as contribuições de Henri Lefebvre, Manuel Castells e David Harvey nestas perspectivas, eleitas aqui como formas de estabelecer os contrapontos com a Escola de Chicago, e compreensão da epistemologia desenvolvida por esses autores na expressão da releitura do campo da sociologia urbana.

Henri Lefebvre em suas várias obras que trata da temática urbana tem em destaque a obra “A revolução urbana”, onde o autor rompendo com a concepção de tipologias de distintas cidades, parte do pressuposto que a

urbanização total de uma cidade conduz a uma forma de sociedade urbana e esta, na contemporaneidade, é vista como uma virtualidade. Esta sociedade urbana que surge com o processo de industrialização e, portanto, a partir de relações de dominação, só poderia ser entendida ao fim do processo em que formas antigas urbanas irrompem a partir de mudanças que acontecem com intervalos de tempos, transformações descontínuas.

A sociedade, portanto, além de ser resultado de uma realidade social complexa, fundamentada no modo de produção capitalista, e que expressa a contradição essencial da metrópole a nível global, a sociedade urbana também é resultado de uma sociedade burocrática e de consumo dirigido como tendência fundamental da ordem vigente. Contudo, sua abordagem teórica ao centrar-se em refletir acerca das estruturas de natureza econômica, política e social da cidade, Lefebvre ainda percebe as necessidades que são inerentes a esta sociedade urbana a partir da ideia que concebeu sobre o direito à cidade.

Em Castells (1983) a produção inicial que reflete sobre a sociedade civil e os movimentos populares que emergem a partir dos anos 1970, teve sua expressão teórica na obra publicada “A questão urbana” que se caracteriza justamente na concatenação de análises que são capazes de reformar o ideário de cidade. Sua teorização sobre a formação das cidades centra-se nas bases urbanas em que organizam o espaço, e para isso adota a perspectiva histórica da urbanização sinalizando que é necessário perceber as leis que estruturam a produção e o funcionamento das formas espaciais, em um processo dialético entre a determinação natural e cultural do espaço a partir do materialismo histórico. Analisar, portanto, a cidade, diferentemente do que entende a Escola de Chicago, implica compreendê-la como resultado das relações entre os componentes dessa estrutura social.

David Harvey, geógrafo por sua vez, traz contribuições a esta análise crítica da sociologia urbana a partir da elaboração da noção de espaço para perceber a ideia de ambiente construído advindo das distintas práticas sociais. A sua ideia de cidade parte de uma ideia de processualidade e a forma espacial que estas apropriam-se, sendo o espaço urbano resultado destas relações sociais em sua totalidade. O urbanismo, por sua vez, é visto como resultado do conjunto dessas relações que integra uma estrutura mais ampla, e esta realidade

quando transforma as forças de produção perturba também as relações sociais que nela se desenvolvem, e por elas são afetadas. Conceber a dinâmica das cidades a partir dessa perspectiva é compreender a mutabilidade do ambiente urbano, e sua natureza de variabilidade e inconstância.

Harvey ainda compreende que a cidade não é apenas o cenário de fatos que nela se sucedem, mas que ela é um ambiente construído e que esta construção se estabelece entre o espaço físico e as relações econômicas e, portanto, assumindo a forma mercadoria no modo de produção capitalista. Com base nesta ideia Harvey (1990, p.238) afirma que “o ambiente construído funciona como um vasto sistema de recursos criados pelos seres humanos, que compreende valores de uso cristalizados na paisagem física, que se podem utilizar para a produção, o intercâmbio e o consumo”.

É certo que esta perspectiva teórica de crítica à sociologia urbana até então existente vem a reinterpretar os conceitos dos estudos da cidade como as ideias de urbanismo, urbano e urbanização a partir das relações de produção, consumo e troca marcados na sociedade capitalista. Pensar a partir desta perspectiva é também articular as metamorfoses do capitalismo e como ele incide diretamente na produção do espaço urbano, e esta atualização de uma abordagem mais contemporânea será objeto de análise no próximo capítulo.

A preocupação desses autores, ou daqueles que reivindicam a teoria crítica da sociologia urbana como lente de análise da realidade, voltou-se principalmente para o fim dos anos 1990 e início dos anos 2000 para os estudos de aglomerados urbanos do sul global diante do cenário dos problemas das cidades advindos pelo desenvolvimento do capitalismo tardio e, conseqüentemente, dos processos de urbanização desigual, com a proliferação de favelas e de zonas de gênese ilegal. Estes estudos ampliaram seu leque para compreensão das grandes metrópoles geridas por uma forma de urbanismo neoliberal que aprofunda as desigualdades destas cidades no qual o bairro do Casal Ventoso acabou por ser inserido nestas dinâmicas quando em seu processo de demolição adequou-o imagetivamente e socialmente aos preceitos desta ordem econômica, gerindo seus espaços com vistas a um urbanismo ortodoxo.

1.4 - Estudos da MetrÓpole e as (Micro)territorialidades

Os estudos da metrÓpole que tem sido objeto de análise das abordagens sociolÓgicas desde anterior à Escola de Chicago e torna-se imprescindível enquanto elemento unificador dos estudos de sociologia urbana, ainda que sejam permeados por perspectivas das mais variadas ordens. O contexto, entretanto, sem fugir da proposta crítica de perceber as estruturas e as relações sociais que por elas são fundadas no marco do modo de produção capitalista contemporâneo, forjam processos fundados na lógica neoliberal e as transformações no meio urbano a partir dessa força.

O neoliberalismo como um projeto hegemônico global promoveu uma ampla desestruturação social propiciado pelo aumento das desigualdades, pela crise das organizações sindicais e movimentos sociais, com a redução de salários, pelo aumento na taxa de desemprego, pela precarização do mundo do trabalho. Inclui-se neste processo da chamada reestruturação produtiva, que permitiu uma expansão dos lucros acompanhada de privatizações de empresas estatais, a redução dos gastos públicos, a supressão das barreiras alfandegárias, o controle de emissão monetária, a ação da chamada “mão invisível” dos mercados; além de ter proporcionado a abertura de um processo de esvaziamento das instituições democráticas, fragilizando o Estado na formulação de políticas públicas e de intervenção na economia. A urbanização remodelada a partir dessa globalização neoliberal por um lado, interconecta os espaços e dilui as fronteiras de espaço e tempo a partir de mecanismos tecnológicos e, por outro, necessita de apropriar-se de distintas formas nas cidades orientados por interesses econômicos que redefinem esses espaços e as relações sociais que nele se estabelecem. Uma questão sobre o urbanismo neoliberal é inegável: os processos de globalização econômica que perpassa a todas as metrÓpoles são regidas por interesses do capital imobiliário financeirizado e especulativo que fragmentam as relações sociais e transformam as formas de sociabilidades na metrÓpole.

Com vistas nestes processos de fragmentação territorial a proposta desta investigação parte da sugestão de Fortuna (2012, p.200) de perceber “a cidade/metrÓpole do ponto de vista do fragmento” justificada pelo contraponto entre a metrÓpole e a (micro)territorialidades percebendo que

As (micro)territorialidades têm um sentido particular de confrontação com o contexto excessivo da metrópole. Enquanto macroestrutura urbana, a metrópole de hoje apresenta uma complexidade distintiva que faz com que não só não seja um espaço de intimidade, como represente um espaço de profunda fragmentação social, espacial e cultural (Fortuna, 2011). Até do ponto de vista sensorial, a metrópole é excessiva no sentido em que excede a capacidade de percepção humana, desde logo a percepção visual. Tornou-se impossível ter uma visão “pan-orâmica” da metrópole que transbordou para além do horizonte. Só podemos ter dela uma imagem fragmentada. Na medida em que as (micro)territorialidades constituem fragmentos organizados de sociação territorializada, elas podem ser capazes de concorrer para a refocagem da totalidade da cidade/metrópole. Essa capacidade investe as (micro)territorialidades de alguma “perigosidade” e rebeldia ao disputar as visões “globais”, que são as visões hegemônicas institucionalizadas do mundo urbano. Permitem ver aquilo que vai sendo deliberadamente obscurecido e revelam mecanismos de produção da presença de muitos sujeitos e grupos subalternizados, assim como tornam audíveis discursividades indesejadas.

Essas (micro)territorialidades entendidas como espacialidades socio afetivas, vai dizer Fortuna (2012), implica em uma subjetividade particular deste território, um espaço que contém em si uma enorme carga afetiva, fazendo parte intrínseca daqueles sujeitos que nele permeia, redefinindo o território de uma substância emocional, que traz um novo regime de ações, comportamentos e até mesmo de exigências desse grupo. Essas espacialidades restritas, fronteiriças, delimitadas, que no caso da pesquisa em questão trata particularmente de um bairro desaparecido, o Casal Ventoso, mostrará como a substância deste território expressa através da memória constituiu uma urbanidade de proximidade e reconhecimento intimista através da sua denominação de bairro. Neste sentido o/a leitor/a irá perceber que a construção desta investigação será permeada por uma observação que parte da perspectiva macro (compreensão da fundamentação sócio histórica da urbanização de Lisboa, surgimento do bairro do Casal Ventoso e os processos de intervenção urbanística que foram operadas neste território) em sentido a uma observação micro (a subjetividade, os modos de subjetivação, e o conteúdo desta subjetividade expresso através da memória coletiva), de uma passagem de sobrevoos a um aterrizo na unidade mais micro possível de se perceber nos processos da subjetividade humana na cidade.

Capítulo 2 – Construir, demolir, reconstruir: nos meandros da urbanização lisboeta

Tratar da formação do antigo e desaparecido bairro do Casal Ventoso faz-se necessário fazer o resgate de um levantamento histórico, econômico e social acerca da formação do bairro a partir da perspectiva geográfica indicada pelo Vale do Alcântara, e seu processo de urbanização estabelecida dentro da cidade de Lisboa. Data-se, tal opção de análise, partir do período após o sismo de 1755 em que houve uma reestruturação urbana e demográfica por completa na cidade de Lisboa após ter seu território ser arrasado pelo terremoto, e o desenvolvimento da cidade no período posterior a este episódio.

A catástrofe natural ocorrida em 01 de novembro de 1755 envolveu tsunamis e incêndios, e provocou efeitos atroz, com um alto número de óbitos e perdas materiais. A economia, a política, as relações sociais, o cotidiano das pessoas, o abalo na dimensão religiosa, sofreram profundas alterações não apenas na cidade de Lisboa, mas em todo país, em um tempo bastante prolongado na história portuguesa. Até a contemporaneidade ainda se elabora estudos de impactos sísmicos, reproduções da catástrofe em escalas digitais para dimensionamento físico e material dos danos, e cada vez mais o desenvolvimento de equipamentos e estruturas em engenharia antissísmica. A propósito disto, na 6ª edição da Semana da Reabilitação Urbana de Lisboa, ocorrido em Lisboa entre os dias 8 a 14 de abril 2019 no Pátio da Galé, promovido pela empresa Vida Imobiliária e Promevi, com apoio da Câmara Municipal de Lisboa, Santa Casa de Misericórdia de Lisboa, e Associação do Turismo de Lisboa, sinalizou como uma forte tendência dentro do campo das edificações contemporâneas os dispositivos anti sismos nas construções modernas, inclusive nos projetos de reestruturação urbana da cidade.

Retomando à questão da reedificação lisboeta, a necessidade de repensar uma cidade que contemplasse a necessidade de uma segurança arquitetónica contra os sismos, assim como proteção contra incêndios, concomitantemente a garantia de higiene e salubridade a partir da criação de rede de esgotos, abastecimento de água em domicílio, foram artifícios consagrados na cidade. Neste sentido pode-se falar que existe uma arquitetura

específica que marcou historicamente a cidade no período anterior e posterior ao terramoto. O que antes era observado e que identificava com ruas estreitas, construções antigas, um enorme número de igrejas, lamas e sujeira provenientes das residências e do comércio na região do Terreiro do Paço, região portuária da cidade, além da proliferação de pestes e epidemias, pós-terramoto o cenário muda radicalmente. O alargamento das ruas, o calçamento das vias periféricas, regularização de ruas e largos, e limpeza dos espaços, foi a sinalização dada para que o desenvolvimento do capitalismo comercial se expandisse com uma capacidade distinta de performance.



Figura 1 Gravura alemã do séc.XVIII da colecção "Augsburgische Sammlung" ilustrando o antes e depois do terramoto, de 1755, de Lisboa. Fonte: Museu da Cidade

A gestão da catástrofe e a emergência do controle de tragédias impulsionou a criação de um gabinete de crise, como iniciativa do monarca D. José I, em que o protagonismo do Marquês de Pombal a partir de uma perspectiva secular e científica, tomou as rédeas de uma nova edificação portuguesa, sendo elemento de cólera dentro da Igreja Católica.

A redefinição espacial de Lisboa, na metade do século XVIII, acompanha o desenvolvimento moderno do capitalismo iniciado no século XVI, em que as

mercadorias e a sua circulação se intensificam e se globalizam. A nova configuração da cidade, portanto, redefine os espaços de transações comerciais e do desenvolvimento da urbanização lisboeta.

A reedificação de Lisboa após esse período encampada, portanto, por Marquês de Pombal através do planejamento de uma cidade completamente renovada e integrada a fim de possibilitar a expansão da cidade, contribuiu para o alargamento da cidade para além do que veio a ser destruído pelo terramoto, tendo sido um este um catalisador das reformas pombalinas que marcaram o conjunto arquitetónico lisboeta. Entretanto as transformações na conjuntura portuguesa a partir do afastamento de Marquês de Pombal, a volta da aristocracia, a invasão francesa, a fuga da corte portuguesa para o Brasil, representou um cenário de profunda instabilidade política e econômica entre o final do século XVIII a meados do século XIX, culminando na contenção da expansão da cidade, que viria a ser retomada em 1840 após a revolução liberal com a queda da monarquia.

Esta efêmera explicação ampara, ainda que de forma expedita, o que viria a ser radicalizado em termos de urbanismo na nova-velha cidade a partir de suas expansões e limites territoriais, criação de equipamentos urbanos com finalidades integrativas, formação de uma nova forma de produção de base industrial, os surtos migratórios de territórios rurais ou semirurais para os espaços urbanizados da capital, a constituição de um parque habitacional capaz de atender às demandas desse *boom* demográfico emergente na cidade de Lisboa. São estes dois eventos - o terramoto de 1755 e o desenvolvimento da industrialização - que transformaram radicalmente as expressões da cidade e permitiu novas formas de redefini-la.

A quadra histórica delimitada entre os anos de 1840 a 1850 a cidade de Lisboa, adquirindo uma nova estabilidade política, retomou as políticas urbanas que haviam sido postas em ritmo desacelerado, evidenciando como aponta Marques (2009, p.19),

equipamentos associados à revolução industrial e dos transportes que acontecia na Europa, destacando-se os elevadores, os “americanos” e as fábricas. A sua expressão mais forte foi na inauguração da ligação dos caminhos-de-ferro ao Porto e da Estação de Santa Apolónia, em 1864, e pela introdução em Lisboa da linha de “americanos”

(carruagem movida a cavalos) em 1873. Os limites de Lisboa são redefinidos, alargando-se o perímetro urbano, começando-se a construir uma nova Estrada de Circunvalação em 1852, que nascia em Alcântara, passava pelos Prazeres (onde já se tinha inaugurado o cemitério em 1835), Campolide, Picoas e Alto de S. João. Estas obras são muito importantes em termos das acessibilidades no interior de Lisboa, marcando uma nova fase de crescimento da cidade suportado pelos novos meios de transportes

Este novo momento representava o surgimento das indústrias espalhados pelo território lisboeta, principalmente em torno dos sítios que o transporte era facilitado na rede urbana, e isto é identificado através das zonas de Pedrouços, Boavista e o Vale do Alcântara e, concomitantemente, o loteamento operário na zona do Calvário, e os bairros destinados à burguesia no Campo de Ourique e Estefânia. Durante meados do século XVIII a tendência urbanística pós-revolução liberal compreendeu uma atenção específica à destinação de áreas de lazer no espaço urbano como um contraponto ao forte processo industrial que se dava, como aponta Tostões (2006, p.21) “destacando-se a abertura dos primeiros jardins públicos e lugares de miradouro, que caracterizam este período do desenvolvimento de Lisboa mais burguês e romântico”. Entretanto, estes espaços que se manteve como vazios urbanos, foi rapidamente extinto diante das necessidades de expandir a colonização das terras lusas para além do lado ocidental da cidade de Lisboa, mais especificamente em 1879, com o crescimento da cidade através dos *boulevards* inaugurados em 1886, com a Avenida da Liberdade.

O processo de urbanização capitalista, portanto, apresenta uma viragem do campo produtivo artesanal para a escala de produção industrial e, com isso, sua transformação radical nas cidades, sua colonização e receção das populações advindas das áreas portuguesas ruralizadas, sinalizando para eliminação das estruturas anteriores de produção e a criação, concomitantemente, à nova ordem estrutural demandada.

Segundo Ferreira (1970) a compreensão da revolução urbana em paralelo com a revolução industrial implica analisar alguns determinantes sociais que emergem neste novo fenômeno que ocorria a nível global. Um dos fenômenos trata dos processos migratórios em massa para a nova cidade que se forjava de forma desregulada, principalmente as migrações internas, em que começa a se

colonizar principalmente na capital, Lisboa, e no processo de adensamento populacional litorâneo, diante da oferta de trabalho mais compensatórias e, conseqüentemente, o desenraizamento social. Esta dimensão, vai explicar Ferreira (1970, p. 530) que o que está em jogo é uma

nova socialização do adulto, «enraizada» numa «nova» cultura - a urbana - até então vivencialmente estranha à sua formação anterior, ou se, pelo contrário, o emigrante, que deixa a zona rural, continua ligado, culturalmente, às suas «origens», ainda que superficialmente adquira alguns dos elementos culturais característicos da «vida urbana».

Ou seja, o novo operário, na verdade, é o antigo camponês desenraizado, compreendendo este tempo relatado. A cidade, lugar onde se agora se congregava o poder político e econômico, vem a consolidar-se como centros industriais erguidos pelo passado de expropriação das posses agrárias, e agora símbolo também da centralização de capitais, e continuamente rompendo o equilíbrio existente entre o campo e a cidade.

Em Portugal esse processo que se consolidou de forma lenta e tardia em relação aos outros países europeus, como Inglaterra, França e Alemanha, como país localizado na periferia do continente em questão, só de 1870 a 1913 a penetração do capitalismo na sociedade portuguesa representou o “alargamento do mercado, um aumento da especialização da produção, a criação da rede de transportes moderna, o aparecimento dos bancos e a assimilação da tecnologia (Reis, 1987, p. 203). Portugal, portanto, vive dois surtos de industrialização e, por conseqüência, dois processos de intensificação da urbanização. Segundo Villaverde Cabral um dos momentos se estende de 1873 a 1886, com a exportação de produtos primários, e o segundo de 1891 até a primeira guerra mundial, com a economia de substituição de importações. Reis vai atribuir esse processo tardio à

a perda das colônias, a devastação causada pelas invasões napoleônicas e a agitação provocada pelas guerras civis no início do século; a concorrência estrangeira resultante de barreiras alfandegárias baixas; um mercado interno de pequenas dimensões baseado numa economia agrária atrasada; uma burguesia débil e dividida e, como tal, incapaz de promover os seus interesses ao nível do Estado; uma escassez de capital, em geral, e, particularmente, para fins industriais; a deficiência do ensino ao nível elementar e técnico. (Reis, 1987, p.208)

O alargamento descontrolado do tecido urbano como consequência inevitável do processo de industrialização e da falta de controle político e social, que estava em consonância com a inexistência de uma influência política da classe trabalhadora, não foi suportada sem que houvesse uma transformação mais radical diante dos impactos da industrialização. Uma das necessidades de retomada desse controle, portanto, foi na virada para o século XX, onde Lisboa redefiniu seu plano de orientação e crescimento mais planejado e cria um Plano Geral de Melhoramentos da Capital através da Câmara Municipal de Lisboa, com programas de alterações urbanísticas que eram destinadas às classes distintas da cidade, enquanto o processo de industrialização crescia para a região de Algés e Sacavém. Foi apenas no século XX, mais precisamente em 1918 durante a gestão de Sidónio Pais, que o estado português estabeleceu medidas de proteção estatal e definiu a criação de um parque habitacional social destinado aos operários que migraram para forjar a mão de obra da produção lisboeta, começando pelo bairro de Arco do Cego que foi inaugurado em 1935, e só depois disso chegaria à zona de Alcântara.



Figura 2 Bairro Social do Arco do Cego, entrada. Fonte: Eduardo Macedo Portugal / Arquivo Municipal de Lisboa (1942)

Percebe-se neste tempo histórico a necessidade da classe detentora dos meios de produção de integrar a mão de obra industrial crescente no sistema de produção vigente, a cidade como centralizadora do poder político, e a integração dos indivíduos que nela se constitui como uma nova sociedade. Controle e integração passa a ser o novo projeto político urbano capitalista que representará o ajustamento à ordem social, garantindo o desenvolvimento econômico.

Este processo reflete o período histórico demarcado nos anos de 1930, agora sob a égide do Estado novo, um regime autoritário e autocrata vigente em Portugal até 1974, deposto com a revolução de 25 de abril, e que deu continuidade ao processo de construção de bairros sociais na cidade a partir das chamadas “Casas Económicas”, que refletiam a conceção salazarista de família de casa própria, modesta com características profundamente portuguesas. como, por exemplo, os bairros Salazar, Encarnação, Madre de Deus, início do bairro de Alvalade, etc., entretanto não de forma suficiente a assegurar condições de habitação universal.



Figura 3 Bairro de Casas Económicas, junto do Encanamento da Ribeira de Alcântara. Fonte: Beloniél / Arquivo Municipal de Lisboa (195-)

Deste modo, inicia-se o processo de habitações clandestinas e dos chamados “bairros de lata” (bairros de habitação degradada, com condições mínimas de habitabilidade e conforto). O investimento do governo salazarista no campo habitacional “visava uma função política e uma função simbólica: normalização familiar e social, afirmação da capacidade realizadora do Regime, e do seu providencialismo social” (Ferreira, 1987). Os “bairros de lata”, uma expressão fortemente arraigada ao contexto lisboeta, acaba por formar uma espécie de argola uma vez que são identificados bairros nas zonas de Campolide, Rego, São João, que resulta do forte processo de industrialização, associado ao aumento demográfico diante de surtos migratórios e práticas de natalidades ainda fincadas em regimes rurais de grandes proles, ampliando cada vez mais a carência de alojamentos para população. Segundo Cardoso e Perista (1994, p.100)

os bairros de lata iniciam um processo de expansão para fora da cidade. Não tanto porque no interior da cidade se tivessem esgotado os terrenos propícios a esta forma (marginal) de implantação urbana, mas porque, entre outros factores, e em determinados períodos, a acção camarária se fazia sentir no sentido de “limpar” a cidade de tais construções. Parte dos bairros de barracas que surgem nas décadas de 1950/1960 implantam-se exactamente nas fronteiras administrativas do concelho, do “lado de lá” da estrada, onde já não é Lisboa.

Vale ressaltar que esse momento histórico do Estado novo que apresentava um forte controle social e político não corresponde ao controle coletivo de planeamento sócio espacial, uma vez que, segundo Ferreira (1987, p. 536)

o planeamento urbanístico procura (ou pelo menos, tem como pressupostos teóricos) a conciliação das necessidades económicas (ao nível nacional, regional ou local) com as preocupações de carácter social, decorrentes da vida colectiva dos agregados urbanos. (...) Deste modo, a cidade funcionou (e funciona ainda) como polo de desenvolvimento económico e como local específico de controle social e político.

Deste modo, a segunda metade do século XX em Lisboa representou uma dicotomia sócio espacial sinalizado por um lado na proliferação de bairros de latas e construções habitacionais clandestinas e, por outro lado, a formação de novas centralidades a partir da Avenida da Liberdade e seu prolongamento até

Campo Grande com bairros planejados em grandes extensões de terra no período em que as gestões de obras públicas eram geridas por Duarte Pacheco. No âmbito habitacional a ideia das “casas desmontáveis” fabricadas com chapas de fibrocimento com perspectiva de durar 10 anos como método de alojamento temporário foi umas das empreitadas de casas populares.

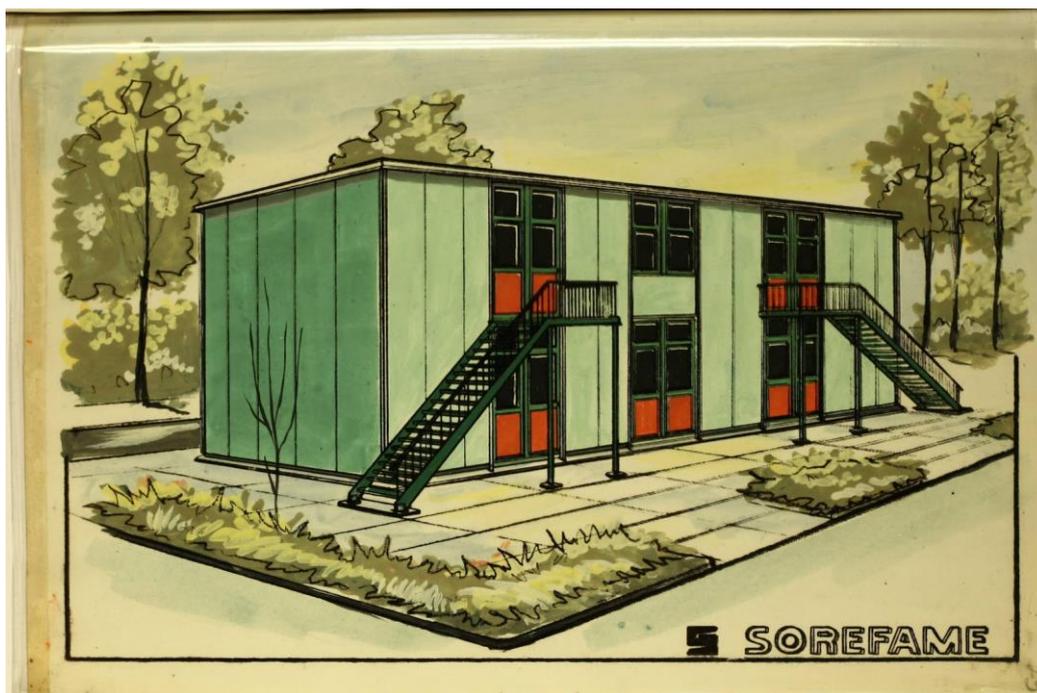


Figura 4 Desenho arquitetónico para construção de casas desmontáveis, em Chelas, por Eduardo Abranches de Magalhães. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa. (1966).

Em 1945 a criação das “Casas para Famílias Pobres” foi uma forma adotada para a classes trabalhadora que não tinha condição de acesso ao plano das casas económicas e, no bojo dessa política, outras iniciativas em Portugal são criadas com mesma finalidade diante do agravamento da situação habitacional, tal como as casas de renda económica, casas de renda limitada, casas de pescadores, etc. Em 1959 é criado o Gabinete Técnico de Habitação na Câmara Municipal de Lisboa (CML) a fim de estabelecer um programa específico de habitação social integrada que resultaram na formação do bairro de Olivais Norte e Sul e posteriormente o bairro de Chelas. Entretanto, com crescimento descontrolado das cidades portuguesas, principalmente em Lisboa, as políticas habitacionais já não acompanhavam essa demanda.

Começava, portanto, uma nova fase para a cidade de Lisboa onde o Rio Tejo não era mais determinante na circulação da cidade. Essa dicotomia, que inclusive imprimiu uma separação entre a região oriental e ocidental por um claro recorte de classe, aprofundou as desigualdades a partir dos anos 1970 com o retorno das populações das guerras coloniais em África, assim como uma onda migratória advinda das regiões ruralizadas de Portugal aliados à falta de fiscalização e de políticas públicas de atenção a esse segmento social mais vulnerabilizadas.

O 25 de Abril de 1974 em Portugal representou uma mudança na perspectiva habitacional, mantendo a previsão do desaparecimento das casas abarracadas. A criação do Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL) criado por Nuno Portas o então Secretário do Estado de Habitação. Com organização de cunho popular os representantes de bairros degradados compunham as Comissões de Moradores que com um monte de reivindicação “Casas Sim, Barracas Não” e, juntamente com equipes técnicas de arquitetos, engenheiros, sociólogos, economistas, geógrafos, se encarregaram de elaborar os projetos. O sistema consistia na disponibilização de terrenos pelas Câmaras Municipais através de processos expeditos, e esse projeto iniciava a construção destas habitações. Entretanto, em 1976 o SAAL foi suspenso por decisão do governo do ministro de habitação Eduardo Pereira no período da chamada normalização democrática.

Os anos de 1980 e 1990 novas regulações fundiárias foram postas em discussão, assim como a elaboração do Plano Diretor lisboeta para reorientação de ocupação do solo urbano, e assim começou um processo irreversível de expansão devido, segundo Pereira (2006, p. 178)

a generalização do parque automóvel a grandes camadas da população, fazendo reduzir até hoje a quota de utilização do transporte colectivo em detrimento do individual; os incentivos financeiros e fiscais à aquisição de casa própria; o reforço das antigas sedes de concelho como centralidades e o surgimento de outras novas, a dispersão dos postos de trabalho e a construção de grandes centros comerciais em áreas periféricas. Assistiu-se ao mesmo tempo aos esforços das políticas públicas para a regeneração das manchas clandestinas, agora denominadas AUGI (Áreas Urbanas de Génese Ilegal) e para a erradicação dos bairros de barracas através do PER (Plano Especial de Realojamento).

Essas novas dinâmicas de intervenção urbanística, principalmente o Plano Especial de Realojamento - PER, foram responsáveis pela remoção de manchas degradadas na tessitura da cidade de Lisboa, caso que será discutido posteriormente adotando como norte o realojamento do bairro do Casal Ventoso em 1999, e seus desmembramentos nos bairros da Quinta da Cabrinha, Quinta do Loureiro e Ceuta Sul. Neste período inicia-se também, e prolonga-se até a contemporaneidade, os processos das chamadas requalificações urbanas nos bairros históricos como Alfama, Mouraria, Colina do Castelo, Bairro Alto e Madragoa.

Um outro evento marcante para o urbanismo lisboeta tratou da Exposição Mundial de 1998 - Expo'98 que, em linhas gerais representou “um plano para a requalificação da zona oriental de Lisboa e uma visão estratégica para o desenvolvimento e a internacionalização da cidade” (Ferreira, 2006, p. 423) que tinha como o intento a recuperação de uma zona oriental degradada de Lisboa, assim como uma nova centralidade capaz de dinamizar o desenvolvimento urbano da cidade, além de imprimir na paisagem o marco de um evento a longo prazo que articulou aspetos culturais com o plano urbanístico da cidade.

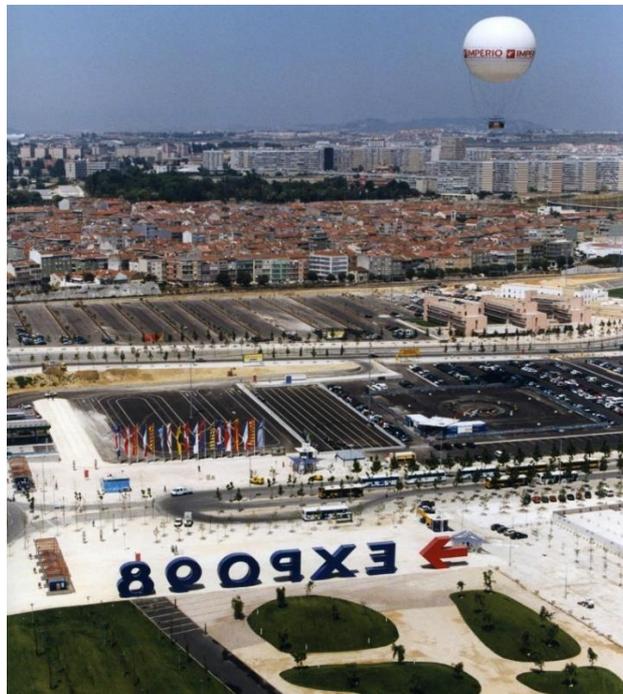


Figura 5 Panorâmica do Parque das Nações - Expo 98. Fonte: Artur Pastor / Arquivo Municipal de Lisboa (1998).

Dinâmicas sociais se estabeleceram na cidade de Lisboa após esses momentos de reordenamento urbano que hoje é lido como processos de turistificação e enobrecimento dos territórios. O surgimento de alojamentos locais, a expulsão de populações residentes, as ondas migratórias internacionais, o debate sobre abrigo de refugiados, têm sido elementos que caracterizam essa nova onda de discussões sobre os rumos da cidade (Fortuna e Peixoto, 2005). Em entrevista realizada com o grupo Habita, grupo de trabalho criado em 2005 e transformado em associação em 2012, que atua na garantia do direito à habitação e que trabalha prioritariamente com bairros autoconstruídos, entende que a questão das ocupações ilegais é uma forte demanda atual, o que tem significado uma disputa intensa com a Câmara Municipal de Lisboa, diante do cenário de assédios com senhorios, despejos e habitações precarizadas. Atuando em conjunto fortemente com o coletivo Stop Despejos, e mais diminuto com as associações de moradores que, diante da partidarização dessas associações, torna-se dificultoso as articulações políticas no sentido de barrar os processos de enobrecimento dos espaços urbanos. As associações de bairro, por vezes, acabam por ser interlocutores das Câmaras Municipais, e não necessariamente representam a defesa das demandas dos/as moradores/as locais. O Habita que hoje trabalha especialmente em Chelas, Amadora, 6 de maio, Santa Filomena, Bairro da Torre, Bairro do Jamaica, que são bairros habitado principalmente por imigrantes dos países africanos de língua oficial portuguesa, negros/as, ciganos/as, empobrecidos pelo capital, foram bairros residuais nos processos de remoção de barracas no Programa Especial de Realojamento (PER), tema que será melhor abordado posteriormente. Atualmente o crescimento da cidade associado à turistificação, ao enobrecimento dos bairros, e à política da Troika¹, foram grandes fatores de

¹ Segundo Pureza (2012) a troika é “o mecanismo de estabilização criado pela UE em Maio de 2010, com base no artigo 122º do Tratado de Lisboa, para alegadamente responder às expressões nacionais da crise do Euro – as chamadas “crises de dívida soberana” - consistiu numa garantia de créditos repartida por três fontes: o orçamento da União, o Fundo Europeu de Estabilização Financeira e o Fundo Monetário Internacional. A Troika é o rosto institucional desta abordagem da crise do Euro que articula a Comissão Europeia com o Banco Central Europeu e com o Fundo Monetário Internacional”. Do ponto de vista substantivo, a troika é o veículo da aplicação na Europa das receitas neoliberais ensaiadas anteriormente na América Latina e em África: privatizações de setores essenciais, corte abrupto da despesa social, flexibilização da legislação laboral e austeridade recessiva. (p.208)

flexibilização na política urbana de habitação associado aos desalojamentos. Em relação à Europa, Portugal é o país que tem o menor parque habitacional público: segundo os dados do Inquérito à Caracterização da Habitação Social (INE, 2011) a habitação social representa 2% do parque habitacional, e na Área Metropolitana de Lisboa esse número sobe para 3,6%.



Figura 6 Protesto em defesa da habitação social. Fonte: Arquivo de Imagens Habita! (Facebook) (2912).

O contexto histórico pós-revolução dos cravos, segundo entendimento do Habita, as políticas de habitação foram desenvolvidas baseada mais na lógica do mercado inglês do que no modelo de previdência social, diferente nos moldes da saúde e de educação. Após a revolução era baixa as possibilidades de aluguel de casa, e era maior as chances de os trabalhadores serem proprietários de casas. Portugal fez construções populares que iam para as mãos de pessoas, mas que deixava em aberto a possibilidade de compra dessas casas por outras pessoas, com isso abriu as portas para que o parque habitacional português público fosse pequeno, e fez com que famílias que não tivessem condições de compra não conseguissem desdobramentos. A ausência de parque habitacional público, as habitações voltadas para a lógica de mercado, a crise da zona do euro a partir de 2009, foram e são fatores de aprofundamento da crise

habitacional, associado às políticas locais de flexibilização da lei de rendas, a mercantilização com facilidades para os novos alojamentos locais, a lei Cristas² em 2012, mudou completamente como a habitação era vista em Portugal.



Figura 7 Despejo durante a demolição do bairro Estrela de África (2016). Protesto em defesa da habitação social. Fonte: Arquivo de Imagens Habita! (Facebook) (2012).

Nesse atual contexto, a conjuntura é marcada conceitualmente pelo que Harvey (2005) denominou como o novo empreendedorismo urbano em que as parcerias público-privadas, isto é o Estado atuando conjuntamente com os consórcios imobiliários e agentes deste ramo, focam no investimento através dos processos de especulação, e que cria fatores que torna o ambiente favorável aos negócios. A transição de um administrativo urbano para o empreendedorismo urbano, caracteriza-se como um momento de ordenação do espaço no processo de produção capitalista, em que são historicamente identificados com o Estado de bem-estar social e o Estado neoliberal, respetivamente.

² A Lei Cristas, conhecida assim pela iniciativa da ministra da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território, entre 2011 e 2013, Assunção Crista, que contribuiu para a disparada nos valores de arrendamento em Portugal. Regulamentada pelo Decreto-Lei nº 266-C/2012, a lei prevê, em linhas gerais, a flexibilização da duração dos contratos, estipula determinação de prazo para correção de rendas antigas e a facilitação de resoluções que decorrem do não cumprimento e mora das rendas.

O administrativo urbano é definido, portanto, pela predominância das instituições públicas e dos gestores públicos para projetar e gerir o ordenamento social caracterizado por políticas de ampliação de empregos e alargamento dos direitos sociais, incluído neste a habitação social. A transição para o modelo empreendedor urbano, marcado fortemente após os anos 1980, redefine a forma de definição dos projetos urbanos e estratégias de desenvolvimento. As características são definidoras e sintonizadas com as demandas internacionais da reestruturação produtiva a partir da desestruturação do mundo do trabalho, a desarticulação de entidades de classe, principalmente nas esferas sindicais, e aprofundamento das desigualdades sociais. A esta lógica do empreendedorismo urbano estabelece, segundo Harvey (2005, p.170- 171), como elemento central

A noção de “parceria público-privada”, em que a iniciativa tradicional local se integra com o uso dos poderes governamentais locais, buscando e atraindo fontes externas de financiamento, e novos investimentos diretos ou novas fontes de emprego (...) Em segundo lugar, a atividade da parceria público-privada é empreendedora, pois, na execução e no projeto, é especulativa, e, portanto, ao contrário do desenvolvimento racionalmente planejado e coordenado. (...) Em terceiro lugar, o empreendedorismo enfoca muito mais a economia política do que o território. A melhoria da imagem de cidades por meio da construção de centros culturais, de varejo, de entretenimento e empresariais, pode lançar uma sombra aparentemente benéfica sobre toda a região metropolitana. (...) Normalmente, o novo empreendedorismo urbano se apoia na parceria público-privada, enfocando no investimento e o desenvolvimento econômico, por meio da construção especulativa do lugar em vez da melhoria das condições num território específico, enquanto seu objetivo econômico imediato.

Estas demandas que caracterizam o modelo do empreendedorismo urbano surgem no âmbito da reorganização do capital, e que influenciam na disposição dos equipamentos urbanos, fazendo com que os projetos atendam a demanda posta pela globalização contemporânea, através de estratégias de revitalização, intervenções urbanísticas que, segundo aponta Vaz (2007, p.27) “salienta a cenarização da paisagem, a gentrificação, a culturalização e a espetacularização dos espaços renovados”, entre outros termos cunhados para expressar as características dos processos. A exemplo disto é o uso da arte e da cultura, por sua vez, que tem sido apontado como instrumento para reduzir estes desequilíbrios e promover a integração social (Vaz, 2007, p.28). Esse esclarecimento feito por Vaz torna-se elemento para leitura dos processos que

estão ocorrendo hoje nos bairros do realojamento do Casal Ventoso. Este contexto, Vaz (2007, p.27-28) analisa como parte da

Lógica de produção da cidade contemporânea e de suas desigualdades, assinalando ainda a lógica cultural, que acentua o esvaziamento e a crise dos centros urbanos e dos espaços públicos. Alguns destes aspetos são identificados por outros autores como associados ao “mal-estar da modernidade”, que advém dos complexos efeitos das novas relações entre espaço, tempo e tecnologias, da instabilidade, insegurança (Huyssen, 2000), da dissolução dos valores, de laços sociais e familiares partidos (Coelho, 1999), da redução de vínculos com lugares e instituições, da degradação ambiental, da pobreza, e das variadas e crescentes desigualdades e suas consequências.

Esta nova configuração urbanística equivale a uma dimensão central na conceção de cidade no século XXI. O renascimento urbano através dos processos de gentrificação, ou enobrecimento, distinguem os componentes que são responsáveis pelo declínio urbano e, partir de então, gerem o espaço público cidadão a partir dos processos de privatização e o estímulo ao mercado de habitações destinadas para as classes médias e altas, generalizando esse mecanismo na paisagem urbana (Bidou-Zachariasen, 2006).

2.1 - O Vale do Alcântara e o surgimento do bairro do Casal Ventoso

Apesar do tópico tratar do surgimento de um bairro, faz-se necessário esclarecer que o Casal Ventoso é um bairro extinto, desaparecido. A comprovação de sua existência hoje está dedicada à história e à memória daqueles que construíram cotidianamente aquele espaço vivido. Localizava-se administrativamente na Freguesia de Santo Condestável, circunscrita entre as freguesias de Campolide, Prazeres, Lapa, Santa Isabel e Alcântara, no sentido oriente do Vale.

A título de esclarecimento semântico, Alcântara, segundo Menezes (1993), é uma palavra de origem árabe (al-Kantara ou al-qan-Târâ) que tem como significado ponte, local de passagem, o que representa com fidelidade sua descrição. É de fato um local de passagem, com vias de comunicação, é o “local onde o que se passa somente é (re)sentido por quem está, ou seja, os

habitantes, pois uns grandes fluxos de pessoas se identificam como passageiros. Estar/ficar significa comprometer-se” (Menezes, 1993, p.425).

Para iniciar o trato histórico do bairro do Casal Ventoso, cabe fazer um resgate acerca dos processos migratórios para a cidade de Lisboa, principalmente a partir de 1864, ou seja, compreender de que forma os processos endógenos de desenvolvimento interior de Portugal possibilitou a expansão populacional e territorial da cidade lisboeta, levando em consideração a observação feita por Peixoto (1987, p.101) em que aponta que “não existe em Portugal muitos estudos sobre urbanização, nem de um ponto de vista demográfico, nem de âmbito mais geral. Uma questão que normalmente se discute, neste campo, é a da relação entre urbanização e industrialização”.

Posto isto, segue-se o percurso adotado por Miguel Chaves, o maior estudioso acerca do bairro do Casal Ventoso, em que ilustra historicamente as dinâmicas específicas para o surgimento do segundo bairro de Lisboa, antecedido apenas pelo bairro de Alfama, reflexo da expansão ocidental da cidade a partir da segunda metade do século XIX. Sinalizando para a estreita relação entre surtos migratórios e crescimento da cidade, Chaves (2013) advoga em defesa de que o acréscimo populacional a partir de 1864 processou-se através de uma distribuição distinta do espaço urbano da cidade de Lisboa. Essa diferente forma de apropriação deu-se fortemente em decorrência da diversidade de recursos econômicos disponibilizados, e em decorrência no acesso às formas de alojamento. Chaves (2013) ainda questiona as razões dos surtos migratórios especialmente para a cidade de Lisboa, e de onde vinham esses migrantes, e responde com a tese da centralidade da expansão do setor industrial lisboeta, gerando uma mancha economicamente atrativa e, por outro lado, a fuga do meio rural para os centros urbanos diante da miséria instalada. Entretanto, tal realidade não permitiu aos novos habitantes de Lisboa garantias efetivas de emprego diante das crises cíclicas de vagas no mercado de trabalho, gerando uma população excluída dos processos produtivos, colocando-os às margens muitas vezes desse sistema, o que Marx chamou por sua vez de exército industrial de reserva, em que a dimensão do desemprego estrutural é constituinte das economias capitalistas.

Neste sentido, algumas políticas urbanísticas frente ao desenvolvimento industrial tiveram de ser capazes de fornecer estruturas de circulação de bens, pessoas e mercado, sinalizando para a construção de linhas férreas nas principais zonas das cidades que se estendia pelo Vale de Chelas, Campo Pequeno, Rego, Sete Rios, descendo pelo Vale do Alcântara, encerrando na via marginal do Rio Tejo (Madeira Rodrigues *apud* Chaves, 2013). Chaves (2013, p.39) afirma, portanto, que o “incremento do comboio teve (...) implicações na ampliação de concentrações urbanas de mão-de-obra em torno de unidades de produção cada vez mais vastas”. A região do Vale do Alcântara, por sua vez, foi permeada de estabelecimentos industriais e, por conseguinte, estabeleceu um maior campo de habitações destinadas ao operariado que dele disponibilizava sua mão de obra.



Figura 8 Panorâmica a partir da rua Maria Pia sobre a estação Ferroviária de Alcântara-Terra.
Fonte: Eduardo Portugal / Arquivo Municipal de Lisboa (1936)

O surgimento do bairro do Casal Ventoso, em Lisboa, pode ser traduzido como uma área de concentração urbanística voltada para a classe operária a partir de uma gestão da cidade que favoreceu estruturalmente a caracterização

deste conglomerado. Seu nome adquiriu esta designação posterior, uma vez que sua denominação inicial era de Castelo Ventoso, que faz referência a uma aglomeração de casa quase sempre pertencente a uma mesma família, e tem relação com “noção de habitat disperso na região Norte de Portugal, já que muitos habitantes são de origem nortenha” (Menezes, 1993, p.427), inclusive com a estruturação de quintas com criações de animais e cultivos agrários. Já a expressão Ventoso advém do fato dos ventos que sopram na região advindas tanto do rio Tejo quanto da serra de Monsanto. O Casal Ventoso tinha duas distinções espaciais que os diferenciavam entre o Casal Ventoso de baixo, mais próximo de Alcântara e tendo surgido primeiramente, e o Casal Ventoso de cima, mais próximo à rua do Arco do Carvalhão, e que também era constituída por pessoas que tinham um poder aquisitivo ligeiramente melhor.

Migrações advindas por um estímulo de trabalho fabril, o bairro funda-se em 1837 e era identificado no mapa como o limite administrativo da cidade (Chaves, 2013) e, portanto, um sítio com densidade habitacional irrelevante, cenário que começa a sofrer modificações a partir de 1880 diante das construções ferroviárias no Vale do Alcântara e ampliação do acesso a essa região, em um contexto anteriormente relatado. A virada para o século XX é marcada pelas edificações de cunho mais clandestino, sendo o ano de 1945 como ano em que sua construção foi praticamente concluída, sendo visto apenas alargamentos das habitações já erguidas anteriormente.



Figura 9 Casal Ventoso. Fonte: Artur João Goulart / Arquivo Municipal de Lisboa (1966)

O entorno do Casal Ventoso era favorecido pela oferta de mão de obra em hortas, pedreiras, fábricas, docas, comércio, e o bairro funcionava como uma espécie de dormitório para a classe trabalhadora que ali se estabelecia. Uma atividade que foi fortemente marcada no Casal Ventoso era a chamada “gandaia”, uma espécie de “atividade de apanha, selecção e venda dos lixos aos ferros-velhos, essencialmente trapos e cartão provenientes dos vazadouros existentes no Bairro (Chaves, 2013, p.58). Um serviço que era desempenhado fortemente por crianças, juntamente com a tarefa da recolha de sopa destinadas aos pobres ofertada no Campo de Ourique (Chaves, 2013). A gandaia, por sua vez, representa um tipo de atividade laboral no período da desindustrialização da região do Vale do Alcântara, assim como o processo de degradação do bairro através da falta de investimentos em habitações em vilas e pátios, a migração intensificada de famílias sem enraizamento social no bairro que não tinham posses para efetivar alguma restauração deste parque habitacional, ampliando a degradação contínua que se estabelecia no Casal Ventoso.

As atividades ilegais ocorriam concomitantemente ao desenvolvimento das atividades laborais correntes no bairro. A prostituição, a própria gandaia, as

práticas de pequenos furtos, e posteriormente o tráfico e consumo de drogas (principalmente após o retorno daqueles que foram enviados às guerras coloniais em Angola, Guiné-Bissau e Moçambique, após 1974), demarcou a região como um sítio estigmatizado que se constituiu em torno de um problema da miséria, e a partir dos anos 1950 o estigma que era traduzido por essa miséria transita para um estigma baseado na delinquência (Chaves, 2013). Pode-se ler, portanto, que o espaço urbano tratado é definido pela noção de um território

onde é visível a ocorrência de actividades ligadas às drogas, desde o comércio ao consumo passando pelo convívio e pela ocupação do tempo tendo como elemento importante do encontro as drogas ilegais; alguns desses lugares são ao mesmo tempo etiquetados como “de drogados” pelo rumor social a respeito dos temas da insegurança urbana, dos comportamentos desviantes, etc. (...) Há lugares das drogas que são relativamente visíveis porque são feitos de encontros em ruas, esquinas ou sítios específicos de alguns bairros (Fernandes, 1997, p.56-67)

Tal espaço apresentou, de forma recorrente, a expressão de problemas sociais estruturais de forma potencialmente mais evidente, tornando-se um “espaço problema” no ordenamento urbano. Este território estigmatizado foi submetido a estratégias de intervenção urbanística que foram orientadas por determinadas políticas de gestão do espaço público que, em alguma medida, promoveram a maximização ou minimização da injustiça espacial, a fim de que fosse viável tornar este espaço um ambiente coerente e organizado visualmente, com o intuito de corrigir os desequilíbrios por ele provocado. Uma intervenção que fortaleceu o processo de periferização do Casal Ventoso foi a construção da Avenida Ceuta, concluída em 1953, que diante da nova demarcação das fronteiras administrativas e definindo novas margens sociais, possibilitou o aumento da visibilidade, e da sua exposição frente à cidade.



Figura 10 Construção Avenida Ceuta. Fonte: Horácio Novais / Arquivo Municipal de Lisboa (1949).

2.2 - Territórios Psicotrópicos: a produção do espaço estigmatizado do Casal Ventoso

Territórios demarcados pelo consumo de substâncias psicoativas tornadas ilícitas e sua relação com o meio urbano envolve várias problemáticas de diferentes dimensões, principalmente quando se observa realidades distintas. O aspeto da ilicitude também redefine uma série de considerações quando se observa o aspeto geral destes espaços, não operando como um determinante de suas possibilidades de realização e existência, mas como um determinante que orienta políticas públicas de gerenciamento no que diz respeito ao uso em

maior ou menor grau de ações repressivas, e outros instrumentos que se aplicam nestes espaços.

Mas o que define determinado território como um espaço por excelência pelo uso de substâncias psicoativas tornadas ilícitas? O que se faz considerar essa dimensão na construção do estigma de determinados bairros em detrimento de outros? Por que tal estigma é atribuído apenas aos territórios de substâncias ilícitas, e os que se caracterizam pelo consumo de substâncias lícitas isso não é aplicado? Por que há um investimento sobre os bairros em que há proliferação de bares e cenas noturnas de festas, principalmente nos circuitos turísticos, e as cenas de consumo de substâncias ilícitas são elementos a serem expurgados da paisagem urbana? Entretanto, quando se define que determinado espaço é um local por excelência de consumo de substâncias psicoativas tornadas ilícitas, e aqui tomo como parâmetro os territórios de consumo de heroína, quais são seus limites dentro da cidade? Onde está a fronteira que separa e desloca este espaço do restante da cidade? Uma coisa é percebida, dentre matérias jornalísticas e reportagens televisivas, que as ações de re(vitalização) / re(qualificação) / re (estruturação) deslocam tais populações “outsiders” de determinados territórios, e seu efeito direto é o espraiamento destes pela cidade, voltando a se reorganizar em locais próximos dos entornos do que fora os antigos territórios definidos como por excelência de consumo de drogas. Percebeu-se isto, por exemplo, nas ações realizadas na Cracolândia, na cidade de São Paulo, e no bairro do Casal Ventoso, em Lisboa.

Trata-se de atuações em territórios estigmatizados que, avaliando sua trajetória histórica, elege diferentes problemas para atribuir tal dimensão deteriorada a tais espaços. Seja advindo de uma noção popular de habitação, de bairros sociais, de espaço de trabalhadores, de locais empobrecidos, de consumo e venda de drogas, são construídos discursivamente, principalmente pela *mass media*, a noção de segurança necessária para se combater a violência e a deterioração urbana.

A caracterização do discurso elenca palavras orientadoras do que deve ser feito a respeito da identidade destes territórios. Projetos urbanísticos são desenvolvidos de modo a interceder em tais espaços a fim de que este espaço estigmatizado seja eliminado do espaço urbano em questão. Entretanto, apesar

de ser implementado tais intervenções, a dimensão do estigma, quando deixa de se concentrar em um espaço físico em específico, ele se difunde em outros espaços do território das cidades. Aqui, neste estudo em particular, trata-se de espaços visibilizados de consumo de substâncias tornadas ilícitas. Não se abarca as salas de consumo, nem consumos privados, nem locais especializados e privados de venda de consumo (como *coffeeshops*, em Amsterdão, por exemplo). O interesse aqui é o consumo público, de trocas imediatas e mediadas por pessoas físicas, em locais da cidade em que isso é percebido.

Compreendido como um espaço a ser evitado e usado como instrumento que representa um perigo iminente à moral socialmente estabelecida, o bairro do Casal Ventoso tornou-se um indicador da impossibilidade do urbano para todos, tanto para os produtores diretos destes espaços, seus sujeitos históricos, quanto para aqueles que identificam tais locais como fora de circuito de uso e apropriação do espaço público. O evitamento experiencial sobre este lugar faz com que se produzam, em associação com outros determinantes sociais, um intenso processo de marginalização espacial, originando uma dimensão da urbe identificada como território perigoso e a ser distanciado.

Vale pontuar a título de esclarecimento que tais territórios não são definidos através de topografias, zonas limítrofes, fronteiras demarcadas. São, acima de tudo, espaços existentes identificados por práticas sociais específicas, mas que são fluídas, mesmo como uma mancha com áreas mais ou menos concentradas, que integra um fluxo maior no conjunto da cidade. Ela não é rígida, nem imóvel, ela é um espaço pulsante, vivo, que pode se deslocar dentro de um mesmo bairro, redefinindo as referências espaciais. A noção de território não é apenas geográfica, nem apenas demarcado por uma prática social particular, mas é também definido pela visibilidade que se ganha por determinadas formas de sociabilidade que nele se estabelecem. No caso do Casal Ventoso, sua popularidade nos jornais, assim como suas múltiplas adjetivações que são consenso na sociedade, é visto como local “perigoso”, como “hipermercado das drogas”, como se o todo de um bairro fosse permeado apenas e exclusivamente por essas redes ilícitas e práticas criminais, como se toda a casa fosse um ponto de vendas de substâncias psicoativas tornadas ilícitas, como se todo espaço

público fosse permeado por usuários/as consumindo tais substâncias. Essa é o cenário que permeia o imaginário social quando se refere aos territórios de consumo de drogas, ou melhor dizendo, territórios psicotrópicos.

Estes territórios são constituintes das cidades e tornam-se o *locus* privilegiado de comportamentos urbanizados, como resultante da explosão do crescimento urbano, mais particularmente ainda nas regiões de concentrações industriais e nas proximidades de pontos de transporte, tais como cais, portos, estações de trem, etc. Esta pesquisa trata especificamente de territórios desta natureza, do estigma percebido e visibilizado, mas vale o registo que há territórios fechados, com baixa visibilidade social, outros abertos e bastante visíveis, porém socialmente aceitos e até incentivados economicamente, como por exemplo as zonas de bares e *pubs* nas cidades. Deste modo, objetiva-se compreender um território psicotrópico a partir da percepção cidadina, a partir das negociações de conflitos entre norma/desvio, ordem/desordem.



Figura 11 Toxicodependência no Casal Ventoso. Fonte: Carlos Gil / Arquivo Municipal de Lisboa (1999)

Os anos de 1980 e 1990, portanto, registam esse crescimento da visibilidade do consumo de drogas, principalmente da heroína, no bairro do Casal Ventoso, em que a atribuição de “hipermercado das drogas” foi uma rotulação que sinalizou o estigma com base em três aspetos fundamentais que

afirma que para todo observador exterior que conhece tal estigma, a diversidade e a complexidade internas dessa região são reduzidas, em larga medida, a uma única característica valorizada de forma negativa. Essa característica regional é socialmente construída e concebida como um “problema social”. Em segundo lugar, a região que transporta esse estigma não é apenas portadora do problema, mas é também concebida enquanto símbolo desse problema. Com isto queremos dizer que ele não só existe nesse local como pode, através de processos de estigmatização exacerbados, passar a fazer parte essencial do próprio local ou ser mesmo considerado uma característica exclusiva desse espaço e dos seus habitantes [...] Por último, o próprio facto de um habitante pertencer ou habitar nessa região consiste num estigma transportado individualmente. Possuir o estigma significa, então, que o seu portador possui virtualmente o problema que se atribui à região por inteiro. (Chaves, 2013, p.71-72).

A constituição de tais espaços estigmatizados é lida como uma determinada espécie de “patologia” social localizada na paisagem que precisa ser corrigida por intermédio de projetos urbanísticos de ordenamento do território a fim de reabilitar tais espaços dentro de uma normativa socialmente aceita. A definição trazida por Medeiros (2010, p. 168) acerca de limites e fronteiras como “abstrações construídas com a intenção de marcar e demarcar territórios reais e simbólicos, separar indivíduos que, em seu cotidiano, criam símbolos de relacionamento e uma lógica própria de sobrevivência”, associada à dimensão categorizada por Espinheira (2004, p.14) acerca da ideia de urbanização das drogas, ambas dialogam acerca das territorialidades nas cidades sobre zonas adjetivadas, tanto a fim de enaltecer ou menosprezar, como locais a ser conhecidos ou evitados. As dinâmicas que se estabelecem nessas fronteiras abstraídas nas cidades ou, como aponta o próprio autor, permite a compreensão dos tipos de prevalência e convivência de usuários, traficantes e produtos, resultantes da adaptação da economia das drogas aos espaços físicos e sociais da cidade. Esses territórios urbanos das drogas são compreendidos, portanto não apenas como limítrofes de um conceito subjetivado, mas também como

Un lugar de concentración espontánea de actores sociales de las drogas; o cómo un lugar donde hay una alta probabilidad de que ocurra una interacción a propósito de las drogas, aunque ello no forme parte de La interacción previa de los sujetos. Estos lugares cumplen La función de potenciar contactos instrumentales eficaces para El way of life de las drogas: funcionando como atractor espacial, permiten La interacción entre los actores (Fernandes, 2010, p.57)

O sítio das drogas, expressão que intitula um artigo do professor da Universidade do Porto, Luís Fernandes, traça uma etnografia dos chamados territórios psicotrópicos que são regiões em que o cidadão médio desconhece essas regiões, sem ter experiências diretas nessas localidades, e normalmente são associados como perigosos, e seu conhecimento sobre tais locais restringem-se ao que lhe é exibido nas manchetes de jornais e televisão.

Fernandes (1995) utiliza-se do nome do bairro para conceituar um fenômeno denominado “efeito Casal Ventoso”, com dois momentos distintos: o discursivo e o da ação. O momento discursivo do “efeito Casal Ventoso” compreende a existência de rumores que, no caso em questão, são lidos a partir de expressões como “hipermercado das drogas”, “sítio das drogas”, a título de exemplo, e que ganham notoriedade e massificação a partir dos *mass media*. Os veículos mediáticos tem a função de amplificar tais dimensões particulares de determinados territórios, o que Fernandes (1995) chama de “rumor insegurizante”, que aposta na crença de que Portugal teve um aumento de drogas e, portanto, um aumento de apreensões, de consumidores, de prisões, de locais de consumo, e elege tais locais como a gênese dos estereótipos e dos rumores sobre as drogas. Fernandes (1995, p.25) vem definir rumor como um

processo de comunicação que não se define pela verdade ou falsidade das mensagens que transmite, mas pela função social que preenche: acalmar uma tensão que a opinião pública experimenta como ameaça na ausência de orientação política clara. Pelo rumor, os actores sociais compensam as lacunas de informação que lhes permitiriam compreender e eventualmente dominar a situação.

Como resultado deste rumor, a imputação de um estereótipo (hipermercado das drogas, o *junkie*, o criminoso, etc.) gera igualmente um sentimento de insegurança que, por sua vez, se traduz em expressões de pânico moral definido por Cohen (1979, p.9) como “condição, um episódio, uma pessoa ou um grupo de pessoas passa a ser definido como um perigo para valores e interesses societários; sua natureza é apresentada de uma forma estilizada e estereotipada pela mídia de massa”.

O segundo efeito Casal Ventoso diz respeito às ações dos dispositivos de segurança pública, em que a presença das forças policiais tem forte atuação nestes territórios específicos.

Esses espaços, que tiveram seus significados construídos sob a perspectiva de uma ordem moral específica de comportamentos sociais, que tem sua imagem animada principalmente pelas Mídias tradicionais, onde a condição de “criminosos” e outros sujeitos praticantes das mais variadas formas de delitos, dá sentido àquele lugar, restringindo ao espaço como um local privilegiado da prática da desordem, da ilegalidade, e do imperativo da anomia social. Tais espaços Ezra Park (1987) cunhou de uma região moral que, vinculado à ideia de espaço, o território urbano das drogas entendido como uma região moral consiste em uma delimitação abstrata do meio urbano que corresponde a um *ethos*, a um determinado tipo de comportamento social, que associa sujeitos que assemelham-se na forma em que vivem, e que são singulares de um determinado grupo em específico. Essa região moral, Park (1987, p.64) vai apontar que o resultado dessa configuração é

(...) dentro da organização que a vida cidadina assume espontaneamente, a população tende a se segregar não apenas de acordo com seus interesses, mas de acordo com seus gostos e seus temperamentos. A distribuição da população resultante tende a ser bastante diferente daquela ocasionada por interesses ocupacionais ou por condições econômicas. Cada vizinhança, sob as influências que tendem a distribuir e a segregar as populações cidadinas, pode assumir o caráter de uma “região moral”. Assim são, por exemplo, as zonas do vício encontradas na maioria das cidades. Uma região moral não é necessariamente um lugar de domicílio. Pode ser apenas um ponto de encontro, um local de reunião.

Park (1987, p.65) deixa muito claro o sentido da existência desses espaços urbanos claramente demarcados, estigmatizados, e marginalizados, colocando que “as causas que fazem surgir o que aqui descrevemos como “regiões morais” são devidas em parte às restrições que a vida urbana impõe; e em parte à permissibilidade que essas mesmas condições oferecem”.



Figura 12 Cena de consumo de drogas na Rua Maria Pia. Fonte: Gabinete de Reconversão do Casal Ventoso

De modo geral, tais formas de ler o bairro, seja como uma região moral, território urbano das drogas, ou a própria urbanização da drogas, são formas de ler conceitualmente um determinado espaço que colocam em jogo rotulações estigmatizantes, aprofundamento das desigualdades socioeconómicas, ampliação da repressão estatal, e, por outro lado, a tentativa dos moradores do bairro de distanciar-se dessas associações depreciativas, assim como reafirmar identidades associadas a um papel socialmente aceito, como partes de um processo que Machado da Silva vai sinalizar como uma “limpeza simbólica”. Tal conceito aponta para uma dupla natureza em que, segundo Machado da Silva (2007, p. 574)

De um lado, procuram afastar-se do mundo do crime, reivindicando não serem identificados com os criminosos, enfatizando sua natureza ordeira e pacífica e os padrões de moralidade burguesa que seguem (...) De outro lado, como muitas vezes os traficantes são parentes, vizinhos ou conhecidos próximos, os moradores desenvolvem um esforço sempre individualizado e pontual para “reumanizar” ou “remoralizar” a pessoa em questão, do tipo “ele está nesta vida, mas...” e acrescentando alguma característica moralmente positiva. Ou seja, não se trata de justificar as práticas criminais. Os moradores apenas sugerem que, mesmo adotando uma forma de vida reprovável, a

pessoa teria características que a tornam “gente como a gente” e não um monstro moral.

Esta temática será aprofundada nos capítulos mais a frente em que as narrativas memoriais apresentam tal natureza. A proposta até agora apresentada é compreender a gênese da cidade de Lisboa, e onde o bairro do Casal Ventoso se insere nessa dinâmica social, a partir de suas origens e desenvolvimento na urbanidade da capital portuguesa. A seguir será apresentado o Programa Especial de Realojamento do Casal Ventoso, sua dissolução no que hoje é o Bairro da Cabrinha, Ceuta Sul e Loureiro e, posteriormente, um estudo sobre dinâmicas de bairro e as interferências sociais de como uma mudança na arquitetura do espaço provocou alterações nas dinâmicas sociais deste território.

2.3 - O Programa Especial de Realojamento - PER do Casal Ventoso

Feito tal recorte sobre uma das dimensões imagéticas do Casal Ventoso, traz-se para discussão o chamado Programa Especial de Realojamento, um intento estatal que vinha sendo discutido desde 1993 como um projeto de habitação voltado para os bairros sociais, entretanto não foi o primeiro projeto a ser implementado neste sentido: em 1933, o Programa de Casas Económicas, e em 1938, o Programa das Casas Desmontáveis. Este último era um serviço temporário de fornecimento de casas para a população que não conseguia ascender ao Programa das Casas Económicas, como forma de residência provisória. O PER nasce, segundo Cachado (2013, p.139) da “necessidade política de solucionar o problema da proliferação de bairros degradados às portas das principais cidades. Importa, por isso, rever brevemente em que contexto se deu o crescimento exponencial de bairros de construção informal, e olhar com atenção para os anos que precedem”. A expansão das habitações clandestinas em Lisboa, nos anos 1970, o esvaziamento das políticas habitacionais na implementação das políticas neoliberais dos anos 1980 e 1990 foram fatores importantes que influenciaram a demanda por um projeto de habitação em Lisboa.

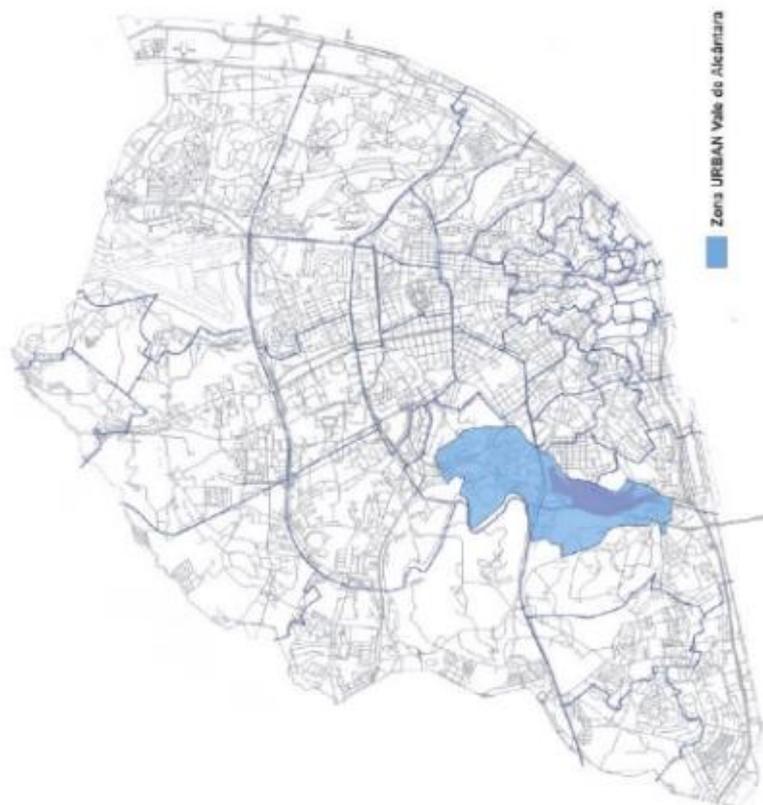


Figura 13 Zona Urban Vale do Alcântara (em azul), sobrepondo a identificação da delimitação do Casal Ventoso. Fonte: Programa de Iniciativa Comunitária Urban II: Vale do Alcântara.

O PER, portanto, foi legislado em 7 de maio de 1993, por meio do Decreto n.º 163/936 e tem como os eixos estruturantes a erradicação das barracas, envolver os municípios de forma vinculada no processo, e a um nível mais complexo de leitura sociopolítica, e potencializar através do realojamento uma mudança no estilo de vida dos moradores. O texto da legislação enfatiza que o PER

complementarmente à resolução do problema habitacional, é oferecido aos municípios ou instituições particulares de solidariedade social um programa alargado de inserção social das comunidades envolvidas, visando a criação de condições a uma plena integração destas populações na comunidade e combatendo os problemas de criminalidade, prostituição e toxicodependência, entre outros, a que a exclusão social motivada pela falta de condições habitacionais condignas as deixou votadas.

Entre os anos de 1999 a 2002, no âmbito do Programa Especial de Realojamento - PER, financiado pelo Programa de Iniciativa Comunitária Urban II, foi realizado processo de realojamento da população da encosta do Casal

Ventoso para a Quinta da Cabrinha, Ceuta Sul e Quinta do Loureiro, sítio denominado de Núcleo Central do Vale do Alcântara. Estima-se que foi realizado o deslocamento de 3653 habitantes em alojamento (Projeto Alcantara, 2001, p. 10).

O Programa de Iniciativa Comunitária Urban da União Europeia que compreendia as cidades, por um lado, como uma fonte de crescimento dentro da economia global, um *locus* privilegiado de concentração de riquezas e conhecimento, por outro era igualmente o berço de problemas graves originados da forte desigualdade social, da exclusão econômica e social, tais como os problemas de criminalidade, degradação ambiental, racismo, e perda da identidade local. Tendo em vista tal cenário, o programa Urban entendeu as zonas urbanas como local estratégico para execução de projetos que têm objetivos europeus comuns para “a promoção da competitividade económica, a inserção social, a sustentabilidade ambiental e a melhoria da cultura e da identidade locais” (Urban, 2013, p.6), e para atingir esse fim o programa estabelece a eliminação de obstáculos para a atuação da capacidade empresarial, estimulação de novas tecnologias, atacar a exclusão social por meio de empregabilidade, formação profissional, desenvolvimento das capacidades das comunidades locais, e a recuperação física e ambiental das cidades. O programa Urban II, segunda fase do Urban I que decorreu entre 1994 e 1999, foi onde se inseriu a intervenção no bairro do Casal Ventoso que, com o apoio do Parlamento Europeu estabeleceu orientações de iniciativas comunitárias em locais como subúrbios e bairros degradados.



Figura 14 Demolição de barracas do Casal Ventoso. Fonte: Gabinete de Reconversão do Casal Ventoso.

Aqui, tem-se em vista uma das facetas pelas quais se dá a expansão das fronteiras de mercado (Harvey, 2012): a redefinição de espaços urbanos sob o impacto de programas de “renovação” (ou “requalificação” ou “revitalização”) urbana, sobretudo naquelas áreas tidas como deterioradas ou “de risco”. Trata-se, na prática, como já notaram Harvey (2012) e muitos outros autores, da expansão ou criação de novas fronteiras urbanas para os circuitos de mercado, de modo a redefinir os usos desses espaços, excluindo-se todos aqueles que não se enquadrem no padrão de mercado, ou simplesmente pareçam constituir uma ameaça (com suas condutas e comportamentos indesejáveis) aos negócios e ao consumo. O processo de intervenção no Casal Ventoso que serviu para integrar o bairro no tecido urbanístico, a partir principalmente da Operação de Reconversão e Integração Urbana do Casal Ventoso com apoio do programa URBAN da comunidade europeia, inscreveu o bairro num contexto global de produção sócio espacial, articulado com a lógica local de dinâmicas particulares de apropriação e usos do espaço.

Esta população que foi desalojada, e realojada, vem se organizando para realizar um Núcleo Interpretativo do Casal Ventoso a fim de reconstruir a memória do que foi o bairro no período anterior à reconversão. É a partir deste cenário que segue o desenvolver na discussão sobre memória, identidade e construção de um território estigmatizado na cidade de Lisboa.



Figura 15 Panorâmica dos bairros do realojamento. Fonte: Gabinete de Reconversão do Casal Ventoso.



Figura 16 Pátio interno do prédio da Quinta da Cabrinha. Fonte: Acervo Pessoal.

2.4 - Estudos sobre bairros: uma abordagem sociológica

Tendo em vista o entendimento anteriormente exposto que localiza o processo de urbanização de Lisboa no contexto do desenvolvimento capitalista demarcado após o terramoto de 1755, assim como a gênese do antigo bairro do Casal Ventoso nesse contexto específico, e suas transformações no âmbito do planejamento urbano a partir de um novo edificado habitacional dando prosseguimento aos bairros da Quinta do Cabrinha, Loureiro e Ceuta Sul, cabe trazer o entendimento sociológico acerca das dinâmicas de bairros.

Caracteriza-se, portanto, a ideia de bairro, portanto, “como um lugar onde está presente predominantemente, embora não exclusivamente, uma população e/ou uma função particular (“bairros operários”, “bairros, residenciais”, “bairros comerciais”, bairros sociais”, etc.)” (Gonçalves, 1988, p.17). Em outra referência trazida por Fernandes (1997, p.127) o bairro é “uma entidade que resulta dos fenómenos de espacialização das urbes”, e que resulta em diferentes configurações nos diversos países, sejam os *barrios* em Espanha e México, *cités* na França, neste caso relacionado aos bairros sociais que, de modo geral, congregam populações economicamente desfavorecida que foram resultantes dos processos de explosão populacional. Uma outra categoria dentro deste arcabouço maior que envolve distinções sobre os bairros, especificamente os bairros degradados, são os que se caracterizam pelas zonas de barracas, quem em Portugal corre com uma denominação de “bairros de lata”, no Brasil algo como favelas, ou os *slums* na América do Norte, ou reconhecido internacionalmente com um conceito genérico de “*ghettos*”. Neste sentido percebe-se que o Casal Ventoso ascendeu não só no aspeto conceitual, mas também arquitetónico, que passou de um bairro de lata para um bairro camarário, ou bairro social. Mudou-se a paisagem do conjunto arquitetónico, porém permaneceu a população mais economicamente desfavorecida do conjunto da sociedade.

Gonçalves (1988) oferece uma abordagem centrada em três considerações que serão aqui utilizadas para fins analíticos. A primeira delas é a fundamentação sociológica acerca dos bairros em que distingue a ideia da separação espacial e o processo de segregação social, que não são sinónimos do mesmo processo. Falar de bairro é referir-se também ao centro, que tem suas qualidades exacerbadas a partir da ideia de lugares mais utilizados quanto mais aberto forem e, portanto, mais valorizados, como um maior grau de heterogeneidade às populações que se apresentam nela, e os bairros, por sua vez, vêm um tanto na contramão, são espaços mais valorizados a partir de suas intensidades de significados, e de apropriações simbólicas. A exemplo disto será visto mais aprofundadamente no próximo capítulo, a dimensão da rotulação negativada imposta nas relações de interação simbólica expressas nas falas dos

moradores do antigo Casal Ventoso ao afirmar que deste bairro se faziam pertencentes.

Construída a partir desta distinção entre centro e bairro, o antigo Casal Ventoso foi construído socialmente, principalmente a partir dos anos 1980, uma visibilidade de bairro. Essa imagem que preencheu tal visibilidade foi disposta a partir da rotulação de um bairro degradado e estigmatizado, principalmente pelo consumo de substâncias psicoativas tornadas ilícitas, em especial o consumo visibilizado de heroína. Entretanto, em uma observação feita por Feltran (2011), em sua obra resultante de sua tese de doutoramento “Fronteiras de Tensão: política e violência na periferia de São Paulo” aponta para uma transformação no bairro de Sapopemba sinalizado para uma transformação em sua identificação no bairro como um espaço anteriormente destinado à habitabilidade de operários e trabalhadores durante os anos 1970 aos anos 1990, e como a juventude rompe com essa identificação a partir de sua inserção no mundo do crime a partir de meados dos anos 1990. Essa identificação parte para assemelhar um processo vivido igualmente pelo antigo Casal Ventoso que identificado inicialmente como um bairro destinado aos trabalhadores e operários de fábricas e da indústria portuguesa que ali se situavam. Em meados dos anos 1980 o Casal Ventoso passou a ser identificado como um grande universo do mundo do crime.

Percebendo os territórios marcados pelo consumo de drogas de forma pública, visível, percebida pela coletividade, nota-se que são historicamente locais que foram destinados à classe trabalhadora, fundamentalmente seus bairros de habitação. Que processos implicam nas transformações desses bairros com essas características? Porque os antigos bairros operários hoje têm uma forte vinculação com consumo de drogas e, conseqüentemente, a caracterização de um espaço degradado e estigmatizado? Nota-se isso nos bairros do Aleixo, no Porto, no antigo Casal Ventoso, em Lisboa, no Terreiro da Erva, em Coimbra, e no Brasil, no bairro da Luz, em São Paulo. Percebe-se, igualmente, que bairros de habitação da classe média esse processo não é percebido de forma uniforme, mesmo que haja consumo de drogas publicamente. Essa dimensão torna-se espaço, por muitas vezes, na elitização das formas de consumo e, diante disto, socialmente aceito e tolerado. É o que

se percebe nas *coffeeshops* holandesas, por exemplo. No entanto, bairros de habitação de classe alta o consumo público de drogas não é percebido, uma vez que as dinâmicas de uso são estritamente privadas, levando em consideração que a privatização do espaço público gera uma reorganização urbana que condiciona as práticas de natureza ilícita a uma privação visual e experiencial do restante da cidade.

Ou seja, os bairros associados às práticas ilícitas tem forte vinculação com a classe social que os definem, apontando não para a relação causal de que as classe trabalhadora é consumidora de substâncias psicoativas e se inserem na rede de comércio ilícito, mas que as suas práticas sociais são mais visíveis pelas formas que vivenciam o bairro, com maior tempo de permanência nas ruas, e até mesmo pela razão de não ter uma habitação e viver em situação de rua nas zonas próximas de bairros estigmatizados. A associação de identidade de classe é geradora de sentimento de aproximação territorial, de comportamentos sociais e de criação de redes de solidariedade.

O antigo bairro do Casal Ventoso, identificado inicialmente como um bairro de habitações precarizadas e de barracos localizados na encosta do vale, com moradias aproximadas que geravam um processo de identificação e relação entre vizinhos, sofreu um rompimento na natureza destas relações. Após o processo de realojamento, onde as casas antigas foram demolidas, e os moradores foram realocados em prédios construídos neste novo bairro social, os distanciamentos foram produzidos nas relações, a comunicação dificultada, perdendo o sentido de orientação e fixação no novo bairro. O Casal Ventoso demolido não fez apenas as casas virem ao chão, mas fez também vir ao chão o sentido de enraizamento social. Segundo Gonçalves (1988, p. 28), em uma citação à obra de Coing (1984), aponta que em uma renovação levada à cabo em Paris nos anos 1960, mostrou que “a deslocação imposta conduziu à morte relacional e mesmo física de pessoas que residiam aí em velhas casas desconfortáveis, mal equipadas”.

Esta análise do processo de urbanização de Lisboa, fazendo um recorte acerca do bairro do Casal Ventoso, sua localização frente ao Vale do Alcântara, e a compreensão conceitual destes territórios, vem como objetivo de fundamentar espacialmente o objeto a partir da compreensão que a urbanização

é um processo social que envolve um amplo leque de atores sociais, com interesses diversos, e que interagem a partir de uma configuração bastante particular de práticas espaciais que se entrecruzam.

Capítulo 3 – As memórias do Casal Ventoso: reminiscências de um bairro desaparecido

O período posterior ao realojamento dos antigos moradores do Casal Ventoso para um novo bairro, com novas edificações, implicou numa espécie de luto pelo fim do antigo bairro que foi ao chão. O estabelecimento de novas formas de relações sociais, os novos equipamentos habitacionais, as novas dinâmicas societárias, foi lida como uma espécie de apagamento de um antigo bairro completamente degenerado. O passado, este tempo histórico material e subjetivo, que atribuiu o adjetivado título de “hipermercado das drogas”, com milhares de transeuntes sob efeitos de psicoativos e em transações ilícitas, não fazia mais sentido naquele momento, sendo uma marca localizada circunscrita em um tempo e em um lugar que não mais existia. Nas incursões realizadas nos bairros do realojamento ouvi de um motorista de táxi dizer “aqui era o antigo Casal Ventoso, um lugar cheio de drogas, hoje já não mais nada disto”.

O bairro foi abaixo, e a crença que permeia o imaginário social é de que com ele os estigmas, a degradação, a exclusão social também o foram, ou pelo menos acreditava-se que iam. Minhas memórias em particular, ao andar pelas ruas e vielas dos bairros do realojamento, foram artificialmente produzidas pelas leituras em jornais, livros, vídeos, e falas de pessoas que vivenciaram ali. Não me foi possível construir minha própria memória sobre o que vi, o que vivi, apenas o que ouvi e li a respeito, por estar em um bairro que já não existe mais, um bairro desaparecido. Projetar as histórias no território, entre tramas e roteiros, fizeram parte de uma imaginação sociológica em que ficou a cargo da criatividade processar as informações que serão descritas posteriormente aqui. Um equipamento interessante para se passear pelo presente com os diálogos sobre o passado, quando não fora possível estar presencialmente em Lisboa, foi o aplicativo do *Google Maps*. Acionando um dispositivo para sair do modo satélite e entrar no modo de recortes fotográficos conjuntamente delineados para reproduzir imageticamente o espaço disponível na rede mundial de computadores foi um item a ser destacado nesse processo criativo. Pessoas estagnadas no tempo, assim como carros, e um cotidiano vulgar, que no

momento de registo era presente, mas agora já é passado, continua a demarcar o presente aquela imagem.

Diante disto a opção metodológica eleita foi de uma análise documental a partir da ideia do Núcleo Interpretativo do Casal Ventoso, liderado pelo Projeto Alkantara, junto com os/as antigos/as moradores/as do bairro, como resultado do projeto Memórias do Casal Ventoso. A decisão pela análise documental deveu-se por duas razões específicas: a) razão econômica: a inviabilidade financeira de residir em Lisboa, ou nos bairros do realojamento fez com a opção metodológica disponível ficasse à cargo das visitas à Lisboa uma vez por mês, durante os meses de Janeiro a Maio de 2019, enquanto que o acervo documental me permitia um acesso irrestrito e sem grandes obstáculos, podendo aceder por diferentes fontes em qualquer outra cidade que estivesse; b) razão estratégica: a utilização de recursos que registraram essas memórias em jornais e livros traria mais veracidade, reforçaria os dados obtidos nas entrevistas, além de ser uma ferramenta privilegiada de orientação sociológica, e evitaria o efeito “doppler” inverso da memória. Este efeito, muito bem referenciado por António Firmino da Costa, usa uma referência do campo do fenômeno da física para aludir à estruturação da memória social. Doppler, o físico austríaco que no século XIX estudou sobre fenômenos acústicos afirmou que quando uma fonte de ondas sonoras que se movimentam rapidamente se aproxima (como uma ambulância em emergência, por exemplo), a frequências das vibrações aumentam e o som torna-se mais aguda para o observador. No que diz respeito à memória social, quanto mais afastado historicamente dos fatos, as falas acerca daquela realidade, seus juízos de valores, em particular tendem a aumentar, sendo, portanto, um efeito Doppler inverso.

Deste modo, recorri ao Gabinete de Estudos Olisiponenses, um lugar bastante agradável de amplo jardim, uma casa senhorial do século XVII, ornamentada pelos irmãos Bordalo Pinheiro. Ao começar o mecanismo de busca do “Casal Ventoso”, retornou 239 itens relacionados, em sua maioria matérias jornalísticas nas quais foram fotocopiadas em sua totalidade. Muito dos escritos presentes nos jornais não traziam as vozes dos sujeitos ativos, e sim descrições de jornalistas sobre ações de intervenção urbanística (em preponderância o processo de realojamento), a exploração do “mundo das drogas” no Casal

Ventoso, e os problemas sociais advindos das habitações irregulares. Deste modo, a proposta não é apenas fazer resgatar as memórias que já se apresentam disponíveis no Núcleo Interpretativo do Casal Ventoso, mas também construir uma trajetória memorial através de abordagens jornalísticas, retratando períodos e memórias que não conseguem ser apreendidas no tempo presente pelas inviabilidades de resgate de lembranças sejam por razões de esquecimento, ou pelo fato de que tais pessoas também faleceram. As falas apresentadas no Núcleo Interpretativo do Casal Ventoso, portanto, é um prelúdio, no qual fundamentou e inspirou a proposta desta tese inicialmente.

Dessarte, o projeto de articular a memória do Casal Ventoso é organizado por um agrupamento de projetos e organizações de bairro identificados pela Associação de moradores do Bairro do Casal Ventoso, Junta de Freguesia de Alcântara, Junta de Freguesia de Campo de Ourique, e o Projeto Alcantara, e foi construído entre os anos de 2017 a 2019. A construção dessa memória é realizada por antigos moradores, maioritariamente se enquadra como uma população idosa, que se reuniam periodicamente para narrar suas histórias particulares e as formas como estas se entrelaçam com o desenvolvimento urbano deste território lisboeta.

Os discursos recorrentes remetem às práticas desenvolvidas enquanto uma comunidade orgânica, de assistências recíprocas diante das adversidades, fossem elas de natureza mais individual ou que dizia respeito à coletividade, como o caso de indivíduos que disseram poder recorrer aos vizinhos para alimentar-se em caso de privação financeira para ter acesso bens alimentícios, ou de solicitar auxílio em caso de haver alguma necessidade habitacional de natureza arquitetónica estrutural. A solidariedade forjada nestas comunidades favorece um tipo de sociabilidade em que interferir na vida privada era algo da condição pública e pertencente da vida comum do grupo social e, portanto, os muros das casas e a limitação habitacional não eram necessariamente uma fronteira capaz de realizar tal dissociação. Neste sentido, apesar de compreender que o cotidiano é uma esfera ampla de análise, optou-se por elencar as questões acerca do trabalho, lazer, habitação, e o realojamento como quatro elementos dentro da esfera cotidiana para desenhar as estratégias de memórias do Casal Ventoso, sendo a questão das drogas e do universo das

ilicitudes destinado ao próximo capítulo. Nas falas dispostas no Núcleo Interpretativo do Casal Ventoso as categorias se multiplicam em definições mais precisas, contudo a seleção destas versam acerca daquelas que apresentaram um maior número de falas a respeito.

As narrativas pessoais resgatam uma certa nostalgia aos primórdios do bairro, descrevem a organização espacial deste sítio que, mesmo com tamanha precariedade, registaram os nascimentos de filhos, casamentos, momentos das trajetórias pessoais simbólicas na constituição familiar, que menosprezam em seus discursos a debilidade de condições estruturais e habitacionais presentes no Casal Ventoso. Menosprezo que hoje não é mais percebido nas falas daqueles que foram realojados da encosta do bairro, que hoje reivindicam melhorias nas condições habitacionais, e que já não criam laços sociais como eram anteriormente identificados, de forte solidariedade, adotando uma percepção de que os dias como são hoje são caracterizados por uma vida comunitária fragmentada, híper individualizada anônimas, e que as estruturas habitacionais formalizadas em prédios e edifícios têm contribuído para que essas relações sejam cada vez mais pulverizadas e inconsistentes. A esta dimensão, característica dos grandes conglomerados urbanos, Velho (2000, p.21) aponta que

A indiferença, o egoísmo, o narcisismo aparecem como expressão do individualismo associados à especificidade da vida metropolitana, à separação de domínios, à fragmentação de papéis, à perda de laços de comunidade, a deformações do capitalismo competitivo, à massificação, entre outros. Portanto, de um lado temos o individualismo(s) como força positiva de transformação, vinculado às ideias de liberdade e igualdade, rompendo com a opressão e rigidez de sistemas tradicionais de dominação e organização social como o feudalismo. De outro, o individualismo aparece como produtor de situações de desagregação e anomia sociais, rompendo com valores e redes de reciprocidade e de atuação pública.

3.1 - Projeto BIP/ZIP “Memórias do Casal Ventoso” e “Casal Ventoso Sempre”

O Projeto de Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária (BIP/ZIP) teve como entidades parceiras o Útero Associação Cultural, a Junta de Freguesia de Alcântara, a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, a Junta de Freguesia de

Campo de Ourique, o Senso Comum Plataforma de Intervenção, Responsabilidade e Cidadania, a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, e Comissão Local de Acompanhamento e Cooperação. a fase de execução esclarece que a proposta de intervenção ficou restrita aos bairros do realojamento Quinta da Cabrinha, Quinta do Loureiro e Avenida Ceuta Sul, em virtude dos 180 anos do surgimento do bairro do Casal Ventoso no ano de 1837, e estabeleceu como meta o levantamento das memórias de vida do Casal Ventoso a partir de recursos históricos, sociais e culturais, com finalidade de estabelecer uma nova identidade residencial a partir da mobilização dos moradores do realojamento.

A fase de sustentabilidade, período em que conheci o projeto, previu a criação do Núcleo de Interpretação do Casal Ventoso, a elaboração de um livro sobre o tema da autoria do professor Miguel Chaves, publicado em 2020 sob o título “Casal Ventoso revisitado”, um grupo de teatro inter-geracional com residentes, workshops para a promoção da cidadania, site e Facebook sobre as Memórias do Casal Ventoso, além da recolha das opiniões e sugestões dos moradores Núcleo de pequenas intervenções no edificado pela Junta de Freguesia de Alcântara.



Figura 17 Cartaz Projeto Bip/Zip Memórias do Casal Ventoso 2018, Projeto Alcantara. Fonte: Acervo Pessoal

O diagnóstico apresentado no projeto sinalizou os 20 anos, em 2019, do realojamento, os bairros do Vale do Alcântara continuaram a ser territórios de intervenção prioritária diante dos problemas sociais persistentes, tais como o abandono escolar, desemprego, violência, exclusão social, dentre outras questões. Identificada a baixa coesão social que impossibilita o sentimento de pertença ao bairro, que promove a degradação dos espaços físicos, a falta de cuidado ambiental, são fatores que são sinalizados com a ausência da identidade social. Como resultado disto há uma queda na qualidade de vida dos moradores, levando ao sentimento de desgosto da vida no bairro. Apresentado esse resultado no “Diagnóstico do Vale do Alcântara”, o tráfico de drogas e a violência são os principais fatores que promovem a desagregação social dos bairros do realojamento, sentimento inexistente no passado quando viviam no antigo Casal Ventoso. Vale uma observação que, apesar do diagnóstico atribuir à violência e ao tráfico de drogas como causa de desagregação social nos bairros do realojamento, e afirmar que não existia este fenômeno anterior ao realojamento, apesar de haver tráfico e violência até mais expressivamente, nota-se uma contradição que vale aprofundar a investigação para saber quais causas a mais estão por trás nesse processo de antes e depois da demolição do Casal Ventoso. Porém, é inegável que este passado de coesão social, dinamizado pelos grupos, com partilha e convívio entre os moradores permeava esse cotidiano compartilhado.

O processo pós realojamento dilui esse sentimento comunitário com situações de degradação das habitações, conflitos entre vizinhanças, os espaços verdes diminutos, as questões permanentes de insegurança e marginalidade, questões sanitárias urbanas deficitárias, e enfraquece a chamada dinâmicas comunitárias positivas. O objetivo, portanto, do projeto é a promoção de um levantamento memorial do Casal Ventoso a partir das histórias de vida, contribuindo para o empoderamento de um modelo cidadã e a transformação positiva dos indivíduos habitantes do Casal Ventoso, com a melhoria da autoestima e adquirir um sentimento de pertença onde suas memórias, trajetórias e histórias, possam ser transmitidas a seus descendentes,

para além do processamento do “luto” dos antigos moradores do Casal Ventoso e, por consequência, a construção de uma nova identidade residencial.

Compreendendo os tempos passado, presente e futuro como elementos que se articulam nas histórias de vida de cada indivíduo, e em sua expressão coletiva, a memória é partilhada entre aqueles que construíram o que se pode assim chamar da memória oficial do bairro. O projeto consistiu na realização de 5 entrevistas coletivas, cada uma com 8 indivíduos de 5 gerações distintas, com o intuito de recolha de dados sobre a relação do Casal Ventoso com a cidade de Lisboa, estruturadas nos eixos escolares, mercado de trabalho, e das interações do poder local no bairro.

Um ponto a se observar, e que será melhor aprofundado no próximo capítulo trata da exclusão de determinados atores sociais na construção da memória oficial deste bairro, aqueles que promoveram a fama de um “hipermercado das drogas”, que são especificamente os usuários/as de drogas que por ali se estabeleceram em moradias precarizadas, tendas, ou que fazia do Casal Ventoso um circuito dentro de outros lugares da cidade de compra e consumo de substâncias tornadas ilícitas, principalmente de heroína. Ainda que o relato transcorra sobre as formas nas quais os moradores se associavam na rede de atividades ilícitas, fossem guardando as substâncias em suas casas, alugando-as, ou desempenhando qualquer outra tarefa dentro deste circuito, o projeto excluiu essa população alegando que

Os fortes estigmas associados ao Casal Ventoso subsistem no imaginário urbano mais de 15 após a demolição. Essa imagem opaca povoada de lugares e personagens ligados a atividades de cariz ilegal ocultam da memória coletiva da cidade as funções do Casal Ventoso enquanto habitat e lugar de vivências quotidianas de uma população com escassos recursos socioeconómicos em busca de formas de subsistência, reforçando assim os componentes negativos da identidade local atual. (Projeto Bip/Zip, 2017, p.13)

Se, por um lado, a inclusão dessa memória “deteriorada” reforça componentes negativos da identidade local atual, por outro, reforça os estigmas na população excluída dos processos de construção desta memória, que por sua vez não é exclusiva de um uso problemático, mas que insere redes de proteção comunitária, relações afetivas, estabelecimento de laços sociais, compartilhamento de cotidiano, em que a distinção entre o lícito e o ilícito por

vezes se dilui nas fronteiras dentro do bairro. Era calculado em torno de 4.000 a 5.000 pessoas que iam por lá por dia, entre moradores e uma população flutuante.

Em entrevista realizada à equipe do Projeto Alkantara, dia 07 de março de 2019, na sede do projeto no bairro da Cabrinha, foi citado na entrevista realizada pela pesquisadora que *“o Casal Ventoso é conhecido infelizmente como o bairro da droga, mas o Casal ventoso já tem mais de 180 anos, e apenas os 15 anos de sua existência é que foi sobre a questão droga, então o projeto Memórias do Casal Ventoso foi desmistificar um pouco isto. O Casal Ventoso não foram só aqueles 15 anos, foram 180 para trás, que as pessoas que lá estavam gostavam muito de viver, com muito espírito de união.”* Apesar desta memória de união entre vizinhanças, o realojamento representou um desmembramento do antigo bairro: as pessoas que moravam no Casal Ventoso de baixo foram transferidas para Quinta da Cabrinha, os moradores do Casal Ventoso de cima foram para a Quinta do Loureiro, e os que estavam na região do Vazadouro acabaram por ficar na região de Ceuta Sul. Uma das falas presentes dos realojados, segundo a representante do Projeto Alkantara nesta entrevista, é *“que ficou aquém, pois as pessoas ficaram muito separadas, e por isto não foi muito bem recebido por algumas pessoas, mas de resto as pessoas ficaram felicíssimas”*. O projeto Alkantara foi a primeira instituição a se estabelecer no bairro do realojamento, neste caso na Cabrinha, para prestar assistências aos novos moradores.

Há relatos feitos junto às equipes do projeto Alkantara em que identificam uma perda de continuidade histórica de pertença do bairro, ou seja, não é expressa a identificação das trajetórias pessoas entre os mais velhos e os mais novos sobre pertencer ao bairro, causa que é identificada principalmente pelo realojamento do bairro, e também porque a população idosa já está a falecer, o que emerge a necessidade de se construir essa memória.

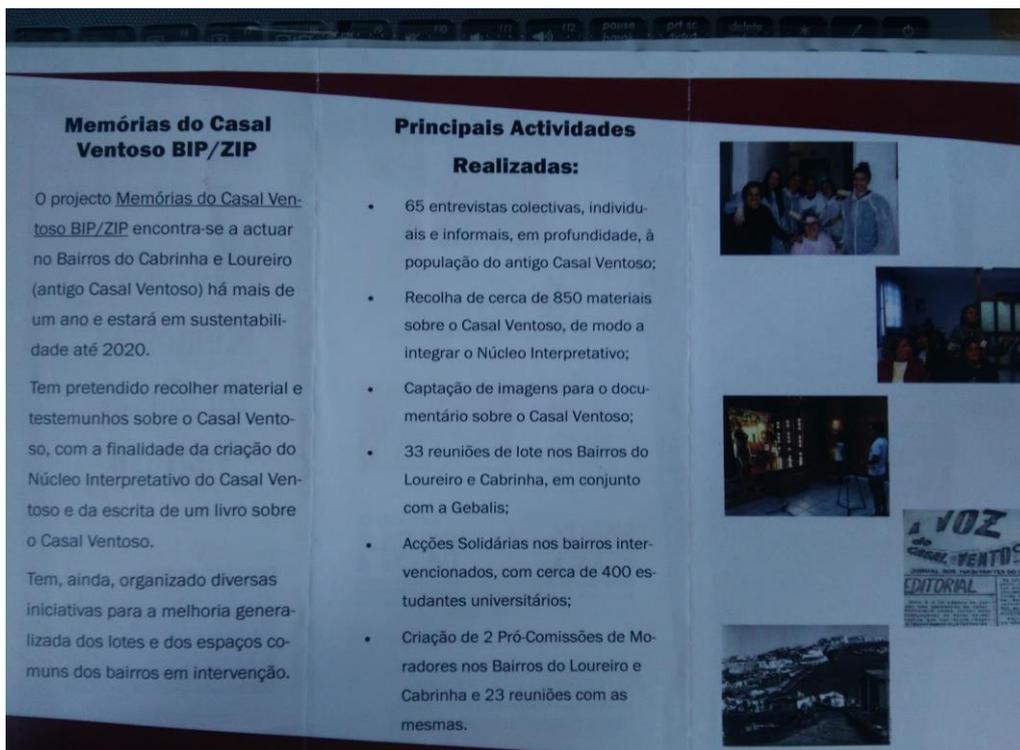
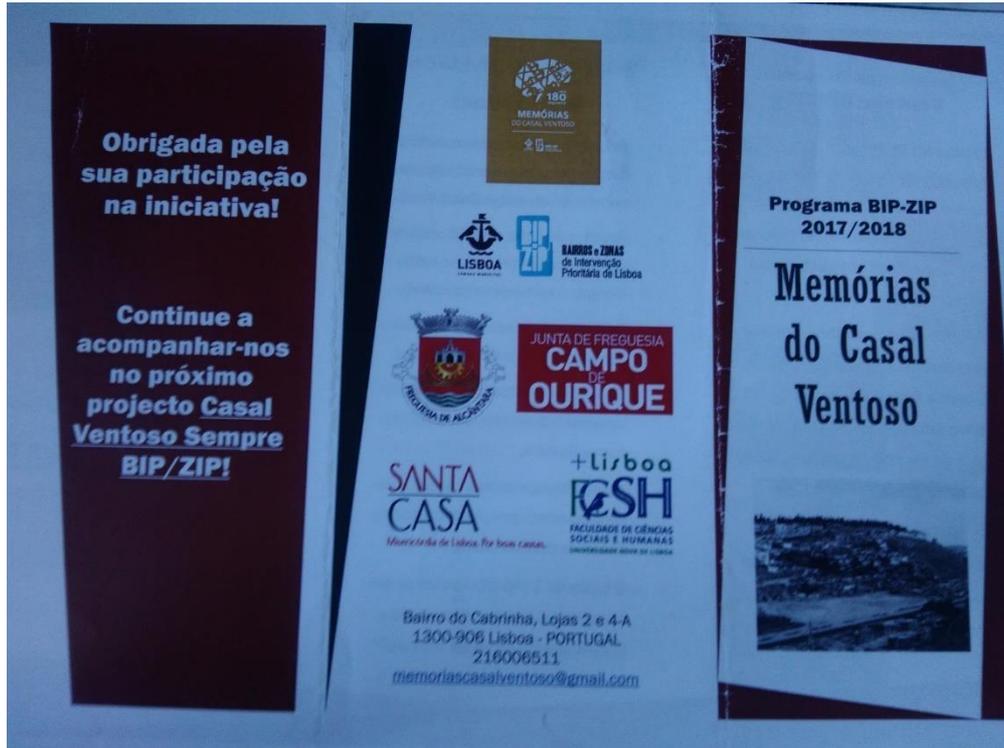


Figura 18 Panfleto Projeto Bip/Zip Memórias do Casal Ventoso 2018, Projeto Alcantara. Fonte: Acervo Pessoal

3.2- Núcleo Interpretativo do Casal Ventoso: as falas dos realojados

Este tópico tratará especificamente das falas dos antigos moradores/as do Casal Ventoso, que foram transcritas e disponibilizadas através do acervo digital do Núcleo Interpretativo do Casal Ventoso, um dos produtos do projeto “Memórias do Casal Ventoso”, que será utilizado como fonte primária desta pesquisa. As entrevistas realizadas no âmbito do projeto “Memórias do Casal Ventoso” foram feitas entre os meses de fevereiro a maio de 2018 com 24 ex-moradores distribuídos entre as faixas-etárias de 40-49 anos, 50-59 anos, 60-69 anos, e mais de 70 anos. A seguir seguem transcritas as entrevistas realizadas pelas equipes do projeto com duas mulheres idosas e seis homens idosos.

3.2.1 - Entrevista a Maria dos Anjos Baldroega

Entrevistador: O que era a gandaia?

Entrevistada: *Era assim (...) isto era uma peça do de tecido que dava dinheiro, de algodão, isto era um pedaço de tecido que era nylon, isto ia para aqui, isto ia para aqui, isto era um preço, isto era outro preço; era uma peça de latão, ou de alumínio, ou de cobre, e ia para o cesto, isto era um preço, isto era outro preço, e isto outro preço (...) Eu andei lá porque não havia trabalho. Deitei anúncios, mas não aparecia uma casa para trabalhar. Eu tinha dois filhos, o pai do meu filho separou-se de mim. O que eu havia de fazer? Roubar não aprendi a este ofício, não fui capaz. (...) Eu fiz exames, disto não tenho jeito para isto. Nem nunca experimentei, se experimentasse era capaz de habituar. Sempre gostei daquilo que era meu, e corria por aqui suor.*

Entrevistador: E o que iam fazer a isto depois?

Entrevistada: *la vender. O retalho. O doutor era alfaiate (...) Eu sabia que o doutor punha ali era bem pago, era um dos sítios da gandaia que era mais bem pago. Sabe como eu andava à gandaia? Eu parecia uma bruxa. Olhe, levava um lenço, levava uma camisola, por cima da roupa, levava um avental, agora imagine com um lenço na cabeça, com um avental de ganga, a figura que eu fazia! Mas eu não me importava, eu queria dar de comer aos meus filhos (...)*

Chegava a casa, lavava as mãos, duas ou três vezes, com água semi-quente, e punha álcool nas mãos. As minhas freguesas nunca me viram fazer isto, por que à tarde, na hora do figo (..) Eu de manhã ia para gandaia e na volta parecia uma varina. Fiz mudanças a subir escadas com uma das partes da mobília, ali na bica, lá toda a gente corria com gandeios, e comigo não corriam. (...) O papel eu ia vender ali aos poços negros, uma das travessas, e depois ia buscar o cesto e tudo que eu tinha achado que era coisas que eu vendia para fazer dinheiro (...) Eu chegava a vender 10 kg de retalhos, malha era um preço, nylon não tinha valor. Os ferros velhos comprava. Eu não vendia ao ferro velho, eu vendia ao senhor alfaiate que pagava melhor. Estes retalhos de tecido, que não fosse nylon, juntavam e iam vender, e ela vendia que vendia ao ferro velho. Tinha uma peça que precisava ser limpa, então aqueles trapos limpava para ficar tudo ok. Vendi frutas, vendi hortaliças, figos, fui a gandaia, fui para o trapos e garrafas, trabalhei os dias, fui para o balcão. Ao sábado adiantava o serviço do fim de semana.

Entrevistador: Havia muita gente a gandaia?

Entrevistada: *Muita, então fui para a gandaia porquê? Olha, primeira vez que fui a gandaia ganhei 5 escudos. Meu filho bebê, em Campo de Ourique, havia cozinha económica, a senhora ia ali porque a sopa havia mais tempero e era menos mexida. Havia uma senhora que pegava no meu filho para eu ir a gandaia, eu não lhe pedia (...) Eu queria trabalhar, o que eu não tinha era trabalho. Então fui lá para os lados da bica, onde tinham muitos gandaieiros do Casal Ventoso, fui aprender com eles, aprendi. Um ofício. Então foi quando eu fui um sábado à tarde, uma senhora amiga minha, que eu ia lá todos os sábados fazer limpeza à casa dela, e quando ela ia para férias eu ficava a ver se a casa estava tudo como devia ser, era como se a casa fosse minha e eu tivesse outra (...) Havia uma casa que lá trabalhei oito anos, ela depois foi transferida para ao pé de Moscavide, chegava a casa 20h30, e eu ficava à espera dela até essa hora. Ela pagava 15 escudos por dia e o que comer. Eu arrumava a gaveta dela, tinha dinheiro, tinha tudo, ela não tinha medo que roubasse aquilo ali. Arrumava a cozinha, fazia tudo. Uma vez trabalhava, era ao sábado, ao meio-dia, a gente entrava 12h e saía às 19h, 20h, (...) eu tinha de arranjar dinheiro. Eu durante a*

semana quase sempre trabalhava a semana toda, mas houve uma semana que não trabalhei, e ela disse vamos aos trapos e garrafas as duas, eu ganhei 50 escudos, e ela 50 escudos. Isso foi depois dos 30.

Entrevistador: Havendo essa grande companhia de mulheres e homens à gandaia, no Casal, como se organizavam? Não iam todos ao mesmo sítio?

Entrevistada: *No meu sítio os que iam a gandaia, andávamos todos, era quem apanhava primeiro. Eu queria lá saber.*

Entrevistador: Eu, às vezes ali no Casal, não comentava que tinham conseguido mais, ou que aquela zona é melhor que a outra, comentavam?

Entrevistadora: *A gente não dava confiança a isso. 99% andavam a gandaia, e as mães em casa ficavam com filhos pequenos. A gandaia no Casal ventoso era um ofício.*

3.2.2 - Entrevista a José Santos

Entrevistado: *Fui criado no Casal Ventoso e comecei a trabalhar aos 14 anos, comecei a trabalhar na mecânica de automóveis.*

Entrevistador: E antes disso?

Entrevistado: *Antes disso andávamos a gandaia. (...) aparecia uma camionete a descarregar lixo, era carvão, e a gente apanhava.*

Entrevistador: E o que faziam com isto?

Entrevistado: *Com o carvão era utilizado para acender o fogareiro em casa.*

Entrevistador: E o que apanhavam mais na gandaia?

Entrevistado: *Não apanhávamos assim mais nada.*

Entrevistador: E a vida no Casal era de portas abertas?

Entrevistado: *Era. No canto onde eu morava nós, no verão, dormíamos na rua de portas abertas.*

Entrevistador: Que saudades é que tens do Casal Ventoso?

Entrevistado: *As saudades que eu tenho é que no Casal Ventoso era mais unido, eram famílias mais unidas. Casal Ventoso tinha uma pessoa que estava doente, nos ajudávamos naquilo que fosse preciso. Aqui é mais difícil.*

Entrevistador: Porquê?

Entrevistado: *Não sei, nós em cima éramos uma família unida. Quando começou a aparecer a fama do Casal Ventoso por causa da droga, evidentemente, as pessoas que não tinham nada a ver com isso estava a passar o mesmo. Eu no estaleiro, quando começou a aparecer lá, era o Zé do Casal, era o Zé do Casal, era droga (...) A droga vem lá de cima da meia laranja para baixo. E depois começou a espalhar, mas nunca tive vergonha de dizer que era do Casal Ventoso, e continuo a dizer. E criei lá meus filhos.*

Entrevistador: E o que eles fazem?

Entrevistado: *Um está no controle de qualidade da Setenave, em Setúbal, o outro é técnico no aeroporto de Lisboa, a DHL, e tem dois netos, este da DHL trabalha com ele, mas é chefe, e o outro trabalha, é técnico da GALP. Eu tenho muito gosto em saber o que eles são.*

Entrevistador: Estava-me a dizer que a droga vinha da meia laranja ao comboio?

Entrevistado: *Vinha, vinha até a linha, até o campo da bola, aqui em baixo. Joguei muito vezes a bola ali.*

Entrevistador: Era uma grande confusão?

Entrevistado: *Era, mas era uma pena que as pessoas do casal ventoso passarem pela fama que não tem nada a ver com isso. Eu fui um dos fundadores do Águias. a coletividade do Águias era em frente a casa onde eu morava, quando fui morar no Casal Ventoso de baixo, quando os nossos queriam tomar banho, abríamos a porta para tomar banho. O Águias foi uma coletividade, eu fui 40 anos tesoureiro do Águias, 40 anos ninguém queria tomar conta do dinheiro do Águias.*

Entrevistador: Como era o futebol? Como era a vida da coletividade?

Entrevistador: *A coletividade funcionava. Quem estava a tomar conta do balcão, ao fim do mês, agarra no dinheiro, entregava, e depositava na Caixa Geral de Depósitos. Era eu quem pagava as despesas: pagava renda da casa, pagava água, pagava luz. Ninguém queria tomar conta daquilo (...) Agora não sei como aquilo está.*

Entrevistador: E o sr. José Santos começou primeiro a jogar a bola?

Entrevistado: *Primeiro joguei no Lisboa, que eu nasci no Casal Ventoso de cima. depois quando cheguei aos 14, 15 anos, foi quando comecei a vir para o casal ventoso de baixo, quando comecei a namorar com minha mulher, então comecei a jogar no Águias (...) Era ponta direita. (...) Tínhamos uma equipe boa de futebol.*

Entrevistador: Tinha muitas coletividades o Casal Ventoso?

Entrevistador: *Tinha o Lisboa, tinha o União, tinha o Monte Pedrense, o Casalense, e era o Águias.*

3.2.3 - Entrevista a Henrique Duarte

Entrevistador: Era muito difícil no Casal Ventoso: quem morasse no Casal Ventoso de baixo e namorasse que era complicado?

Entrevistado: *Era tal a rivalidade que havia. o Casal Ventoso de baixo que era União com o Lisboa Futebol Clube (...), mas houve casamentos de cima para baixo e de baixo para cima. Era complicado porque às vezes as famílias não queriam, eles teimavam, então a família teve de consentir. Os casamentos aconteciam no Santo Condestável (...) Quando vim de África casei (...) gastei naquela altura no máximo 10 contos, levavam cento e tal pessoas, e comia, e comia-se bem, porque tudo era feito com uma tia, uma prima, era tudo desse jeito (...) Naquela altura, no Casal Ventoso, aos domingos, aos sábados, andavam bem vestidos, na segunda-feira iam para o prego outra vez*

Entrevistador: Como as pessoas de menores posses no Casal conseguiam sobreviver?

Entrevistado: *A sopa do Sidónio. (...) Para alguns era o que comer deles. Muitas pessoas estavam-se a emprestar uma das outras, mas às vezes esqueciam de pagar, passava pelas pessoas e diziam “devo-lhe 5 escudos” (...)*

3.2.4 - Entrevista a Edmundo Glória Gomes

Entrevistador: O que é que pode nos dizer da história do Santo António e da história do movimento associativo do Casal Ventoso?

Entrevistado: *Do Casal Ventoso, do Santo António tenho pouco a falar, sou sócio, não sou fundador (...) Existia o Clube Desportivo União de Lisboa, uma das primeiras coletividades a surgir aqui na zona, havia o Águias, no conjunto que apareceu primeiro foi o União, aguentou-se até uma certa data, depois houve um desfasamento, o União tinha por direito de estar aqui em baixo também, era uma coletividade que tinha, só que não deram. As coisas do União estava por aí numa garagem, mas depois deu sumiço, os documentos, essa história era valiosa (...) Quem tomou conta disso foi a Câmara. O último diretor a ter contatos, continuar os contatos, foi o Zé Carlos, que ficou a tomar conta da sede, já não se pagava renda nem nada. Todos que cá estão em baixo eram sócios do União, pronto. Havia rapazes no Casal Ventoso que começavam a jogar às 8h da manhã e saíam dali quando não havia luz. (...) O tempo não deixava a jogar mais. Os rapazes que jogavam mudavam de camisola 4, 5, vezes seguidas, e o comer deles era ir ao bar, pagávamos uma sandes, vestia uma camisola toda molhada, trocava, colocava outra (...) A malta jogava toda ali no campo da Lixívia. O casal Ventoso aquilo não era um bairro, era um conjunto.*

3.2.5 - Entrevista a Victor Relvas

Entrevistado: *É uma injustiça o que fizeram ao Casal Ventoso. Tenho 81 anos. Da primeira vez, lá em cima da associação, a primeira saída com os miúdos, ainda a associação não funcionava com os miúdos. Andei a recrutar aqui no Casal Ventoso de cima a miudagem toda, por acaso eu tenho a fotografia dessa*

saída ao jardim zoológico. A associação estava naquela fase que a malta não fazia as casas (...) acabei por fazer atividades aqui com os miúdos, dar apoio à escola e tal. De maneira que andei a recrutar nessa primeira saída alguns, agora são homens mais que homens (...) Foram todos ao jardim zoológico. Essa foi a primeira saída, e estamos a falar após o 25 de abril, na associação, depois aquilo começou a dar apoio às escolas aos miúdos, e foi assim que foi fundado (...) Essa altura já tínhamos perdido os braços fortes e a construção do bairro, em 1981, 1982, já tínhamos perdido as forças para lutar pela reconstrução do bairro. Antes do 25 de abril a Manoela Portas veio para cá para o Centro Social, isto em 1968 (...) O Centro Social do Casal Ventoso, quando eu tinha uns 15 anos, 16 anos, eu morava no miradouro do Casal Ventoso, eu olhava para o Casal Ventoso como se o Casal Ventoso fosse todo meu, morava mesmo acima do Centro Social do Casal Ventoso antigo, era uma aldeia. É uma injustiça, é uma injustiça o que fizeram ao Casal Ventoso, é uma injustiça o que fizeram às pessoas do Casal Ventoso. Um dia lembraram-se de vender, quando eu tinha uns 15 anos, venderam um bairro ao Casal Ventoso, eu cheguei a ver a maquete e parecia o Restelo, com a igreja ao meio, e cheia de casinhas bonitas a volta da igreja (...) Desse projeto o que é que ficou: fizeram uma igreja e um pavilhão, que era onde funcionava o centro social, a seguir para um recrutamento da legião portuguesa (...) O grande mestre, o grande gerente, do Casal Ventoso nesta altura era um tipo chamado Telmo, tinha uma mercearia, (...) explorador da malta do Casal Ventoso. O Casal Ventoso, sempre foi (por isso eu digo que isso é uma injustiça que fizeram à rapaziada do Casal Ventoso), a entrada da droga, para mim, a leitura que eu faço tudo aquilo foi tudo programado, não é? (...) O que é que aconteceu com o centro da legião? Não conseguiram recrutar ninguém para a legião, e ainda bem. O padre, que estava ligado à paróquia, agarrou na Manuela Portas para administrar o Centro Social (...) por acaso ela era uma boa rapariga, chega e começa a querer saber o que se passa no bairro (...) ela recruta umas miúdas para fazer o levantamento do bairro (...) Ela queria fazer uma reunião com os clubes do bairro (...) então a malta reuniu-se já no centro social antigo, o Casalense, e fizemos uma coisa nesta altura: a inter coletividades. Essa inter coletividade já reivindicou coisas para o Casal, entre elas o pavilhão, que era para todos os clubes. O Casalense ficou responsável pelo pavilhão, mas o

pavilhão era para todo o bairro (...) Começamos a fazer atividades aos sábados, para a malta toda, dávamos cinema, íamos buscar filme, dávamos lanche e tal, e começamos a dinamizar aquilo. Para falar o que eu acho injusto do Casal Ventoso e o que aconteceu no Casal Ventoso após o 25 de abril, o excesso de droga e tal, é política das sociedades que querem sempre minar as coisas, porque o Casal Ventoso tinha presos políticos, tinha refugiados a guerra de Espanha, tinha residência fixa o Avante (...) há tanta malta que foi presa antes do 25 de abril, não houve nem recrutamento porque a malta não ia a isso. É com essas características que o bairro tinha que eu acho uma injustiça depois fazer o bairro ser conhecido só como o bairro da droga (...). Todos esses movimentos populares que havia aqui, afinal gente com garra, os senhores sabiam que era um bairro pobre que havia aqui, e malta não come tudo que a gente lhe dá. O Casal Ventoso, e o que aconteceu com o Casal Ventoso, milhares de pessoas, mesmo nesses anos todos de desgraça que houve aqui, quantas mortes houve cá? Meia dúzia? Não sei, não tenho a certeza. Como é que pode andar aqui milhares de pessoas e não morrer ninguém? Enquanto tem por aí bairros pequeninos, que não tem essas características, anda tudo a fadado, aos tiros e coisas assim? Como pode andar por aqui milhares de pessoas sem acontecer desgraças? Porque o Casal Ventoso era uma aldeia cravada dentro dessa cidade. Ao princípio, os primeiros drogados que passavam por aqui diziam “coitadinho deles”, davam ao que comer, porque isto era um bairro de gente humilde, de gente que trabalhava na pica, na descarga do carvão (...). Mas o que aconteceu aqui foi propositado, para mim, agora que já passou esses anos todos. (...) Depois do 25 de abril, veio PCP, isso aqui era um foco de explosão, precisava minar aquilo. (...) Os velhos habitantes do Casal Ventoso era a malta que vinha da província a procura de trabalho. Onde havia trabalho a esta altura? Em Alcântara. A fábricas de lâmpadas, as fábricas das folhas, (...) era aqui que havia trabalho. Chegava à Alcântara, casas não havia, e fazia uma barraquinha, no final do século XIX, e foi assim que foi nascendo. Depois a malta alugava um terreno para fazer uma horta, depois fazia umas casinhas a mais dentro da horta (...) Ninguém tinha documento de nada, isto era de ninguém. (...) O Casal Ventoso vivia mais gente por metro quadrado de toda a Europa. Quando fizemos o levantamento em 1968 com Manuela Portas, chegamos à conclusão de que o

sítio da Europa que vivia mais gente por metro quadrado era o Casal Ventoso, já não tem nada a ver com agora que começou tudo a debandar.

Entrevistador: Porque existiam tantos clubes no Casal Ventoso?

Entrevistado: *As casas do Casal Ventoso não tinham condições. Morava numa casinha assim deste tamanho viviam lá 20 gajos, a malta quando vinha do trabalho à noite, coisa assim, parava ao muro do Chafariz que era a grande praça, a grande sala de estar era a Meia Laranja, cá em baixo a grande sala de estar era o antigo centro social, então os clubes nasciam porque a malta não podia estar em casa, e os clubes eram para a distração, com tanta população um clube só não chegava para essa gente toda. Era a rua e essas coletividades, os restos. Uma casinha estava ali (...) um casal, dois filhos, três filhas, sabe como aquilo funcionava? No quarto, à noite, tinha uma só cama, as miúdas dormiam no chão, a rapaziada na hora de ir dormir dormiam na cozinha, no chão, os três em fila. Era assim que se vivia na maior parte aqui do bairro. Tas a ver em um dia de calor como a malta ia ficar a casa? No inverno ainda estava lá ficar aconchegado, mas mesmo assim não havia espaço para todos. Quando eu era miúdo a coisa mais gira que tinha era quando o Casalense fazia anos (...) Eles conseguiam trazer os músicos da Escola Sagres, os miúdos, a tocar para o Casal Ventoso quando o Casalense fazia anos, era a festa da minha aldeia, percorria o bairro todo até Campo de Ourique*

3.2.6 - Entrevista a Gabriela Miranda

Entrevistador: Fala-nos um bocadinho sobre o Casalense.

Entrevistada: *O Casalense faz 96 anos dia 1 de maio, foi inaugurado 1922, é velhinho. Quando comecei a frequentar o Casal eu tinha 4 anos, portanto há 59 anos, depois minha mãe veio morar mesmo para o lado da verbena do Casalense (...) era onde se fazia o fado vadio, aos sábados à tarde, e o resto fazia-se na sede que era a primeira rua quando se entrava no Casal Ventoso de carro (...). O Casalense tinha sempre uma direção que era geralmente as pessoas que organizavam tudo do bairro, havia sempre um grupo de senhoras que, quando o Casalense fazia anos, era sempre chamado cá a banda da fragata*

Dom Fernando, e as senhoras cá em baixo na verbena faziam o almoço para as crianças que se vestiam e para a banda. Isto eu lembro perfeitamente porque da última vez que desfilei devia ter uns 10 para 11 anos, portanto já era suficientemente grande. Eu fui uma das meninas que foi vestida pelo Casalense, o Casalense vestiu cerca de 30 a 40 crianças (...). Cá em baixo na verbena fazia-se o fado vadio, alguns bailes, mas não muitos porque aquilo era terra batida, anos mais tarde cimentou-se (...) O Casalense, portanto, sempre teve essa vertente, a vertente beneficente, fazia-se sempre algo por alguém, e a vertente divertida que se fazia. (...) Havia uma época que fazíamos festinhas de Natal que eram coisas que nós arranjávamos, por exemplo, eu fiz logo a seguir ao 25 de abril, fiz um Natal com os miúdos, arranjamus músicas de Natal até cantadas pelo Fernando Torto, ensaiávamos a música, e tentávamos fazer ali um teatrinho. Mas tivemos aqui um teatro mais sério de uma companhia que aqui veio, também veio de um clube d'Ajuda que não me recordo, (...) eles cantavam e dançavam ao som da música. A seguir ao 25 de abril fizeram-se aqui alguns comícios, principalmente o Partido Comunista. Quando começou-se a projetar o Casal Ventoso cá debaixo da segunda vez, porque o Casal Ventoso foi projetado uma primeira vez para ir a baixo (eu devia ter para ai meus 5 anos de idade quando mandaram a tirar fotografias às casas e dizerem que o Casal Ventoso ia a baixo), portanto o Jorge Sampaio, na altura presidente da Câmara, no Casalense é que se fizeram as reuniões com os engenheiros e os arquitetos andavam aqui a projetar o bairro, porque éramos a única coletividades que tínhamos sala, que tínhamos tudo onde as pessoas podiam estar à vontade, com boas casas de banho, onde qualquer pessoa podia estar e fazer a reunião à vontade. (...) As pessoas eram mesmo bem recebidas no Casalense, tanto antes do 25 de abril como pós 25 de abril, por isso posso dizer que o único fadista grande que aqui não cantou foi Amália Rodrigues. (...) Este espaço não me toca como aquele lá em cima me tocou, porque eu criei-me ali em cima naquele Casal (...) e às vezes me sinto particularmente triste por ver que ninguém pega agora nas coletividades como eram lá em cima, as pessoas não tinham, tudo se reuniam para fazer essas pequenas coisas, essas pequenas partidas. Lembrome das pessoas a coser, a fazer as roupinhas das crianças, era sempre feita por costureiras do bairro, havia esse brio das pessoas fazerem. Havia coisas que

eram compradas como sapatos, minhas, mas caso contrário era tudo as costureiras do bairro que faziam. (...), mas havia bailes, havia fado, quando era o fado vadio era mais para ajudar famílias que tinham necessidade, porque havia muita gente tuberculosa, morreu muita gente de tuberculose, principalmente homens, e os homens iam para fora, principalmente para o Sanatório do Caramulo, e as pessoas não tinham hipótese de ir vê-los. Então o Casalense fazia festas de beneficência, e depois o dinheiro que se angariava era para essas famílias irem ver os maridos, às vezes mães e filhos, porque não tinha outra possibilidade de ser assim, havia pessoas que estavam doentes e precisavam de ajuda, (...) o lema do Casalense sempre foi a solidariedade e a beneficência, foi isso que fez a grandeza deste clube.

Entrevistador: Porque é que vinham as fragatas Dom Fernando?

Entrevistada: *Na altura aqui os bombeiros não tinham banda, portanto creio que era por isso. Acho que havia um conhecimento qualquer que tinham filhos na fragata. Na altura havia a Fragata Pia e a D. Fernando onde se punha miúdos rapazes. Eu sou do tempo que veio umas 4 ou 5 vezes a fragata cá. Depois acabou-se, deixaram vestir as crianças, e começaram a vir ali dali da Verde. Nunca soube bem porquê de vir a fragata. (...) Depois o Casalense foi ruindo (...).*

Entrevistador: Como eram os namoricos?

Entrevistada: *O primeiro beijo na boca que dei ao meu marido foi no Casalense (...). Os namoros eram como na província. Tínhamos que andar muito direitinhas, mas eu lembro que lá no bairro, posso dar um exemplo, uma rapariga casou-se lá na rampa, ela casou vestida de noiva, usava uma flor de laranjeira, as noivas que eram virgens casava com flor de laranjeira, quando ela saiu da porta de casa (as meninas que já sabiam que ela tinha feito abortos e tudo) e falavam: “então, vais sair com flor de laranjeira ao peito? E o que fizeste há uns meses. Então era tudo assim. (...) Casamentos assim, com noivas, não houve muitos, não me recordo. Lembro-me de um que foi uma rapariga de Vila Pratas que casou com um preto, aquilo há 50 anos era uma coisa muito fora do normal, e lembro que o Casal Ventoso em peso foi à Igreja de Santo Condestável ver o casamento, pra*

já eram pessoas que tinham dinheiro, e ela fez uma noiva lindíssima mesmo, foi giro. (...) As pessoas batiam palmas quando a noiva passava à porta. As pessoas faziam por vezes festas em casa, não havia só casas abarracadas aqui ao bairro, eu lembro a casa que meu marido nasceu que dava para o túnel, (...) era uma casa muito grande. Os namoricos eram feitos à porta, eu sempre namorei dentro de casa, no verão ia à porta. (...) Eu comecei a namorar com meu marido após o 25 de abril, e aquilo não era muito à vontade, meu marido foi pedir autorização para namorar a minha mãe e ao meu padrasto (...) quase todos os dias ia à minha casa, depois ia à vida dele. Eu lembro de as pessoas estarem a lavar roupas ao chafariz, mesmo à noite, e vir os rapazes meterem-se com elas, nos bailes a malta aproveitava que estava a dançar e dava mais um apertãozinho (...). Na altura dos santos populares era à fogueira, cada rua tinha uma fogueira, na rua do Casalense tinha duas (...) e a malta juntava-se à noite, pulava fogueiras, e aproveitavam para namorar, não tem nada a ver com os dias de hoje.

Entrevistador: Porque a marcha dizia “a sopa do barroso”?

Entrevistada: *Porque lá em cima, eu nunca lá fui, mas a gente subia a rua Maria Pia, não é na Correia Teles, havia lá a uma casa que pertencia à Casa de Misericórdia. Então iam pessoas no bairro que tinham uma senha, era uma chapa não sei de madeira ou de metal, as famílias mais pobres, mais carenciadas (...) levavam panelas, e as pessoas iam buscar sopa e pão. Algumas panelas eram grandes porque tinham famílias muito grande com muitos filhos, havia sempre 1 ou 2 que iam buscar, então as sopas do barroso, que era assim que chamava, eram sopas feitas entulho, massas, lentilhas, para as pessoas ficarem reconfortava, ficava 4 ou 5 horas sem comer mais nada (...) Muita gente era assim que sobrevivia aqui no bairro, cada família tinha uma chapa com número, esses números pertenciam ao número de sopas e de pão que tinham direito.*

Entrevistador: Quem era o Barroso?

Entrevistada: *Não sei. Acho que nunca chegamos a saber, acho que ninguém soube. (...) Era a mesma coisa que a sopa do Sidónio. O Sidónio Barroso, ou o*

Barroso Sidónio. (...), mas muita gente passava muito mal aqui, as pessoas não têm noção o que era o bairro há 60 anos atrás, não era fácil de viver. E ainda tinha todo o estigma para se empregar por ser do Casal Ventoso, nem que fosse a pessoa mais inteligente do mundo. Eu não tive problemas porque o primeiro emprego tive o encarregado geral e a encarregada era minha tia e meu tio.

Entrevistador: E achas que isso marcou muito as pessoas do Casal Ventoso?

Entrevistada: *Marcou. Tem muitas pessoas que não diziam que eram do Casal Ventoso. Eu nunca tive esse problema, acho que a pessoa não tem direito de julgar ninguém, ou de pôr rótulos. Existem pessoas boas e más. (...). Eu digo sempre que apesar de isto ser um bairro de ladrões, toda a vida viveu aqui gente que roubava, toda a vida eu lembro de haver aqui ladrões que guardavam a nós as miúdas do bairro, que ninguém nos tocavam porque eles não deixavam, e que ajudavam as pessoas do bairro quando era preciso. Portanto eu acho que o Casal Ventoso foi sempre um bairro muito solidário com toda gente, é aquilo que eu tive mais pena que se perdesse. O respeito que se perdeu às pessoas mais velhas, e perdeu-se a solidariedade que aquele povo tinha.*

Entrevistador: As pessoas se confrontavam com isso consigo próprio?

Entrevistada: *Eu posso lhe dizer que eu me sentia mal.*

3.2.7 - Entrevista a Paulo Morão

Entrevistador: Vocês tinham uma grande intervenção com os miúdos, de animação, de música, de teatro...

Entrevistado: *Eu devo lá ter, talvez a única fotografia que tenho, em 1974 ainda, atividades que foram realizadas até o fim da semana na Escola Manuel da Maia, jogar a bola, na altura a preocupação era este tipo de coisa. Era extremamente fácil conseguir o apoio da escola para entrar lá, se calhar não estava nem fechada à chave.*

3.2.8 - Entrevista a António Augusto Fernandes Matos

Entrevistador: Como nasceu o Casalense?

Entrevistado: *O Casalense nasceu no Casal Ventoso. Foi criado dentro de uma carvoaria, se encontravam uns amigos a ali beber um copo, então decidiram criar um clube. O que é giro é que eles não sabiam que nome dar ao clube, só que aquela carvoaria também chamava o Casalense, e daí partiu o nome do Casalense Futebol Clube, é assim que nasceu em 1922*

Entrevistador: Quais eram as principais atividades do Casalense?

Entrevistado: *A principal atividade do Casalense sempre foi o desporto, e na altura era vestir crianças, aliás, a principal coisa era para vestir as crianças pobres do bairro. E era o que fazia todos os anos. Fazia suas festas, dava de comer, dava almoço, dava lanche, e vestia as crianças (...) Traziam a banda da fragata Dom Fernando, onde dava uma volta toda ao bairro, visitava esses pontos todos ao redor de Campo de Ourique e do Casal Ventoso.*

Entrevistador: E do ponto de vista do futebol?

Entrevistado: *Criamos duas equipas que eram juvenis e juniores (...) Movimentávamos muitas crianças, muita gente, todas nossas equipas chegaram a estar na primeira divisão nacional, tantos os iniciados, os juvenis, e os juniores. Era giro porque naquela altura não havia mais nada também no bairro, a única coisa que havia era o futebol, então o que se fazia era ao domingo, ao sábado, quando havia jogos, aquela gente era toda envolvida, de todos os clubes, porque o Casalense era o único que estava na primeira divisão nacional, todos os clubes se juntavam para ir ver o Casalense. Foi um momento histórico, foi uma coisa inédita que se passou no Casal Ventoso. Tenho dúvidas sobre outros clubes que tenha feito aquilo que o Casalense fez.*

Entrevistador: Como eram as rivalidades?

Entrevistado: *Nós por acaso entre os clubes não havia rivalidade porque o Casalense era uma coisa a parte. Os outros clubes tinham equipas, mas eram todos amadores, entrava em outro tipo de campeonato. Mais tarde criou-se uma grande rivalidade com o Casalense (...) o Casalense formou uma equipa de amadores. Aí sim era uma rivalidade muito grande. Havia porrada, mas pronto,*

no bom sentido, que naquela época não havia facas, não havia pistolas, não havia nada, aquilo era tudo ao murro, mas pronto, passava uns dias estava tudo bem, aquilo era a essência do Casal Ventoso.

Entrevistador: Mas as mulheres estavam afastadas desta situação?

Entrevistado: *Agora para o fim as mulheres já iam muito, ao princípio que era mais difícil, porque antigamente quando se faziam jogos havia a Taça de Votos que era qualquer equipa que jogasse contra outra, quem bebesse um copo votava no nome do clube, então ao fim ganhava. Nós temos muito troféus que era oferecido naquela altura (...) não foi por ganharem jogos, nem por ganharem campeonatos, foi por causa das pessoas que vinham aos copos, chegava a noite, e o clube mais votado era quem mais recebia. Nessa altura não acompanham muito, mas mais tarde começaram a acompanhar porque as mulheres naquela altura eram mais caseiras, havia aquela coisa que era para mulher estar em casa, para ajudar. Nos aniversários do Casalense já havia mais mulheres que homens porque elas aí é que trabalhavam, faziam um monte de coisas, ofereciam, por exemplo, as senhoras do União ofereciam uma coisa que até está no estandarte do Casalense, elas fizeram um bolo de aniversário em nome do clube dela, e era assim que se trabalhava.*

Entrevistador: Como era a vida no Casal?

Entrevistado: *Naquela altura era difícil, era difícil, mas toda a gente trabalhava. Não havia nada cá droga, nem se falava em drogas, as pessoas nem sabiam o que era droga, também não havia discotecas, não havia nada. Então onde as pessoas se encontravam era nos clubes, o clube que era o ponto de encontro das pessoas. E foi nos bailes do Casalense, e de outros clubes, é que se foram namorando, casaram-se, tiveram filhos, tudo em volta disto. Mas as pessoas eram trabalhadoras, e havia uma coisa que era muito giro é que, apesar de tudo isto, era muito mais unido. Qualquer pessoa que a gente não visse um dia, ou dois, íamos à procura, saber o que se passava, coisa que não acontece hoje. Hoje essa raiz perdeu-se tudo. Hoje tens uma casa, cada um quer saber de si, não quer saber de mais ninguém, e esses valores foram se perdendo ao longo do tempo.*

3.3 - A memória é uma ilha de edição I: as memórias bibliográficas do Casal Ventoso

Adotando como ponto de partida as memórias recolhidas e disponibilizadas, utilizadas como fonte primária, do Núcleo Interpretativo do Casal Ventoso, partir-se-á para o resgate de memória das falas registadas em livros, jornais, artigos, arquivos, de sujeitos que tiveram suas memórias perpetuadas através do tempo nas mais variadas fontes de informação. A fim de suprimir, ou ao menos minimizar, o efeito doppler inverso já citado anteriormente neste capítulo, a proposta é trazer essas memórias como uma colcha de retalhos: pequenos enxertos, que vem de diferentes locais, com finalidade de constituir uma coberta diversa, plural, costurada pelas vivências, sob a ideia de um bairro já desaparecido.

Como resultado do processo de acúmulos narrativos do Projeto Memórias do Casal Ventoso, entre investigadores da Universidade Nova de Lisboa, Projeto Alcantara, e antigos moradores/as, foi publicado em 2019 a obra “Casal Ventoso Revisitado”, de autoria do professor Miguel Chaves e Patrícia Pereira, no resgate da imagem de um bairro que não tinha em sua constituição histórica apenas a droga, assim como desnaturalizando a ideia de um bairro ominoso.

O início da abordagem calcada em uma das categorias eleita para análise, que seja a categoria trabalho, Chaves e Patrícia (2019) identificam 5 variações neste campo mais amplo que diz respeito às tipificações do mundo do trabalho: o operariado qualificado, o operariado desqualificado, a venda ambulante, o trabalho doméstico remunerado, a gandaia, as ilegalidades. Compreendendo a fluidez com que se transitavam nestas esferas, Chaves e Pereira (2019) conceituam a racionalidade do *desenrasca*, em que os trabalhos muitas vezes não estável fazia com que os indivíduos circulassem nestes âmbitos a fim de garantir sua sobrevivência e a sobrevivência de seus familiares. A exemplo disto é apresentado na obra algumas entrevistas que sinalizam para esta realidade:

O meu pai trabalhou na Colmetra, na Rua do Século, era operário metalúrgico e a minha mãe trabalhava como cozinheira na Sevilhana. Aos dez anos comecei a trabalhar, numa sapataria, na Dona Rosa em Campo de Ourique, para ajudar a minha mãe. Na sapataria ganhava uma ninharia, mas tinha muitas gorjetas. Naquele tempo saía de um

trabalho de um lado e entrava noutro. De modo que, trabalhei numa sapataria, no pátio Junção na Fonte Santa em que fazia armários para a tropa; dali saí para a Cepa, em Cabo Ruivo, e depois para a fábrica de vidros, atual Almeida e Sousa, na Amadora, onde estive a trabalhar durante 38 anos. Depois vim reformado, não fiquei muito prejudicado porque já tinha muitos anos de descontos. (Entrevista coletiva 3)

O meu pai era soldador e a minha mãe doméstica. Os meus avós maternos são do Minho, o meu avô paterno é daqui e a minha avó da Cascalheira. Trabalhei no Hospital São José como auxiliar de ação médica. Já trabalhei num café, nas limpezas, num táxi, mas não era trabalho para mim. O meu marido foi durante alguns anos taxista e condutor da Carris, trabalha neste momento na junta de Alcântara. (Entrevista coletiva 6)

[Estudei] Até ao 8.º ano, fui mãe e depois fui trabalhar como empregada de balcão e limpezas. Trabalhei num café de família e, mais recentemente, encontrei trabalho no Hotel Pestana. (Entrevista coletiva 7). (Chaves e Pereira, 2019, p. 64)

Detalhando de forma minuciosa estas categorias e definindo-as a sugestão realizada pelos autores, no que diz respeito ao operariado qualificado, refere-se aos trabalhadores que eram especializados e qualificados em um determinado tipo de serviço no setor industrial tais como estofadores, torneiros, caldeireiros, marceneiros, eletricitas, canalizadores, maleiras, costureiras, etc. A transformação no mundo do trabalho, principalmente após o deslocamento de indústrias na região do Vale do Alcântara fez com que certas especialidades desaparecessem principalmente com o advento de maquinarias a substituição de certos papéis desempenhados no interior da fábrica. E, por consequente, outras profissões foram sendo demandadas tais como operadores de consertos automobilístico em oficinas, resultados das transformações ocorridas durante todo o século XX. Logo após o 25 de Abril de 1974 profissões que se desenvolviam no âmbito do setor secundário e terciário ganharam força dentro do espectro do operariado qualificado, principalmente com o aumento de salários e a garantia de direitos trabalhistas e sociais.

A segunda categoria descrita, do operariado desqualificado, tratava-se dos trabalhadores operários ausente de qualificação profissional ou uma especialização, inseridos no âmbito de uma identidade operária volátil. A exemplo disto eram os trabalhos realizados na estiva, um elemento central para os moradores do Casal Ventoso, nas descargas de mercadorias. Sem salários fixos, com um forte desgaste físico, os trabalhadores da estiva, a incerteza da contratação, com lembra uma entrevistada citada na obra que lembrava do

trabalho de seu pai: “*ele só ganhava quando trabalhava. Às vezes trabalhava e não ganhava. Só no tempo do Marcelo Caetano é que a situação melhorou e os trabalhadores começaram a ganhar ordenados fixos* (Chaves e Pereira, 2019, p.71).

As vendas ambulantes e o trabalho doméstico, mas duas outras expressões do mundo do trabalho, eram atividades autônomas desempenhadas pelos moradores do Casal Ventoso, principalmente desenvolvidas em Campo de Ourique, fossem nas casas particulares de pessoas com mais condições financeiras de terceirizar o serviço doméstico, como nos mercados a partir das vendas de frutas, hortaliças, dentre outros insumos, capazes de garantir algum retorno financeiro principalmente para as mulheres trabalhadores que desempenhava tais papéis. Como exemplo duas falas postas na obra que identificam essa setorização de gênero nestas esferas:

A minha mãe era vendedora ambulante em São Bento, no Poço dos Negros, e posteriormente começou a vender à frente da nossa casa, no Casal Ventoso. O meu pai fazia armários de ferro numa fábrica onde trabalhou. (Entrevista coletiva 3).

O meu padrasto trabalhava na fábrica das Gaivotas, a minha mãe trabalhou muitos anos na Aveirense, na Rua de Sol ao Rato, e na confeitaria da Pampulha, e foi peixeira. Nos últimos anos vendia defronte ao Museu de Arte Antiga. (Entrevista coletiva 3).

A minha mãe era uma mulher protetora, cheia de referências de Campo de Ourique, trabalhou durante 55 anos: 37 numa casa, 42 anos noutra casa e 37 na última casa, portanto tinha três patroas. Depois levava os miúdos à escola e andou nesta correria durante décadas. (Entrevista coletiva 5). (Chaves e Pereira, 2019, p. 74;76;78)

Sobre a gandaia, atividade que caracterizou esse *desenrasco* fortemente no bairro, como atividade de apanha e separação do lixo, garantiu a sobrevivência de muitas famílias, inclusive com a inserção de crianças nestes processos. Esse discurso mais fortemente relacionado às memórias dos idosos atualmente, era uma atividade recorrente nos anos 1970 no Casal Ventoso, como aponta a fala das entrevistadas a seguir:

Quando fiz 14 anos, a minha mãe tirou-me da escola e pôs-me a trabalhar. Adorei viver ali, éramos pobres, éramos três irmãos e os meus pais. Vivíamos numa casa pequenina, mas muito sérios. Antes disso, andei à gandaia em Campo de Ourique, levantava-me às seis da manhã para ir trabalhar. Quando éramos miúdas, e mesmo mulheres, podíamos andar na rua à vontade e ter as portas abertas pois não havia roubos. Um dia, andava à gandaia e apareceu-me um

polícia, que me puxou pelo braço e disse para ir com ele até à esquadra. Então disse-lhe: não me leve presa, não volto a fazê-lo. Quando ele foi-se embora continuei [risos]. Não tenho vergonha de ter andado à gandaia, era um trabalho honesto, apanhávamos tudo – papel, ossos... Também trabalhei num cemitério, trazia o dinheiro e entregava ao meu pai. Namorei, casei, tive filhos, quatro filhos, quero dizer, tive e tenho, graças a Deus. Foi uma mocidade pobre, mas honesta. O meu pai trabalhava na fábrica dos vidros em São Bento, de onde saiu reformado. Nos últimos dez anos queria sair para a rua e não conseguia, só via polícias. Quando me deram a casa adorei vir para aqui, mas agora estamos abandonados. (Entrevista coletiva 1) Não havia trabalho. Andei na gandaia porque não havia trabalho. Parecia uma bruxa, com um lenço atado e um avental até aos pés para não me sujar... Quando chegava a casa, desinfetava-me e lavava-me toda. (Entrevista coletiva 1). (Chaves e Pereira, 2019, p.80)

Como forma de obter algum mínimo rendimento em contraposição à não inserção no mercado formal de trabalho, andar à gandaia era por vezes uma ocupação na interseção entre um antigo trabalho e um novo trabalho, com remuneração fixa, seja ele qualificado ou não. Entretanto, o aproveitamento de materiais não era apenas exclusivo dos que andavam à gandaia. O reaproveitamento de alimentos era uma forma também de se vender a custos mais baratos do que os comércios e mercados cobrados, a partir das vendas a tecas foi um componente que garantiu a sobrevivência não apenas material, mas também física dos moradores como sinaliza a fala a seguir:

A fruta, especialmente as bananas, eram vendidas às tecas. A fruta que estava tocada, com pequenas mossas e ninguém comprava, era cortada e vendida mais barata. O meu pai trabalhava na estiva e, como não era um trabalho fixo, se houvesse trabalho trabalhavam, caso contrário, não trabalhavam. No Natal era um regalo, tínhamos o ananás, as bananas, o célebre peru, a boneca de papelão e as espingardas de madeira. À noite punha a fruta no tanque e pão com manteiga para os desgraçados comerem. (Entrevista coletiva 2) (Chaves e Pereira, 2019, p.120)

Por fim, havia o mundo das ilegalidades, que começou a surgir a partir da segunda metade do século XX, que dizia respeito à pequenos furtos de mercadorias, de carteiras de bolso a transeuntes, recetação e desmonte de automóveis, e, mais a partir dos anos de 1980, o tráfico de drogas. Juntamente com a estiva, a gandaia, e mão de obra desqualificada, formam um universo da vida instável do Casal Ventoso, em que era característico do *desenrascar* como formas de sobrevivência de um segmento amplo da população do bairro.

Anterior à expressão da obra “Casal Ventoso Revisitado”, expressão de um projeto particular, os estudos sobre o Casal Ventoso de maior fôlego dentro da bibliografia sociológica e de estudos sobre marginalidade é do mesmo autor, Miguel Chaves, quem realizou uma dissertação bastante aprofundada sobre o bairro. Resgatando as memórias publicadas inicialmente em 1999, a obra “Da gandaia ao Narcotráfico: marginalidade económica e dominação simbólica em Lisboa”, é tomada como referência nessa construção de memórias proposta. A iniciar pelas falas que tratavam da gandaia, uma das principais formas de trabalho informal desempenhado pelos/as moradores/as do Casal Ventoso, algo que se torna central no discurso de resgate, compreendendo o trabalho como um determinante social diferenciador de práticas dos indivíduos dentro do bairro.

Inicialmente para resgatar as razões migratórias, assim como o estabelecimento do bairro do Casal Ventoso, de sujeitos provindos principalmente de Viseu, Castelo Branco, e Guarda a partir das condições miseráveis no campo, uma de suas entrevistadas, Laura, filha de João, lembra que *“o campo não deu, estragou-se tudo, perderam-se as colheitas, algum tempo depois o repolhal murchou, mataram o cavalo e tudo desandou”* (Chaves, 2013, p. 55). Chaves relatou a trajetória de vida desta família que vendeu as propriedades, abandonou a quinta pela inviabilidade de pagamento do aluguel, migraram para Lisboa onde residiram em Alcântara, e o pai de Laura, João, foi trabalhar para a fábrica instalada nesta freguesia. Mudaram-se para Malveira da Serra para trabalhar como caseiros, tendo regressado a Lisboa, estabelecendo-se em um campo em Chelas. Foi morar posteriormente no Casal Ventoso por ter sido empregado em uma fábrica de ácido sulfúrico em Vale do Alcântara, onde já morava o irmão de Laura.

Um outro caso registado por Chaves (2013) foi o caso de Filomena, que nasceu no Casal Ventoso no início da década de 1940, sendo a mais nova de 10 irmãos. O pai de Filomena migrou do Alentejo para Lisboa para o serviço militar na GNR que, após ser demitido da Guarda *“por ser tão bom ou ao contrário, tivemos de nos refugiar no Casal Ventoso, que era o bairro com casas mais baratas, casas abarracadas”* (Chaves, 2013, p. 55).

Ainda sob o âmbito da categoria “trabalho” para fins de registos memoriais no início da formação do bairro, assim como sua habitabilidade, as atividades em pedreiras, hortas e comércio agrícola, associavam-se também à indústria fabril e às atividades nas docas em ser “*carregador de mar e terra, trabalhar na praia ou andar na estiva*” (Chaves, 2013, p. 58) para referir-se à ampla gama de papéis desempenhados no âmbito das docas.

É inegável, portanto, a centralidade da gandaia neste bairro como alternativa àqueles que estavam fora do mercado formal de emprego, assim como também para crianças. Não apenas como uma fonte alternativa de renda, mas também, principalmente para as mulheres, a possibilidade de manter-se próximas à sua residência. A mãe de Filomena, entrevistada já citada, lembra que

Tinha fregueses certos e ia despejar os caixotes desses fregueses. Havia um que era o ‘cagão’, que limpava o cu às moedas e às notas. Quando ela ia lá despejar os caixotes, era depois lá tudo em casa a arear a merda. Naquela altura era milionário 20 vezes e depois, como era muito porco e não tinha ninguém que lhe fizesse nada, tudo quanto apanhava varria e mandava para o caixote. A minha mãe é que ia despejar o caixote dele... já era certo, e depois trazia o lixo todo para casa e nós escolhíamos. Para além do dinheiro que trazia, trazia também ratos mortos e tal. E nós cá é que escolhíamos. O que era bom íamos vender ao ferro-velho, que compravam tramos, papel, garrafas... (Chaves, 2013, p.61).

Um sujeito já relatado, o Avante, em falas anteriores era um dos que andavam à gandaia na apanha do papel. Um dos entrevistados lembrou que

Havia já nesta altura os <<industriais>>. Chamavam-se industriais que era assim: andavam as pessoas ao papel com sacos pequenos, depois havia uma saca maior que enchiam. Depois havia os industriais, que eram os tipos que sabiam onde é que estavam a saca e iam lá roubá-la quando ela estava cheia. Estava um desgraçado a encher a saca e eles abriam a porta e tirava a saca do vão da escada... Muitas vezes o papel, como era muito leve, o que é que se fazia? Envolviam-se pedras à volta dos papéis e nos cartuchos pequenos, para pesarem mais. E aqui o Avante dedicava-se ao papel e comprava. Era o Avante porque o homem era comunista... esteve preso muitas vezes e, pronto, dedicava-se ao papel. (Chaves, 2013, p.61).

A gandaia entra em declínio e desaparece quase que totalmente a partir da década de 1960, diante de um quadro de recuo das indústrias na região do Vale do Alcântara, e da proibição da venda ambulante, ao mesmo tempo em que a região tornava-se um importante via de circulação da cidade, ampliando a

acessibilidade, fazendo com que as ofertas de emprego fossem alargadas para outras esferas, como mecânicos, pintores de automóveis, reparadores de eletrodomésticos, serralheiros, carpinteiro, estofadores, e ampliação na participação da construção civil.

Trazendo um rápido recorte de gênero em uma das falas apresentadas na obra de Chaves (2013), uma mulher faz seu relato no que diz respeito à sua inserção no mundo do trabalho:

A mulher é vítima da sociedade. Uma vítima dos homens. A gente só serve para trabalhar e para fazer filhos, para mais nada. Trabalho em limpezas numa sala de espetáculos. Começo a limpar cerca das 6h da manhã. O meu marido é desempregado de um estaleiro de reparação naval. Foi despedido porque era muito revolucionário, tinha ideias muito revolucionárias ou então pensava que sim. O meu marido é alcoólico de manhã à noite. Eu não tenho paciência, não tenho, porque infelizmente tive um pai alcoólico toda a vida vivi com meu pai. Agora caso-me e torna-me a vir um alcoólico é de mais para mim. Conheci o meu marido num baile de Sete Moinhos. Como eu dançava bem o rock todos me pediam para dançar, e aquela do rock...fui dançando, fui dançando, tive um ano e meio a dançar com ele sem lhe falar e sem ele me falar a mim. Depois pediu-me em namoro. Comecei a namorar. O meu pai descobriu que ele não queria trabalhar, que andava-me a pedir dinheiro emprestado do meu emprego, mandou acabar com tudo. E eu fiquei aborrecida com o meu pai. (...) Eu tinha 16 anos, era muito criança e então fui ter com ele para ser enganada quando me juntei. Juntei-me com ele. Vim aqui morar para a casa da avó dele. Dormíamos no chão da cozinha. A avó dormia no quarto. E eu já tinha a minha filha mais velha. Depois ficámos lá um ano e entretanto ele foi para a Guiné. Eu não podia trabalhar e ter a filha ao mesmo tempo, que já estava no fim da outra gravidez, e fui para o pé dos meus pais. Levei uma vida desgraçada, sempre eu a trabalhar sozinha para os meus filhos. O que ele ganhava rebentava e estragava. Eu já não sei se é de ele estar doente, se é do ambiente, se é dele próprio ser mau, já não sei. Sempre discuti muito com ele (...). (Chaves, 2013, p.140).

Esta realidade, portanto, acrescenta peso às concepções de situação não apenas de baixos rendimentos económicos, de aglomeração em casas com outros familiares, mas como também da imagem e do papel social destinado às mulheres como cuidadora do lar, dos filhos, da casa, já retratado anteriormente nas falas dos entrevistados do Núcleo Interpretativo do Casal Ventoso.

Mais um resgate da situação de empobrecimento dos moradores do Casal Ventoso resgata e dos trabalhos desempenhados por mulheres, uma entrevistada lembra:

O meu marido não faz nada em casa e às vezes nem vai trabalhar. Não gosta muito de trabalhar, nunca gostou... trabalho eu, que remédio. Já trabalhei em várias coisas...até tinha um trabalho bonito e

ganhava bem. Era costureira e maquinista. Fazia as duas coisas. Depois a fábrica faliu e agora vendo hortaliças no mercado de campo de Ourique. Lá não dava era para fazer tanto em casa porque entrava às 8 era o dia todo até às 19h. Agora é só das 7.30 até às 14. Mas alguns dias ainda vou fazer limpezas. O meu marido que é pena. É pintor de automóveis (...)ter umas mãos tão boas para trabalhar e ser um bocadinho calão. O emprego do meu marido é numa oficina em Campo de Ourique. Já lá está há muito tempo. Às vezes não lhe apetece e não vai. É a 10 minutos de casa, não é muito longe. O problema é que descontam as faltas... os patrões também não o deixam vir embora, porque não encontram ninguém para trabalhar como ele, e ele vingá-se nisso, sabe? Eu é que me queixo. Está a ver o que é eu todos os dias a me levantar às 6.30 da manhã e ele ficar na cama sem estar doente? Também custa um bocadinho. E não é por nada de importante... às vezes é porque se deita tarde... os amigos dele aqui, e as conversas, as brincadeiras. Não é por mais nada. (Chaves, 2013, p.146).

Percebe-se nesta fala, assim como em outras, o papel das mulheres em múltiplos trabalhos, fosse nos serviços domésticos, à gandaia, nas fábricas, além do serviço não pago que trata dos afazeres desempenhados em suas próprias casas, algo destinado às mulheres ao longo da história.

Sob o aspeto do cotidiano que marcou a vida destes moradores, as coletividades tinham um papel fundamental a ser demarcado. Para sinalizar as coletividades existentes eram Academia Filarmónica Verdi, os amigos de Apolo, Casalense, O Imparcial, União Futebol Clube, Lisboa Futebol Clube, Águias, Unidos, além do Centro Social do Casal Ventoso com forte protagonismo social dentro do bairro. Para além do já relatado, um outro entrevistado lembra que:

O Imparcial tinha a assistência que tinha porque tinha uma tradição de teatro. Havia famílias. Aquilo era frequentado por famílias, estás a ver? Era eu, a minha mulher, e a minha filha. O Filipe, mais a mulher, o filho e a filha. Havia lotação esgotada porque, mesmo que as pessoas não tivessem lá lugares, estavam já reservados. Tinha poucos sócios do Casal Ventoso. Mas a malta de lá de baixo não vinha cá acima porque achava que aquilo era uma coletividade já fina. Agora maioritariamente são pessoas do Casal Ventoso.” (Chaves, 2013, p.131)

As dimensões caritativas das coletividades se estendiam em expressões também do cotidiano dos moradores:

entrevistada 1: Tomávamos banho nas coletividades, mas tínhamos de pagar. (Entrevista coletiva 5)

entrevistado 1: Falo por mim, ia tomar banho ao Lisboa, já não me recordo quanto é que pagava.

entrevistada 2: Eu ia ao Unidos, tinha de atravessar o pátio para ir à casa de banho. Quando vim para cá, tive de mudar as fichas todas, foi tudo feito à pressa, mas as condições são agradáveis. Há pessoas que

já tiraram a banheira e puseram polibã. No nosso prédio, não são os moradores que lá vivem que estragam. Às vezes as pessoas culpam as crianças, mas não são os miúdos que partem os vidros e estragam os elevadores. Tem de se dizer a verdade. Onde se admite os senhores arranjam o elevador e passados três dias estão novamente avariados?

(Entrevista coletiva 7) (Chaves e Pereira, 2019, p. 130)



Figura 19 Carteira de Filiados da Associação de Futebol do Lisboa. Fonte: Núcleo Interpretativo do Casal Ventoso

Feito o devido resgate anterior ao processo do realojamento, o foco agora são as dimensões narrativas em que esse processo se deu. As falas apresentam a forma *top-down* no qual a intervenção urbanística foi realizada, sem a devida consulta aos moradores/as do bairro, sem um preparo prévio para sua remoção, como exemplificam as falas a seguir:

Hoje em dia não há o convívio que havia lá em cima, houve muita coisa que morreu. Anteriormente, fazíamos os bailaricos dos santos populares. Mandaram-nos cá para baixo. Antes de haver o tráfico aquilo era maravilhoso, era um Bairro excepcional. Houve muita coisa que morreu, hoje em dia já não existe o convívio que existia lá em cima. Tínhamos o homem dos gelados, o tio Mila dos Esticas, o Zé Porco. E depois empurraram-nos cá para baixo sem nos prepararem minimamente. (Entrevista coletiva 3) (Chaves e Pereira, 2019, p. 192)

entrevistador: Se lá em cima as pessoas eram unidas, o que é que mudou já que são as mesmas pessoas?
entrevistado 1: As pessoas conhecem-se, mas já não têm convivência.
entrevistador: Qual a sua opinião sobre este Bairro?
entrevistado 4: Não é um Bairro unido!
entrevistador: Continuam a relacionar-se com as pessoas de lá de cima?
entrevistado 1: Dou-me bem com toda a gente.
entrevistada 2: Falta aqui qualquer coisa para as pessoas se distraírem.
entrevistada 1: Muita gente no Cabrinha aprendeu a lição. Prefiro andar sozinho do que andar com algumas pessoas. (Entrevista coletiva 6) (Chaves e Pereira, 2019, p. 190)

No levantamento bibliográfico realizado no período inicial da pesquisa, e no acompanhamento de publicações posteriores, estas duas obras são centrais nos estudos do bairro do Casal Ventoso e, portanto, os aprofundamentos delas estão dissipados em outros capítulos ao longo deste trabalho. A fim de trazer uma complementaridade a essa imagem que vem sendo construída do bairro a partir das memórias dos antigos moradores/as, e como artifício de ampliar essa representação social, o próximo tópico será destinado às publicações em jornais entre os anos de 1998 a 2019, anos que precederam a demolição do bairro e os 20 anos que se estenderam após o desaparecimento do bairro, tomando como foco o realojamento e suas memórias.

3.4 - A memória é uma ilha de edição II: as memórias mediáticas do Casal Ventoso

Em um levantamento realizado no Gabinete de Estudos Olisiponenses com o dado de busca “Casal Ventoso” retornou 239 itens entre matérias, reportagens, entrevistas, material especializados em arquitetura, em jornais impressos, em que foi cuidadosamente selecionado para análise de construções narrativas sobre o bairro. Já no mecanismo de busca em jornais digitais através da plataforma *Google* a busca retornou 971 resultados das mais variadas fontes e abordagens, ou simplesmente citações de personas pertencentes ao bairro, mas, em sua grande maioria, notícias relacionadas ao tráfico de drogas e contextos da chamada “toxicodependência”. Aqui serão sistematizadas as falas tanto dos jornais impressos quanto dos jornais disponibilizados digitalmente em

que trata das memórias do Casal Ventoso que ganhou destaque dos jornais após o período de reconversão do bairro, em que será priorizado as falas dos sujeitos protagonistas deste evento, ou seja, as falas dos moradores do bairro desaparecido.

A começar pela matéria do Diário de Notícias, publicado em 28/03/1998, sob o título de “Filhos de um Casal Ventoso”, a matéria começa pela descrição de Judite, afirmando já sua pouca memória, e dos dias em que passava a cozinhar e a limpar a casa. A descrição segue

“por aquela janela viu o povo assar carapaus e sardinhas enquanto gritava pelos golos de Eusébio, a política militar de Salazar a procurar tipografias, os militares do MFA com cravos nas espingardas e a multidão a berrar vivas, grupos de rapazes e raparigas a formarem comissões de moradores e grupos de alfabetização, homens a ocuparem uma casa em frente e a colocarem uma bandeira do PCP à janela, o bando do Dragão a fugir da polícia, um carro preto com um homem que disparava rajadas de metralhadora, vizinhos a morrerem, a droga a entrar no bairro, vizinhos a enriquecer, ambulâncias a recolher gente com seringas espetadas ao braço (...) A casa é como a maioria das outras...velha, suja e a cair de podre.”

Já Augusta Ribeiro, que por ela passaram 77 anos do Casal Ventoso, é descrita como uma pessoa que

teve uma vida corrida a limpar casas dos outros, a receber meia dúzia de tostões que acrescentavam ao dinheiro que o marido José trazia dos concertos das telhas. Os amigos chamavam-lhe “Zé do Telhado” (...) Um dia o Zé do Telhado gemeu do fígado e não empatou a vontade de Deus. Foi-se e a deixou. (...) Mexe na carteira, mostra-nos fotografias incompreensíveis (...) Ela quer revelar mais, apresentar aos estranhos o retrato da sua família perfeita e do seu gatinho de estimação. Um *yuppie* sem mácula, uma loira que podia ser modelo, duas crianças de olhos claros, a sua família de sonhos numa casa de sorrisos de felicidade e roupas bonitas (...) a família de sonhos da Augusta e o gatinho que ela gostaria de ter se não morasse num pequeno quarto no Centro Social do Casal Ventoso”

Uma outra filha do Casal Ventoso, Natalina, casada com Carlos Duarte que trabalha na “Adega Mesquita” lembra que foi no Casal Ventoso que teve *“oito filhos e, graças a Deus, estão todos vivos. Nasci no Casal Ventoso há 60 anos e lembro-me perfeitamente dos tempos em que comia na sopa do Barroso.”*

Maria Luísa, de 72 anos na altura, lembra que *“vasculhava nos caixotes do lixo - na companhia da sua mãe- à procura de papel e de trapo, os tempos que conheceu seu marido nas Escadinhas da Bica e lhe deu a provar o Casal*

Ventoso.” Esta antiga moradora lembra de nomes que foram emblemáticos na história do Casal Ventoso, conhecidos pelas trajetórias nos fluxos ilícitos como

“os grandes ladrões e chulos da história do Casal Ventoso, gente que chegou antes do grande negócio da droga...O bando do Dragão, o Pirezas que foi morto pela polícia e se transformou num herói, o Rabiça, o Tininho que apesar de ser zanolho vivia com sete mulheres, o Chalata, o Papa Ratos. O marido de Maria Luísa contava-lhe as proezas desses bandos que se escondiam nos anexos das casas, que conheciam ao pormenor as ruelas e escadinhas cujas coordenadas são desconhecidas para quem lá não viveu(...) Foi com eles que o Casal Ventoso ganhou fama.”

Em matéria publicada no Público, em 21/01/1999, o que vem à tona agora são os conflitos estabelecidos nas prévias da demolição do bairro. A matéria intitulada “Voltar costas ao passado”, a fala de Maria Celeste Simões, proprietária do único café em funcionamento, demonstra satisfação com a nova casa do realojamento, mas se queixa que *“desde dia 11 que temos as chaves das casas e não temos gás. Temos que ir à Campolide para tomar banho em casa da minha filha”*. Já Maria Rosa Muniz, quem viveu 24 anos no Casal Ventoso diz: *“isto é muito jeitoso. Gosto muito da casa e dos senhores engenheiros.”* Alda Martinho dos Santos, na mesma linha de Maria Rosa Muniz, diz que *“não podia ser melhor.”* Outros moradores, como José Silva diz que *“a casa está desnivelada, as paredes são de esferovite”*, e que tinha melhores condições no Casal Ventoso e só saiu porque foi obrigado.

Já na publicação da Visão, em 21/01/99, intitulada “Oito dias que mudaram o Casal”, alguns dias após o realojamento, 248 famílias tinham sido transferidas para a Quinta da Cabrinha, a ausência do gás era evidente nas falas, afirmava uma das novas moradoras, Ema, de 18 anos, que *“sem gás não venho! Sem poder tomar banho nem fazer o comer, não venho.”*

Em 31/01/1999, a publicação do 24 Horas, designada por “Vida Nova em Alcântara”, mostra a fala do novo morador da Quinta da Cabrinha, Francisco Ribeiro, de 49 anos: *“Vivi toda a vida em barracas. Agora estou muito melhor, mas há pessoas que não sabem educar os filhos e já andam a estragar as coisas”*.

O Diário de Notícias, em 19/01/1999, com matéria nominada “Começar pela demolição psicológica” recorda o processo de “demolição psicológica” da

demolição de 300 casas: cortes de luz, água, telefones. *“Há muita gente que não dormir à casa nova. É um processo psicológico demorado. Falta-lhes cortar o cordão umbilical. Ainda estão muito presos ao bairro”*, falou Cipriano Oliveira, responsável pelo Gabinete de Reconversão do Casal Ventoso. Fátima Machado, moradora do novo bairro, diz: *“ando a ver se me compram as portas, que ainda estão boas, antes que venham demoli-la”*. Uma prática realizada por outros moradores de venda de equipamentos das suas casas antes da demolição. Um morador afirma também que *“amanhã, deixo a casa aberta, mas primeiro tenho de aproveitar aquela fechadura para que eles (os toxicodependentes) não se meterem lá dentro”*. Um outro diz: *“Satisfeito por sair, porque o ambiente está muito pesado por causa da droga, mas triste porque não sai do pensamento os pombos, coelhos e galinhas que criava no bairro, mais os manjericos que cultivava para as festas populares”*, mais adiante afirma que *“na Quinta do Cabrinha não há espaço para o negócio, estou pouco satisfeito com os oito mil contos que recebi de indenização. Tinha aqui três casas e um terreno com 617 metros.”*

Em uma extensa matéria feita pelo Expresso, em 26/05/2001, apresenta a ocupação feita pelos toxicodependentes nas casas esvaziadas no período do realojamento, e que as demolições estavam a ser iniciadas. Da escadaria estreita sai um grito a dizer: *“Assassinos! Assassinos! O que é que estão a fazer? Não sabem que ainda estão lá os animais? Querem matá-los, é? Assassinos! Os animais também merecem respeito. Eles são seres humanos como nós”*. Em outra casa prestes a ser demolida, António, com sua mudança já encaminhada, diz *“Não saio! Não saio! Daqui não saio nunca!”*. António tem dois filhos e, por mais que soubesse que dali haveria de sair, apresentou imensa resistência, e que foi retirado da lista de realojados por ter uma casa em seu nome aos arredores de Lisboa.

Em 08/10/2002, na matéria do Capital, intitulada *“Famílias do extinto Casal Ventoso dizem-se esquecidas pela Câmara”*, mostra o que ocorreu às famílias do realojamento após a demolição do bairro. Sem nenhum projeto desenvolvido pela Câmara Municipal de Lisboa para dar continuidade à assistência social, as dívidas se acumularam principalmente pelo Projeto Alcantara, através da fala do seu coordenador Filipe Santos que diz *“temos*

dívidas que rondam os sete mil e quinhentos contos, e existem colaboradores com vencimentos em atraso”, e mais adiante afirma que “não recebemos um tostão desde o mês de junho, sendo de referir que a nossa candidatura ao Programa Urban da Comunidade Europeia foi aprovado”. O Projeto Alcantara, que funcionava como centro de dia na Quinta do Cabrinha como um espaço de convivência, com oferta de refeições diárias, e o desenvolvimento de atividades psicossociais, sinaliza para a necessidade de garantir sua permanência. Aida Baptista Lopes, de 75 anos, diz: “venho aqui comer desde que isto abriu, porque o dinheiro não dá para tudo.” Já Natália, amiga de Aida, que costura bonequinhas diz: “gosto de estar aqui e conversar e venho aqui para comer porque não tenho dinheiro para comer em minha casa”.

Ainda sobre o período posterior ao realojamento, o Diário de Notícias, de 05/02/2006, publica a matéria “Casal Ventoso tinha espaço para umas couves e coelhos”. No início do texto já declara uma antiga moradora a dizer que *“sentimos falta de espaço para plantar umas coisas e criar uns coelhos, mas aqui é muito melhor do que lá em cima no bairro”*. Novamente a fala de Filipe Santos, do Projeto Alcantara, vem à tona: *“falta uma estrutura para apoiar e acompanhar as pessoas, a população diz ter sido abandonada, embora tenha passado a morar em casas melhores. Perderam todos os laços sociais e de vizinhança que tinham no Casal Ventoso.”* José Santos, de 73 anos, afirma que *“os moradores eram como uma família, respeitavam-se e ajudavam-se uns aos outros. A droga entrou no bairro e não foi pela nossa mão. Em termos de habitação estou melhor, mas aqui não há colaboração entre os inquilinos. Somos 23 no prédio, mas as pessoas estão todas divididas. É cada um para seu lado. A escada está uma vergonha, mas não sou eu que vou pintá-la sozinho.* Já José Vieira discorda:

“Estou aqui muito melhor. Quando vi a casa até disse que me tinha saído o totoloto. Eu morava numa barraca e andava sempre a pisar seringas espalhadas por todo lado. A vizinhança é a mesma Não tenho problemas com ninguém e dou-me bem com toda a gente. Só crítico não terem dado casas aos moradores do Casal Ventoso que estavam presos. Agora saíram da cadeia e não têm onde ficar Estão a viver com os pais e outros familiares”

Ainda nesta matéria aparece a fala de Humberto Diniz, de 61, que diz: *“vivo aqui muito melhor do que antes, onde estava numa casinha pequena. O*

único problema é as ruas não serem lavadas e isto ficar cheio de moscas, com os cães a fazerem necessidades por todo lado". João Fernandes, vizinho de Humberto, diz que *"vivia numa casa cheia de humidades que era quase uma barraca. Deram-me um T1 porque vivia sozinho, entretanto juntei-me, tive uma filha e não há quarto para ela. Se estivesse lá em cima no bairro, bastava construir um quartinho ao lado da casa."* João Fernandes encerra a matéria dizendo que *"as saudades que temos do nosso bairro é que lá não tínhamos vizinhos por cima nem por baixo a fazer barulho e havia espaço para plantar uma couve, ou ter um coelho."*

A matéria divulgada no Público, em 05/02/2006, já antecipava a ideia do projeto de Memórias do Casal Ventoso na matéria "Terapia da Saudade para os idosos do antigo Casal Ventoso", onde mostra a atuação do Projeto Alcantara através da conferência "Casal Ventoso - Saudades que consomem", com o objetivo de partilharem memórias do bairro, o bairro onde nasceram, cresceram, e voltarem a forjar uma vivência de bairro e recuperarem algum amor próprio. Segundo Filipe Santos, os bairros do realojamento estão a *"tornar-se um Casal Ventoso em altura"* com a quebra dos laços sociais entre vizinhos, a rutura entre gerações, e que os moradores *"têm casas melhores, mas todas as redes se perderam."* José Santos, já retratado em sua fala anterior no Núcleo Interpretativo do Casal Ventoso, aparece novamente nesta matéria afirmando que *"no verão até se podia dormir na rua, com a porta da casa toda aberta"*. Um morador não identificado do bairro do realojamento disse que *"meu antigo pátio era mais limpinho. Mijam nas escadas, atiram o lixo pelas janelas, e a polícia não faz nada, têm medo do povo."*

O ano de 2019 traz de volta à tona o antigo bairro do Casal Ventoso e os bairros do realojamento pela razão dos 20 anos de demolição do bairro e as novas moradas na Quinta do Cabrinha, Loureiro e Ceuta Sul. As matérias, agora já em formatos digitais, elaboram atividades não só de memória do bairro, mas também intervenções artísticas a fim de requalificar os espaços edificados. Apesar da reduzida expressão de consumo de drogas nos bairros do realojamento, os moradores continuam identificando o local como um espaço de venda e uso de substâncias psicoativas tornadas ilícitas, ainda que seja garantida na cláusula da moradia a expressa proibição de consumo de drogas

nas residências, com risco de despejos de suas habitações. A associação, portanto, com o Casal Ventoso das drogas e da toxicodependência continua, forçadamente, sendo uma atividade dos media em Portugal.

Em uma edição especial publicada em três longas matérias sobre o 20 anos do realojamento do Casal Ventoso no Diário de Notícias, em 03/02/2019, a que é intitulada “ Os clubes que salvaram vidas ruíram com o bairro” explora como o realojamento pôs fim ao conjunto de coletividades que eram centrais nas dinâmicas do bairro não apenas no campo desportivo, mas nas ações de solidariedade e assistência, nas festividades, na caracterização de um bairro que possuía seis clubes diferentes inscritos na Associação de Futebol Distrital: Águias Recreativo Clube, União, Casalense Futebol Clube, Lisboa Futebol Clube, Unidos e Clube Desportivo de Santo António. Dário Ramos, de 38 anos, diz que *“com a demolição, alguns clubes históricos perderam-se e não quiseram criar sede nos novos bairros. Ou porque os seus diretores já estavam muito velhos ou porque os filhos não quiseram ficar com eles.”* Atualmente, os clubes hoje possuem apenas a sede, mas não desempenham mais atividades junto à comunidade como no passado. Gabriela Miranda, que entrevista já foi anteriormente explicitada, nesta entrevista do Diário de Notícias esclarece que hoje abre as portas da sede do Casalense como um centro de memórias e diz que *“andei a procura de sócios que queriam continuar, fui ao Bairro do Cabrinha, o bairro dali abaixo não existia, andamos aqui à procura, mas a gente também não sabe mais a morada das pessoas. Mas também porque eu não quero que isto aqui morra.”*

Em matéria da Notícias Magazine, em 27/05/2019, intitulada “Casal Ventoso: as saudades que as máquinas não demoliram”, Maria Pereira, de 82 anos, relembra que *“quando éramos novas, já estávamos todas casadas, mas brincávamos muito. Todo o bairro era uma família. Púnhamos a TV – uma raridade na altura – cá fora e era bailarico e saltar fogueiras. Convivíamos todos.”* Clementina Valente, de 94 anos, expõem suas ausências subjetivas: *“tenho tantas saudades da minha casinha, de ir às minhas vizinhas buscar um ramo de salsa ou de açúcar, da mercearia com a lista de fiados.”* Uma fala de Celeste, Maria Pereira e Rosalina Tavares, três idosas que reúnem os sentimentos comum à comunidade de antigos moradores do Casal Ventoso: *“Deram-nos as*

casas, mas cortaram-nos a corrente da solidariedade que nos unia". Ao relembrar os tempos que vivia ao Casal Ventoso Odete Castanheira, de 76 anos, disse: *"O meu marido era tipógrafo e eu trabalhava na Praça do Chile-. Ia e vinha a pé para poupar o dinheiro do autocarro e para comprar pão para casa"*, e mais adiante: *"as vizinhas andaram a pedir pelo bairro para eu pagar os meus tratamentos. E, quando eu não podia cozinhar, levavam sopa aos meninos"*. Rosalina Tavares, de 80 anos, em uma contraposição do passado ao presente relembra: *"tinha o meu pátio mesmo ao pé da linha do comboio, com o meu quintal, os meus legumes, as minhas árvores e a minha fruta. Hoje, não tenho nada, nem elevador para subir ao quarto andar."* Armênia Isabel, de 69 anos, rememora: *"Eu não tinha água. Remediava-me com a do chafariz que havia no pátio. E vivíamos com as portas de casa sempre abertas, ninguém roubava nada."* José Carlos, com 72 anos, um dos responsáveis pela Comissão de Moradores da Quinta do Cabrinha, ainda sobre a solidariedade reinante do bairro, lembrava: *"Íamos porta a porta, arranjavamos dinheiro para pagar o enterro, para as flores, e ainda sobrava algum para ajudar a viúva ou o viúvo"*. Nas memórias do realojamento e o sentimento que persiste entre os/as moradores/as dos bairros realojados é expressa em diversas falas. Marcelina Alves, de 86 anos, argumenta: *"Meteram-me num prédio em que praticamente não conheço ninguém. Lá, tínhamos muitos vizinhos no pátio, vivíamos como irmãos. Aqui, posso passar pelas pessoas e ninguém pára para me perguntar como estou. Aliás, se me der uma coisa e cair em casa, acho que nem vão dar por isso"*. Goreti Rodrigues, de 58 anos, integrante da Comissão de Moradores da Quinta do Loureiro, fala: *"Deram-nos casas novas, mas limitaram-se a despejar-nos para aqui. Não se preocuparam minimamente em acompanhar as pessoas, foi tudo feito às três pancadas"*. Com a falta de acessibilidade dos edifícios composto maioritariamente por idosos, a ausência de manutenção por exemplo de elevadores, que os deixam em situação quase permanente de avaria, fez com que muita gente não pudesse mais sair de casa diante das dificuldades de se subir e descer 3 ou 4 andares de escadas que dão acesso às suas casas.

Na publicação da RTP de 22/02/2019, com título de "Casal Ventoso. 20 anos depois, o que mudou?", apresenta a fala de Maria Simões que com o

realojamento diz ter perdido tudo, e chama a Quinta do Cabrinha de “cemitério”. Já José Carlos Pentrisco, a Quinta do Cabrinha assemelha-se ao “pátio de uma prisão, é um autêntico inferno”.

No jornal digital O Corvo, em 04/10/2018, com matéria “Vinte anos depois da demolição do Casal Ventoso, moradores realojados não têm vontade de celebrar” as falas dos/as moradores/as expõe o descaso com o bairro após a demolição do Casal Ventoso em um evento de mutirão que envolveu mais de cem estudantes universitários e a comunidade para pintura dos muros do bairro. Na ocasião, Magda Cruz, de 38 anos, diz que *“Isto não é o mar de rosas que andam a pintar. A mudança foi para pior, a recolha do lixo não é feita durante semanas, juntamo-nos para limpar as ruas, nunca são limpas. Não pertencemos a Campo de Ourique, somos excluídos”*. Em complementaridade à fala de Magda, Tânia Baptista argumenta que *“Fecharam a piscina municipal e a escola está muito degradada. Quando arranjam os elevadores, substituem as peças por outras mais baratas e estragam-se rapidamente. Em vez de começarem pelo que é prioritário, pintam fachadas. Qual é a nossa vontade em participar?”*. Apesar da diminuição do consumo de drogas do bairro, esta ainda é uma preocupação dos moradores, como exemplifica Irene Maria, de 68 anos, que diz *“Ando sempre a limpar as ruas, mas vêm logo para aqui com seringas. À noite, ainda há muitos desacatos. É muito importante virem limpar, mas não é só hoje.”* Delmira Esteves, de 82 anos, diz que *“Só nos mudaram de lugar e para pior. No antigo Casal Ventoso, éramos mais unidos, estas construções também não permitem estarmos juntos, os prédios estão todos espalhados. Estamos completamente esquecidos.”* As novas empreitadas formuladas pelos/as moradores/as do bairro para implantação de novos equipamentos culturais no bairro carece de atenção do poder público como mostra a fala de Cíntia Fernandes que coloca: *“Queríamos fazer um espaço de convívio e uma sala de estudo, mas nunca disponibilizaram a verba necessária.”*

Os artigos selecionados para análise de memórias e como expressão de uma continuidade narrativa já determinada anteriormente foram eleitos pela sua relevância temática a partir da análise dos conteúdos neles expressos. É recorrente nas buscas de jornais digitais a associação do nome Casal Ventoso

a qualquer outro território urbano de consumo de drogas, como apontou a conceituação feita por Fernandes (1995) no artigo exposto no capítulo 1. Casal Ventoso é sinônimo de droga, de degradação, é uma estrutura linguística do português luso para associar-se às expressões de identidades deterioradas, de toxicodependência, de estigma. Ainda que haja um esforço de se reconstituir memórias que validem uma outra dinâmica do bairro anterior ao fenômeno do consumo de drogas que se estabeleceu no bairro, o estigma ele é preponderante, e muda sua natureza da “chaga” que o carrega. De um bairro pobre, operário, com habitações precárias, de trabalhadores, de tolerância de indivíduos que cometiam pequenos delitos, para um bairro caracterizado pelo tráfico e consumo de drogas, mas que ainda assim mantinha suas relações sociais cristalizadas em uma forte solidariedade, até mesmo com os desconhecidos. No próximo capítulo será abordado a compreensão destes moradores e sua percepção e representação construída sobre o “mundo das drogas” e as relações estabelecidas entre a linha tênue do lícito e do ilícito, e como a cultura do *desenrascar* operava nessas dinâmicas.

Capítulo 4 – Dar a fuga às lembranças: as memórias deterioradas do Casal Ventoso

Distanciando-se da proposta que foi tomada como ponto de partida, que versa sobre o resgate memorial do Casal Ventoso que estabeleceu como parâmetro o período histórico identificado como o anterior ao fenômeno do comércio e consumo de drogas que se instalou no bairro e ganhou projeção nacional, este capítulo ganha independentismo por uma razão de ordem ética. Aqui parte-se do pressuposto que o conhecimento científico e, portanto, seus discursos devem partir de experiências, do sítio onde a vida se realiza, e que a ciência deve servir e, com isto, implicações e preocupações ética se colocam em jogo. Essa dimensão ética serve para apontar a relação do saber científico com as necessidades existenciais humanas, de influência sobre a percepção do senso comum, seguindo a sugestão de LeGoff (1990, p.411) de que “cabe, com efeito, aos profissionais científicos da memória, antropólogos, historiadores, jornalistas, sociólogos, fazer da luta pela democratização da memória social um dos imperativos prioritários da sua objetividade científica”. Sendo assim, questões se colocaram nesse processo de investigação que resultaram na necessidade particular e ética na proposta deste capítulo: o que acredita se conhecer? como nós conhecemos e legitimamos esse saber? Então, o que é mais crítico neste processo é a formação da subjetividade dos indivíduos na vivência social e na construção destas realidades, uma vez que as narrativas da ciência passam a participar, em alguma medida, das compreensões estabelecidas no senso comum.

Esclarecido este ponto, volta-se à discussão acerca das memórias oficiais construídas em torno do bairro que apesar de ser uma tentativa de rotular positivamente a imagem de bairro desaparecido, assim como compreender o processo de “luto” dos/as moradores/as, não explica os processos posteriores de um bairro estigmatizado. Neste sentido, este capítulo é um título de esclarecimento sobre as dinâmicas que o fizeram ser identificado como um “hipermercado das drogas” ao fim dos anos 1980 e os anos 1990, para abarcar toda a amplitude de percepções forjadas neste território.

Como uma memória a ser esquecida pelos/as antigos/as moradores/as (não apenas por estes, mas como um esforço subjetivo cidadão generalizado) sobre uma vivência identificada com a degradação, ultrajante, são também destes indivíduos as falas sobre esse universo de trocas ilícitas estabelecidos, muitas vezes, no interior das casas, mas também nas ruas, becos e vielas do bairro. Os/as narradores/as que se apresentam a partir dos registos eleitos fizeram parte da cultura do *desenrasca* (Chaves, 2019), que garantiu a circulação de uma economia dentro do bairro, sendo fonte de rendimentos para indivíduos em situação de precariedade salarial, e também como principal fonte de renda. Evidentemente que essa economia não se restringiu apenas ao nível local, compreendendo que o tráfico de drogas, assim como qualquer outra mercadoria, integra uma rede de transações globais de produção, distribuição, comércio e consumo de substâncias tornadas ilícitas

Sobre o contexto de consumo de drogas em Portugal, vale lembrar que após um forte período marcado por um governo autocrático de inspiração fascista, o consumo de drogas pré 25 de abril era aceite por uma pequena comunidade restrita a grupos específicos da boêmia, ainda que outros países estivessem vivendo a expressão do movimento de contracultura e, portanto, de uso expandido de drogas, principalmente as psicadélicas. De uma sociedade marcadamente conservadora e católica, o fim da ditadura Salazar, o final da guerra colonial na África, e o retorno das pessoas das colônias portuguesas, foram fatores que influenciaram a abertura do país para o exterior. Em um estudo publicado pela *Open Society* acerca da política sobre drogas em Portugal aponta que

no fim da década de 1970 percebe-se a presença espalhada pelo país, em que, portanto, a droga começa a se constituir enquanto um problema social. Aponta ainda que uso de drogas, ou, para ser mais preciso, o uso de cannabis, tornou-se mais visível em Portugal com o regresso de cidadãos portugueses das colônias onde a marijuana era cultivada e consumida abertamente. Outros mantêm que com a abertura de Portugal após 1974, o consumo de drogas constituiu simplesmente uma parte de um vasto leque de situações (...) No início dos anos 80, a droga mais comumente consumida em Portugal era o haxixe e a marijuana, mas a heroína já tinha aparecido nos finais de 1970. A heroína traficada, do Paquistão e da Índia através da ex-colônia de Moçambique, por portugueses de origem paquistanesa era vendida nas ruas de Portugal em finais da década de 1970, início da década de 1980. Quando dois grandes grupos de tráfico de heroína

foram desmantelados em Moçambique, a heroína começou a chegar da Holanda. Uma vez que o tráfico de heroína em Portugal era assegurado por uma série de pequenos grupos de traficantes, as autoridades não conseguiram pará-lo. O consumo desta substância também começou a mudar por esta altura, com os consumidores a começarem a fumar e a injetar esta droga. (Domosławski, 2011, p.20)

Os anos 1990 foram marcados, portanto, por um consumo visível e aberto nas cidades, principalmente em algumas zonas de Lisboa, marcadamente o bairro do Casal Ventoso. Segundo Balsa, neste mesmo estudo publicado pela Open Society, acreditava que num país em que a moral tradicional dominou durante tanto tempo, tais comportamentos atípicos eram considerados como incompatíveis com a moral pública. Esta preocupação serviu de base à percepção acerca da seriedade da problemática do consumo de drogas em Portugal. A preocupação parece ter surgido de uma forma natural e generalizada entre as pessoas e não promovida por algumas correntes de opinião (Domosławski, 2011, p 21).

O consumo alarmado, as altas taxas de comorbidade associada principalmente ao uso de substâncias psicoativas injetáveis, e o crescente cenário de violência advindo da proibição das drogas, refletiu uma situação de que o “problema droga” era o principal problema social vivido pela sociedade portuguesa, como foi mostrado num estudo do Eurobarómetro realizado em 1997. Apesar do estudo fazer esse apontado, Portugal era o país com menor consumo de drogas de toda a Europa, tinha uma maior prevalência de consumo problemático, principalmente relacionado ao uso de heroína. Nesse período, além da repressão policial e o aumento da criminalidade advinda da política de proibição, o programa de troca de seringas era igualmente ilegal, sendo um fator de aumento crescente de HIV entre os usuários de drogas injetáveis.

Em 1998 o governo português, diante de um quadro de severa crise no campo da toxicod dependência nomeou um comitê composto por médicos, sociólogos, psicólogos, advogados, para construir uma estratégia nacional que fosse capaz de lidar com os problemas advindos do consumo abusivo de drogas. A recomendação expressa deste comitê foi instaurar um processo jurídico de descriminalização dos usuários de todas as substâncias psicoativas tornadas ilícitas como forma efetiva de limitar o consumo e tratar os indivíduos que estavam inseridos um profundo quadro de vulnerabilidades associadas. Para

além da descriminalização, a regulamentação da redução de risco e da minimização de danos era componente fundamental desta política, além de campanhas de educação e prevenção ao consumo de drogas.

A política de drogas atualmente vigente em Portugal teve seu terreno preparado, portanto, a partir do documento denominado Estratégia Nacional de Luta contra a Droga, publicado em 1999, que teve como orientação cinco eixos basilares que trata: a) do reconhecimento global dos problemas decorrentes do uso abusivo de drogas, b) uma convicção humanista que deverá compreender a complexidade dos dramas sociais e suas dimensões individuais, c) que a dimensão humanista, associada a um pragmatismo, permita uma abertura de novas experiências no campo das drogas, d) política preventiva ao uso de drogas, e) combate ao tráfico de drogas e lavagem de dinheiro. Ou seja, a política que veio orientada posteriormente trata dos eixos de prevenção, dissuasão, redução de riscos e danos, tratamento e reinserção social. Elencado tais parâmetros é excluído da abordagem as dimensões culturais do uso de drogas, tais como rituais religiosos, consumo recreativo, uso de psicoativos para finalidades medicinais, demandas essas que tem se fortalecido há, pelo menos, nos últimos dez anos em todo o mundo.

Desta forma, o ano de 2000 em Portugal foi marcado pela publicação da Lei nº 30 que descriminaliza o consumo de todas as substâncias psicoativas tornadas ilícitas, mas não despenaliza. A legislação implica, portanto, que o consumo não é mais passível de um processo criminal, sendo indicado como uma contraordenação social. A lei define as quantidades máximas para consumo para uma pessoa para um período de dez dias para cada substância (em gramas ou comprimidos: cannabis, 25 gramas; haxixe, 5 gramas; cocaína, 2 gramas; heroína, 1 grama; LSD ou ecstasy, 10 comprimidos) dividindo-as entre substâncias leves e duras, o que determina sua quantidade permitida a ser portada. Em caso de flagrante pela Guarda Nacional Republicana (GNR) ou pela Polícia de Segurança Pública (PSP) o usuário portando as quantidades acima das estabelecidas é encaminhado para a Comissão de Dissuasão da Toxicodependência (CDT), e as substâncias ficam retidas. Se uma pessoa não comparecer perante a Comissão de Dissuasão, uma sanção administrativa pode ser aplicada na sua ausência, como por exemplo uma coima, revogação da carta

de condução ou licença de uso e porte de arma, trabalho a favor da comunidade, ou proibição de frequentar determinados locais. Apenas não cumprimento das sanções administrativas é visto como crime de desobediência e, portanto, encaminhado ao tribunal. É este o cenário legal que se encontra a atual política de drogas em Portugal, e que coordenou as ações após a demolição do Casal Ventoso. O desmonte da concentração de pessoas não se deu apenas pelo processo de realojamento, ou pela mudança legislativa, mas por esse gerenciamento combinada a outras políticas sociais.

É curioso notar ainda a transformação no paradigma do cuidado em relação ao consumo de drogas em Portugal. As mudanças no cenário de consumo de drogas em Portugal têm trazido, como consequência, mudanças nos padrões de uso e em seus territórios. O que os anos que se estendem de 1990 até meados dos anos 2000, fundamentalmente com a questão da heroína em sua centralidade, e a efetividade da política de descriminalização principalmente na redução de overdoses, no controle da epidemia de HIV-AIDS, dentre outras enfermidades provocadas pelo uso abusivo de drogas, na diminuição da população encarcerada, e uma política de desestigmatização do usuário, desenha-se outras demandas no cenário.

A perspectiva da redução de risco e minimização de danos, ainda que inicialmente tenha sido estabelecida em 1926, na Inglaterra, com a publicação do Relatório Rolleston como um conjunto de recomendações para que fosse possível aos médicos ingleses a prescrição de doses regulares de ópios a usuários em situação de abuso de opiáceos, só em 1980 ela foi de fato regulamentada após a epidemia de HIV/AIDS na Europa principalmente entre usuário de drogas injetáveis. Apresentando resultados satisfatórios na redução da epidemia, e de infecções de outras naturezas, a redução de risco e a minimização de danos foi uma estratégia que, apesar de ter enfrentado barreiras burocráticas na sua implementação, sendo por vezes considerada ilegal, foi amplificada para usuários de drogas em geral. Com uma definição multiconceitual disputadas nos mais diversos campos da abordagem científica, essa estratégia consolidou-se no terreno do cuidado em saúde de forma exitosa.

Ainda ao fim dos anos 1980 o aparecimento de uma cultura juvenil em torno da dança e da música eletrônica associada ao consumo de psicoativos

ganha espaço nas novas formas de uso de drogas de substâncias já existentes e outras que eram novas no mercado. Trata-se aqui de novos consumos pois estes não se assemelhavam mais com aqueles que foram largamente difundidos dos anos 1980 e 1990 com usos problemáticos e/ou abusivos. Este uso era associado a um consumo recreativo em cenários de festivais de música, e distanciava-se cada vez mais do estigma imputado ao usuário de drogas associado ao *junkie*, com uma imagem deteriorada, de aspeto degradado. Essas novas drogas, as anfetaminas, LSD, MDMA, fazem parte de um grupo de drogas entendidas como “substâncias sociais”, de experimentação e vivência grupal, sendo o seu consumo atribuído à festa, à rave, *settings* propícios ao seu consumo (Calado *apud* Martins, Valente e Pires, 2012, p.650).

Com o desenvolvimento histórico da abordagem em saúde, assim como as transformações no cenário do consumo de substâncias psicoativas, mais marcadamente pela expansão do uso em contextos festivos, o aumento do consumo de drogas sintéticas, e padrões de consumo, percebe-se no panorama de debates em Portugal a mudança de paradigma acerca da redução de risco e minimização de danos. A noção de gestão dos prazeres é uma dimensão que vem sendo abordada nos debates contemporâneos sobre drogas, e compreende essa transição, segundo Romaní (2008, p. 101) que “talvez seja o momento, pelo menos para o trabalho com os jovens, de não falar tanto da redução de danos, que é uma terminologia, a do sofrimento, que os deixa muito afastados, mas mais da gestão dos prazeres”. Essa explicação advém, para além o reconhecimento da redução de risco e minimização dos danos, mas que esta enfatiza a dimensão negativa e problemática do consumo. Não está sendo afirmado que não exista usos problemáticos no consumo, mas sim que a mudança de padrões implica na necessidade de se reconstruir novas abordagens para a questão posta, mas refazer a indagação posta por Gil Medeiros (2012, p.51)

Antes precisamos nos perguntar em que medida estes lugares sociais julgariam e demandam a clínica da redução de danos mais pelas ações preventivas e curativas do que pela possibilidade de gestão de riscos e prazeres e, mais dificilmente ainda, considerando um aprendizado de si através dos usos. Sobretudo, pergunta-se entre uma coisa e outra que lugar possuem as falas de pessoas que usam drogas quando identificadas não mais na doença ou no crime, e tampouco no

autocuidado, mas na otimização de suas práticas corporais, num aprendizado subjetivo a partir das mesmas

Cruz e Machado fazem um levantamento em perspectiva do que a gestão dos prazeres leva em consideração a partir de uma literatura compreendendo os aspetos (2013, p.23.)

que discutem padrões alternativos de uso de drogas, sob as designações de 'não problemáticos' (Cruz, 2011; Pallarés, 1996), 'não dependentes' (Keene, 2001), 'funcionais' (Smith & Smith, 2005) e 'saudáveis' (Whiteacre & Pepinsky, 2002). Em tais padrões, os sujeitos mostram-se capazes de controlar os seus consumos sem necessidade de intervenção externa, em grande medida pela adoção de cuidados de gestão do uso das drogas (e.g., Cruz, 2011; Fernandes & Ribeiro, 2002; Pallarés, 1996)

Um dos elementos importantes na mudança desse paradigma educacional sobre o consumo de drogas tem sido o serviço ofertado, fundamentalmente em contextos festivos, de *drug checking* que trata da análise química farmacológica da composição das substâncias testadas, principalmente das sintéticas, principalmente cocaína, MDMA e LSD, ofertando instrumentos e informações capazes de permitir uma decisão informada sobre seu uso. O Check! n, organização portuguesa que oferta este serviço, apontou, durante o II Seminário do Check! n, realizado na cidade de Viseu (Portugal), em 2018, os dados obtidos a partir das testagens por eles realizados em festivais e apontou que a maior parte das substâncias analisadas foi o MDMA, quer na forma de pastilha ou na forma de cristal, seguida pela cocaína, anfetaminas, ketamina, LSD, e outras substâncias desconhecidas. Os dados mostraram que 47% das substâncias analisadas estavam adulteradas, 19% sequer tinham a presença da substância psicoativa que era suposto ter. Nas amostras de MDMA 39% das amostras eram puras, 50% estavam adulteradas, e 11% não tinham sequer MDMA. Os adulterantes mais encontrados foi a cafeína, 13% foram substâncias desconhecidas (mas que podem ser as substâncias conhecidas como "sais de banho", os corantes das pastilhas, e outras substâncias que não foram possíveis de serem testadas). Na cocaína, 0% das amostras continham apenas cocaína, 45% das amostras continham cocaína e adulterantes, 55 não tinha cocaína. Os adulterantes mais comuns eram tetracaína, lidocaína, cafeína, e o levamisol. Segundo Martins, Valente e Pires (2015, p.5), os serviços de drug checking tem como principais objetivos

(i) fomentar uma consciência do risco associado ao consumo de uma substância da qual se desconhece a composição; (ii) utilizar o sistema de análises como um instrumento de acesso aos consumidores e encorajar atitudes e comportamentos que promovam o consumo responsável; (iii) fornecer aos consumidores dados objetivos e informações que aumentem a capacidade da decisão informada; (iv) possibilitar a deteção de substâncias ou adulterantes potencialmente tóxicos ou letais em circulação; e (v) monitorar o mercado negro e detetar o aparecimento de novas substâncias e tendências de consumo, utilizando a informação para delinear estratégias e material de intervenção objetivo, e trabalhar em articulação com um sistema de alerta rápido

É desta forma, então, que a referência do cuidado com uso de substâncias psicoativas em Portugal vem transformando seu paradigma contemporâneo. De uma mudança de contexto que implica em novas formas de abordagem, as duas perspetivas não se anulam, mas marcam suas temporalidades históricas a partir das dinâmicas que se modificam a cada nova droga que surge, a cada padrão de consumo de se remodela, e as novas consciências que vêm sendo forjadas no marco da (i)legalidade do uso de drogas. Com este cenário ressalta-se de sobremaneira a necessidade de registo de memórias desses grupos que têm ficado à esteira da história, marginalizados e, em alguma medida, esquecidos pelas dinâmicas contemporâneas de consumos de substâncias psicoativas tornadas ilícitas.

Feito tal elucidação histórica, é necessário esclarecer que ainda que o processo de realojamento do Casal Ventoso tenha adotado políticas de redução de risco e minimização de danos com significativas atuações amplificadas no bairro, dando ênfase principalmente à organização Crescer que se instalou nas dependências dos prédios residenciais na Quinta do Cabrinha, no ano de 2001, logo após a legislação da descriminalização portuguesa, esta não ficou circunscrita neste território. A organização atendeu não apenas a demanda de usuários/as mais só da região do Vale do Alcântara, mas da população que se espalhou pela cidade de Lisboa após a intervenção urbanística de realojamento do bairro. Em uma entrevista realizada com a psicóloga da Associação Crescer no dia 09 de março de 2019, nas dependências do local, que agora se percebe essas cenas de consumo intenso na zona do Intendente, Santa Maior, Arroios, Penha de França e Beato.

As equipes de rua da organização trabalha com o serviço de troca de seringas, com materiais para quem fuma e para quem injeta, orientando para as necessidades dos usuários e usuárias, seja para encaminhamento a um albergue, ou tratamento para abuso de drogas que, no contexto português, é nomeado vulgarmente como “toxicodependente”. A organização Crescer é uma instituição de particular de solidariedade social, sem fins lucrativos, financiados pelo estado, SICAD e pela Câmara Municipal de Lisboa. O trabalho funciona em rede com o Ares do Pinhal (organização que faz distribuição de metadona de baixo limiar como tratamento de substituição), com a organização Médicos do Mundo, Grupo de Ativistas em Tratamento, e possuem além das equipas de ruas, há também o serviço de drop in (espaços de acolhimento para pessoas em situação de extrema exclusão social por um período curto) e o projeto *Housing First* (oferecimento de residência para pessoas que estão em situação crônica de rua). O objetivo da organização não é fazer com que o usuário ou usuária deixe de fazer uso, mas que o uso seja seguro e com o menor risco possível de danos.

O padrão de consumo em Portugal de heroína e cocaína injetada tem tido um decréscimo, sendo possível observar, segundo entrevista com a organização Crescer, a população que é atendida que está em situação de rua mais envelhecida, com média de 43 anos de idade, como se fossem os herdeiros de um tempo de consumo descontrolado, e não se percebe com relevância a presença da população jovem nesses territórios. Entretanto, as salas seguras de consumo (vulgarmente conhecida como “sala de chutos”) é uma demanda que foi exigida há 18 anos da sociedade civil. A cidade de Lisboa tinha a previsão de três salas de consumo, uma unidade móvel e duas fixas (a unidade móvel já está em terreno, mas não está funcionando por causa da questão da naloxona que não foi regulada em Portugal) e, até o encerramento desta tese, nenhum destes equipamentos estão disponíveis. Segundo Domosławski (2011, p.41)

a abertura e visibilidade do consumo de drogas em áreas urbanas – uma das maiores causas de preocupação social relativa ao uso de drogas nas décadas de 1980 e 1990 que levou Portugal a alterar a sua política – diminuiu desde 2001. O consumo de drogas ainda é visível, claro, em alguns lugares, particularmente em Lisboa, mas mesmo este consumo às claras é atualmente controlado e monitorizado pelas equipas de rua, que são pagas pelo Estado, circulando diariamente por

essas áreas providenciando kits de redução de danos, incluindo troca de seringas.

Feito tal esclarecimento, fica evidente que o Casal Ventoso, neste sentido, foi um bairro que foi determinante nas transformações legais da gestão das drogas quando descriminalizou o consumo de drogas. E, como um território protagonista, essa realidade estigmatizada, portadora de uma identidade deteriorada, traz consigo até a contemporaneidade, as marcas deste período não apenas nas memórias de quem lá viveu, ou da população flutuante que frequentou o bairro, mas também nos registos dos media luso.

Compreendendo a inviabilidade de resgatar essas memórias atualmente e diretamente com os atores envolvidos, as obras trabalhadas anteriormente continuarão a ser referências neste capítulo: Casal Ventoso Revisitado (2019), Casal Ventoso: da gandaia ao narcotráfico (2013), ambos de Miguel Chaves, e os acervos jornalísticos impressos e digitais recolhidos no Gabinete de Estudos Olisiponenses e na rede mundial de computadores. É imperativo, no momento que se estabelece a veracidade científica, o comprometimento ético com a realidade objetiva, trazer essa dimensão, desconsiderado as propostas presentes nos projetos de memória do Casal Ventoso, compreendido aqui como o instrumento que elabora a memória oficial, e que despreza essa questão em suas narrativas. Compreendendo que os projetos fazem recortes para sistematizar certas observações e interesses particulares, o intento aqui é recuperar essas falas para que seja amplificado o conhecimento, as vivências, as dinâmicas deste universo, a fim de que a história da proibição das drogas seja analisada e estudada em profundidade em contextos específicos.

4.1 - Memórias Ilegais I: As famílias-seitas do Casal Ventoso

É notório, ao longo dos estudos já apontados até o presente momento, que o bairro do Casal Ventoso foi permeado de atividades ilegais que, de uma forma ou de outra, fazia girar um tipo de economia particular no bairro. O período que precede o protagonismo do tráfico de drogas nesta trama de ilegalidades será priorizado neste tópico a fim de compreender as dinâmicas que centralizaram o bairro historicamente no fluxo de redes entre o lícito e o ilícito a

partir das narrativas registadas em obras bibliográficas apresentadas de forma subsequente.

Parte-se, portanto, da hipótese desenvolvida por Chaves (2013) que o estilo de vida ilegal começou a ser desenvolvido no bairro na década de 1940, a partir da constituição de redes que envolviam ligações parentais centradas em lideranças masculinas, que tratavam de famílias-seitas. Compreendendo como uma conceção alargada de família, estas organizações protagonizaram o início do tráfico de drogas, porém com o desenvolvimento desta economia em particular não tinham preponderância nesta atividade. As famílias-seitas do Bairro, as mais conhecidas eram os “Praganas”, “Padeirinhos” e os “Dragões”, esta última citada no capítulo anterior que adquiriu supremacia nos anos de 1970, e tinham sua economia sustentada pelos assaltos à mão armada como roubo de peles, joias, e bancos, assim como a manutenção do medo por meio de ameaças e violações. Essas famílias-seitas também orientava redes de proteção dos seus membros, à sua intocabilidade, e a manutenção dos ciclos de vingança, assemelhando-se de forma embrionária às chamadas “facções” no Brasil. A estas relações, uma fala posta na obra de Chaves (2013, p. 167) lembrava que

eu não sei, eu ficava cego...Se alguém tocava num irmão meu ou num dos meus primos, eu ficava cego. Quem quer que fosse, eu deixava de ver quem era. Eu era muito unido a eles e ainda sou, apesar de alguns já cá não viverem. Íamos para aqui, íamos para ali e defendíamo-nos sempre. Mas às vezes um outro fazia coisas que eu não achava certas e eu podia não concordar, não é?

Em relação às territorialidades e a performance das relações destes grupos, um homem de 38 anos expõe essa expressão afirmando que:

Aqui dentro do bairro sempre se deram bem. Se tinha de haver desordem era fora do Bairro. Eu era miúdo, dava-me bem com eles todos e era giro...Fora do Bairro. Aqui dentro, havia de vez em quando as rusgas todas. E criavam rivalidades uns com os outros. Isso desapareceu, já não existe. Foram dentro. Começaram a entrar para a velhice, essa coisa toda. Os familiares mais novos começaram a ter novas ideias (Chaves, 2013, p.169)

Sobre essa reciprocidade violenta, uma fala acerca da família-seita dos “Padeirinhos” na década de 1940 dizia que:

Eram bons...eram malandros, eram fadistas. Só matavam ao tiro e tudo (...)tinham a alcunha dos Padeirinhos, eram gajos da pistola. Uma vez estava lá uma taberna ao pé de mim que era da Eufémia. Um estava bêbedo e o outro bêbedo estava. Um vinha de cima e o outro estava em baixo e o Padeirinho estava com a pistola à entrada da taberna. Disse ao outro “se avanças mato-te” e o outro com a pistola para ele. Tiveram assim e o outro agarrou e deu um tiro no outro que vinha a andar para baixo bêbedo. Era vinho, era sangue, era tudo pela boca.... O outro teve muito tempo preso. Eram os Padeirinhos, eram muito maus. Eram uma família muito grande. Era a maior de todas. Era só malandros. Era só fazerem mal. A gente não podia abrir a boca que se matavam a gente. No Casal Ventoso não se podia dizer nada. Se a gente visse alguma coisa que tivesse que falar...baterem num miúdo ou empurrarem...A gente dizia, por exemplo: “Não há direito”....sei lá, não se podia dizer nada. Aquele fez-lhe frente. Ele matou-o logo. Aqui ao pé do túnel ainda moram alguns da família dos Padeirinhos (Chaves, 2013, p. 171)

O desaparecimento destas famílias-seitas se deu concomitante depois do surgimento do tráfico de drogas no bairro, que teve seus primeiros focos de venda de drogas ainda na segunda metade dos anos de 1970, sendo algo completamente residual na economia ilegal forjada dentro do bairro, sendo a *cannabis* e seus derivados como as mercadorias primordiais do comércio, mas que não gerava tanta receita como a heroína e a cocaína a partir dos anos 1980, obtendo uma explosão de vendas e consumo nos anos de 1990.

Alguns líderes das famílias-seitas, com o conhecimento devido do universo ilegal, não obtiveram grandes dificuldades em se inserir nesta nova dinâmica do bairro diante de uma trajetória “delinquente” já consolidada. Tico, uma destas figuras, é central na exploração histórica em que se tornou o centro gravitacional de um conceito alargado de família-seita quando, em 1985, organizou cerca de 50 pessoas em torno de sua figura para operar as transações comerciais do tráfico de drogas no Casal Ventoso, e determinava a forma de atuação deste agrupamento particular. Com um prestígio elevado no bairro através das narrativas que não é possível serem comprovadas, a atuação desta família-seita no interior do bairro caracteriza a década de 1980 e sua atuação frente ao comércio de drogas local.

4.2 - Memórias Ilegais II: Traficantes e Consumidores/as

Os anos de 1990 um fato é notório na reordenação e na descontinuidade deste tipo de organização. Conhecida por “Primavera Adiada”, uma operação

policial que cercou o bairro de efetivos e prosseguiu com o aprisionamento de diversas pessoas ligadas à organização chefiada por Tico. Um desmantelamento na estrutura hierarquizada e, por consequência, a reorganização em grupos menores e mais atomizados marcaram as dinâmicas de tráfico de drogas dos anos 1990 no Casal Ventoso: alterações significativas dos preços das drogas em decorrência das alterações concorrencial com a perda do protagonismo das família-seitas, redução nas intermediações comerciais, a circulação de drogas para fora do bairro, etc.

As fronteiras entre o lícito e o ilícito é, como é sabido não só por meio da literatura especializada, indefinida e se retroalimentam. Como é notório, as relações estabelecidas entre traficantes e agentes do poder público, principalmente agentes de segurança pública, foi uma realidade marcada nas redes de transação comercial de drogas.

As dinâmicas de gerenciamento deste comércio implica em uma estrutura hierarquizada através dos importadores (atuam fora do bairro e que adquirem grandes quantidades de drogas e vendem gradativamente), o “correio” (que enviam a mercadoria a comerciantes do topo), os comerciantes do topo (colocam a mercadoria em circulação dentro do bairro), os comerciantes de casa (vendedores de menor dimensão que organiza a venda direta ao consumidor), os vigias (na maioria das vezes também consumidor), observam o território a fim de denunciar algum perigo iminente, e fazem a mensagem circular rapidamente como, por exemplo, o grito de “uga!” que é a forma abreviada de “fuga”, e que já incorporada como linguagem na totalidade do bairro e que normalmente são pagos com mercadorias. Ainda há na divisão social do trabalho os que administram o dinheiro do comércio, os que fazem o corte, os que embalam a droga em panfletos depois do corte, os que fazem parte da estrutura que não têm ligação direta com o tráfico de drogas em si (os que alugam casas, por exemplo, para que a “máquina” funcione em condições administrativamente fluida).

A estruturação do comércio ilícito de drogas no interior do bairro e suas implicações junto à comunidade promoveu distinções entre os que faziam parte deste universo, e os que não faziam. As relações sociais afetadas por tal distinção refletem nas falas a seguir:

Os meus amigos, que eram meus amigos, amigos cem por cento, já não me dou quase com nenhum. Toda esta coisa da droga...o mal deles todos foi isso. Não dava para me continuar a dar com eles porque eles estavam-me a tentar desencaminhar para aquilo que eu não queria ir. Eles mudaram de melhor para pior. Se eles andavam bem e não sei quê, e agora vendem ou são toxicodependentes ou estão a avisar, não podem. Os meus amigos passaram, agora, a ser pessoas mais altas que as da minha geração. Tenho mais amigos, mas é gente toda para cima da minha idade, com trintas, quarentas, cinquentas. Mas, atenção, isto aqui dentro do sítio; porque por fora do sítio, em Sacavém, tenho amigos da minha idade. Uns já se casaram e isso, e não se metem em nada disto (...) (Chaves, 2013, p.197)

Aqui existem aquelas pessoas que vendem drogas e as que não vendem como eu. Elas não se dão umas com as outras. São dois mundos separados. (Chaves, 2013, p.196)

Não me dou assim com ninguém. É “bom dia”, “boa tarde”. Não consigo fazer amizades com estas pessoas (do Casal Ventoso) derivado à vida que elas levam. Não aceito, não aceito...aqui é rara a pessoa que trabalha honestamente. Poucas pessoas...é mais as pessoas que vivem do ambiente que se está aqui a passar: a droga. Vivem mais dentro disso. por isso é que estou sempre a avisar meu filho para não acompanhar aqueles miúdos, só que é difícil, não é? São os amigos dele e ele sai à noite com eles, vai à discoteca com eles (...) (Chaves, 2013, p.194)

Acerca das pessoas que estão envolvidas diretamente com o tráfico de drogas as falas reproduzidas apontam para uma distinção de ordem moral, em que os que estão inseridos nesta dinâmica são pessoas rotuladas negativamente por seu envolvido no trabalho ilegal, tais como mostram as narrativas a seguir expostas:

Vivo já aqui em baixo. Estou farta disto. Já deito o Casal Ventoso pelos olhos, não posso ver isto. Estou duas horas fora daqui ou de manhã ou à tarde na praia. Chega a hora de entrar aqui, dá-me uma dor de cabeça tão grande que só me apetece desaparecer daqui para fora. Não me sinto bem com as coisas que aqui acontecem. Passo às 9h na rua e vejo os desgraçados levarem porrada. Vejo eles todos a sangrar, são ameaçados, são roubados, são tudo... Se eu chegasse um dia a ser polícia, isto ia tudo, não escapava nem um. Eu denunciava tudo. Bastava que eles não soubessem. Não precisavam de saber que eu era polícia. Bastava apanhar um para ficar radiante da vida. Apanhando o piorzinho isto acaba. Mas é como eu digo mesmo.... apanhando o piorzinho isto acaba tudo, mas é que acaba completamente. O único problema é que os polícias também estão feitos (...) Eu fui assistir ao tribunal, porque era a mãe de uma amiga minha que tinha ido dentro. Por muito que me estivesse a custar estava a dar o apoio à filha...conheço-a desde pequenininha e a miúda às vezes vem desabafar as coisas comigo...Pois é isso que eu digo... Eu às vezes tenho medo de denunciar certas pessoas, porque depois envolvo muita gente nisso. Consoante eu denunciar a pessoa maior vai tudo atrás dela. Vai desde o Casal Ventoso de Cima até o fundo. Vão todos. Começa aí a haver rusgas. (Chaves, 2013, p.207)

Quando eu digo que eles estão lixados (os traficantes), eles dizem: “Atreve-te. A gente sabe como é que te há-de fazer. A gente já tem tudo programado, tanto para ti como para qualquer outro.” Mais que se eu sair da minha porta e qualquer dia denunciar...é só sair *a porta da minha casa e fechar a porta, ir a subir o degrau, levar ali uma trancada e não me levantar mais. É certinho. Já aconteceu a muitos, não me havia de acontecer a mim? Uma rapariga aí nova que era a Eduarda. Tinha 16 anos. Os pais começaram a vender...tudo bem. Depois os pais deixaram de vender porque ninguém lhes fornecia a droga para eles venderem, começou-se a chibar. Quando ela se chibou...ia descer as minhas escadas no outro dia, a seguir é que a encontraram a ela, caída nas escadas (...), morta, esfaqueadinha, parecia uma peneira...por acaso não vi. Só vi quando ela já ia toda tapada para dentro da ambulância. Que eu nem conseguia sair as escadas para olhar para ela, que era uma das minhas amigas. Já aconteceu há três anos isso. Só que ainda ficou aqui dentro, isso. Só que eu sei quem foi a pessoa que fez isso. Sei só pelos passos que eu ouvi ontem. No dia em que isso aconteceu eu ouvi os passos de uma pessoa a subir. Não sabia que isso tinha acontecido, mas ouvi os passos. Sei a hora que ela morreu... Eu ouvi esses passos à mesma hora que isso aconteceu. Há dias eu ia a subir as escadas e a pessoa que ia a subir à minha frente tinha os mesmos passos, iguaizinhos. O tom de bater os pés, era a mesma coisa ao que aconteceu há três anos à Eduarda...A ambulância a chegar e o coração dela a parar, já não conseguiram fazer nada. (Chaves, 2013, p. 208)

O Bairro todo acabou por se perder por causa da droga e não há nada a fazer. Que essas pessoas não pensam. É como se tivessem palas nos olhos como cavalos, só olham para frente. A droga fez perder o bairro. (Chaves, 2013, p. 208)

Continuamos aqui porque fomos aqui nascidos e criados. Há pessoas que saem daqui para fora porque estão fartas deste ambiente, não é? Porque o Casal Ventoso era o que não é agora, por isso a gente gostava de estar cá. Antigamente a gente deitava um lençol cá fora no Verão quando estava calor e era muita gente que fazia isso, trazia-se um lençol para fora de casa e era uma data de gente a dormir na rua com um rádio ao lado a ouvir. (Chaves, 2013, p. 208)

entrevistada 1: O meu pai dizia que isto era dinheiro chorado, porque as pessoas ficam destruídas. Vivem e ganham dinheiro enquanto vendem e depois ficam iguais aos demais.

entrevistada 2: Isto é um vício, tanto para quem vende como para quem consome. Só meia dúzia é que se safou. É um ciclo vicioso.

entrevistada 1: A minha geração [hoje com 50/60 anos] foi um descambar,

hoje ninguém está bem na vida.

entrevistada 2: Houve pessoas que foi só para aquele fim, arranjaram dinheiro dessa forma para safarem os familiares. (Chaves e Pereira, 2019, p.184)

Ainda que a rejeição a esse tipo de atividade ilícita desenvolvida no interior do bairro seja uma fala recorrente não apenas nesse passado registado

narrativamente, e que uma rotulação negativa seja acionada na interação entre os atores sociais pertencentes e não pertencentes à rede de mercados ilícitos, havia uma prática presente no interior do Casal Ventoso que operava no sentido de estender a rede de vigilância entre os sujeitos inseridos no bairro. A prática de “dar a fuga” entendida como um mecanismo de defesa quando o sistema de vigilância falha, trata de uma pressão realizada pelos moradores/as do bairro frente aos agentes de segurança pública quando da prisão de algum outro/a morador/a. O “dar a fuga” consistia em aproximar-se individualmente e cercar o indivíduo que estava a ser detido com a finalidade de libertá-lo e salvaguardá-lo. Quando o sucesso em libertar o detido é garantido, um grupo de pessoas se interpõe entre os agentes de segurança e o agora então foragido, impedindo que ele seja novamente preso ou alvejado por armas de fogo. Já quando o sujeito já se encontra em segurança, as pessoas envolvidas na fuga entram dentro das casas ou aguardavam em locais distantes para evitar serem alvos de disparos. Em caso de insucesso de dar a fuga, o indivíduo é detido e segue os fluxos da justiça criminal portuguesa. Uma destas narrativas é relatada pelo próprio Miguel Chaves quando do seu trabalho desenvolvido no interior do bairro em que pôde presenciar um sucesso do dar a fuga:

Num dia de abril de 1993 (...) iniciava eu um diálogo com um adolescente que imediatamente interrompeu a conversa e disse: *Vem aí a bófia aos tiros...que bom, temos caldo!* Desenrolou-se novamente uma corrida colectiva pelas escadas acima até ao local. Aí encontrava-se *um polícia que estava tão bem disfarçado que parecia mesmo um drogado. Quem é que dizia que aquilo era um polícia*, comentou-me outro adolescente que se encontrava no local. O agente policial apoiava o joelho sobre o corpo de um rapaz de 16 anos apanhado com *produto*. A casa a qual pertencia a droga que ele transportava para o espaço da venda fora imediatamente fechada. O agente policial referido disparava tiros para o ar, enquanto outro que o acompanhava, igualmente à paisana, pedia reforços por um intercomunicador. Debaixo do seu joelho e imobilizado, o adolescente gritava: *Não quero ir dentro, não quero ser preso...*No decorrer desta cena, o adolescente libertara alguns conjuntos de notas que se espalharam pela rua. Um consumidor começou a apanhá-las avidamente, o que provocou risos. Dezenas de pessoas tentavam aproximar-se do agente policial. Quando se aproximavam demasiado de si próprio ou do colega, o agente disparava alguns tiros para o ar. Nesses momentos, as pessoas afastaram-se, mas rapidamente se voltavam a aproximar. Surgiu, pouco depois, o Pistola, um consumidor conhecido. Não nasceu no Bairro, mas já aí vive há alguns anos, vigiando para a organização na qual trabalha o rapaz detido. Empurrou o agente com força, gritando: *Dispara em mim que tenho a tua idade e larga o puto. Foge puto...*Este

último, levantando-se rapidamente, correu pelas escadas da Rua Fresca. À sua volta correram dezenas de pessoas que impediram os dois agentes posicionados no cimo de disparar. Assim que o rapaz conseguiu chegar ao fundo das escadas, as pessoas que corriam entraram nas casas (muitas através de janelas) ou colocaram-se em corredores de acesso, evitando qualquer possível disparo. Alguns segundos depois, chegaram reforços policiais, que não intervieram. As pessoas concentravam-se para assistir à saída da polícia, acenando e rindo. Começaram, inclusivamente, a ouvir-se gargalhadas quando um carro da polícia ficou, por instantes, entalado num buraco e com dificuldade em subir a rua, extremamente íngreme. Enquanto isso, uma velha surgiu com uma criança de apenas alguns meses à porta de casa gritando repetidas vezes a mesma frase: *Mas isto é o Texas, para andaram aos tiros? Vão disparar p'ó Texas(...)* (Chaves, 2013, p.226)

Outras estratégias são desenvolvidas no interior do bairro como, por exemplo, o carro da polícia circulava nas ruas em que o tráfico de drogas era intenso, as vendas são momentaneamente interrompidas até que o carro da polícia se retire do ambiente. Esta comunicação intermediada pelos vigias, através de uma linguagem de sinais socialmente estabelecidas no interior desta dinâmica para sinalizar uma situação sob controle ou não.

Uma coisa a ser situada nesta relação é que a condição do dar a fuga torna-se não apenas um elemento de pertença do bairro, mas também de reconhecimento como “filho do Casal Ventoso”. Um filho deve libertar outro filho do Casal Ventoso, e se tal reconhecimento não é revelado o dar a fuga não é desencadeado no momento preciso. Embora os “filhos do Casal Ventoso” esteja associado àquele sujeito que nasceu e se criou no bairro, esse conceito é estendido para aqueles que adquirem um protagonismo relevante, desenvolve redes de laços sociais no bairro, ainda que nele não habite. Entretanto, pela fluidez que essa categoria abarca a partir de certos relatos, ela é relacional a partir de situações que envolvem agressões entre agente internos e externos ao bairro, inserção nas redes sociais do Casal Ventoso, a depender da causa em questão.

Assim como o dar a fuga, o silêncio é um instrumento de proteção intracomunitária que pode ser lida através das expressões “chibar” ou “bufar” um “filho do bairro”. O silenciamento que implica em não denunciar alguém, não fornecer dados pessoais como moradia, local de esconderijo, é uma prática recorrente que garante a preservação individual do inquirido como a garante a continuidade do mercado de ilícitos no interior do bairro. Se cometido, o é feito

normalmente por normas concorrenciais intrínseco ao sistema de economias ilegais, mas que é algo residual que ocorria ao bairro segundo a literatura.

Sobre a vivência destes que viviam do mercado ilícito resgatam em suas falas expressões de uma vida com acesso a bens materiais, ainda que não possibilitasse uma mudança na estratificação social, e os fluxos entre prisão-bairro dos que nestas dinâmicas se estabeleciam:

entrevistado 3: Fiz tudo, estive preso. O meu irmão esteve preso mais tempo. Foi preso com 18 anos. O problema nem era estar preso, era a minha mãe.

entrevistador: Depois de estar preso, voltou para o tráfico?

entrevistado 1: Com aquela idade os miúdos metiam-se todos na droga.

entrevistada 4: O meu pai sempre foi contra essas vidas. O meu pai, a minha mãe e irmãs nunca se meteram nisso. Mas tive primos e tias que estiveram envolvidos no negócio.

entrevistado 1: Fiquei tentado em entrar no tráfico.

entrevistado 3: Lembro-me de ir para o Gerês de 5 estrelas ver o Benfica.

entrevistada 2: O dinheiro era guardado em alguidares grandes.

entrevistada 4: Havia tanto dinheiro naquela altura que eles enrolavam aquilo nas notas.

entrevistada 2: Uma vez vi uma nota de 1000 escudos e não a apanhei. Virei-me para um miúdo e disse: Ó miúdo, está ali uma nota de 1000 escudos. Ele deve ter pensado: que maluca...! (Entrevista coletiva 6) (Chaves e Pereira, 2019, p.185)

Um ponto que se torna central no resgate memorial são aqueles a quem a fama e visibilidade do Casal Ventoso é garantida: os/as usuários/as que fazem uso de substância psicoativas tornadas ilícitas, principalmente heroína e cocaína. As diversas tipologias dos/as usuários/as são percebidos como aqueles autóctones (eram em maioria no bairro, população com altas taxas de overdose e transmissão de infeções como HIV-AIDS e outras comorbidades); os que iam ao bairro apenas para consumir (e que trata de uma população bastante diversa tanto na estratificação social, quanto territorial, onde identificam populações de classe social mais abastada para compra de cocaína principalmente); e os consumidores do bairro (a maioria são usuários/as de heroína, vivem no bairro, e se encontram integrados na rede do tráfico de drogas local). As falas dessa população são extremamente escassas. Alguns recortes foram possíveis de serem feitos graças a algumas poucas entrevistas publicadas em jornais locais impressos entre os anos de 1998 a 2000. Grande parte dos delineamentos

jornalísticos acerca da questão das drogas no Casal Ventoso podem ser recolhidos nas plataformas dos medias digitais.

A título de informação: foi publicado no Diário de Notícias, em 06/12/2000 que em um inquérito realizado efetuado pelas equipes de rua que atuavam em políticas de redução de riscos e minimização de danos no bairro estimaram que havia 1.328 pessoas usuários/as, mais da metade tinham entre 21 e 30 anos, e 7% inferior a 20 anos. Em permanência no bairro estimaram o número de quinhentos usuários/as, mas calculou-se que mais de três mil pessoas se desloquem ao bairro para compra e uso de drogas. Estes/as usuários/as por vezes habitavam barracas feita de tapumes e materiais que forjaram minimamente um espaço relativamente seguro, a fim de resguardar poucos pertences, ou viviam debaixo das pontes, em espaços de ruínas, ocupando um lugar marginal não apenas na urbe lisboeta, mas também no interior do bairro. Apesar dessa marginalidade, a centralidade que é dada à figura do/a consumidor/a advém de que é nele que se garantem o fim da cadeia produtiva das substâncias psicoativas tornadas ilícitas. Em uma vida centrada nas dinâmicas de consumo expressa em comprar, usar, ressacar, uma substância que tem alto valor monetário, os/as consumidores/as que permeavam o interior do bairro eram vistos como uma ameaça pelos/as moradores/as do bairro.

As narrativas dos consumidores como já dito, escassas, retratam as condições insalubres de existência, os períodos de reabilitação, e a relação com o tráfico de drogas. Abaixo uma fala publicada no jornal Público, em 20/06/1999, de um usuário identificado por “D.”, e narrada em terceira pessoa na figura da jornalista Elizabete Vilar na matéria “História de amor no Casal Ventoso”:

De quando em quando, recebe ali a mulher, vinda do Sul do país e que acabou por perdoar-lhe os abandonos e o egoísmo a que foi conduzido pela mão da heroína - que lhe consumiu as economias, seis anos de vida e uma família que tem remorsos de não ter ajudado a construir. Mas D., como outros companheiros de um percurso em espiral descendente, acredita que vai vencer a luta contra um cotidiano sem sentido. Ou seja, o que amor da mulher, “que se manteve firme e corajosa ao longo destes anos todos”, lhe abriu as portas de regresso do inferno para onde se atirou. Quando as saudades apertam, e apertam muitas vezes, D. estoura um cartão de telefone inteirinho para falar com a sua amada, agora guardiã de um mistério na barriga: grávida de meia dúzia de meses, esperando o segundo rebento de D., que não quer, desta vez perder o milagre.

A fala de D. passa para a primeira pessoa no relato de sua condição atual: *“Por agora estou limpo. Sei de muita gente que está meses ou anos sem tocar em nada e depois volta, mas quando eu vejo o que podia ter perdido e, graças a Deus, não perdi, não quero desperdiçar esta segunda oportunidade”* (Público, 20/06/199, p.23). A jornalista segue o relato descrevendo o ambiente:

No meio da adversidade e do entulho e do lixo e dos limões já podres e das seringas esgotadas que jazem pela colina do Casal Ventoso acima, cenário onde se movem traficantes, toxicodependentes e polícias - que não se perdem de vista uns aos outros - há domingos em que D. só tem olhos para a mulher, que atravessa a distância, muito maior do que a que se mede em quilômetros, que o separa dele. Passeiam de braço dado, parecem namorados acabados de se conhecer. E, de facto, em cada domingo que recebe a visita da mulher, D. descobre-lhe novas qualidades, coisinhas parvas que lhe despertam a paixão. “Eu devo-lhe a minha cura, ela merece. Por isso é que tenho mais força e mais esperança”. Babado, D. sobre, desce, atravessa o Casal pendurado na mulher para que os outros vejam sua sorte. Não se importa que ela conheça a miséria para onde se deixou resvalar. Afinal, fez-lhe coisas bem piores: roubou-lhe dinheiro, ignorou-a, deixou-a. “Mas ela tem cá uns tomates! Uma vez, cheguei em casa horas depois de a ter deixado pendurada à minha espera na rua. Quando abri a porta, ela mandou-me um murro na cara que eu até vi estrelas. Ela é muito forte!”, recorda, com um sorrisinho de orgulho, como se um murro fosse coisa que um homem gostasse de apanhar de uma mulher. D., contudo, é o primeiro a admitir que, “se fosse ela”, já teria desancado o homem que lhe fizesse o que ele lhe fez. “Não sei como é que ela foi capaz de me perdoar” (...). Os passeios de domingo de D. são quase como uma dose de metadona: tranquilizam-no, pacificam-no, enchem-no de bons sentimentos e projectos dignificantes. Cada semana - quando sabe que a sua deusa vai rumar para capital - é para D. uma contagem decrescente: “faltam três dias, dois, um.” E os domingos tornaram-se para si um prémio, um bocadinho de céu, que ele aguarda ansiosamente e faz por merecer. Aliás, se não regressa ainda ao lar, cujos cacos, apesar de tudo, conseguiu ir apanhando e recompondo, é porque quer garantir que vai aguentar-se com firmeza. Por isso continua pelo Casal; conhece toda a gente, afinal. Mas já evita os cafés com pior fama e afasta-se dos aglomerados que se formam em torno de meia dúzia de caricas, pratos e algodões. Anda pelo bairro, percebe bem os significados de certos movimentos, gestos, expressões. Põe-se a olhar para os negócios que se desenrolam diante de si como se de um filme se tratasse, vê chegar prostitutas com o dinheiro contado para um pacotinho, os engravatados que vêm abastecer-se para a semana, os putos que acabam de ingressar no rodópio que o engoliu, mas já não se envolve. Bem, sempre vai vendendo uns cigarros avulsos, que os telefonemas para a terra têm de ser pagos de alguma maneira. E vai deitando contas à vida, procurando optar entre o tratamento numa comunidade terapêutica e o recurso a um centro de atendimento a toxicodependentes. “É que se uma pessoa fica aqui, no meio desta porcaria, nunca mais se vê livre disto”, desabafa, com um esgar de repulsa - para D. o Casal Ventoso é uma pele que ele quer arrancar, um cheiro que ele quer desinfetar. Olha para “os drogados”, como se chamam uns aos outros, e lembram que os anos em que viveu assim,

os anos em que as “chinesas” foram a sua obsessão, passaram num piscar de olhos. “Muita merda que fiz, nem me lembro bem. E, às vezes, nem quero. Mas a psicóloga diz que não faz mal a gente lembrar-se, que é para não voltar a fazer o mesmo.” Quando a mulher não vem, os domingos de D. ficam vazios, atravessados pelo hábito entorpecido do bairro (...)

De todas as reportagens e entrevistas resgatadas no Gabinete de Estudos Olisiponenses acerca do Casal Ventoso, a fala supracitada ganha destaque pelo fato de ter sido a única que resgatou a narrativa de um usuário do Casal Ventoso, e minimamente explorar seus laços de afetividade, assim como o processo de reabilitação. Não foi possível encontrar em nenhum outro jornal escrito qualquer fala em primeira pessoa, em que o sujeito descrevesse seu estilo de vida, suas relações sociais, circuitos de cotidiano, ou algo do gênero.

Nos jornais digitais alguns fragmentos de falas aparecem dispersas em entrevistas e matérias que envolvem evidentemente a temática das drogas e das pessoas que em algum momento fizeram uso. É o caso de Lena D’água, cantora portuguesa hoje com 64 anos, em uma fala publicada no Observador em 05/06/2016 assinada por Rita Garcia, responde ao questionamento se tinha frequentado o Casal Ventoso à época:

Fui a todo o lado, mas esse era o melhor sítio. Aí sentia-me protegida. Porque era uma ilha. Bastava ires uma vez para ninguém estranhar que tu ias. Eu era a Lena d’Água. Ali dentro estava protegida. Nem tinha medo da polícia. Quando estás com aquela doença, o problema é tão grave que tudo o mais é secundário. Foram uns tempos horríveis, mas sempre com o meu dinheiro. Nunca tive de andar a enganar ninguém. Tive de vender o apartamento, comecei a atrasar as prestações da casa, do carro.

Sobre a vivência das pessoas em situação de rua, costumeiramente atribuem à droga uma relação de causa e efeito nos habituais jornais cotidianos, em que a droga é responsável direta pela situação de desabrigo. A fala sobre Telmo Silmão, na reportagem feita por Ana Trulha à Notícias Magazine, dia 01/01/2020, o relato que inicia sobre os deslocamentos e fluxos na cidade mediados pelo consumo. Hoje, Telmo, com 41 anos, é técnico da organização que trabalha com distribuição de metadona de baixo limiar Ares do Pinhal

Saio em Santa Apolónia e encontro logo um indivíduo que me leva para o Intendente. Gastei oito mil euros em droga.” Ainda ficou instalado numa pensão, mas deixou de a conseguir pagar. Desesperado, tentou o suicídio. Deu entrada na ala psiquiátrica do Hospital de São

Francisco Xavier, em Lisboa, e daí seguiu para o Centro de Acolhimento de Alcântara. Esteve oito meses em tratamento. Em vão. Mal saiu foi para o Casal Ventoso. Comprou 50 euros de cocaína, mais 50 de heroína. Consumiu tudo de uma vez. “A sorte foi o INEM ter sido muito rápido a agir. (...) A réstia de dignidade que sobrava esfumou-se aí. Perceberia mais tarde que a propensão para o abismo lhe vinha de uma revolta entranhada que o acompanhava desde a infância. Mas o fundo do poço ainda estava por chegar. A partir daí, começou a dormir em qualquer lado e a comer o que aparecesse. Vendeu pratas e seringas. Arrumou carros. “Comecei a consumir de tal forma que fiquei com 42 quilos e apanhei doenças de todo o tipo.” Deixou de conseguir levantar-se e viu as pessoas passarem sem o ajudar. (...) O fim da linha parecia assustadoramente próximo. Mas a bravura tem isto, de saber reerguer quem se declara prostrado. No caso de Telmo, foi buscá-la toda ao filho, com quem manteve contacto mesmo nos dias mais negros. Foi para uma casa de tratamento em Santarém e daí para a Associação Ares do Pinhal, onde prosseguiu a recuperação. Foram três anos de uma luta feroz, que redundaram numa vitória estoica. Na terceira fase da recuperação, foi trabalhar para um armazém. Depois, fez-se operador logístico. Até que em 2017 foi convidado a ir trabalhar para a Associação Ares do Pinhal. Para fazer a transição entre os doentes e os técnicos. E acompanhar os utentes. Já contou a história dele vezes sem conta. Como quem acena com um pedaço de fé. Na associação, uma IPSS, chamam-lhe um milagre. E de cada vez que a história de resiliência de Telmo ajuda a inspirar outras, o milagre faz-se maior.

Estas narrativas, ainda que residuais nos jornais, apontam para uma sutileza nestes relatos: o protagonismo dos/as usuários/as na apresentação das histórias é inversamente proporcional às falas dos jornalistas. Neste sentido, os enxertos colocados das falas dos/as consumidores/as são contornados pela significação construída pelos profissionais da comunicação, dando o direcionamento que eles desejam e, portanto, influenciando diretamente no imaginário socio discursivo e nos estereótipos forjados desta população.

Dessarte não são encontrados relatos com protagonismo dos sujeitos sobre, por exemplo, violência policial, violência do tráfico de drogas, os laços sociais desfeitos ou estabelecidos em novas redes entre outros/as usuários/as, a conformação de uma identidade *junkie*, os efeitos colaterais da política proibicionista no âmbito da saúde e da seguridade social, inexistente nos estudos sobre o Casal Ventoso. Essa memória, mais do que não preservada, é impossibilitada, negada ao direito de tê-la, pela própria impraticabilidade advindo de um estigma não apenas aos estados alterados de consciência pelas drogas tornadas ilícitas, em especial a heroína, mas à impossibilidade da identidade *junkie* ser fonte de reconhecimento e, portanto, ser fonte de negação de direitos

sociais e de proteção. Esse tema, entretanto, será desenvolvido com mais profundidade no próximo capítulo.

Essa carência narrativa aponta para um hiato que se abre sobre o desenvolvimento da chamada *expertise* leiga, um conceito forjado por Steven Epstein, em 1995, para refletir sobre as práticas desenvolvidas por ativistas no contexto de pandemia do HIV-AIDS, em que estes desenvolviam o conhecimento público da ciência, produzindo conhecimento sobre a doença, em um contexto de baixa credibilidade abalada pela ausência de respostas dadas pela própria ciência. A atuação destas atividades foi fundamental na disputa em torno da garantia dos direitos ao tratamento, à legalidade dos fármacos e, segundo Epstein (1995) o movimento de ativistas ligados à AIDS nos Estados Unidos foi vanguardista em converter “vítimas de uma doença” para ativistas-experts. Dito isto, o que na ausência dessas narrativas memoriais dos/as consumidores de drogas, em especial da heroína, foi a impossibilidade dessa *expertise* leiga ser convertida em ativistas-experts, de transformar inclusive sua própria condição identitária à caminho da desestigmatização que lhe é imputada. As dimensões que se perdem deste conhecimento público do universo científico como o sentido que se dá à manipulação farmacológica de substâncias, o saber anatômico do organismo, assim como as categorias que decorrem de doenças e perturbações advindas do uso, o alastramento de enfermidades relacionadas ao consumo, o próprio fenômeno da medicalização da subjetividade a partir de substâncias tornadas ilícitas, itinerários de usos e diferentes contextos de relações sociais enfim, elementos que sugerem a ampliação do escopo compreensivo nas dimensões sociais, simbólicas, morais, culturais, e político-jurídico.

As falas sobre esses consumidores, seja qual for sua natureza categorizada, é feita pelo outro, aqueles/as que não usam, mas que mantêm algum tipo de relação, sejam elas efêmeras ou permanentes. É pela fala do outro que se constrói a memória desses socialmente excluídos e portadores do estigma de uma identidade deteriorada. Essas falas são expressas nas narrativas abaixo que estabelece, por um lado uma relação discriminatória e, por outro lado, uma relação de compaixão:

Às vezes eles vêm assim, coitadinhos, pedir algodão. Há alguns que eu tenho medo. Entrou-me uma vez um em casa...e eu tive muito medo, mas os outros coitadinhos, muito sujos, não têm nada. Eles vêm pedir frutas, às vezes até leite, e eu dou. Tem que ser às escondidas do meu marido, que não concorda nada com isto...uma vez até dei um fato-de-treino (Chaves, 2013, p.261)

Eu tenho tanta pena dos drogados...famílias finas arruinadas. Alguns drogados trazem os próprios pais para comprarem drogas com eles. Ontem estive a falar com a filha de um médico, e era tão bonita, tinha um filho de 7 anos e esteve-me a contar as desgraças da vida dela (Chaves, 2013, p.261)

entrevistada 4: Ajudámos muitos toxicodependentes, à minha janela juntava-se tudo.

entrevistada 2: Havia uma senhora que ajudava muito os toxicodependentes. Quando ela morreu, foram todos ao seu funeral chorar a sua morte.

entrevistada 4: Ela também vendia, mas era amiga deles. (Entrevista coletiva 2) (Chaves e Pereira, 2019, p. 186)

4.3 - Imaginários Socio-discursivos: os herdeiros do estigma de uma identidade deteriorada

Esta alínea em questão vem a tratar de uma abordagem de analisar os discursos presentes nos jornais que foram selecionados e apresentados como dados narrativos. O *corpus* dessa análise consiste nos jornais impressos e digitais, entre os anos de 1998 a 2020, publicados em Portugal, que diz respeito ao bairro do Casal Ventoso. A generalidade das matérias e reportagens colocam em evidência dois aspetos do bairro: o estigma do bairro através da imagem de “hipermercado das drogas” e da pobreza; e as soluções urbanísticas que têm implicações objetivas e subjetivas na conformação de um novo território. A questão que se coloca a partir destas leituras é: o que é, e o que não é, revelado a partir dessas falas?

Ainda que recorrer às publicações dos media tenha sido um instrumento para finalidade de resgate de certas narrativas, ainda que diminutamente, torna-se elementar arriscar uma leitura a partir dos imaginários socio discursivos, a fim de promover uma continuidade que possibilitará desembocar uma leitura sobre a memória de maneira mais transversal e interdisciplinar.

Dito isto, é preciso esclarecer que, ainda que o objeto central tenha sido o projeto Memórias do Casal Ventoso, encampado pelo Projeto Alcantara, perseguir outras fontes em que fosse exequível edificar uma memória coletiva

tornou-se primordial para se ater à fidedignidade dos fatos. Utilizar os recursos mediáticos foi essencial diante dos obstáculos postos através da metodologia escolhida para perseguir e, portanto, é partir também destas leituras que a análise se sustentará.

Dessarte, é preciso compreender que o conjunto mediático no processo de interação entre locutor e interlocutor, subjaz o intento de orientar a uma ação, forjar um determinado tipo de imaginário, promover certos tipos de emoções, de modo que se colocam estratégias de persuasão e de sedução neste tipo de comunicação estabelecida. A comunicação, portanto, engloba o sistema de representações sociais e, na permuta comunicativa, os sujeitos cria referências para filiar-se em um sistema maior de significados. É a partir dos enunciados e discursos presentes nos jornais, para tratar do caso aqui em particular, que estes tornam-se o *locus* privilegiado de produção das representações sociais que nascem do imaginário social; é nele que se apresentam as evidências da produção simbólica deste grupo específico, é sua forma materializada.

O imaginário socio discursivo, termo cunhado por Charaudeau (2006), baseia-se na conceituação de C. Castoriadis sobre imaginários sociais como sendo a habilidade de figurar a realidade por um específico domínio de prática social através de um determinado grupo social. Neste sentido, os imaginários socio discursivos anunciam imagens através do discurso que podem contribuir para estabelecimento de certas crenças, ou orientar certas condutas, reforçar identidades, tonificar estereótipos de determinados sujeitos, e amplificar estigmas coletivos. Neste sentido, a realidade objetiva é apresentada através de uma descrição a partir de representações formuladas pelo enunciador com o intuito de induzir a construção, a partir de um mosaico de narrativas, que será evidentemente intermediado através da linguagem.

O objeto tratado, portanto, apresenta, primeiramente, a tentativa de distanciar-se de um grupo socialmente identificado com o estigma, de evidenciar realidades que se distanciam do imaginário social associado à ilicitude, ao crime e à delinquência. Ao invés de associar-se a estas representações, os discursos vinculavam-se à identidade do trabalhador precarizado, a híper exploração das relações laborais, o pertencimento à uma comunidade de infraestrutura

debilitada, aos fortes laços comunitários de solidariedade, ao associativismo como uma certa forma de previdência social.

Ao imaginário que é tentado distanciar-se revela uma condição narrativa peculiar e recorrente. Quando da necessidade de falar sobre o universo de práticas ilegais que fizeram o bairro adquirir notoriedade na sociedade, as falas representadas indicam para uma esmagadora maioria de escritos sobre os/as consumidores/as, e não pelos/as consumidores/as. Sinaliza para uma forma de representação discursiva indireta e, quando direta, as vozes estão na forma passiva, e com significantes permanentemente negativos, adjetivados com expressões que refere-se a algo danoso, contraproducente, e maléfico. Neste sentido, os efeitos ideológicos e políticos dos discursos representam a dominação de um grupo social em detrimento de outro, baseado não pela estratificação social, mas pela distinção identitária que torna determinado segmento social com legitimidade para construir a imagem de um território específico. Enquanto o grupo que produz o estigma e a rotulação negativa detêm a validade e a confiança destas falas, de forjar a realidade do outro, o grupo que incorpora o estigma vê-se impossibilitado de construir, a partir de sua própria fala, de elaborar discursivamente sua realidade, sua identidade, sua memória. O efeito desta disputa implica, portanto, na eliminação da possibilidade do outro, na dominação simbólica exercida de um grupo sobre o outro, na impossibilidade de existir-se enquanto tal. Neste contexto, o sujeito excluído, impossibilitado, é o sujeito que se opõe ao ser incluído, sujeito que pode “incidir na sociedade, superando as barreiras que definem os que são mais ou menos cidadãos; é ter a efetivação dos direitos legalmente garantidos, mas também a possibilidade de exercer a participação social e política”. (Wolf, 2011, p. 28).

Entretanto, o que não é dado a partir desta análise é também dado, e vale ressaltar que este intento não é infundamentado. A escolha de palavras e imagens, quando resulta numa determinada composição comunicativa veiculada, atende a propósitos de representações sociais e, portanto, atua como um mecanismo de formulação de significados para determinados grupos. Em análise tanto da bibliografia recolhida, como dos enxertos de jornais impressos e digitais, duas formas são colocadas em evidência: as que se referem a moradores/as do bairro são elencadas imagens de pessoas brancas, idosas, nas

novas habitações do realojamento, apresentando fotos pessoais que registaram através dos lentes momentos festivos e de compartilhamento de um cotidiano que, embora marcado pela pobreza, não revela mal-estar. E seguem com fotos do futebol, das coletividades, de casa que não eram abarracadas, de trabalhadores/as em suas funções laborais desenvolvidas dentro do Casal Ventoso. Estas imagens associam-se ao discurso apresentando uma relação de superação de uma situação de negligenciados/as, de bem-estar social, de qualidade de vida, enfim, de uma ordem higienizada socialmente.



Figura 20 Matéria “Casal Ventoso: as saudades que as máquinas não demoliram”, publicada em 27/05/2019. Fonte: Notícias Magazine. Fotos: Orlando Almeida

O sentido muda radicalmente quando as reportagens descrevem o universo da ilicitude no bairro que se focam a associar a imagem de pessoas consumidores/as de drogas com o lixo acumulado, à sujeira, às ruínas e casas abandonadas, aos trapos, às embalagens verdes que são do programa de troca de seringas espalhadas na continuidade do bairro. Associar esta imagem para tratar de consumidores traz como significante de que esta população é ligada ao que é degenerado, que sua imagem se associa ao que é mostrado: a destruição, a ruína, ao que é sujo, ao que pode ser despojado, rejeito, não aproveitado.



Figura 21 Matéria “Não basta deitar um bairro abaixo para a droga desaparecer”, dia 05/02/2019. Fonte: Diário de Notícias. Fotos Gonçalo Villaverde

Estas duas perspectivas postas em predominância nas falas recorrentes sobre o Casal Ventoso aponta o seguinte cenário: a imagem de um segmento grupal associado aos “antigos moradores/as do Casal Ventoso” são indivíduos que são associados a um padrão de vida esperado pela sociedade em geral, em que não há rompimento com os valores morais socialmente estabelecidos e que, apesar de tratar-se de um bairro historicamente estigmatizado, a tentativa de vincular esta imagem ao bairro é uma investida em situar um território que nunca esteve estabelecido, que sua trajetória sempre foi de um *outsider* lisboeta, fosse pelo estigma da pobreza, fosse pelo estigma das drogas. A partir dessa análise a hipótese que se levanta é que há uma escala no universo de significados do estigma que são contemporizados, que gera uma forma de identidade em que é admissível de se tornar um instrumento de empoderamento (a figura do/ trabalhador/a, por exemplo), e outro que este processo todo é inviabilizado (a do “drogado”), ou seja, aceita-se e incorpora-se o estigma da pobreza, mas não aceita-se o estigma associado ao consumo de drogas.

4.4 - Representação e Controle Social: a construção social do sujeito *outsider*

Aqui adota-se a concepção de estigma formulado por Goffman a partir da noção de linguagem de relações, e não de atributos, profundamente depreciativos, em que “normais e estigmatizados são perspectivas que são geradas em situações sociais durante os contatos mistos, em virtude de normas não cumpridas que provavelmente atuam sobre o encontro” (Goffman, 1975, p.148).

Em decorrência desta expedita investigação socio discursiva percebe-se, fundamentando-se na abordagem elaborada por Castro (1983) na obra “Criminologia da reação social” duas formas que se imputam como elaborações de mecanismos de controle social que têm a função de prevenção e repressão do desvio. A primeira delas consiste no mecanismo formal que são expressas através de leis, e das estruturas do sistema de justiça criminal que se estabelecem na atuação policial, nos tribunais, no sistema penitenciário. Uma outra forma de regulação é o procedimento informal que versam sobre ações

condenatórias através da reprovação dos atos, ofensas, exílio da comunidade em geral, formulada não apenas pelos indivíduos, mas forjada igualmente pelos media. Com isto, este aparato informal que legitima e impregna o/a consumidor/a de drogas de um estigma não apenas por cometer um ato infracional, mas em face também das condutas classificadas como desviante.

Nesta dialética criminal, portanto, é estabelecido uma dinâmica que incorpora a criação de uma conduta penal, o infringir desta norma, e a reação social que se estabelece em função desta violação. Isto é, se de uma forma a delinquência acarreta em uma determinada reação social, o conjunto das reações sociais formais e informais concorrem da mesma forma para a produção desta delinquência, e os mecanismos são os mais variados possíveis: penalidades estigmatizantes, rotulações negativas, inserção no sistema de justiça criminal e seus punitivismos, negação e/ou violação de direitos.

Esta abordagem da criminologia da reação social, ancorada fortemente nos estudos do interacionismo simbólico, fundamenta uma noção de criminalidade que sobrepuja a mera violação de uma conduta criminal promovida pelo transgressor em questão e suas particularidades. O conjunto da sociedade, a partir desta perspectiva, é tomada como medular na elaboração de um padrão identificado como um “criminoso” ou “delinquente”, assim como também no comportamento pós delitivo, em um ricochete para o evento-ação de novas violações. É preciso, portanto, elucidar a reação social, por meio da categoria de rotulação (Becker, 2008), e como se engendram no processo de etiquetamento e no ciclo de delinquência estabelecidos em novos comportamentos conforme as expectativas produzidas socialmente.

A título de esclarecimento: delinquente, ainda que entendido como uma categoria para associar-se a uma “construção social e institucional em torno da qual se reúnem definições e ideias sobre situações e comportamentos que contrastam com o conceito ideal que temos da infância e da juventude” (Ferreira, 1997, p.914), aqui extrapola a dimensão etária, não sendo uma abordagem acatada para esta análise. Delinquente, portanto, é compreendido como uma identidade que associada ao indivíduo, constituindo-o como sujeito. A produção de normas sociais, neste sentido, produz o delinquente.

O ato infracional, portanto, não é uma característica genuína do infrator, mas se estabelece a partir da interação pactuada entre quem comete e o conjunto da sociedade, entendendo que o processo de estigmatização e de aprisionamento, assim como a rotulação negativa aplicada ao *outsider* são elementos que fazem romper a figura do delinquente e que, portanto, protuberam a delinquência a nível global. Sendo assim, a reação social não apenas produz a figura do delinquente, mas também opera como uma espécie de um pressuposto autoexecutável.

A fundamentação da teoria da rotulação é orientada pelos escritos de Howard Becker, na obra *Outsiders* - um estudo da sociologia do desvio, sinalizando que o desvio é resultado direto de um tipo de transação que tem espaço em um determinado grupo social em que um indivíduo é notado pela coletividade como violador de uma regra, isto quer dizer que o desvio não é a qualidade do ato, mas sim um corolário da execução de regras e punições a um indivíduo "infrator". O sujeito desviante é alguém a quem essa rotulação foi imputada com êxito, o comportamento desviante é aquele em que a sociedade designa como tal. Sendo assim, o sujeito desviante é aquele que frustra uma expectativa que é gerada pela sociedade. Os/As usuários/as de drogas, neste caso específico, constitui este quadro desviante uma vez que, além de dissipar as expectativas sociais no que se refere a uma certa conduta moral, infringem um regimento legal.

Becker (2008) expõe, por conseguinte, que o ato visibilizado que é socialmente percebido como uma ação infratora, no caso em particular do consumo de drogas é percebido na categoria de desviante puro, ou seja, "ele desobedece à regra e é percebido como tal" (2008, p.31). Sobre isso Abramovay (1999, p.20) vai expor a necessária importância da dimensão simbólica da exclusão deste grupo social sinalizando que

A política urbana e os meios de comunicação desempenham um papel central na criação e difusão de normas excludentes. Sustenta que a transformação urbanística e arquitetônica das grandes cidades, com a privatização dos espaços públicos e a criação de templos de consumo nos quais é vedada a circulação de grupos específicos, é uma expressão institucional da exclusão. Da mesma forma, ao negar espaço para a presença de determinados grupos sociais em seu cotidiano, ou ao limitar a sua aparição a situações associadas à

violência, os meios de comunicação se transformam em poderosos instrumentos de extermínio simbólico de grupos inteiros da população.

É tomada por hipótese que a exclusão das narrativas, a inviabilidade de se autoconstruir uma imagem, a etiquetagem elaborada, são resultados das relações estabelecidas dentro e fora do bairro, mas também inserido em um contexto global que explicitado por Baratta (1994, p. 39-40) compreende que a

Mercantilização selvagem de certas drogas, que deriva de sua proibição, não é mais que o grau marcadamente perverso, alcançado neste caso em virtude da variável artificial introduzida no mercado, da mercantilização geral de todas as coisas, fruto de um sistema de relações sociais de produção, no qual os interesses da reprodução do sistema prevalecem sobre as necessidades reais dos homens e as condicionam. A história das drogas anterior à economia capitalista é, com raras exceções, um aspecto normal da história da cultura, da religião e da vida cotidiana em toda sociedade: não é a história de um problema. Torna-se um problema a partir do advento do mercantilismo e com a consolidação em nível mundial do modo de produção capitalista. Desde então, as drogas perderam seus vínculos secular com as economias locais e se transformaram em objeto de rápidos processos de "transculturalização".

Estes esclarecimentos teóricos fundamentam a representatividade de um grupo social específico que, como já dito anteriormente, tem permanentemente o processo de rejeição e de negação da existência, da possibilidade memorial, da exclusão do outro como elemento de realização de si. Dar à fuga, uma categoria nativa de uma prática do universo que circulava no fluxo entre o mundo lícito e ilícito do Casal Ventoso, é proposital para intitular este capítulo: a comunidade organiza-se para fazer escapar esta memória que é socialmente definida como degradante, desonroso e aviltante. Posto isto o próximo capítulo se debruçar-se-á na compreensão da construção social e coletiva das narrativas memoriais apresentadas no capítulo anterior e atual, colocando em perspectiva os embates pelo direito e o não direito à memória

Capítulo 5 – A persistência da memória: elementos para uma reflexão sociológica das lembranças

O tema da memória tem sido, cada vez mais, um elemento histórico fundamental das mais diversas sociedades contemporâneas. A memória das mulheres, dos imigrantes, dos colonizados (e dos colonizadores), dos homossexuais, das greves, das ditaduras, enfim, tem sido um elemento instrumentalizado para contar a história sob uma determinada ótica através de testemunhas, mas também para se inserir numa sociedade de consumo que implica na preservação cultural, patrimonial, material, de modo a servir como elemento mínimo de força e reivindicação política e reconhecimento social.

Essa valorização do tempo pretérito é também, por sua vez, a memória das cidades. Esta tendência é observada em vários países que imprime uma mudança no sentido dos valores sociais em torno da construção e das vozes proeminentes que refletem agora não apenas ao que é novo, ao moderno, ao contemporâneo, mas concomitantemente a necessidade de registo dessa memória da cidade como forma de estabelecimento identitário de indivíduos e lugares. Há que se ressaltar o porquê de falar de memória das cidades: a título de esclarecimento falar da memória das cidade é compreender que são as cidades que permitem a ancoragem destas lembranças no espaço, mas não se definem como um conjunto homogêneo uma vez que as vivências são as mais variadas possíveis, e o que promove esta memória coletiva relacionada a um espaço específico são as relações sociais que ali se estabeleceram, sejam relações de dominação, cooperação, ou de conflito.

Neste sentido a experiência na cidade origina uma grandiosa multiplicidade de memórias que têm como elo de conexão a própria cidade. Vale igualmente pontuar que essa expressão “memória da cidade” contém muitas imprecisões, já que quem lembra são as pessoas, e a cidade em si não possui em si a possibilidade de lembrar. Entretanto a memória da cidade refere-se “ao estoque de lembranças que são eternizadas na paisagem ou nos registos de um determinado lugar, lembranças essas que são agora de objeto de reapropriação por parte da sociedade” (Nora, 1984, p.25). Ainda acerca da distinção entre

memória da cidade e o que se pode vulgarmente chamar de memória urbana, Abreu (2017, p.31) esclarece que

a memória urbana trata do estoque de lembranças do modo de vida urbano *per se*, sem obrigação de relacioná-las a uma base material particular, a um lugar específico, e à “memória da cidade”, que referencia obrigatoriamente essas mesmas lembranças a uma base material precisa, a um determinado lugar.

Feito tal esclarecimento que trata-se aqui o que pode-se denominar de uma memória da cidade, parte-se para compreender que o advento de resgate do passado marca profundamente o século XX, não apenas subsequente ao progresso técnico e científico, mas também as duas grandes guerras mundiais, o holocausto, a destruição das cidades decorrentes de conflitos entre Estados-nações, que colocou-se a necessidade de repensar a ideia do progresso e de um futuro majestoso que era para onde se deviam voltar as atenções, em um resultado derivado principalmente dos ideais da cultura ilustrada e do Programa da Modernidade que teve a Europa como *locus* por excelência dessa conjuntura particular, e que expressa-se por uma racionalidade estética associada a uma norma identitária.

O rompimento desses ideais fundados entre o século XIX e o século XX, que se apresenta como um período de transição de projetos civilizacionais, mostra ao novo século XXI um período de revalorização do seu passado, em que a construção de uma nova hegemonia busca espaço de efetivar-se como um novo projeto, em que os tempos históricos coexistindo, promove a vivência no presente, mas a desconfiança do futuro, e o enaltecimento desse passado. Duvignaud (2003) em seu prefácio à obra de Halbwachs “A memória coletiva” aponta que esses períodos de descontinuidades históricas a memória surge como elemento de atenção das sociedades. Por mais que essa explicação estivesse pautada em um contexto após primeira guerra mundial, ela pode com uma grande imperturbabilidade ser observada nas sociedades atuais em que impera o predomínio da lógica globalizada, financeirizada digitalmente, e de profundas ruturas e crises cíclicas típicas do capitalismo. Desta forma, este tempo presente que é caracterizado fortemente pela intercomunicação global instantânea que possibilita o espaço ser um lugar homogeneizado e bastante

parecidos por um lado, por outro esse contexto propicia o incitamento para que os lugares, em uma busca incessante de particularização e sobrevivência, procurem distinguir-se dos demais, reforçando e indo em busca de suas singularidades.

Esse esclarecimento supracitado ilustra o cenário da memória como objeto desta investigação situado em um bairro desaparecido, em que os/as antigos/as moradores/as em uma busca dessa particularidade coletiva de realojados/as do bairro do Casal Ventoso emerge no projeto de resgate do tempo pretérito. Em um momento de rutura com o território, de redefinições espaciais da cidade de Lisboa para se inserir com mais preponderância ao mercado turístico e imobiliário europeu, o bairro deixou as memórias de herança aos deserdados de uma história soterrada em escombros de demolições. Porém, essa memória da cidade tem servido não apenas para cumprir sua função de definições identitárias de um grupo em particular do bairro, mas ela também tem sua feição multifacetada por razões principalmente de mercado e de turismo, que torna na paisagem um lugar “higienizado” e que atende às demandas da lógica internacional do capital especulativo.

Então para início de discussão acerca da memória como uma categoria analítica é necessário um esclarecimento que, ainda que possa parecer evidente, faz-se necessário. A questão da memória enquanto uma capacidade de reter informações passadas, imprime diversos recortes que se definem nos diferentes campos científicos e, se poderia assim o fazer, o primeiro que é remetido é a expressão da função psíquica em que a capacidade de remodelar tais lembranças acontece no campo biomédico. As especialidades no campo biomédico, tais como a psiquiatria, neurologia, neurobiologia, se ocupam deste elemento, assim como seus afluentes cognitivos: o esquecimento, as perturbações da memória, a amnésia, enfim, fatores cognitivos que influenciam biologicamente na formação e desconstrução das lembranças.

Há ainda o campo das ciências sociais aplicadas que implicam estudos nas áreas da psicologia, psicanálise, pedagogia, que compreendem o campo da memória a partir de uma dimensão da forja do (in)consciente a partir de expressões de interesse, dos afetos, dos desejos, e esses elementos interferem,

assim como são interferidos, pela dimensão social do indivíduo. É esta última expressão que interessa nesta proposta de investigação.

O interesse das ciências sociais, principalmente no argumento histórico, antropológico, sociológico, versa acerca da construção da memória coletiva como um instrumento de lutas de poder uma vez que “tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes (...) que dominaram e dominam as sociedades históricas, (...) e são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva” (LeGoff, 1990, p.368). Estas sintéticas elucidacões, longe de tentar promover uma genealogia científica do objeto em questão, define o instante disciplinar a que se compreende esta abordagem. Apesar de clarificada a interdisciplinaridade promovida por um conceito como o de memória, é no campo sociológico que servirá de alicerce teórico para compreender a dimensão social da memória. Atentando para estas múltiplas abordagens, definir o que é a memória social nos termos clássicos torna-se uma atitude epistemológica mais excludente do que inclusiva, torna-a algo imóvel, estático, sendo ela uma dimensão em constante resinificação, em permanente processo de construção e, portanto, imerso no campo de lutas e relações de poder, em uma continuidade entre lembranças e esquecimentos.

5.1 - A construção social da memória: elementos para teorizar sobre as lembranças

Este tópico intenta situar os elementos capazes de fornecer conteúdo para o que está sendo proposto na elaboração teórica acerca da memória. Sendo assim, parte-se inicialmente de compreender o pressuposto desenvolvido por LeGoff (1990, p.410) que delinea a memória social como um

elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia. Mas a memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder. São as sociedades cuja memória social é sobretudo oral ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória.

Esclarecida tal distinção lançar mão do campo das artes é uma atividade que incorpora a criatividade sociológica na reflexão proposta. A começar pelo título que é dado a esta tese (“A persistência da memória”) é o nome de batismo de uma das obras mais famosas do pintor espanhol Salvador Dalí em que, descritivamente, apresenta-se na expressão artística surrealista através de um cenário quimérico, de uma natureza indefinida em sua biota, com relógios escorrendo sobre seus sustentáculos, apontando para a permanência de algo que é constituinte do indivíduo: a sua capacidade de recordar fatos, sensações, afetos. Inspirada pela tela e sua compreensão de algo tenaz na constituição dos indivíduos através da expressão coletiva em torno desse sentido, lançar mão da sétima arte dará continuidade à expressão teórica que vem a seguir.

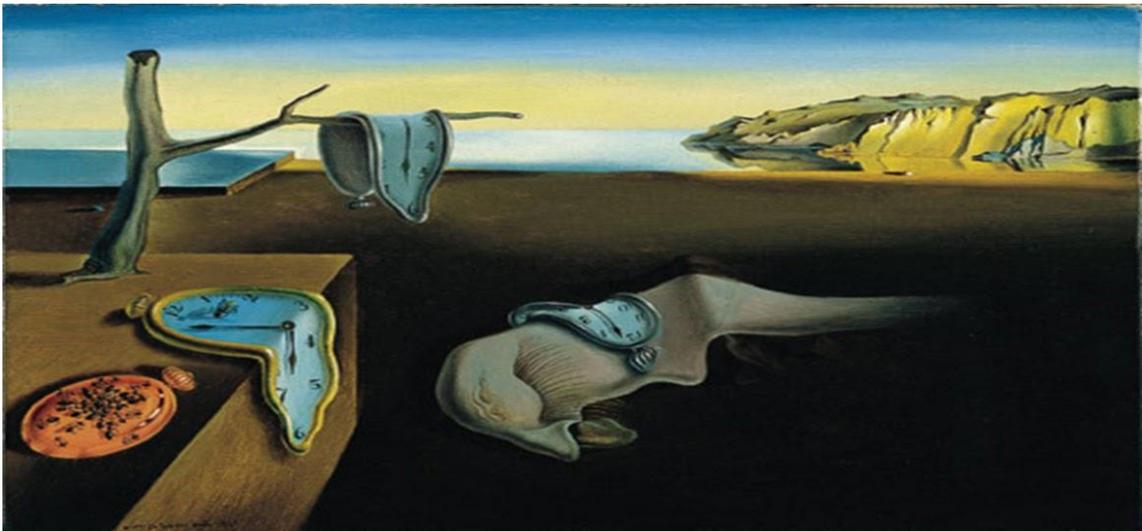


Figura 22 : "A persistência da Memória", de Salvador Dali. Fonte: WikiArt (1931)

A película “Amarcord”, de Federico Fellini, lançada em 1973, vem apresentar sob as vestes do neorealismo italiano um recorte filmográfico sobre recordações do próprio realizador. Através da mudança das estações do ano o alter-ego do diretor expressa este fenômeno da natureza como um interlocutor natural para dar sentido a eventos de sua vida no tempo e espaço. Recordações cotidianas da vida comum, de ascenso e estabelecimento do fascismo, de conflitos interpessoais, vivências na escola, tudo isso ancorado na fundamentação da vida social. Esta referência tem uma proficuidade introdutória à obra de Maurice Halbwachs sobre a memória coletiva que traz um exemplo

que resgata a um registo cênico: assim como nas lembranças postas no filme, Halbwachs exemplifica a relatividade memorial dos atores envolvidos em um dado contexto. O autor traz o exemplo de um professor que durante um certo tempo lecionou a um grupo de pessoas e um dia encontra seu aluno que, sem reconhecê-lo, este começa a resgatar as histórias junto a seus colegas, fatos que ocorreram naquela turma em especial, as peculiaridades que este aluno trazia consigo. Por outro lado, o professor não recordava absolutamente de nada, tampouco deste narrador que descreve cenários e acontecimentos de um momento extremamente marcante para ele. A questão é: como o professor poderia esquecer tudo aquilo? Um ponto de partida para esta dúvida residiria no fato de que aquela turma, como tantas outras para o professor, é efêmera, tem dinâmicas circunstanciais que dissolvem e organizam grupos naquele contexto particular estudantil que, permeado de novidades e excitações, tendem a registrar esse período um conjunto de lembranças para um grupo e, para outro grupo, uma série de atos cotidianos e corriqueiros para aquele que exerce um papel profissão técnico costumeiro.



Figura 23 Cartaz filme Amarcord (Federico Fellini). Fonte: imdb (1973)

Esta referência exposta, que fica mais cognoscível a quem foi espectador de tal película, é para dizer que deve-se abdicar à coesão da anamnese, que é inteligível tentar encontrar uma sequência interna lógica para as lembranças. Tudo isto também serve para situar que a construção da memória, quando da possibilidade de se reproduzir materialmente, ela aparenta um certo grau de surrealismo e desconectividade com a vida costumeira e que, portanto, é preciso costurar com conceitos e certas lentes para que se torne algo passível de ser compreendido e, por sua vez, tornado elemento de construção identitária de um determinado agrupamento social.

Os estudos sobre memória, de autoria de Halbwachs vem a dar algumas sugestões sobre os passos a percorrer desta análise proposta iniciando pela dimensão social deste fenômeno que é a memória, intento analítico primevo da sociologia. E partir da perspectiva sociológica implica na concepção que a memória ainda que se realize na subjetividade e no consciente individual, particular, ela é expressão de um arcabouço de relações sociais estabelecidas previamente, é por meio desta memória coletiva que o fenômeno da recordação e identificação das lembranças se efetivam, e devem ser situados dentro de contextos sociais específicos que atuam como sustentáculo desta formulação memorial. Isto quer dizer que nenhuma memória é elaborada única e exclusivamente através da subjetividade do sujeito, ela é inserida e faz parte de um grupo social a qual pertence e é influenciado por este, numa dialética que se estabelece entre o coletivo e individual. Este sujeito, inserido em um determinado contexto específico, no caso aqui o bairro do Casal Ventoso, possui um grupo no qual se referencia sua memória, ela é forjada na coletividade, e que cada percepção individual ela é um ponto de vista sobre esta memória coletiva que, apesar das divergências, a coletividade tem consenso no que é essencial.

No entanto, o processo de rememorar uma situação passada é instigado por forças que agem para que este fenômeno seja suscitado, e é necessário que haja algum fragmento memorial neste indivíduo que quando estimulado pelo conjunto de outros testemunhos que partilharam um evento constitua em uma lembrança. Esse processo de resgate memorial é necessário para que a tanto a memória individual quanto a coletiva entrem em consonância, para que seja um ponto comum compartilhado, e, portanto, reconhecidas por esses sujeitos. No

caso do objeto analisado é notório, a partir dos diálogos exibidos em algumas das entrevistas, que se realizam em pares em que um busca no outro a necessidade de confirmação dos fatos, para lhe atribuir veracidade, para reconhecerem-se neste passado particular coletivizado pela comunidade. A busca de fotos e recortes jornalísticos amparam igualmente esses fatos testemunhados, ratificam o passado, solidificam as memórias.

Se por um lado as memórias elas arquitetam-se a partir da expressão de sua coletividade, em contrapartida o esquecimento torna-se processo de perdas de laços sociais com este grupo social em particular. Não recordar determinado fato, evento, ou um período da vida, no campo da sociologia, é uma sinalização da perda de contato com esta coletividade maior a que se refere, enquanto a lembrança funciona a partir do reconhecimento dos fatos ou dados em comum que estejam no espírito tanto do indivíduo quanto do grupo porque os fluxos das trocas memoriais operam nos dois sentidos e que só se torna viável quando estes integram a mesma sociedade, o mesmo grupo. Compreender os aspectos entre memória individual e memória coletiva, por sua vez, é um processo de estabelecimento de uma linha tênue entre essas duas dimensões, uma vez que as memórias que se estabelecem em um primeiro plano da memória são aquelas vivenciadas por uma parcela maior dos indivíduos desse grupo. A memória individual não se encontra isolada, ela é referenciada no todo social, e não é “possível sem esses instrumentos que são as palavras e as ideias, que o indivíduo não inventou, mas toma emprestado de seu ambiente” (Halbwachs, 2003, p. 72). Ainda que Halbwachs coloque a falta de habitualidade de se pensar a memória em seus termos grupais, a investigação proposta, confirmando a perspectiva sociológica do autor, expressa-se através da individualidade, da subjetividade do indivíduo, porém a conformar a natureza coletiva, grupal, social, da memória. Entretanto, esta memória objeto de investigação posta é de natureza impessoal, uma vez que são comuns e interessam especialmente ao grupo o que ali é compartilhado: as coletividades, o cotidiano geral, a gandaia, as dinâmicas de trabalho, as festividades, as habitações precarizadas, as redes

de solidariedade social do bairro, o compartilhamento do bairro e de sua estrutura edificada por todos/as que no Casal Ventoso viveram.³

Sendo assim a proposta do autor versa que as memórias se estabelecem a partir dos fatos vividos ao invés de ser aquela que se entra em contato através de livros ou jornais. A história, portanto, não é item relevante no processo de conservação memorial, considerando que, para Halbwachs, história não é a sucessão temporal de fatos, mas sim “tudo o que faz com que um período se distinga dos outros, do qual os livros e as narrativas em geral nos apresentam apenas um quadro muito esquemático e incompleto” (Halbwachs, 2003, p. 79), com linhas de separação definidas. Dessarte, a memória da sociedade em geral se prolonga até onde lhe é possível e costumeiramente esquece-se de uma grande quantidade de fatos e eventos antigos. Pode-se perguntar o leitor destes escritos a razão então de ter-se buscado fontes jornalísticas para construir uma memória dado que os fatos ali apresentados não representam a memória coletiva. Ora, se analisar a fundo a proposta que foi anteriormente elaborada verá que as falas retiradas foram de sujeitos que vivenciaram o bairro, que do Casal Ventoso faziam parte, e que o jornal, portanto foi utilizado como instrumento de fonte de memória, e não como produtor da verdade sobre aquela narrativa. Os jornais foram assim motivação para resgatar lembranças que já não podiam ser possíveis pelas mais diversas razões que possam existir para isso: a perda dos laços sociais que com o tempo enxugaram as lembranças, a inevitabilidade da morte de pessoas que ali expressaram suas vivências e hoje não podem fazer tal resgate, déficit cognitivo que dificulta a anamnese, ou

³ Sem intentar aprofundar nas distinções estabelecidas por Halbwachs no que diz respeito às memórias internas que ele vai denominar de autobiográficas, e das memórias históricas, que ele atribui pouca significância diante da representatividade que esta tem em sua natureza resumida e esquemática, sendo uma categoria infundada e que se localizam na memória da sociedade, um ponto vale ser referido neste aspeto com vistas ao objeto em análise: diante das amostras narrativas resgatadas através de jornais de grande circulação sobre o bairro do Casal Ventoso, que imperam as falas sobre os acontecimentos do bairro desde o fenômeno das drogas até o realojamento e as múltiplas relações que ali estabeleciam-se, este conjunto mediático redefiniu essa memória para resto do conjunto da sociedade quando refletida sobre o bairro do Casal Ventoso como o caso, por exemplo, o taxista que me conduzia até as dependências do Projeto Alcantara. A memória histórica expressada por aquele sujeito em relação ao Casal Ventoso, a título de representação, foi algo que ficou marcado na sociedade lisboeta de forma demasiado vivaz, que por sua vez não se prende a nenhum elemento de recordação particular, mas sim apenas uma mera e genuína imaginação, exterior a este sujeito, que não é autobiográfica, mas histórica.

simplesmente o efeito Doppler invertido que já falou Firmino da Costa em capítulos anteriores.

Dito isto, parte-se para compreender as dimensões que se interpõem na abordagem memorial e sua construção social: o tempo e o espaço. Articular estes dois fatores implica, em uma aceitação à sugestão conceitual proposta por Halbwachs, compreender a memória a partir da perspectiva que o tempo nos serve para conservar e lembrar os fatos que ocorreram e, sendo ocorrido, sucedeu-se em um espaço físico, em um contexto espacial. A memória então torna-se uma reconstrução do passado, no momento presente, que tem como sustentáculo a percepção do outro (o que garante um sentimento partilhado de confiança) e na apreensão do próprio sujeito, e que se funda no passado vivido, e não no passado escrito, carregada de particularidades que se diferencia das demais realidades. Esse sujeito coletivo, por sua vez, se organiza em torno deste contexto, neste bairro que penetra em todas as instâncias da consciência, que cenariza estas recordações, este lugar que recebeu as marcas deste grupo e por ele foi marcado. O desaparecimento do bairro colocou fim a uma sucessão de sentidos que só era inteligível para seus moradores e moradoras, pelos seus frequentadores e frequentadoras, porque aquele espaço correspondia a aspectos outros da vida social que era mais estável, e que os laços que fixaram estes sujeitos só ressurgiram com vivacidade a partir do momento que estes foram rompidos. Halbwachs coloca que esses acontecimentos críticos modifica as relações grupais de modo que “a partir deste momento, este não será mais exatamente o mesmo grupo, nem a mesma memória coletiva e, ao mesmo tempo, o ambiente material também não serão mesmo” (Halbwachs, 2003, p.160).

Um ponto a se refletir sobre o desaparecimento do Casal Ventoso, articulado nesta proposta de análise memorial-espacial, é a dimensão de que tal rutura que abalou os laços sociais estabelecidos naquela região, em relações que eram mediadas por consanguinidade, amizade, lutos, paixões, conflitos, etc., teve como uma das consequências o olhar em volta e notar que a vida seguia incólume. É neste momento que se percebe a unidade no meio da multidão, é quando se compreende a dinâmica da vida em sociedade contemporânea: atomizadas e indiferentes. Sendo assim, esse grupo em

questão que se adaptou lentamente às transformações da modernização urbana ultraveloz que faz com que os costumes tendam a resistir a essas forças, possibilita compreender de que forma essas memórias são ancoradas no contexto deste grupo social.

Partindo do pressuposto que as cidades se transformam ao longo da história, seja depois de guerras, de invasões, incêndios, abertura de ruas, demolições, reconstruções e, no caso aqui, de arrasamento e realojamento provocam certos deslocamentos urbanos, e essa resistência que se apresenta, e emana de um grupo, é sentido evidentemente como se uma parte de sua história estivesse morta, que foi apagada junto às estruturas arrasadas, e que manter as tradições do lugar em um novo espaço é um fenômeno que recua cotidianamente, como se pode observar a partir do retraimento das ações das coletividades do Casal Ventoso, das expressões festivas do bairro, da sopinha do Barroso, do comércio local do bairro, etc. Dito isto, em síntese:

Não há memória coletiva que não aconteça em um contexto espacial. Ora, o espaço é uma realidade que dura: nossas impressões se sucedem umas às outras, nada permanece em nosso espírito e não compreenderíamos que seja possível retomar o passado se ele não estivesse conservado no ambiente material que nos circunda. É ao espaço, ao nosso espaço - o espaço que ocupamos, por onde passamos muitas vezes, a que sempre temos acesso e que, de qualquer maneira, nossa imaginação ou nosso pensamento a cada instante é capaz de construir - que devemos voltar nossa atenção, é nele que nosso pensamento tem de se fixar para que essa ou aquela categoria de lembranças reapareça. (Halbwachs, 2013, p.170)

Uma outra categoria fundamental na análise da construção social da memória, porém sem intento de aprofundamento nesta vertente de abordagem, é que há que se ponderar que estas memórias, situadas no espaço-tempo, tem um fator fundamental que é a dimensão narrativa que nela se impõe. Como forma de mediação entre o indivíduo e o todo, a linguagem em sua função social da comunicação estabelece a possibilidade de transmissão informacional, lembrada por Atlan *apud* LeGoff (2013) em que

A utilização de uma linguagem falada, depois escrita, é de fato uma extensão fundamental das possibilidades de armazenamento da nossa memória que, graças a isso, pode sair dos limites físicos do nosso corpo para estar interposta quer nos outros quer nas bibliotecas. Isto significa que, antes de ser falada ou escrita, existe uma certa

linguagem sob a forma de armazenamento de informações na nossa memória" (Atlan, 1972, p. 461 apud LeGoff, 2013, p. 389).

A intersecção entre a memória e a socio cognição torna-se esclarecedora em virtude do contexto em que se produz essas lembranças, uma vez que a linguagem traduz o pensamento, materializa o discurso, e é instrumentalizada como elemento de preservação do conhecimento. Por esta razão, a linguagem aparece aqui como mais um fator que se imbrica na construção social da memória, juntamente com as noções estabelecidas entre indivíduo/sociedade, tempo/espço. A linguagem é que se torna fio condutor capaz de consubstanciar esses elementos em uma abordagem.

E, podendo lançar mão deste fundamento, a materialidade da memória na contemporaneidade ganha extensão do corpo físico do indivíduo não apenas pela linguagem, mas por instrumentos exógenos ao indivíduo. Agora não apenas as bibliotecas e museus são capazes de corporificar a memória, mas os espaços virtuais cada vez mais vem conservando uma série de dados que podem ser acessíveis em qualquer lugar, em uma versão cibernética do espaço, tais quais foram possível para a realização desta investigação. Plataformas audiovisuais, *sites*, jornais digitais, projetos sociais, disponibilizam na rede mundial interconectada de computadores um número incalculável de informações.

Deste modo, linguagem, espaço e tempo são elementos que constituem esse conteúdo social da memória. Entretanto, vale o destaque para a questão espacial em que, seguindo a orientação teórica halbwachiana, em que é possível dizer que não há atividade coletiva que não tenha relação com o lugar, logo não há memória sem um lugar que lhe é cenário. O recorte do projeto de memórias do Casal Ventoso por sua vez optou por não definir a totalidade de sujeitos que neste lugar também se associaram, e por ser um projeto idealizado por estudiosos de que trata esse objeto sob investigação, ele é construído por eliminação de outros espaços, e que é evidente quando se investiga tais memórias: a eliminação do espaço-tempo-linguagem das drogas. Isto não quer dizer que as narrativas memoriais sejam menos reais por isso, mas que intenta perceber apenas as

qualidades físicas e sensíveis das coisas (...) e livrar os objetos de uma série de relações que se impõe ao nosso pensamento e correspondem a outros tantos pontos de vista diferentes (...) nos livrar de todos os

grupos de que fazemos parte, que entre si estabelecem tais ou quais relações e os enxergam de tais ou quais pontos de vista (Halbwachs, 2013, p.171)

É bem verdade que, seguindo a sugestão de Candau (2011, p.34), faz-se necessário afirmar que há uma distinção entre as competências da memória uma vez que “toda tentativa de descrever memórias comuns a todos os membros de um grupo a partir de suas lembranças, em um dado momento de suas vidas, é reducionista, pois ela deixa na sombra aquilo que não é compartilhado”. Com base nisso, o autor prolonga seu pensamento que reflete bem a análise das memórias postas sobre o Casal Ventoso a partir das narrativas dos/as antigos/as moradores/as, em que estes sujeitos operam escolhas afetivas dentro do marco orientado pelo projeto, em uma perspectiva de otimismo, em que os acontecimentos agradáveis são mais propensos a serem lembrado, que “mesmo que não exista nada de sistemático no princípio do prazer da memória, podemos considerar que, de uma maneira geral, o “otimismo memorial” prevalece sobre o pessimismo (Candau, 2011, p.74). Logo, todo aquele sujeito que resgata o tempo pretérito “domestica seu passado, dele se apropria, incorpora, e coloca sua marca em uma espécie de “selo memorial”, que atua como significante da identidade (Candau, 2011,p. 74). Logo compreende-se que esse otimismo memorial se origina no fato do fenômeno das drogas no bairro ser visto de uma forma hegemônica como um mal que comprometeu a moralidade do bairro, mas que também foi um período marcado por um intenso processo de ilegalidade do mercado de trabalho, de declínio de garantias sociais, de aumento dos índices de violência e crime no bairro.

5.2 – Os sujeitos e a dimensões do conflito na produção da memória

O fenômeno das lembranças aponta para um ponto de conflito, que é adotada para análise nesta investigação, e reflete sobre as políticas midiáticas desenvolvidas que tinham como foco o bairro do Casal Ventoso. Se por um lado as narrativas dos/as moradores/as ocultam aquilo que levou à condição de notoriedade do Casal Ventoso a partir dos anos 1980, a comunicação social fez

o serviço oposto. Os meios de comunicação português que identificaram por um longo período o Casal Ventoso como “hipermercado das drogas” traduzindo-o em uma imagem de um ambiente hostil, violento e inseguro por ser um local de consumo de drogas, sepultaram toda e qualquer outra forma de memória que pudesse demonstrar outras formas de vivência que ali foram estabelecidas. Essa dimensão hoje constitui um ponto de divergência na constituição da memória do bairro, uma vez que o trabalho desenvolvido pelos/as antigos/as moradores/as e o discurso oficial sobre este território põe em disputa a identidade em torno do Casal Ventoso.

Essas duas perspectivas das disputas em torno da memória do bairro, que perspectiva apreender a totalidade dos atores sociais envolvidos, incidem sobre aqueles que são produtores de uma identidade específica (os/as moradores/as do Casal Ventoso), forjada nas relações sociais estabelecidas no interior do bairro, e aqueles que imputam uma identidade permanentemente e generalizadora daqueles indivíduos que habitavam o bairro, e que o fazem em uma posição exterior ao bairro (as políticas mediáticas). Não se trata de evidenciar qual identidade é mais autêntica e fidedigna, mas de compreender que a construção da memória que identifica particularmente os sujeitos é um utensílio de gestão em que “espera-se que ela possa soldar o grupo” (Candau, 2005,p. 145)

Neste sentido, entre a disputa em torno de uma outra memória possível do Casal Ventoso pelos/as antigos/as moradores/as e a privatização da memória pela mídia, um terceiro elemento que permeia este conflito, mas que tem seu protagonismo excluído na construção da memória do bairro, são aqueles/as que construíram a visibilidade do bairro do Casal Ventoso que possibilitou ser denominado como “hipermercado das drogas”. Usuários e usuárias de substâncias psicoativas tornadas ilícitas não foram designados para construção dessa memória coletiva empreendida, ou seja, suas dinâmicas particulares que envolviam práticas sociais condenáveis pela coletividade do bairro são veladas. Os padrões de consumo, as relações estabelecidas, as trajetórias de vidas, as dinâmicas comerciais, são invisibilizadas pelos discursos daqueles que são mais “legítimos” para se falar do que foi o bairro. Essa ausência discursiva na construção da memória do Casal Ventoso abre uma lacuna sobre a

compreensão de uma história específica deste território que o identifica como um sítio deteriorado e estigmatizado, mesmo que essa atribuição tenha sido impetrada pelos chamados “empreendedores morais” (Becker, 2008), especificamente os meios de comunicação em massa que detém um poder quase que soberanos de hegemonizar discursos.

Em alguma medida, com risco de incorrer ao erro de analítico, ambos agentes identificados como produtores desta memória, sejam antigos/as moradores/as, sejam os média através da privatização de uma determinada narrativa, explicitam o conflito que é estabelecido no interior da concepção de uma identificação coletiva no bairro. Entretanto, a ausência do protagonismo dos sujeitos consumidores de drogas na produção desta memória condiciona a uma identidade forjada não pelo fortalecimento do coletivo, mas pela eleição de uma narrativa que favorece a um segmento específico a quem a identidade é legítima, e que por ela deve ser reconhecida.

A opção de analisar as narrativas na constituição do bairro do Casal Ventoso parte por compreender que as “palavras são símbolos que supõe uma memória partilhada” (Candau, 2005, p. 162), e que a coleta destes discursos responde também a objetivos socioculturais tais como a preocupação de enraizar os habitantes dos bairros que evoluem muito depressa” (Candau, 2005,p163). Compreendendo que “a vivência da cidade dá origem a inúmeras memórias coletivas, que podem ser bastante distintas umas das outras” (Abreu, 2017, p.28), o bairro do Casal Ventoso torna-se o território por excelência do lugar da memória, ou seja, traduz-se em uma estrutura de lembrança para a identidade dos grupos ou dos indivíduos, e o discurso patrimonial funda-se justamente no apelo à sobrevivência dessa identidade local (Candau, 2005, p.145). Essas ações, portanto, tem adquirido a função social de promoção de uma identificação positiva e favorável que “se deve, por um lado, ao fato de o patrimônio emergir enquanto tal em um processo de consciência de perda ou de risco de desaparecimento e de, nesse contexto, participar em uma dinâmica de exacerbação das qualidades do defunto, comum aos processos de luto (Peixoto, 2017).

5.3 - Conflitos na construção em torno da memória: quem lembra e quem tem legitimidade de lembrar?

O intento deste tópico parte para compreender um segmento social presente no cotidiano do Casal Ventoso que se distingue daqueles a quem o projeto de memória foi destinado. Não são aqui os/as moradores/as do Casal Ventoso que se distanciavam das redes ilícitas que se desenvolviam dentro do bairro, nem aqueles/as que desse universo tinham suas opiniões e lembranças que foram sondados em suas falas. Aqui trata-se acerca de um questionamento sobre aqueles/as que dentro de um bairro já estigmatizado vivem à margem dele. O que significa viver marginalmente? Como viver à margem implica a memória, ou a falta dela?

Já é claro e notório o protagonismo ausente dos/as consumidores/as de drogas na construção da memória do Casal Ventoso, mas não só do Casal Ventoso como também de outras realidades sociais que se estabelecem a partir do arrasamento de territórios como, dentre outras coisas, forma de lidar com o desmantelamento de cenas de consumo de drogas.

O intento aqui é apenas promover uma reflexão, compreendendo a delimitação que se requer de uma investigação, acerca da memória dos que vivem à margem, um intento que Bourdieu outrora chamou de sociologia engajada, como forma de respeitar o discurso dos sujeitos invisibilizados, porém presentes, para construção de uma sensibilização de quem lê, e se possível da própria mídia, e que possa em algum momento substituir suas análises pelos discursos diretos dos sujeitos envolvidos.

Sabe-se que a memória oficial é sempre aquela contada pelos “vencedores”, pelos que possuem o consenso sobre uma verdade histórica, mas também não é isso que se é registado na memória do Casal Ventoso. Não é a história dos vencedores, não são as memórias de um grupo dominante. Trata-se da memória de um grupo desprivilegiado que, em um intento micro sociológico, tem dentro de si um grupo que também vive de forma desprivilegiada, estigmatizada. Em uma nuance de conflitos, esses grupos travam enfrentamentos e negociações em seu cotidiano, porém quando é transferido para a discussão no campo do protagonismo das narrativas um

segmento é costumeiramente silenciado. Quando se trata de usuários/as de drogas essa memória não é encontrada. Com muito esforço foi possível tirar alguns enxertos de jornais sobre falas diretas do tempo pretérito, mas de forma não sistematizada, apenas alguns indícios que em algum momento houve uma ínfima possibilidade de saber sobre essa realidade, sobre uma vida de segredos, uma vida fora da norma. Isso não é apenas uma situação de dominação, mas também um instrumento que nega direitos e alguma forma de dignidade.

Negar o direito à memória é negligenciar o direito à uma identidade e, portanto, a uma forma de existência possível. Se o direito ao lembrar fosse uma possibilidade banida aos antigos/as moradores/as do bairro do Casal Ventoso, este seria soterrado com a popularidade que lhe foi devida de “hipermercado das drogas”, conceder esse direito é a possibilidade de resgatar a multiplicidade de trajetórias, expressões e cotidianos outros que marcaram igualmente o bairro; é uma forma de lhes conceder o direito à justiça memorial e, portanto, social.

A memória que se tem do Casal Ventoso no marco da contemporaneidade revela-se quase instantaneamente a quem perguntado for de sul a norte de Portugal como o bairro das drogas, inclusive sendo utilizado para nomear outros territórios em que práticas semelhantes eram estabelecidas. Mas quem a este bairro foi imputado tal identidade? Inquestionavelmente a visibilidade promovida pela mídia foi um grande propulsor de tal popularidade, obviamente fundado em uma realidade que lhes eram visibilizadas, porém com traços que deterioravam a identidade deste bairro, que os circunscreviam em um todo amalgamado de “drogados”. A possibilidade de surgir uma memória que não seja esta é uma perspectiva potente de transformação inclusive do futuro daqueles/as realojados/as do bairro. Entretanto, onde ficam as vozes daqueles que protagonizaram a fama que foi dada ao bairro? Onde fica o direito daqueles que em trajetórias também de opressão, de subalternidade, de pobreza, se manifestarem suas memórias e recordações que, por vezes, se traduzem em comportamentos desviantes?

Não é intento prolongar-se aqui com essa discussão, mas compreendendo que tal investigação não tem um fim em si mesmo, trazer essa reflexão para o debate parte de um desconforto permanente que atravessou todo o período de pesquisa em que me perguntei onde estavam essas pessoas, a

que fim lhes foi dado, o que se passou ali com essa população que, ainda os desafetos e desconfortos, eram assistidos pelos/as moradores/as do bairro, enfim onde estavam essas vozes? Então esse tópico é um ponto do desconforto, um ponto de ajuste possível entre os que produziram memórias, os que dela não tiveram (ou não têm) o direito de tê-las e os que dela privatizaram o direito.

A função da memória que também muito já foi descrita aqui, dentre outras finalidades, é instrumento de combate à intolerância, à impunidade, como recorrentemente têm sido utilizados em uma perspectiva política, e a título de exemplo pode-se recordar que na América Latina como um todo os projetos de direito à memória foram elementares para se abrirem os documentos sigilosos de tortura que existiram durante as ditaduras militares, revelaram nomes, para que fosse dada a possibilidade ao acesso à verdade e à justiça de inúmeros/as pessoas que morreram, foram torturadas, desaparecidas durante esse período. Memórias que se traduziram não só em litígios judiciais, mas também em museus, memoriais, eventos, que diziam “para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça”. É sob esse mote que se cristalizaram o direito àqueles que, há meio século atrás, não tinham direito a se expressarem, a exercer seus direitos políticos, enfim, a existirem no marco das ditaduras, tampouco a serem enterrados em suas terras, ou de poderem construir narrativas sobre suas vidas. As estruturas de poder que negaram isto, também foi a que permitiu no limite que isso fosse viabilizado, expondo que a memória de fato é um campo de lutas de poder. Mas o que isso tem a ver com os moradores/as do antigo bairro do Casal Ventoso e os/as consumidores/as de drogas que nele também viveram?

Em resposta a esta indagação mostra que, primeiramente, a memória é parte constitutiva da experiência humana, que tem como intuito a busca por uma certa harmonia e se coloca distante de tudo aquilo que desestabiliza o indivíduo emocionalmente ou psicologicamente, seja como forma de se proteger contra dissabores, danos, etc. Neste sentido, aceita-se o argumento de que o Estado é garantidor dos direitos humanos e, a partir do momento que eles são violados seja por atuação ou por negligência do Estado, tem-se de lutar contra ele uma vez que "uma parte significativa do choque produzido pela atrocidade é devido à percepção de quais agentes humanos ou foram seus arquitetos ou não intervieram para evitá-lo quando poderiam ter e deveriam ter feito isso" (Card,

2006). Sendo assim, a memória ela desempenha esse papel pertinente à dignidade da pessoa humana e, cabe aqui, a citação de Cuellar (2010, p.63) em que afirma que

De esta forma la memoria cumple una función política respecto a la dignidad humana. La memoria es combate e intolerancia frente al cinismo y la impunidad. La memoria histórica es una guerrera solitaria contra el olvido ideologizante que busca arruinarla y destruirla. La memoria actúa como soporte de la verdad pública. La memoria sirve como sostén de la identidad social. La memoria mantiene viva la esperanza y la utopía de los pueblos.

Ausentar a possibilidade histórica desta narrativa ser expressa, ser contada, a partir do protagonismo dos sujeitos diretamente ligados a esse contexto de consumo de drogas é, também, ocultar as condições estruturais e sistêmicas que possibilitaram àqueles indivíduos uma determinada forma de existência condicionada pela extrema pobreza, pela ausência de habitações, pela forma desassistida das políticas sobre drogas perpetrada pelo Estado no marco da regulação proibicionista. As memórias da proibição hoje são registadas apenas pelas estatísticas de mortos/as, de pessoas privadas de liberdade, e dos que continuam suas trajetórias, mas com lembranças deslegitimadas, de uma vida inadequada aos padrões morais estabelecidos como normas na sociedade. A mudança legal que veio ser adotada em Portugal a partir de 2001, em um projeto articulado com outras atuações na esfera urbanística, de saúde pública, segurança pública, dentre outros determinantes, passou incólume esse silenciamento que, não por acaso, as salas assistidas de consumo previstas em lei não foram implementadas desde então, e que era uma demanda que partia dos/as próprios/as usuários/as e organizações ligadas às ações de redução de riscos e minimização de danos.

Se por um lado essa memória não foi facultada a esta população de tomar para si o protagonismo de suas próprias histórias, por outro lado a privatização desta memória foi um projeto levado à cabo pelas agências de comunicação e imprensa portuguesa que manipulam as informações e as distribuem em larga escala. E por privatização desta memória compreende também que quem detém essa informação, por conseqüentemente, detém o arbítrio de impor a hegemonia de uma imagem a partir de sua noção particular de realidade. O campo de

disputa, portanto se arma entre os que reivindicam sua memória como fonte de enfrentamento e distanciamento em relação à costumeira identidade que é atribuída ao Casal Ventoso, e os que privatizam a memória e que habitualmente associa o bairro do Casal Ventoso apenas como um espaço identificado com a produção, a venda, a distribuição e o consumo de drogas, e entre os que absolutamente sequer ingressam nesse campo de disputa por não ser um direito que lhes são devidos. Porém, não ter forças neste campo de disputa não implica dizer que estes sujeitos não possuam memória, ou não possam construí-las, mas que suas narrativas se tornam ilegítimas diante da fuga que há no cumprimento dos padrões morais estabelecidos pela sociedade.

A privatização da memória, portanto imprime uma dinâmica de conflitos na construção identitária do bairro onde revela seu poder a partir da sua capacidade intrínseca, como um disparador de informações, de transmitir uma quantidade exorbitante de narrativas que promove por sua vez uma espécie de paralisia social que impossibilita o receptor desta informação obter uma capacidade analítica que seja capaz de perceber essa manipulação e, portanto, de passar despercebido desse domínio social. Como sinaliza Cuellar (2010, p. 65) “(...) la memoria termina siendo simple receptáculo de la banalidad, la quietud, la indiferencia y el anonimato, generándose una actitud de vaciamiento del significado(...)”.

Esse campo de disputa que a mídia manipula e domina socialmente, impõe como dinâmica a repetição permanente daquilo que o outro quer negar, esconder, ou simplesmente esquecer. A constante repetição em alta velocidade imprime na memória coletiva que outras possibilidades de existir no bairro que não estejam vinculados à questão das drogas não aconteceram, em uma espécie de desaparecimento histórico daquele espaço social. A disputa em torno das memórias do bairro do Casal Ventoso que, por sua vez, implica igualmente no enfrentamento acerca de qual identidade coletiva deve prevalecer sobre o território, demonstra que a memória coletiva exerce uma função também ideológica na ordenação social que em uma estrutura que estabelece as bases em relações de poder acarreta a imposição de uma perspectiva de realidade ao outro a partir de seus interesses, pondo fim às diferenças.

Neste pêndulo memorial em que hora pesa as narrativas dos/as antigos/as moradores/as e outra hora pesa a privatização da memória pela mídia, a memória se constrói e desconstrói em uma dinâmica de resinificações dentro de diferentes esferas de conflitos que se estabelecem nesse campo de disputa. Logo, a construção da memória não se dá a partir de um decurso espontâneo harmonioso como tentou o projeto de memórias ao abolir a narrativa que se tornava a variável conflitiva no bairro. A memória se define a partir das contradições que se desenvolvem a partir das experiências individuais, das narrativas dos sistemas de comunicação e a interação que parte disto, o lugar que os sujeitos se encontram na tessitura social, e o conjunto de significados, signos e símbolos que estes sujeitos se inserem e determinam seus sistemas ideológicos.

5.4 - Protagonistas das lembranças do Casal Ventoso: memórias e identidades do bairro

Há que se ponderar que as memórias definem experiências que foram vividas pela coletividade do bairro. Mais especificamente memórias de grupos que hoje são majoritariamente idosos, memórias que se estabelecem numa tentativa de definição de traços que caracterizam a identidade de um bairro, de estabelecimento de narrativas de fatos que tentam construir uma identificação entre os/as moradores/as e o território do Casal Ventoso a partir de suas organizações, festejos, trabalho e cotidianos. Uma tentativa de estabelecer uma identidade que se pauta em uma memória do tempo pretérito, sem a presença do tráfico de drogas e de consumidores. Essa tentativa que é um campo de disputa de narrativas sobre o bairro se mostra como um embate entre identidades que se forja no interior do Casal Ventoso.

Antes de aprofundar essa relação que se estabelece entre memória e identidade, a forma como elas se implicam mutuamente, em processos de construção imagética calcada na percepção visual, simbólica, temporal e espacial, vale a elaboração para situar contextualmente a noção em torno do sentido sobre identidade coletiva. Este termo que se desenvolveu principalmente nos Estados Unidos sobretudo nos anos 1960, este conceito ganha espaço na

Europa com um novo padrão a partir de 1976 quando o Conselho da Comunidade Econômica Europeia publicou o “Documento de Identidade Europeia” com finalidade de promoção de unificação entre os países deste continente e, assim, fazer frente e uma competição de mercados a outros continentes. Os anos 1980 por sua vez vê o conceito de identidade alargado após a Reunião Mondiacult da Unesco em 1982 entendendo identidade como um direito fundamental frente aos padrões globais promovidos pelas potências mundiais. Apesar destes dois marcos que orientaram a noção de identidade, esta vem sendo cada vez mais promovidas em discursos oficiais, por movimentos sociais, e organizações da sociedade civil, sendo utilizado como elemento de reconhecimento altamente plástico, flexível e moldável.

Por esta razão então vale definir o que está sendo considerado aqui a conceituação de identidade coletiva para que ela seja articulada de forma mais esclarecida no debate acerca da memória. Resgata-se os debates no campo dos movimentos sociais (e isso não implica compreender esse projeto em particular como movimento social uma vez que não pode ser identificado quanto tal), principalmente aquele que foi preocupação do sociólogo Alberto Melucci em que ele coloca a noção de identidade coletiva como

uma definição interativa e compartilhada produzida por um certo número de indivíduos (ou grupos, em um nível mais complexo) que concerne as orientações de suas ações e o campo de oportunidades e constrangimentos no qual esta ação tem lugar. Por “interativa e compartilhada”, compreendo que estes elementos são construídos e negociados por meio de um recorrente processo de ativação de relações que atam os atores juntos. A identidade coletiva, como um processo, se refere a uma rede de relacionamentos ativos entre atores que interagem, se comunicam, se influenciam mutuamente, negociam e tomam decisões. (Melucci, 1996, p.70)

Esta explicação se estende ao compreender o papel da memória na construção da identidade coletiva, posto que “o processo de identidade coletiva, então, é também a habilidade de produzir novas definições ao integrar o passado e elementos emergentes do presente numa unidade e continuidade do ator coletivo.” (Melucci, 1996, p. 75). É neste momento de produzir a identidade coletiva que as integrações do passado com elementos emergentes do presente sintetizam a unidade desse que ele chama de ator coletivo. É o resgate desse passado através da memória coletiva no contexto atual que se forja através de

uma linguagem compartilhada através de práticas sociais e artefactos culturais desempenhadas no interior do que foi o bairro, a rede de relacionamentos mediados pela interação, comunicação entre os indivíduos, assim como o envolvimento emocional que faz com que os sujeitos se sintam partícipes de uma comunidade, produzem significados nessa memória construída. Neste sentido, a identidade coletiva desempenha um papel conceitual que articula significados, interações e emoções na constituição de si.

Estas memórias, por sua vez, não foram apenas acontecimentos que estes sujeitos viveram pessoalmente, mas resgatando a discussão de Pollak (1992), foram também acontecimentos vividos por tabela que ainda que os sujeitos não tenham particularmente vividos, estavam inseridos em um contexto que diante da relevância dos fatos torna-se inviável ter conhecimento se o sujeito participou ou não, a generalidade dos acontecimentos promove uma identificação direta com este passado que pode-se pensar em uma espécie de memória herdada.

Para além dos acontecimentos e dos personagens envolvidos nestas memórias, há que se falar dos lugares da memória. O bairro do Casal Ventoso, antes de sua demolição, tinha lugares particulares que resgatam essas lembranças, fosse o Centro Social que ainda se mantém no bairro, fosse o campo da Lixívia, ou os espaços das coletividades que foram de fato postos abaixo, assim como muitas casas e comércios locais onde se desenvolviam as atividades laborais de muitos/as moradores/as. As falas destes sujeitos evidenciam fortemente os lugares, principalmente quando este lugar materialmente referenciado não é mais objetivado, não tem mais sua concretude material que possam essas memórias ainda serem identificadas.

Entretanto, falar da dimensão temporal é uma abordagem complementar que se relaciona com o espaço. O lugar da memória é definido, ele cenariza as lembranças, localiza os acontecimentos. O tempo, por sua vez, é estabelecido entre passado, presente e futuro, porém ele não organiza os fatos cronologicamente, e só alguns anos são marcados nas falas por razões vinculadas ao período histórico vivido, tais como o Estado Novo, as guerras coloniais, as comemorações de Carnaval, o 25 de Abril, e evidentemente o período do realojamento. Quem define as datas certas foram as memórias

construídas nesta investigação a partir dos jornais impressos e digitais, por uma razão que é destinada à produção de notícias. Estas memórias que são construídas a partir de material jornalístico é propositalmente identificadas no tempo, diferentemente das narrativas resgatadas da memória oral elaborada pelos antigos/as moradores/as do Casal Ventoso. Ou seja, os marcos históricos orientam os fatos, mas não registam cronologicamente os acontecimentos pretéritos que foram razões de preencher as memórias individuais e coletivas.

O tempo tem relação direta com a ideia da seletividade memorial. A memória é seletiva e, como já citado anteriormente, se deixa caracterizar por vezes pelo otimismo e, essa natureza de organização da memória seja na expressão coletiva ou individualizada, emerge claramente como um fenômeno socialmente construído. Esse fenômeno implica, por sua vez, no estabelecimento de como esta memória é definidora de uma determinada identidade, de como um sujeito adquire uma determinada imagem no decorrer de sua existência, a imagem que ela constrói de si mesma, como ela se apresenta aos seus pares e ao resto da sociedade, a imagem em si e para si para “própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros” (Pollak, 1992, p.204).

Em linhas gerais, incorporando a ideia de Pollak (1992) em que a memória é um ingrediente ao sentimento de identidade, e quando do momento de ruturas dessas unidades, ou de continuidade, de um grupo em particular, é ela quem opera a reconstrução de si e da coletividade. Entretanto, essa identidade ela é construída necessariamente em oposição ao outro, elaborada a partir da negociação e transformação em função do outro. Como lembra Pollak (1992, p.204) “a construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros”, logo memória e identidade passam a ser elementos negociados, não possuindo uma essência em si seja ela individual ou coletivamente estabelecidos. Dessarte, a memória e a identidade determinam-se como valores em disputa dentro dos conflitos sociais, principalmente quando visualizado a partir de grupos diversos e heterogêneos.

As memórias do Casal Ventoso, enquanto projeto particular, tem sido um elemento de reorganização dessas memórias, da construção de uma identidade coletiva associada ao bairro, e entende-se aqui por identidade coletiva a uma determinada construção de um patrimônio imemorial de longo prazo para dar a cada membro deste grupo o sentimento de unidade, de pertença, de continuidade, e coesão. A necessidade desse atrelamento memorial à uma identidade coletiva advém do fato de que os laços rompidos por um elemento externo, que aqui se expressa diretamente pela demolição do bairro, viabiliza uma quebra neste sentimento de identidade e, portanto, uma crise na memória coletiva.

Pela razão acima exposta as memórias coletadas, pela necessidade de se instituir um canal que dê vazão à construção de uma identidade coletiva, é que a opção por histórias de vida possivelmente não foi considerada pelos promotores deste projeto em particular. As trajetórias de vida como metodologia para conformação de uma identidade possuem fluidez, pouca solidificação, ainda que elas tragam mais confirmações sobre a veracidade dos fatos. Entretanto, o que se traz de mais concreto e, portanto, com mais facilidade de identificar como verossímil são as entrevistas que trazem pontos em comum nas vivências dos/as moradores/as do bairro.

Sendo assim, as memórias solidificam e se produzem através de um segmento social que é agente desta identidade coletiva que é uma categoria de análise identificada como os/as idosos/as, que viveram na existência do bairro durante sua juventude e fase adulta. As narrativas são majoritariamente feitas por estes sujeitos, em um esforço de colheita de memórias do tempo pretérito. Bosi (1979), em sua obra “Memória e Sociedade - lembranças dos velhos” testa sua hipótese em que os estudos das pessoas idosas torna possível verificar uma história social plenamente desenvolvida, que sua memória atual pode ser delineada em um cenário mais definido do que a memória de uma pessoa jovem. Halbwachs (2003, p. 141) inclusive já citava sobre a questão dos idosos em seus estudos quando apontava que “o velho não se contenta, em geral, de aguardar passivamente que as lembranças o despertem, ele procura precisá-las, ele interroga outros velhos (...) conta aquilo de que se lembra quando não cuida de fixá-lo por escrito.” Bosi (1979, p.23) ainda expõe o lugar social ocupado por esse

setor particular bastante crescente inclusive no contexto europeu em que diz que “há um momento em que o homem maduro deixa de ser um membro ativo da sociedade, deixa de ser um propulsor da vida presente do seu grupo: neste momento de velhice social resta-lhe, no entanto, uma função própria: a de lembrar.”

Sendo assim, o papel ativo desempenhado pelos/as idosos/as na construção de uma identidade coletiva do bairro do Casal Ventoso, promovido por um agente externo em um projeto particular de resgate destas lembranças do tempo pretérito, disputa o sentido que é dado ao território a fim de distanciar-se e diferenciar-se de uma identidade que era costumeiramente atribuído ao Casal Ventoso: o bairro degradado das drogas. Esta proposta demonstra mais uma vez as disputas em torno do sentido que se faz ao lembrar do bairro, colocando-se como sujeitos que se sentiam pertencentes ao que a sociedade em geral imputava como uma identidade coletiva ao Casal Ventoso, não era um elemento que agregava, que os uniam enquanto bairro. O que promoviam a identificação eram as histórias compartilhadas por aqueles que não tinham a vivência do ilícito, do clandestino, do ilegal, ainda que compartilhassem aquele território e, por vezes, operassem nestas redes de alguma forma.

A identidade coletiva, portanto, se estabelece neste caso não como algo dado, natural, inerente ao bairro, mas é fruto destas negociações, trocas, de conflitos, e decisões estabelecidos entre estes atores que pertenceram ao bairro. Os resultados desta identidade coletiva atribuída ao bairro, a partir das memórias referenciadas no capítulo anterior, demonstram a identificação primeva com a classe social: os moradores eram da classe trabalhadora. A outra identificação era territorial: Casal Ventoso de baixo, Casal Ventoso de cima, a Meia Laranja, as Escadinhas da Morte, o Campo da Lixívia, os espaços do Lisboa Futebol Clube, do Casalense Futebol Clube, do Águias Recreativo Clube, do União, do Clube Desportivo Santo António, o espaço do teatro, as localidades das casas, o comércio local que se estabelecia não apenas em locais fixos, mas também o comércio ambulante. Era um Casal Ventoso com fortes laços de solidariedade entre seus moradores, fala recorrente nas narrativas postas, com práticas assistenciais desempenhadas pelos próprios moradores que podiam garantir por vezes a sobrevivência alimentar e de indumentárias aos seus a partir de

instituições locais de assistência social; de grande afeição pelo futebol sendo o bairro em Lisboa que mais originaram coletividades e que estas também desempenhavam não apenas funções desportivas, mas também funções assistenciais, festivas, e de promover estruturação física no bairro que proporcionasse suas atividades, assim como as rivalidades mediadas pelos grupos distintos; a promoção de atividades culturais fortemente relacionadas às raízes lusitanas, como o fado, mas também de expressões culturais europeias no teatro e na música, com atores e atrizes do próprio bairro; os cânticos que expressavam a realidade local como a “Sopinha do Barroso” e a “Marchinha do Casal Ventoso”; a elaboração de jornais do próprio bairro fazendo circular a informação; a prática da gandaia desenvolvida pelos/as moradores/as tão particular do Casal Ventoso e a valorização do trabalho de um modo geral que dá justificação a uma vida inteira; o envolvimento nas atividades laborais das indústrias e do comércio; a construção de casas abarracadas semelhantes às quintas que faziam o bairro assemelhar-se a um espaço ainda ruralizado, e a possibilidade de crescimento familiar ser contemplado nas casas a partir de construções anexas; os migrantes que vieram dos campos para a cidade, assim como os migrantes que vieram para Portugal e no Casal Ventoso se estabeleceram; o desenvolvimento do bairro nas proximidades das estações de comboio e a visibilidade que isso possibilitou ao longo do tempo ao bairro; e claro, posteriormente, o nascedouro das chamadas famílias-seita e o território por excelência como fornecedor de substâncias tornadas ilícitas para a cidade de Lisboa e, por fim a sua demolição, o fim das casas abarracadas e dos laços de vizinhança constituídos por anos, os processos de realojamento destas famílias para novos prédios, o fim dos espaços da coletividade, dos festejos horizontalmente comemorados que nada se assemelhava aos novos prédios, e o cotidiano nessa não apenas nova estrutura edificada, mas as novas relações que se definiam a partir de então. Tudo isso referencia o Casal Ventoso em sua identidade coletiva geral, é esse bairro, e apenas ele, que carrega consigo essas particularidades que o definem e que congregam uma série de indivíduos que compartilham desta história, que se reconhecem na biografia deste bairro.

Deste modo o que se torna como a grande questão central é como a universalização, a passagem dessas narrativas que parte do campo individual e

segue em direção ao coletivo, pode ser compreendida a partir de uma referência teórica, como este cotidiano vira artefacto científico. O que se intentou aqui foi demonstrar que a partir de uma interação complexa estabelecida em um determinado campo social, mediado através da construção de memórias narradas de diferentes grupos sociais, sofre interferência no âmbito da comunicação, e estabelece dimensões de um conflito particular. Utilizou-se, portanto, retratos singulares da vida cotidiana de um bairro, o que possibilita a transformação destes seres sociais em seres históricos, que rompe que o tradicionalismo narrativo que é imposto sobre o bairro, que é memória coletiva do que lhes fora um dia cotidiano, de pequenos grupos anônimos, que se distanciam daquelas construídas por uma elite. O enfoque adotado aqui, ao escolher um objeto a produção de memórias de um bairro, não foi concentrar a vida particular de cada indivíduo como um objeto uno no qual busca-se sua essência própria, mas sim orientar as relações sociais e interpessoais que se estabelecem a partir das narrativas, como elemento de unificação em torno de um passado em comum, de sedimentar uma identidade coletiva em que um processo de desestigmatização do bairro fosse possível ser feito, enquanto as narrativas retiradas de jornais sinalizam para que o bairro permaneça na sua condição estigmatizada não apenas no sentido do bairro, mas ainda da coletividade hoje realojada que é identificada com esse passado comum.

Capítulo 6 – Memórias e Produção da Subjetividade Urbana

Cabe inicialmente, antes de iniciar a formulação que pensa e articula a questão urbana lisboeta com a produção de memória de um bairro particular, resgatar o que já fora até o presente momento apresentado nesta investigação como forma de organizar um norte de pensamento capaz de responder à questão inicial da pesquisa. Já foi tratado as contradições na produção da memória social neste contexto específico que foi a elaboração de um instrumento de lembranças do tempo pretérito por uma população já inserida nos processos de exclusão social, enquanto outro agrupamento igualmente excluído socialmente, pertencente ao mesmo território, não lhe foi concedido, tampouco conquistado, o direito de tê-las, de erigir seu passado, de utilizar a memória como instrumento de identidade coletiva que fosse capaz de desestigmatizar tal grupo que trata dos usuários de drogas que, nos anos de 1980 a 1990 definiram uma imagem ao Casal Ventoso. Se por um lado a produção desta memória orientou quem tem a legitimidade de lembrar ou não, e, portanto, de compreender a dimensão política da memória, outras questões tratam de refletir sobre qual papel social desempenhado pela memória no contexto de realojamento do Casal Ventoso. Em outras palavras: o que se expressa através das narrativas das memórias coletivas e o que ela revela a partir dos processos de subjetivação destes indivíduos?

A fim de responder tal questão o marco adotado para compreender os processos de urbanização que incidiram na cidade de Lisboa fora o fenômeno no terramoto de 1755 como modelador espacial que organizou a cidade para o posterior desenvolvimento do capitalismo comercial e que a designou como o centro das trocas comerciais de Portugal. A partir do desenvolvimento das forças produtivas a alteração no espaço urbano e a sua conseqüente expansão territorial forjou, a partir das dinâmicas populacionais orientadas pelas migrações e pela edificação da industrialização nascente, aglomerados citadinos que vieram a ser identificado pela categoria homogeneizante de “bairro” que é compreendida como resultado da espacialização das urbes. O Casal Ventoso surge como resultado deste processo que se funda em 1837 em uma região

próxima ao Rio Tejo e com forte concentração industrial na zona do Vale do Alcântara.

O desenvolvimento do bairro feito por novos operários e antigos camponeses teve sua edificação forjada de maneira precarizada, realizada a próprios punhos, e fortemente marcada, como resgatam as memórias dos antigos/as moradores/as na solidariedade, na proximidade estabelecida entre a vizinhança, e em relações sociais mediadas pela classe social que os distinguiam de outros bairros. As modificações ocorridas no interior do bairro a partir de dinâmicas de mercado, fosse em um determinado momento histórico caracterizado pela força de trabalho precarizada, subalternizada, com relações ligadas aos movimentos trabalhistas, fosse pelas relações com o mercado ilícito de drogas posteriormente, destinou-o uma imagem estigmatizada historicamente na cidade de Lisboa.

O processo de realojamento na virada do século XX para o século XXI representou o resultado das tendências de um processo global da economia atuando diretamente no espaço, e assim sendo operou modificações no bairro a partir de sua demolição, realizada em um esquema *top-down*, em que as implicações sociais diante desta intervenção urbanística, a partir das falas estabelecidas no projeto de memórias do bairro realizado pelo Projeto Alcantara, sinalizou para uma transformação radical naquela comunidade em particular.

Este capítulo será destinado a compreender três instâncias de análise: a subjetividade, os modos de subjetivação e, por fim, a noção de sujeito, dentro do contexto de urbanidade lisboeta, em particular no bairro do Casal Ventoso.

6.1 - Subjetividade, Modos de Subjetivação e noção de sujeito

A partida deste item define-se apontando desde então que subjetividade é um conceito sobre a qual não existe consenso, porque a psicologia por um campo de saberes múltiplos e diversos percebem os fenômenos e a partir das epistemologias que ela vai mobilizar para entender determinadas questões. Têm-se de modo geral duas ideias, dois campos de discussão, centrais sobre o conceito de subjetividade. Um conceito de subjetividade que teria uma raiz mais no campo positivista e também em um campo mais estruturalista em uma certa

vertente da psicanálise, que é a subjetividade enxergada como um fruto de determinadas experiências da vida do sujeito vista em alguma medida como algo estanque, ou seja, como se a subjetividade fosse uma espécie de substância e de retrato sobre a forma que o sujeito é estruturado na sua psique. Essa é uma das teorias hegemônicas dentro de uma subjetividade que é resultado de uma certa forma de desenvolvimento que é relativamente padronizada para todos os sujeitos.

Há uma segunda linha de discussão que é de uma subjetividade que ela é processual, que ela é um devir, que é uma ideia de um vir a ser, que ela nunca é estanque, que ela não é um retrato, ela é um movimento. Dentro desta linha dessa subjetividade que não é uma substância imóvel, de uma estrutura que já está pré-estabelecida, vem uma linha teórica de intelectuais que vão estar mais ancoradas em uma leitura crítica da psicanálise a partir de uma leitura foucaultiana, vai haver uma leitura a partir das filosofias mais do campo heideggeriana, que vai ler a subjetividade como um processo. Essa subjetividade entendida como um processo é o que Michel Foucault, nos anos de 1970, vai dar o nome de modos de subjetivação. Os modos de subjetivação, para ele, é a forma que os indivíduos se tornam sujeitos, ou seja, é o modo que os indivíduos estão inseridos em uma determinada cultura, em um determinado tempo histórico, e os atravessamentos que ele tem em sua vida não são apenas no sentido das experiências individuais e familiares, mas de forma mais ampla entendendo que essas experiências individuais e familiares dizem respeito à algo muito maior que é do campo da cultura, no campo do social, no campo do político, e esses modos de subjetivação são as formas que os indivíduos vão se constituindo enquanto sujeitos. Para essa linha de discussão sobre a subjetividade, para esse campo teórico das subjetividades, a subjetividade ela não é uma figura estática, ela é um movimento constante porque os sujeitos vão se constituindo nesse campo de diversos atravessamentos e eles também constituem esse campo, então eles não são apenas impactados, eles não são só constituídos, mas eles também são constituintes. Não é apenas o mundo que constituem os sujeitos, mas os sujeitos constituem o mundo. Esse modo de subjetivação para essa linha teórica vai ter nesse campo as discussões que são propostas por Michel Foucault, Félix Guattari e Gilles Deleuze de forma mais

proeminente vão fazer esse debate de como o indivíduo se constitui enquanto sujeito. Esses modos de subjetivação para esses autores não são da esfera do individual e da experiência individual dos sujeitos, com a compreensão de que a sociedade ela é estruturada por certas racionalidades, por certas lógicas. A lógica eleita para perceber a forma dessa subjetividade nesta investigação em particular é a lógica imposta por uma nova forma de urbanismo que ordenam as cidades a partir da racionalidade capitalística. Esta lógica, assim como outras que implicam no racismo, na xenofobia, por exemplo, elas estruturam, elas formam aquilo que é entendido pela sociedade, pelos discursos hegemônicos sobre a sociedade. O modo de subjetivação capitalística ela é hegemônica, mas isso não diz respeito ao capitalismo enquanto política econômica, enquanto um modo de produção, uma vez que esses autores vão falar inclusive que estas formas de subjetivação também se encontram em outros regimes, porque isto não diz de uma política econômica, isso diz de uma racionalidade que estrutura uma certa forma de ver, existir e ser no mundo, uma forma de ser sujeito no mundo. Esse modo de subjetivação capitalística é um modo de subjetivação hegemônico na sociedade, e esse modo de subjetivação necessita de toda uma estruturação social, de toda uma forma de discussão, de construção de ciência, de saber, de políticas, para dar sustentáculo a essa forma de subjetivação. Em outras palavras, quando se fala em modos de subjetivação capitalística está se pensando em um sujeito que vai seguir um determinado tipo de padrão, que é a partir de onde vai se olhar o que é o sujeito dito "normal" para a sociedade. O sujeito dito "normal", para a sociedade dentro do sistema capitalista de constituição de sujeito, vai ser aquele que produz, que trabalha, que não vai fazer frente a um determinado sistema, que, no caso do Casal Ventoso, não irá permear os circuitos de consumo de drogas do bairro, que terá uma determinada forma de constituir famílias, e para esses autores a família, o trabalho, a mídia, são formas de reforçar esse tipo de produção de sujeitos hegemônicos. Isto é uma lógica atravessam aos sujeitos que está inserido dentro da sociedade capitalista ocidental contemporânea e a forma como esse sujeito foi subjetivado.

Esclarecido isto, parte-se para articular o sentido em torno da subjetividade e memória. A memória, como substância dessa subjetividade, vai acionar discursos que são do campo do imaginado, porque a memória ela não é

um fato presente que os indivíduos estão vendo, estão sempre resgatando algo. Uma vez que algo se resgata algo está se imaginando em cima daquele algo, então a memória é um retrato, mas ela é um retrato imaginado, na qual vai ter uma série de afetos que vão compor esse retrato, vai-se escolher uma coisa em detrimento de outra na narrativa deste retrato, e este retrato que vai reproduzir uma determinada forma do sujeito na qual o sujeito foi subjetivado. Então a memória vai ser um retrato sobre um modo de subjetivação dos sujeitos, e onde se entende essas racionalidades que subjazem esse modo de subjetivação do que é ser uma pessoa do Casal Ventoso. Então quando se escolhem certas coisas em detrimento de outras para se falar, seja em narrativas positivas ou negativas do bairro, isto ajuda a entender esse processo de subjetivação na qual esta pessoa está inserida. Qual a racionalidade que está atravessando essas pessoas? Entender o que os discursos desses sujeitos fazem a perceber quais são esses dispositivos, dispositivos que podem ser palavras, ou acontecimentos, que são chaves para compreender essas racionalidades. O dispositivo, neste sentido, o dispositivo do urbanismo.

Feito este introito, as discussões sobre a utilização destas três categorias de análise têm como objetivo oferecer um suporte teórico para a compreensão da relação entre o indivíduo e a sociedade a partir dos dispositivos de trabalho e urbanização, considerando estas duas perspectivas como centrais para o estudo uma vez que emergiram das falas dos/as antigos/as moradores/as do Casal Ventoso como eixos estruturantes de suas memórias.

Para início de discussão toma-se a subjetividade como uma produção ininterrupta que se estabelece a partir das confluências dos indivíduos uns com os outros e, a partir dele, pode-se compreender igualmente o estabelecimento do eu e do outro social, mas também do encontro com o espaço urbano, com a natureza, dos acontecimentos, enfim, de tudo aquilo que reverbera não apenas no corpo individual, mas também nas formas do viver. Com base nisto entende-se que a subjetividade é “essencialmente fabricada e modelada no registo do social” (Guattari & Rolnik, 1996, p. 31). Ainda sob a perspectiva de Guattari o autor vai colocar que a subjetividade é percebida de forma processual que se produz de forma permanente a partir de variados dispositivos que são resultados da apreensão que o indivíduo realiza diante da sua realidade e contexto social, em

suas expressões heterogêneas e múltiplas que são colocadas. Sendo assim as ideias, os valores, a moral, adquirem uma lógica particular para aquele indivíduo, e estes elementos imbuem-se de um sentido e torna-se substância para a expressão que molda os afetos estabelecidos nessa confluência social. A produção dessa subjetividade opera, portanto, uma dinâmica em que o indivíduo não apenas absorve outras subjetivações do seu meio social, como também emite suas subjetivações fazendo deste intercâmbio uma troca permanente de construção coletiva e social vívida, em uma repartição das singularidades.

Um ponto de esclarecimento volta-se para a compreensão da dimensão histórica e temporal da substância desta subjetividade, e que as transformações das dinâmicas sociais vão moldando esses processos de subjetivação com implicações das instituições da linguagem, da mídia, das tecnologias, do trabalho, da urbanização, etc., em um movimento permanente de resinificações e reinvenções que são atualizadas de formas distintas no cotidiano de cada indivíduo. A partir dessa dimensão mutante da substância da subjetividade no qual viabiliza-se formas díspares de experimentar, perceber e agir no mundo, e de como os novos componentes desta substância são reinventados, resinificados e abandonados a partir de movimentos históricos particulares, esses componentes subjetivos se agrupam e, nestas conformações, ganham novas definições que compreendem o universo dos modos de subjetivação.

Os modos de subjetivação, por sua vez, são as formas pelas quais os indivíduos eles tornam-se sujeitos. Essa discussão elaborada por Michel Foucault em que os modos de subjetivação podem se configurar de formas díspares e, portanto, constituem a produção de formas de vida diversas, mas que estabelecem uma relação cooperativa e produzem organizações sociais distintas, logo, mutável. As mutações desses modos de subjetivação são operacionalizadas a partir da emergência de ruturas históricas que produzem discursos distintos e transformam decisivamente um modo de subjetivação particular. No caso do Casal Ventoso uma descontinuidade alterou visivelmente os modos de subjetivação do bairro: o processo de realojamento do Casal Ventoso. Essas transformações não representaram necessariamente uma rutura histórica no contexto das relações sociais portuguesas, mas trouxeram

descontinuidades a nível local que modificaram os modos de subjetivação em microescala.

A mais relevante questão mostrada nas memórias expostas dos/as antigos/as moradores/as do Casal Ventoso é que, a partir das ruturas ocorridas no interior do bairro, o que se estabelece primordialmente é a distinção entre estes sujeitos e o outro, sendo o outro identificado como portador de uma identidade estigmatizada dentro do bairro, do outro que é usuário/a de drogas, o outro que é visto a partir de uma existência deteriorada. É uma distinção que marca fronteiras das possibilidades de subjetividade e de modos de subjetivação demarcados no interior do bairro que, por sua vez, não chega a se constituir como uma luta política entre estes sujeitos de fato. O que se distinguem são as memórias desses sujeitos e das narrativas privatizadas elaboradas pela mídia que resgatam permanentemente o estigma histórico do Casal Ventoso relacionado ao uso de drogas. Neste caso Foucault argumenta que o século XX marcado profundamente por lutas políticas que se definem

contra as formas de dominação (étnica, social e religiosa); contra as formas de exploração que separam os indivíduos daquilo que eles produzem; ou contra aquilo que liga o indivíduo a si mesmo e o submete, deste modo, aos outros (lutas contra a sujeição, contra as formas de subjetivação e submissão). (Dreyfus & Rabinow, 1995, p. 235)

Desta forma, consciente ou inconscientemente, os sujeitos portadores de uma subjetividade particular, moldada por determinadas formas de relações sociais ainda fortemente vinculadas às expressões típicas do mundo ruralizado ainda que estejam inseridos em um espaço urbano, a partir das relações de trabalho estabelecidos pela lógica industrial e de capitalismo comercial, de vinculação e relações de vizinhança aproximadas por uma espacialidade particular do bairro, definem formas de resistência contra a sujeição que tende à homogeneidade coletiva do bairro a partir de uma dimensão única que é atribuída a partir dos chamados toxicodependentes e todo o universo que subjaz a esse subjetividade particular.

Neste sentido, seguindo o argumento proposto por Deleuze sobre a noção do sujeito, em que este não é um ser dado, permanente e acabado, o encontro estabelecido com o outro emerge como potência a diferenciação entre os

sujeitos e, em maior escala, entre grupos que os cercam. Assim como estes encontros podem se dar de formas diferenciadas, e isso é mostrado nas narrativas a partir de noções que mostravam processos de solidariedade e colaboração, mas também de hostilidades e abnegação entre esses grupos, é fato que não se passavam despercebidos, mas dotado de encontros que foram significativos, intensos e, algumas vezes, violento também.

O exercício da reconstrução memorial, portanto, condicionou a exteriorização do sentido produzido pelos/as antigos/as moradores/as do Casal Ventoso àquela experiência que emergiu das relações no interior do bairro, e que perturbou uma forma de viver, portanto um modo particular de subjetividade, até então conhecido por estes sujeitos. Ainda que inicialmente em algumas falas mostrassem expressões de estranhamento, de aborrecimentos, desconfortáveis, permeados por sentimentos de incompreensão, mas também de angústias e aversões, a vida destes sujeitos desenvolve-se neste campo em que a confluências de acontecimentos diversos se efetivaram permanentemente e, portanto, de enfrentamentos emergentes. Esses acontecimentos, que podem ser lidos a partir da perspectiva deleuziana de força, afetam esses sujeitos de diferentes formas e perturbam a esta ordem convencionada não apenas no espaço físico, mas na organização do eu que mantêm uma relação de enfrentamento, de conflito, de antagonismo. É por esta razão que o sujeito não pode ser concebido como uma instituição acabada, finita, delimitada, pois é à medida que ele se torna capaz de se inserir neste campo de forças em contato com elas, com suas diferenças estabelecidas, em uma lei de ação e reação destas ações que significados e significantes são atribuídos.

A força, portanto, que compõe e move este sujeito no sentido subjetivo é sua “força de imaginar, de recordar, de conceber, de querer” (Deleuze, 1988, p. 132), e que são igualmente variáveis, que podem ou não se manifestar, a partir de uma determinada experiência vivida. O sujeito, a partir deste mecanismo de análise, é percebido diante de uma lógica processual, que não se encerra em si, que se constrói a partir das experiências que o moldam e das forças que circulam, como estas forças afetam não apenas seu corpo biológico e social, mas o seu eu, sua subjetividade, de maneira irrefreável, onde sua existência

delineada de maneira particularizada e histórica representam espaços subjetivos, que são resultados dos arranjos transitivos de forças.

Esse encontro intenso do sujeito com o outro produz variações que abre um campo de possibilidades sobre o vir a ser de cada um a partir de suas experiências vividas, concretas, que atuam forças e produzem sentido no interior do sujeito, que os constitui de forma particular. Neste sentido a relação entre subjetividade e a cidade torna-se um primeiro imbricado de relação que se expressa de forma evidente a partir das memórias acerca do antigo bairro do Casal Ventoso. A cidade tomada como um espaço por excelência da expressão generalizada do trabalho no modo de produção capitalista que data a forma contemporânea de regulação das relações sociais, o trabalho por sua vez constitui um outro imbricado relevante a ser lido a partir das memórias que expressa outra força que atua na construção desta subjetividade. Deste modo o que está sendo evidenciado são os modos de subjetivação dos/as moradores/as do Casal Ventoso, os modos predominantes como estes relacionava-se com o bairro e suas expressões mais evidentes que dizem respeito ao mundo do trabalho e as alterações urbanísticas.

6.2 - As narrativas coletivas e processos de urbanização do Casal Ventoso

Esta alínea vem a seguir a sugestão de Jane Jacobs em sua obra “Morte e Vida de Grandes Cidades” (2011) em que a autora partindo de críticas ferrenhas à lógica do planejamento urbano e do desenho urbano como “pseudociências” de cunho ortodoxo que se alicerçam em absurdos e distanciam-se da vida real. A sugestão que será perseguida aqui diz respeito justamente na aventura do mundo real, em que “decifrar o que ocorre no comportamento aparentemente misterioso e indomável das cidades é (...)observar mais de perto, com o mínimo de expectativa possível, as cenas e acontecimentos mais comuns, tentar entender o que significa (...)” (Jacobs, 2011, p.13). Ainda que Jacobs tenha se debruçado aos estudos de cidades estadunidenses em 1961, o contexto de escrita da autora soma-se às críticas do urbanismo ortodoxo tanto nos Estados Unidos como na Europa, em um período

que os princípios formulados pelo Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM) e sua expressão na Carta de Atenas foi centro da ofensiva desta obra. Criticando o fundamento do pensamento urbanístico embasado fortemente na organização funcionalista das cidades, Jacobs parte para compreender a diversidade e a vitalidade urbana a partir do ponto de vista das pessoas que vivem esse cotidiano, distanciando-se de esquema conceituais e teóricos para explicar as dinâmicas destas cidades. Ainda que a realidade estadunidense diferencie fortemente da realidade europeia, há pontos de convergência que podem ser observados a partir de aspetos globais do urbanismo. Essa aproximação da vida cotidiana dos moradores da cidade aproxima-se fortemente da expressão dos modos de subjetivação expressos através da memória coletiva dos/as antigos/as moradores/as do Casal Ventoso em dimensões das relações sociais e destas relações com aspetos da cidade como ruas, calçadas, prédios, etc. Jacobs distanciando-se do olhar para a cidade europeia, que tem a tradição de recuperação urbana, a autora sinaliza para processos que mantêm as cidades vivas, dinâmicas e atemporais. Isto quer dizer que, traçando um paralelo com o objeto em questão, a narrativa expressa através da memória coletiva sinalizou que o processo de reurbanização do bairro do Casal Ventoso não apresentou essa dinamicidade e vivacidade que é pensada nos termos urbanísticos, e as razões disso serão apresentadas no decorrer desta investigação, mas já antecipado nas falas dos/as antigos/as moradores expressos no capítulo 3.

Feito tal esclarecimento, cabe trazer que os novos arranjos urbanos, principalmente o que se ergueu em Lisboa e mais especificamente no bairro do Casal Ventoso, possibilitou um modo particular de subjetivação dos/as antigos/as moradores/as do bairro que contrasta com o que fora exteriorizado por estes sujeitos a partir da construção das memórias deste espaço. O ponto sem dúvida mais relevante que expressa esse momento que pode ser lido a partir de uma rutura urbanística com o Programa Especial de Realojamento que demoliu os casas do bairro e promoveu o realojamento para outras unidades habitacionais foi a alteração significativa das relações sociais estabelecidas no interior da vizinhança.

Para refletir inicialmente dos processos iniciais de urbanização de Lisboa é pensar, como já fora dito inicialmente, na nova forma de socialização inserida na ordem urbana, ainda que esses novos sujeitos urbanos tivessem fortes vínculos com as origens das regiões ruralizadas que expressavam formas de agregação familiar, expressões culturais, dinâmicas sociais muito particulares. Evidentemente que não é possível fazer uma regressão memorial a este tempo, tampouco é objetivo desta investigação, porém a análise das narrativas são resultados desses processos de trânsito migratório entre o urbano-rural, e que mantiveram suas expressões arraigadas nas brechas que a cidade possibilitava em uma microescala como, pode ser visto, na fala de Victor Relvas em que observava o Casal Ventoso como uma aldeia, com casas ainda com possibilidade de serem quintas, famílias numerosas, dentre outras expressões da realidade deste meio campesino, corroborando com a ideia de que aquele novo operariado era de fato o antigo camponês desenraizado.

Os monumentos ou edificados são tornados como lugares de memória. No Casal Ventoso as memórias se bastam. Não há um lugar de memória que identifique casas, cafés, trajetos, tudo isso foi demolido. Evidentemente há construções que foram mantidas mais acima do Casal. Mas, diferentemente de outros lugares que se erguem ou resinificam lugares para construção de memória, o espaço da memória é subjetivo, internalizado, nas lembranças dos antigos moradores.

A guinada feita por Portugal, principalmente após a Expo' 98 no sentido de orientar o país a partir de uma visão estratégica para a promoção dentro de uma ótica da internacionalização da cidade, colocou-o em um patamar elevado e significativo dentro do mercado global, que por sua vez representou significativas mudanças nas dinâmicas sociais do país. O realojamento do Casal Ventoso a partir do Programa Especial de Realojamento, compreendendo esta política como um dos fatores de ordenamento a esse mercado global torna possível a comprovação da hipótese levantada por Santos (1997) acerca das noções de horizontalidade e verticalidade. A partir da concepção de espaço banal que Milton Santos (1997), em uma entrevista realizada por Odete Seabra e publicada na obra "Território e sociedade: entrevista com Milton Santos", vai elaborar que a noção de horizontalidade é associada ao "resultado da

vizinhança, da coabitação, da coexistência do diverso” (Seabra, 2000, p.53), enfim, das relações de proximidade

. Em contrapartida a noção de verticalidade define as forças que abrem fendas nos espaços, com normas pré-definidas, códigos de funcionamento, em um sistemático movimento de desprezar o entorno para onde se deslocam. Essas verticalidades e horizontalidades que se organizam-desorganizam reciprocamente definiram a dinâmica urbana do Casal Ventoso anteriormente e posteriormente ao processo de realojamento e, portanto, inserindo-o em um jogo entre as dimensões local e global, compreendendo esse espaço banal operando como um limite à globalização, e a conceituação do local como um espaço de resistência à essa globalização, local que é expresso através da memória coletiva desempenhada pelos antigos/a moradores/as. Além disso cabe a elaboração trazida por Bourdin (2001) acerca da dimensão local em que o autor afirma que “é na escala local, do bairro, da cidade, ou da microrregião, que alguns problemas da vida diária podem ser regulados” (Bourdin, 2001, p.13), em que a “solidariedade e a sociabilidade podem se desenvolver dentro de redes muito dispersas, mas são muitas vezes mais fáceis de se criar quando se apoiam na vizinhança” (2001,p.13). Então é a memória cumpre inicialmente esse papel de definição geográfica local do espaço do que foi o bairro, das práticas sociais que se estabeleceram no interior de um espaço que faziam do Casal Ventoso ser o Casal Ventoso, das formas de sociabilidade que eram assentados em seu interior.

A dialética entre essa horizontalidade e verticalidade expressa, por um lado, essa subjetividade construída com base na vizinhança, na solidariedade, em laços sociais mais rígidos, por outro lado a expressão da verticalidade aponta que a industrialização não é mais o fator que define as dinâmicas sociais internas do bairro. Os conflitos não são estabelecidos mais no interior da fábrica, da produção, na luta de classes que definiam territorialmente o bairro estigmatizado, em uma miséria urbana que se definiram nos trajetos casa-trabalho, de forma a vida se programava em torno dos sentidos provocados por essas relações, minando a espontaneidade da vida. O recurso da memória vem por sua vez para resinificar esse processo de dominação, a memória desempenha esse papel de resinificar a reificação dos processos de alienação continuada vivida por

aqueles/as sujeitos do bairro a partir de suas lembranças. Essa possibilidade existencial de resignificar a reificação da vida social pode ser lido a partir de um processo de intervenção urbanística que modificou as formas de habitar, das relações sociais, de identificação com um território particular da cidade, do que foi abaixo e do que foi mantido. Transforma-se assim as representações sociais que, tomando distância do tempo pretérito, são resignificadas a partir das sensibilidades, mediadas pela memória, construídas em torno do passado em comum dos habitantes do Casal Ventoso.

Uma outra dimensão que se expressa nas falas dos/as antigos/as moradores/as é a rua. Retomando a discussão sobre o Casal Ventoso ser o bairro que possuía mais vilas em toda a Lisboa, e que estas são a mediação entre a casa e a rua, um espaço que se permuta a casa pela rua e a rua pela casa, a centralidade que a rua tinha para esses sujeitos era de forte protagonismo. Em consonância com a importância das ruas são tomadas também as calçadas, e é sobre esses “dois órgãos vitais” (Jacobs, 2011, p.29) que a análise será agora voltada. As narrativas memoriais apontam de forma recorrente a um tempo em que era possível ficar nas ruas, permanecer nelas, muito mais tempo até do que dentro de casa que, em períodos de verão, tornava-se quentes e abafadas, assim como a superlotação familiar fazia com que os/as moradores/as do bairro cotidianamente estivessem fora delas. Era nas ruas do Casal Ventoso que a vida acontecia, que como apontado pelos protagonistas da memória, fora um fenômeno rarefeito após o fenômeno da droga. A rua passou a ser o espaço por excelência dos toxicodependentes que frequentavam o bairro, sendo colocado pelos/as moradores/as que não era mais possível ficar na rua como antigamente, que depois tornou-se arriscado, em um cenário lido como perigoso e violento.

Com vistas a esse discurso o debate feito por Jane Jacobs (2011) demonstra que o fenômeno da insegurança das ruas é relevante não apenas nas cidades que empreenderam iniciativas de revitalização, mas também aquelas que não o fizeram, apontando que o problema não se resolve em apontar os responsáveis por esta insegurança, sejam os toxicodependentes, sejam os pobres marginalizados. Há que investigar, portanto, as causas mais profundas da criminalidade, que não é o intento desta pesquisa, mas ressaltar

que a tranquilidade e a paz que os/as moradores/as relataram em suas memórias existir nas ruas do Casal Ventoso era mantida “fundamentalmente pela rede intrincada, quase inconsciente, de controles e padrões de comportamento espontâneos presentes em meio ao próprio povo e por ele aplicados” (Jacobs, 2011, p.32). A esta observação de Jacobs, entretanto, vale não apenas para refletir sobre a segurança expressa nas narrativas das memórias do Casal Ventoso, mas também a partir das leituras bibliográficas quando se observa, por exemplo, o fenômeno local do “dar a fuga” que representava, em última instância, uma tentativa de segurança aos “filhos do Casal Ventoso” operado por toda a comunidade, não apenas por aqueles/as envolvidos na rede de ilicitudes do bairro. Estes mecanismos desempenhados no interior do bairro Jacobs (2011, p.36) sinaliza que

o controle sobre o comportamento aceitável em público, quando não sobre a criminalidade, parece funcionar com mais ou menos êxito por meio de um emaranhado de condutas, comentários, aprovação, desaprovação e sanções - todos os aspectos importantes quando as pessoas se conhecem e as notícias correm de boca em boca. Contudo, as ruas da cidade, que precisam controlar não só o comportamento dos habitantes, mas também o de visitantes dos subúrbios ou de cidades de pequeno porte que queiram aproveitar-se porque estão distantes dos comentários e das repreensões do local onde residem, devem atuar com métodos mais diretos e objetivos.

A segurança do Casal Ventoso, portanto, estava diretamente associada à infraestrutura capaz de receber desconhecidos e oferecer segurança a eles. Esta narrativa exposta do bairro ser um local seguro antes da alteração das dinâmicas sociais a partir da chegada das substâncias psicoativas tornadas ilícitas ofereceu um espaço protegido para esses desconhecidos que começaram a frequentar o bairro a partir da sua atratividade do mercado de ilícitos. Os três pontos sinalizados por Jacobs para um espaço assegurado que versava sobre a distinção entre o espaço público e o espaço privado, a existência dos olhos voltados para as ruas dos “proprietários naturais” que percebem os estranhos e garantem a segurança deles e dos/as moradores/as, assim como o trânsito constante de pessoas, marcaram as dinâmicas do bairro do Casal Ventoso. Logo, pode ser entendido para aqueles/as que nele habitaram, transitaram, e

como é inclusive citado por Lena d'Água em uma entrevista, que o Casal Ventoso era um lugar seguro.

A dimensão da rua, por sua vez, após o processo implementado pelo Programa Especial de Realojamento em uma elaboração de reurbanização do bairro, como sinalizou Jacobs (2011, p.52) desprezou “a função fundamental da rua e, com ela, necessariamente a liberdade da cidade”. A anulação da rua é percebida após a reconversão do Casal Ventoso na construção de prédios voltados para si, a partir de casas verticalizadas, com a restrição da circulação de desconhecidos. Jacobs fará uma analogia das ruas em relação aos prédios habitacionais de apartamentos em que lê os corredores como ruas empilhadas, eliminando as ruas do chão, e o chão se tornando parques desérticos. As áreas internas desses prédios, vai dizer Jacobs (2011, p.44)

não só são ruas no sentido de que servem à circulação dos moradores, a maioria dos quais deve conhecer os vizinhos nem saber que é ou não morador do prédio. São ruas também no sentido de serem acessíveis ao público. (...) Essas ruas internas, embora inteiramente acessíveis ao uso público, são fechadas à vista das pessoas.

A segurança, portanto, sentida no interior do bairro advém de dinâmicas que envolvem confiança, e esta é conquistada através de incontáveis contatos públicos que acontecem nas calçadas. As narrativas das memórias expõem a natureza trivial destas conversas que versavam sobre seus senhorios, sobre os namoricos, sobre seus cotidianos, e esse assunto ainda que triviais e corriqueiros, quando vistos de maneira agregadas representavam, como apontou Jacobs (2011, p. 60) “resulta na compreensão da identidade pública das pessoas, uma rede de respeito e confiança mútuos e um apoio eventual na dificuldade pessoal ou da vizinhança”. Este apoio mútuo diante das adversidades de uma comunidade empobrecida pelo capital é uma fala igualmente recorrente nas narrativas memoriais que expressam as redes de solidariedade, de um vizinho que comprava remédios em situação de enfermidade, em auxílios financeiros para cobrir os custos de um funeral, mas também nos mutirões de casas, em festejos coletivos de casamentos, etc. Ou seja, em uma linguagem vulgar, os moradores conheciam as vidas particulares de cada e partilhavam seus cotidianos entre si e, com isso, o impacto sentido após o processo de realojamento do bairro foi crucial. Uma das maiores objeções feitas pelos/as

antigos/as moradores/as do Casal Ventoso diz respeito à sua vizinhança, ou seja, após um período considerável em uma partilha de calçadas que era possível ampliar sua vida privada, esses sujeitos tornaram-se extremamente exigentes quanto aos seus vizinhos. Nas falas aparecem de forma recorrente que no realojamento foram separados de sua antiga vizinhança, que não eram pessoas próximas e/ou conhecidas. Os prédios do realojamento fizeram reunir habitações em torno de espaços com instalações que promovem festas, reuniões, atividades para idosos e para juventude, mas isso apenas representa o que Jacobs (2011) chamou de uma “vida privada ampliada”. Esse isolamento que os/as moradores/as do bairro do realojamento do Casal Ventoso se encontram em suas unidades habitacionais atomizadas, condicionou a uma ausência, ou baixíssimo nível, de relacionamento público, de confiança informal, e ainda com a referência de Jacobs (2011, p.70) ela constata que

o resultado mais comum nas cidades, onde as pessoas se veem diante da opção de compartilhar muito ou nada, é o nada. Em lugares da cidade que careçam de uma vida pública natural e informal, é comum os moradores manterem em relação aos outros um isolamento extraordinário. Se o mero contato com os vizinhos implica que você se envolva na vida deles, ou eles na sua, e se você não puder selecionar seus vizinhos como faz a classe média alta costuma fazer, a única solução lógica que resta é evitar a amizade ou o oferecimento de ajuda eventual.

A leitura percebida por Jacobs em definir o que seria uma cidade viva e dinâmica em contraposição aos determinantes do urbanismo ortodoxo, mostrou em última instância que o processo de realojamento do Casal Ventoso representou essa tendência que se inclina a esse urbanismo ortodoxo que tem seus princípios e objetivos moldando o planejamento urbano que acaba por expropriar e desenraizar pessoas estigmatizadas. Essa mesma teoria urbanística ortodoxa entendeu que o modelo ideal de bairro seriam aqueles acolhedores e voltados para dentro de si, em um modelo imposto pelo urbanismo em contraposição à um bairro espontâneo, que foi o ponto de partida para o realojamento do Casal Ventoso, e as consequências deste padrão são vistos nas narrativas memoriais já expostas

O bairro do Casal Ventoso, baseado nas memórias dos/as antigos/as moradores/as, denotavam uma vizinhança de rua que segundo Jacobs (2011, p.131)

tecem redes de vigilância pública e, assim, proteger estranhos e também a si próprios; formar redes em escala reduzida na vida cotidiana do poro e, conseqüentemente, redes de confiança e controle social (...) As vizinhanças ainda têm outra atribuição vital: devem ter meios efetivos de pedir auxílio diante de um problema de grandes proporções que a própria rua não consiga resolver.

Esta capacidade desempenhada pela vizinhança foi, em grande parte, protagonizada por dois atores centrais no Casal Ventoso: tanto as coletividades quanto o Centro Social do Casal Ventoso. As redes de solidariedade estabelecidas no interior do bairro foram fortemente mediadas por essas duas expressões sociais de organização social que, como apontam as falas, eram capazes de oferecer alimentação, vestimentas, desporto, lazer, etc., como bem apontam os/as antigos/as moradores. Tal era essa expressão que o número de coletividades no bairro além de ser expressiva tinham forte enraizamento social, sendo expressão da solidariedade e cooperação deste espaço com forte capacidade de atuar coletivamente. Jacobs (2011) em sua obra relata a fala de Harrison Salisbury em artigos publicados no *New York Times* intitulada “*The Shook-Up Generations*” o aspeto vivaz que se estabelece no meio urbano e o que representa o seu rompimento, apontando que o processo de revitalização não apenas destrói apenas as casas em si, ainda que elas estejam em situações deploráveis, ela promove acima de tudo o desenraizamento dos/as moradores/as.

A questão do desenraizamento dos moradores promove um escasseamento da intimidade e da vida compartilhada por grupos sociais e suas relações com espaço físico, o espaço urbano. As transformações radicais que se operam nas paisagens como pode ser visto a partir do Programa Especial de Realojamento do Casal Ventoso com arrasamento das casas do bairro acabam por provocar um contexto em que as lembranças do tempo pretérito são diluídas frente a ausência do lugar da memória, desta memória espacial. Esse deslocamento, portanto, conduziu uma espécie de perecimento das relações desta comunidade que residiam no bairro, ainda que em casas antigas, sem

conforto, precária de equipamentos, e que apresentavam em alguma medida riscos estruturais de conservação. Simone Weil, filósofa francesa que buscando compreender o desenraizamento operário e as condições de opressão a partir do trabalho que realizou na fábrica da Renault nos anos 1930, vai expor, entretanto, que

O enraizamento é talvez a necessidade mais importante e mais desconhecida da alma humana. É uma das mais difíceis de definir. O ser humano tem uma raiz por sua participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade que conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro (Weil, 1943, p. 411)

Quando o desenraizamento é uma condição imposta a este sujeito há a possibilidade de deterioração da reunião entre sujeitos, esfacelando sua comunicação com o passado, desfazendo essa comunicação entre as experiências vividas, denotando um profundo isolamento e as memórias acabam, por sua vez, tomando aspectos mais de uma histórica particular e individualizada do que necessariamente um contexto coletivizado de vida social. Frochtengarten (2005, p.373) condensa essa perspectiva expondo que

Em um tempo em que se esgarçam os tecidos que vascularizam a participação dos homens no mundo social, uma interrupção ameaça fraturar suas biografias. As instituições formadoras do sujeito não mais encontram ressonância na vida social. Convertidas em imposturas, deixam de informar o porvir e o que produzem é o mal-estar de uma existência desperdiçada. A ruptura biográfica é a dimensão psicológica do desenraizamento social. Frente ao trauma de uma ruptura biográfica, a significação da vida parece precipitar-se no ponto de sua erosão, gerando algo como um esvaziamento identitário. As rachaduras então geradas dispersam sobre o passado e o futuro de suas vítimas.

Este esvaziamento identitário reflete uma discussão em que a partilha de um universo, de um modo de vida, definindo as fronteiras de exclusão/inclusão, ou seja, a identidade é um bem coletivo, que não se negociados. O dilema, portanto, construído em torno da identidade do Casal Ventoso que permeia entre a privatização da memória e a memória construída por antigos/as moradores/as, representou uma colisão entre atribuições de identidade a um território. Entretanto, o projeto das memórias do Casal Ventoso não negou o bairro ter sido

um espaço das drogas, mas a narrativa contemporânea aponta para um reconhecimento recíproco a partir da eleição de uma narrativa, e não na aniquilação de ambos. Essas narrativas que partem de uma forma de reivindicar o pertencimento, trazendo a esta população o reconhecimento enquanto bairro que foi, da vida compartilhada, definiu quem nele estava incluído e excluído, e apresentou uma narrativa integradora neste aspecto.

Entretanto essa narrativa integradora realizada por um projeto de memória a fim de suturar os processos de desenraizamento social dos/as antigos/as moradores/as do Casal Ventoso fundou uma identidade coletiva fraca que o elo que os une em um passado comum, e nisso se alarga a todos/as do Casal Ventoso, são desterritorializados do seu passado.

Esse processo de desenraizamento e, portanto, de desterritorialização desses sujeitos, apresenta a cidade como um *locus* privilegiado desta condição intersubjetiva e que, sob uma forma de subjetivação hegemônica capitalística inviabilizou a possibilidade de formas e processos de singularização dessa população. Entende-se por formas de singularização aquilo que Guattari e Rolnik (1986, p.47) sinalizou como “algo que frustra esses mecanismos de interiorização dos valores capitalísticos, algo que pode conduzir à afirmação de valores num registo particular, independentemente das escalas de valor que nos cercam.” A partir das narrativas memoriais é possível perceber que a inviabilidade dos processos de singularização no sentido de criar um modo de vida desejante daqueles sujeitos, com autonomia e criatividade na produção realizável da existência, com distanciamento das referências orientadas pelo capital na expressão que se realiza nas cidades por uma nova lógica urbana, se concretiza. A caracterização desse processo de singularização, vai dizer Guattari e Rolnik (1986, p. 46) é que os sujeitos “capte os elementos da situação, que construa seus próprios tipos de referências práticas e teóricas, sem ficar nessa posição constante de dependência em relação ao poder global.” O que se observa, portanto, a partir da subjetividade impressa através da memória é que os/as antigos/as moradores/as do Casal Ventoso, é que foram neutralizados à lógica da subjetivação capitalística vigente, de aceitação passiva de uma forma de ser e estar na cidade, no isolamento e distanciamento social entre seus vizinhos, na indiferença entre seus pares, na diminuta comunicação entre si, na

incorporação da subjetividade das novas formas de se viver na metrópole de forma atomizada, individualizada, sucumbida à morte determinada pelo urbanismo ortodoxo imposto pela ordem do capital, destoando do que foram as práticas desempenhadas no interior do bairro outrora.

Neste sentido, o que Jacobs (2011), portanto vai chamar de “A grande praga da monotonia” como sendo a racionalidade que rege a urbanização nos espaços padronizados e vazios estabelecidos a partir de determinados modelos de cidade, como produto de uma ciência que não se volta de fato para as cidades tais como elas são, parece ter acometido o bairro do Casal Ventoso. O esvaziamento de opções de comércio, que inclusive muitos fecharam após o processo de realojamento do bairro, a ausência de equipamentos e atrativos culturais, assim como a falta da vida na rua, a falta de comodidade, são expressões dessa monotonia deste lugar que se percebe no contraste a partir do choque entre o que a memória lembra e o que presente mostra. Este modelo de urbanização imposto ao bairro, que vilipendiou a interação das pessoas e a sua vitalidade, desprezou a ampliação da diversidade de perfis fossem de natureza socioeconômica, raciais, de nacionalidades distintas, com uma diversidade urbana que pudesse estimular a própria diversidade, condenou o bairro a uma morte por ter impossibilitado o seu antídoto através de uma massificação da homogeneidade cidadina de seus tipos e usos.

Ainda que a obra de Jacobs seja temporalmente marcada a partir das dinâmicas territoriais das cidades, em especial as estadunidenses, dos anos 1960 a sua atualidade não é possível de ser comprometida se adicionar o debate mais contemporâneo acerca das modificações traduzidas no campo urbanístico em relação à conjuntura de reestruturação produtiva a nível global provocou mudanças nas relações de poder na cidade, associado ainda ao incremento dos novos equipamentos tecnológicos. Entretanto, as expressões da memória e do tempo histórico que são retratadas na narrativa entra em consonância com a abordagem de Jacobs em relação ao planejamento urbano ortodoxo, entendido como produção de espaços esvaziados, sem usos, como "cidadelas da iniquidade". A urbanização do Casal Ventoso reproduziu esta concepção de organização do desenho urbano, que foi incapaz de perceber a cidade real, desprezando por consequência a vivacidade e a interação entre os usos que

nela se estabelecem. Ainda que a atual conjuntura econômica sejam marcadas por uma nova forma de gestão dos espaços urbanos, no Casal Ventoso ela ainda reproduziu a ideia de bairros voltados para si mesmos, desprezando a diversidade e as potencialidades que poderiam emergir das novas formas de gestão das metrópoles. Jacobs ainda realiza críticas ferrenhas às ações de demolição e remoção, caso que notoriamente foi realizado no bairro do Casal Ventoso, para implantação do que ela vai chamar de um “monótono conjunto habitacional” ou mesmo de “cortiços emparedados”, em favor das transformações graduais que compreenda a participação de moradores/as.

O processo de realojamento do Casal Ventoso, portanto, se insere em uma sequência de profundas alterações na cidade de Lisboa marcada principalmente pela Expo’98 e a reorientação de Portugal para atender às transformações globais das cidades europeias a partir de um novo discurso de novas práticas no espaço urbano. O megaprojeto português, que não é exclusivo deste país a característica deste novo urbanismo, atendeu, portanto, a uma “uma imagem positiva e de alta qualidade de si mesmos, e têm procurado uma arquitetura e formas de projeto urbano que atendam a essa necessidade.” (Harvey, 2012, p. 91).

6.3 - Memórias Urbanas e Modos de Subjetivação: os sujeitos das lembranças do Casal Ventoso

A partir da perspectiva que a cidade é um espaço para além de complexo ela também é plural e diversa, esta adquire definições a partir dos distintos discursos que nela são forjadas as experiências de seus habitantes que, no caso em particular, não se detém apenas aos antigos/as moradores/as do bairro do Casal Ventoso, mas também jornalistas, urbanistas, gestores, que atribuem diferentes significados a este território e aos usos que são feitos a partir de seus lugares. Traçar uma memória urbana a partir de um recorte particular de um bairro é compreender não apenas as subjetividades em jogo, mas também a relação desse espaço com seus sujeitos.

Como dito anteriormente, a discussão sobre as memórias das cidades parte de quem serve de cenário e suporte para as lembranças do

tempo pretérito e assume a demonstração das pluralidades das vivências que nela acontecem, a cidade ganha plasticidade a partir das narrativas e, portanto, atingir uma verdade absoluta torna-se algo do campo do inconcebível, pois seria também negar essa pluralidade histórica. Deste modo, as escolhas das narrativas da cidade eleitas são frutos não apenas da escolha investigativa, mas também advém do fato de que “você nunca poderá ver tudo, haverá sempre fontes que lhe escapam” (Febvre *apud* Duby, 1989, p.37).

Se é compreensível que os momentos de rutura constituem processos de transformação nos modos de subjetivação assim como faz com que se voltem aos processos de construção memorial, é notório que a articulação destas duas dimensões esteja intimamente relacionada a partir da análise do objeto em questão. Como já dito anteriormente, a rutura compreendida aqui trata marcadamente do processo de realojamento do Casal Ventoso, que as memórias compreendem o tempo anterior em contraste com o processo posterior do arrasamento do bairro e sua expressão frente às dinâmicas de intervenções urbanísticas, e em concordância com Bosi (1994, p.20) “lembrar não é reviver, mas refazer. É reflexão, compreensão do agora a partir do outrora; é sentimento, reparação do feito e do ido, não sua mera repetição”; é também, neste sentido a construção do real. Se o bairro do Casal Ventoso em sua condição de desaparecido, sem a materialidade que torna possível sustentar as memórias em sua dimensão física, sem janelas, portas, becos e vielas que registrem ainda um *locus* possível da expressão das lembranças dos/as antigos/as moradores/as, a memória, através da sua substância subjetividade, expressa uma dimensão da memória da cidade que foi apagada, destituída de cenário e ancoragem, e é tomada como um dos papéis que a investigação assume: impedir que essas narrativas se desvaneça na fome do tempo.

A relação contraída que se estabelece através do tempo presente / passado quando se trata de compreender as dimensões da memória é refletida a partir de uma reciprocidade pois constituem concomitantemente o processo de resgate das lembranças. Apropriar-se das lembranças e as

transformações que operaram a partir de uma determinada experiência são as possibilidades de reflexão de um modo de subjetivação particular que se delineou com os sujeitos do bairro, e que também abateu as experiências traumáticas das experiências por esses indivíduos que foram vivenciadas.

As narrativas memoriais expressam uma subjetividade atravessada pela vivacidade de um bairro, um acontecimento urbano que passava ileso frente à Grande Praga da Monotonia, como diria Jacobs (2011), mas que nela sucumbiu. Sucumbir a este fenômeno conduziu os/as antigos/as moradores/as a inviabilidade de um processo de singularização, dificultando a construção de autonomia a partir de referências particulares, forjando uma dependência desse poder global. O que se expressa nestas subjetividades são os atravessamentos que formam e definem esse sujeito, atravessamentos como aquilo “que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa, não o que acontece, ou o que toca” (Larrosa, 2002, p. 21). A função das narrativas, como nos diz Benjamin (1980), é apresentar reflexões, e não necessariamente as respostas de âmbito prático, e estas podem ir transformando-se a partir de distintas perspectivas históricas. Esta investigação, portanto, é uma forma possível de perceber o que é expresso através desta subjetividade.

A memória urbana mostra que a valorização deste passado é multifacetada, heterogêneas, e apenas a vivência na cidade possibilitou essas lembranças do tempo pretérito porque foi nela que relações sociais foram estabelecidas, ainda que esta seja um âmbito de análise bastante fluido e instável. Porém, compreendendo que os modos de subjetivação assim como uma de suas substâncias, a memória, são caracterizadas por essa liquidez, pode-se afirmar que esta investigação é uma espécie de fotografia de um tempo histórico muito particular, circunscrito territorialmente, que pode tomar visões distintas a partir dos olhares dos múltiplos sujeitos inseridos nesta realidade. Compreender a memória urbana a partir desta perspectiva não quer dizer que esta apreensão tenha como objetivo a percepção da totalidade da cidade, mas de visualizar como a cidade em sua profusão de sentidos oferece possibilidades de vir a ser o antídoto da Grande Praga da Monotonia.

A impossibilidade do lugar da memória conduz, portanto, uma valorização maior dos processos que se estabeleceram nestes lugares mais do que o próprio

lugar, o que permite uma análise mais trôpega quando se perde esta dimensão que serve de pilares à substância da memória. O apagamento do bairro é, em alguma medida, o apagamento da identidade de um bairro, o sucumbir à ordem do urbanismo ortodoxo.

Por outro lado, isto não inviabiliza necessariamente a memória urbana, já que esta produz-se no cotidiano das cidades, a garantir sua apreensão no tempo presente e seu registo (e se considerar os instrumentos de captação audiovisual e a integração globalizada através da rede mundial de computadores essa proporção se amplifica a níveis estratosféricos). Desta forma, é impossível apagar a memória os tempos de gandaia, as coletividades do Casal Ventoso, assim como o tempo da droga, da toxicodependência e das redes de mercados ilegais. Elas estão impregnadas nos discursos, nos documentos, fotografias, livros, jornais, mídias digitais, arquivos, nas subjetividades dos sujeitos. O que expressa nessas memórias são as tentativas de resinificação positiva do espaço em contraste com o que veio a ser o bairro com o período das drogas, e da própria desterritorialização com o programa de realojamento. Não se é possível pensar, a partir das narrativas, que haja uma possibilidade de esquecimento deste fenômeno no interior do bairro, ainda que o direito a ele lhes seja possível. Talvez seja mais genuíno pensar em estratégias de afastar de si, da imagem que estes sujeitos fazem de si próprios, essa condição que, no conjunto da sociedade, teimam em atribuir essa identidade como um todo homogêneo do Casal Ventoso. Estes sujeitos que reivindicam tal memória reivindicam uma experiência, uma interpretação sobre si, mas que não necessariamente impliquem no esquecimento deste fato que foi, sem dúvidas, profundamente marcante para a realidade do bairro, e que são as inúmeras formas de resgate desta lembrança. A memória, neste caso, indubitavelmente faz parte de um processo de consolidação da imagem de si em contraste com aquele outro, de modo que sejam minimizadas as possibilidades de se interpretar de forma equivocada o pertencimento deste ou daquele sujeito à uma determinada identidade social, ou a um protagonismo em um determinado momento do tempo pretérito.

Analisar esses discursos envolvidos na produção do espaço é perceber também como se produz estes espaços, e, portanto, de conceber criticamente

as formas como se planejaram tais espaços uma vez que sistematicamente são desconsiderados as relações e práticas sociais que nele se estabelecem. É mais a organização espacial, em uma relação reificada, que são orientadas neste planejamento urbano particular e, em alguma medida, também em uma perspectiva mais global. São considerados as fachadas e prédios na mesma proporção que são desconsiderados homens e mulheres concretamente, com valores, moral, temores, desejos. Isto advém de uma perspectiva de “visão de sobrevoos” de um tipo de urbanismo que adotando um olhar à distância e por cima não “adentram em suas casas, sem mergulhar em seu cotidiano, sem sentir os odores da pobreza, sem ouvir os sons do desespero ou os gritos de libertação” (Souza, 2007, p.104). Uma dessas expressões discursivas em jogo é a noção de “espaço deteriorado/degradado”, noção essa recorrente à imagem do Casal Ventoso, que por ser um espaço de residência com uma estrutura deteriorada, foi definido apenas por essa particularidade, desprezando toda e qualquer outra dimensão da sócia espacialidade que esse bairro conjugava em si, impregnando o estigma sobre a população que neste bairro residiu. Trazer à tona outras possibilidades narrativas é também, dentre outras razões, perspectivar o bairro sob outra ótica. Um outro discurso narrativo presente principalmente nas leituras das coberturas jornalísticas do bairro é a noção de revitalização que, já em sua expressão, traz consigo a ideia de que é preciso voltar a ter vida, como se este espaço fosse fadado à sua morte, à sua deterioração, por não atender do ponto de vista estético os mesmos padrões que são atendidos em bairros de classe média e das elites.

A relevância de construção de um projeto como o Projeto de Memórias do Casal Ventoso atenta para o que Paoli (1992, p. 2) versa sobre este direito ao passado em que

O reconhecimento do direito ao passado está, portanto, ligado intrinsecamente ao significado presente da generalização da cidadania por uma sociedade que evitou até agora fazer emergir o conflito e a criatividade, como critérios para a consciência de um passado comum. Reconhecimento que aceita os riscos da diversidade, da ambiguidade das lembranças e esquecimentos, e mesmo das deformações variadas das demandas unilaterais. Arrisca-se a encontrar as solicitações por uma memória social que venham baseadas em seu valor simbólico, mesmo que sejam locais, pequenas, quase familiares. (...) Orienta-se pela produção de uma cultura que não repudie sua própria historicidade, mas que possa dar-se conta dela pela participação nos

valores simbólicos da cidade, como sentimento de ‘fazer parte’ de sua feitura múltipla.

Ainda inspirado nesta fala da Paoli, há que se apontar igualmente sobre o projeto “Memórias do Casal Ventoso” como uma forma não apenas de reivindicar uma determinada historicidade de um espaço citadino, no caso lisboeta, é também, em particular “a dos povos humildes e privados onde se desenrola a vida das minorias e dos grupos oprimidos (...) e resinificar no presente a história pública da cidade para incluir os que sempre são excluídos da história” (Balibrea, 2003, p.51).

Considerações Finais

O objeto desta investigação parte de uma análise documental acerca da produção da memória do bairro desaparecido de Lisboa do Casal Ventoso. Estas memórias que foram produzidas sob o projeto “Memórias do Casal Ventoso” coordenadas pelo Projeto Alcantara traduziu a subjetividade de uma coletividade particular de um bairro a partir da perspectiva de uma população idosa que se encontram atualmente nos bairros do realojamento Quinta da Cabrinha, Quinta do Loureiro e Ceuta Sul.

O resgate destas memórias realizadas pelo projeto implicou em conhecer as dinâmicas de um bairro anterior ao fenômeno das drogas, que caracterizam o Casal Ventoso como um lugar historicamente pertencente às classes populares, e que a gandaia, as coletividades, as redes de solidariedade e proteção foram os elementos que mais se destacaram nesse processo de reconstrução memorial. É partindo deste cenário que se desenvolve no âmbito teórico aspectos de compreensão da dimensão do bairro, dos territórios psicoativos, e dos processos de urbanização por que passaram o Casal Ventoso.

Esta investigação parte de uma análise situada no âmbito da sociologia e, reivindicando sua historicidade teórico metodológica, resgata conceitos centrais para análise dos estudos sobre a metrópole. Trazendo o fenômeno da migração do campo para a cidade e o processo de adensamento dos territórios urbanos, a cidade parte como o grande centro de poder dentro do capitalismo, e a obra de Engels sobre a situação da classe trabalhadora resgata esse processo ocorrido em Londres, e que será percebido também na cidade de Lisboa posteriormente. Os estudos de Georg Simmel traz consigo a preocupação acerca da dimensão psicológica das metrópoles e o comportamento humano diante deste fenômeno, em uma busca de perceber como o individualismo e a coletividade compulsória regem as formas de viver na cidade. Max Weber, por sua vez, a partir da sua perspectiva de tipo ideal delinea as condições necessárias para que uma cidade tenha categoria da cidade, ou melhor, o que faz da cidade ser uma cidade, contemplando as dimensões económicas, jurídicas e morais para conformação deste tipo de conglomerado humano. O marco da Escola de Chicago, por sua vez, consegue com bases nesses estudos

anteriores e impulsionados pelo contexto estadunidense de violência, desigualdades, gangues e de amplificação das rivalidades intergrupais, institucionalizaram os métodos e objetos da sociologia urbana, a partir dos processos de territorialização e da dimensão da ecologia humana para pensar esses conflitos. Robert Ezra Park e Louis Wirth como seus principais expoentes formaram uma escola de atividades que auxiliaram, e até hoje ainda auxilia, a pensar a metrópole e as transformações das relações sociais, das formas de compreender novos modos de vida, de relações de trabalho. A partir desta escola compreende-se que tanto a metrópole quanto o urbanismo moldam e orienta os comportamentos dos sujeitos em determinados tempos históricos diante do desenvolvimento das cidades.

A Escola Francesa de Sociologia, por sua vez, que abarcava a ótica marxista como orientadora de análises sociais, registam os nomes de Henry Lefebvre e Manuel Castells como centrais nesta abordagem que compreende o desenvolvimento das cidades a partir da perspectiva do modo de produção capitalista em um contexto de efervescência política, social e econômica na Europa, com a redefinição dos padrões do capitalismo e viria tornar o neoliberalismo um projeto hegemônico de governança das cidades. Estes autores, que influenciaram inclusive teóricos de outras áreas como o geógrafo David Harvey, expuseram de forma latente como as contradições do capitalismo são expressos na cidade a partir da leitura de suas iguais contradições a partir da regência do capitalismo global e financeirizado.

Com base no desenvolvimento das escolas sociológicas que compreende o fenômeno das cidades, esta investigação segue as orientações propostas por Carlos Fortuna para análises em micro escala das territorialidades. Essas (micro)territorialidades que se desenvolve em toda escala urbana apresenta uma contraposição desta dimensão metropolitana de excessos e de visão hegemônica do todo. As micro(territorialidades) reorienta a visão da totalidade urbana, centra-se nas relações afetivas possíveis de uma dimensão fragmentada, sem negar por sua vez as relações que norteiam e gerenciam a cidade de maneira global. Perceber as (micro)territorialidades é perceber a cidade a partir do fragmento, é perceber este espaço no âmbito do pessoal, da intimidade do grupo. É com base nesta sugestão que a investigação incorre, de

perceber a (micro)territorialidade de um bairro desaparecido a partir de sua dimensão subjetiva, do passado e da interação dos sujeitos com aquele território, que hoje pode-se perceber a partir de uma territorialidade sem território.

Ainda que a opção de análise seja esta dimensão subjetiva da (micro)territorialidade a proposta de análise caminha no sentido da percepção macro ao micro, iniciando pelo processo de urbanização da cidade de Lisboa a partir do terramoto de 1755 que redefiniu o espaço urbano lisboeta no embrionário capitalismo comercial que se desenvolvia em Portugal. Essa escolha não foi aleatória, foi tomada com um marco nesta investigação para compreender como a cidade se reergueu e se reorientou a partir das dinâmicas de gerenciamento urbano em distintos períodos históricos, que se estabelece ainda no período monárquico e sua transição para a república.

Com foco principalmente nas políticas habitacionais mediante o crescimento das cidades, percebe-se em Lisboa o mesmo fenômeno registrado por Engels na formação industrial da cidade. Bairros com condições precárias de habitabilidade foram sendo criados no entorno das regiões onde localizavam-se as indústrias nascente da cidade, reunindo a mão de obra em um espaço particular da cidade. O Casal Ventoso foi resultado desse processo que, em 1837, é fundado no Vale do Alcântara e sua construção é praticamente concluída em 1945 a partir principalmente do alargamento das casas já anteriormente existentes. A transição de um estigma pautado na miséria para o estigma da delinquência foi um processo que se desenvolveu dentro do bairro a partir das dinâmicas do desenvolvimento econômico mais global. A gandaia, uma tarefa de apanha, separação e venda de materiais descartados caracterizou a mão de obra do Casal Ventoso que reuniam não apenas os adultos, como crianças também, assim como a mão de obra para as indústrias situadas no Vale do Alcântara de carvão, azulejos, pedreiras, etc., igualmente também para o trabalho doméstico desenvolvido nas casas das famílias mais abastadas do Campo de Ourique.

Adotando a discussão feita pro Luis Fernandes sobre territórios psicotrópicos como uma forma de compreender a dinâmica que caracterizou fortemente o Casal Ventoso como um espaço a ser evitado, ou potencialmente perigoso, pelas relações de natureza ilícita que ali serviam e, portanto,

condenável moralmente e socialmente, associado a uma condição de habitabilidade precária, o Vale do Alcântara foi incluso no Programa Especial de Realojamento, que resultou no processo de realojamento dos moradores para os bairros da Quinta do Cabrinha, Quinta do Loureiro e Ceuta Sul. Esse programa surge para requalificação dos espaços urbanos de alta visibilidade nas cidades europeias com objetivo de refrear a proliferação de bairros degradados diante do cenário de crescimento das habitações clandestinas em Lisboa, da expansão dos bairros de barracas como fatores importantes que influenciaram a demanda da existência da promoção de um projeto de habitação em Lisboa com finalidade de acabar com a exclusão social e diminuição da pobreza.

O realojamento destas famílias, quase vinte anos depois, significou a implementação de um plano encampando pelo Projeto Alcantara e outros parceiros de memórias com o objetivo, segundo o próprio projeto, de servir para curar o luto daqueles que tiveram de deixar suas casas e residirem em outros espaços edificados de forma verticalizada, com vizinhanças distintas, em um espaço periférico aonde situava-se o Casal Ventoso. Este projeto que resultou na publicação do Núcleo Interpretativo do Casal Ventoso com a disponibilização de entrevistas e imagens foram utilizados como fonte primária de dados para perceber o que as narrativas destas memórias expressavam para além do que estava sendo dito.

As falas resgatadas a partir de enxertos das falas do projeto, disponibilizadas digitalmente, todas de antigos/as moradores/as já idosos/as são narrativas que tratavam de um cotidiano marcado pelos trabalhos feitos à gandaia, as formas como eram estabelecidas essas trocas com em uma rede que implicava os/as catadores que faziam uma pré seleção dos materiais mais rentáveis do descarte, as estratégias elaboradas para acrescentar peso e, portanto, aumentar a rentabilidade dos gandaieiros/as, os compradores/as destes materiais que seriam mais os ferros velhos e costureiras e os lugares demarcados no bairro que esses materiais eram descartados. Assim como a gandaia, as coletividades foi um grande marco no bairro não apenas diante do número expressivo que lá existiam e que envolviam os moradores em circuitos futebolísticos do bairro com campeonatos locais, e os possíveis conflitos gerados pela competitividade desportiva, mas também pelo papel protagonista nas

festividades do Casal Ventoso e na atuação de redes de solidariedade em distribuição de roupas e comidas para àqueles/as que necessitavam no bairro.

Sobre as redes de solidariedade resultante de um forte vínculo social entre os/as moradores/as do bairro é percebido não apenas na distribuição de alimentos também desempenhado fortemente pelo Centro Social do Casal Ventoso e na figura do Luis Coelho, mas também nos mutirões de construção de casas, de auxílios financeiros para medicações, enterros e velórios, nos festejos coletivos de casamento, na partilha do alimento, na forma que de se conhecer pelos nomes de cada um, de saber onde ficavam as casa de cada morador, no comércio que fazia a economia local girar, na contiguidade das casas que possibilitava maior intimidade entre os/as moradores/as, nos olhos vivos dos/as moradores/as para o que acontecia ao bairro, na permanência destes nas ruas do Casal Ventoso principalmente durante o verão, na oferta de equipamentos culturais como fados, teatros e cinemas ofertados pelos próprios moradores, na articulação com personalidades da música e dos desportos para integrarem as redes culturais do bairro, nos festejos carnavalescos e a criação de marchinhas para identificarem na cidade o que caracterizava a vida no Casal Ventoso, a proteção entre os/as moradores/as desenvolviam como estratégias de segurança local principalmente no período salazarista (e percebe-se depois que isso estende-se aos toxicodependentes que eram filhos do Casal Ventoso).

Vale ressaltar que é sabido que a memória é seletiva, que positiva a vida pretérita, e exclui das narrativas dimensões negativas. Mas nota-se as falas sobre a vida precária, a habitabilidade fragilizada em seu formato arquitetónico, a opressão económica, o estigma por morar em um bairro degradado e as dificuldades de ser contratado em algum trabalho por ser do Casal Ventoso, a fome, a miséria, são expressões que são periféricas nas falas dos realojados.

Quando a construção destas narrativas é feita através dos jornais impressos e digitais as falas já apresentam as saudades do bairro que parecia mais uma quinta, em que era possível construir as extensões de casas para abarcar as ampliações familiares de modo a preservar as famílias numerosas, de poder plantar e criar animais em suas residências, das relações sociais de proximidade de possibilitava maior solidariedade. O realojamento, um dos grandes elementos da mídia portuguesa recente, foi um elemento disruptivo

dessas relações, em que a verticalização do patrimônio edificado, assim como a imposição do modelo de urbanização que seria adotada neste bairro, foram centrais nas mudanças da forma de vida destes/as antigos/as moradores/as. A impossibilidade de manter ou crescer as famílias, da inviabilidade comunicativa, do processo de desconhecimento da vizinhança, da permanência dentro das residências, da ausência de partilha da vida coletiva, foram resultados percebidos após o processo de realojamento. O fim de várias coletividades ou a contração de suas ações a um café no espaço comercial dos prédios do realojamento, o decréscimo do comércio local, a alienação a uma instituição exterior como fomentadora de ações sociais no novo bairro, o descaso do poder público após o realojamento, a imobilidade entre os moradores por avarias em equipamentos como elevadores, foram expressões percebidas quando se cruzam essas narrativas.

Neste sentido a narrativa do tempo passado vem permanentemente positivado, enaltecido, servindo para alimentar a identidade coletiva, fornecendo narrativas para perspetivar o futuro, as narrativas do tempo presente são maioritariamente carregadas de problemas, negativados, a partir das atuais condições do bairro. É uma característica muito particular da dimensão da construção da memória que quanto mais se afasta do passado menos ruído essas lembranças trazem, enquanto quanto mais próximo do presente o ruído tende a aumentar. É o efeito doppler invertido preconizado por António Firmino concretizando-se em sua análise. Entretanto, se é possível pensar uma temporalidade do futuro como forma de projetar mudanças desejadas, apenas uma coisa é expressa nessas narrativas: que os bairros do realojamento não querem repetir a história da degradação das drogas do Casal Ventoso.

Compreendendo que as memórias possuem essa seleção, e em um projeto que definem seus objetos como fonte prioritária de análise esse critério amplia-se, optou-se por dedicar um capítulo exclusivo às memórias ilegais, àqueles/as que são permanentemente excluídos dos mais variados processos de garantias de direitos sociais. Os/as usuários/as de drogas do Casal Ventoso, indivíduos que foram tão explorados na mídia local como também nos reclames dos/as moradores por um lado, também foram sujeitos que estiveram inseridos em redes de solidariedades não apenas entre seus pares, mas entre os/as

moradores/as do Casal Ventoso. A ideia do “dar a fuga”, uma estratégia de fazer um indivíduo escapar de ser pego pelas forças policiais é registo dessas falas, principalmente aqueles/as que eram identificados como “filho do Casal Ventoso”, ou seja, pertencente à comunidade, não apenas aqueles/as que nasceram e se criaram, mas que estabeleceram redes sociais, vínculos e tem algum protagonismo dentro do bairro, e que está inserido em alguma rede ilícita de mercado seja consumindo, vendendo ou produzindo. Essas narrativas retiradas de jornais e de fontes bibliográficas registam também a fundação das chamadas família-seitas, organizações de indivíduos que atuavam nos mercados ilícitos, de roubos e recetação de mercadorias frutos de roubos e furtos, que atuavam dentro do bairro. O que não pode ser detalhado destas narrativas foram as vivências particulares destes sujeitos, seus mecanismos de sobrevivência, a partilha de drogas, as formas de construção de artefactos, a ciência que se oculta por trás da expertise leiga no entendimento dos corpos estigmatizados pelo consumo de heroína, nas trajetórias prisão-bairro, formas de habitar o bairro. Essas narrativas só são capazes a partir de um enunciado em primeira pessoa do singular ou do plural, em que essas vidas possam ser narradas, percebidas, identificadas, socialmente válidas. Aqui, ficou o registo do que foi possível ser feito através dos jornais, considerando todos os vieses que existem na elaboração de uma matéria jornalística.

Sendo assim, parte-se para compreender a substância desta memória, como ela é lida sociologicamente usando como fundamentação a obra de Maurice Halbwachs. Antes de adentrar a esta obra, dois elementos das belas-artes ilustram a abordagem dessa investigação. Uma delas é a pintura “A persistência da Memória”, de autoria de Salvador Dalí, onde traz a visão subjetiva da percepção da temporalidade e da espacialidade, como essas dimensões expressam-se de maneiras distintas no inconsciente particular de cada sujeito, uma forma de perceber o passado que é particular, mas que foge à racionalidade. Nesta obra o tempo passa de forma diferente, as horas estão em uma ordem aleatória, os ponteiros estão distorcidos; o relógio como objeto é reconhecido, mas causa estranheza pela forma como está apresentado de uma forma não convencional. O único relógio desta obra que está em representado da forma como se apresenta no real está permeado de formigas e está virado

para baixo, como se quisesse dizer sobre a forma desprezível que é o tempo inconsciente da memória do tempo consciente do cotidiano: a forma da memória registrar o tempo é subjetiva; a forma da vida cotidiana é objetiva. O tempo da memória, portanto, é o tempo do inconsciente. É o tempo que faz derreter relógios quando frentes à persistência da memória.

Utilizar a obra de Salvador Dalí para ilustrar metaforicamente a memória é um recurso para compreender, com base no objeto desta investigação, é saber que a memória do Casal Ventoso resgatada não tem um tempo linear, nem preciso, são tempos derretidos, de outras temporalidades que não seguem uma ordem. E, a partir disto, o recurso cinematográfico de Federico Fellini em “Amarcord” foi preciso em resgatar histórias aparentemente confusas e sem ordens cronológicas, ou melhor, a cronologia não é contada no tempo do relógio, mas no tempo das estações do ano, sem ano definido, que se assemelha a um processo onírico de realidade. Ainda que tratar sociologicamente do tema da memória pareça uma tentativa sutil de congelar as dimensões espaciais e temporais, não é disso que se trata. Compreender a substância da memória é percebê-la através também das composições artísticas que, por vezes, transparece com mais fidelidade a dimensão subjetiva da memória.

Apesar dos estudos sobre memória emergirem com mais proeminência principalmente após a segunda guerra, a formulação teórica sobre esta surge anteriormente. A construção social da memória toma nesta investigação adota a perspectiva de Maurice Halbwachs a partir da concepção de memória que se realiza na subjetividade e no consciente individual, mas que ela é expressão de uma rede de relações sociais que são estabelecidas previamente. O fenômeno da recordação, portanto, se situam dentro de contextos sociais específicos, e estes atuam como sustentáculo desta formulação memorial. A forma de comunicação e de expressão dessas narrativas opera-se por meio da linguagem, onde a comunicação estabelece a possibilidade de transmissão informacional, é, portanto, o meio entre a subjetividade e a exterioridade. Outro elemento constitutivo da memória trata das dimensões de tempo e espaço, onde o tempo subjetivamente forjado e que abdica da sua coesão, ancora-se na materialidade física para expressar suas lembranças, sendo possível falar sobre a memória das cidades nesta perspectiva, como lembranças que se enraízam no espaço

urbano, narrativas de lembranças feita por sujeitos que compartilharam desse passado comum. A dimensão temporal é uma abordagem complementar que se relaciona com o espaço, em que o lugar da memória é cenário das lembranças, ela localiza os acontecimentos. O tempo, por sua vez, é banido, ele não organiza os fatos cronologicamente, e só alguns anos são marcados nas falas por razões vinculadas ao período histórico vivido, tais como o Estado Novo, as guerras coloniais, as comemorações de Carnaval, o 25 de Abril, e evidentemente o período do realojamento. Quem define as datas certas foram as memórias construídas nesta investigação a partir dos jornais impressos e digitais, por uma razão que é destinada à produção de notícias. Estas memórias que são construídas a partir de material jornalístico é propositalmente identificada no tempo, diferentemente das narrativas resgatadas da memória oral elaborada pelos antigos/as moradores/as do Casal Ventoso. Ou seja, os marcos históricos orientam os fatos, mas não registam cronologicamente os acontecimentos pretéritos que foram razões de preencher as memórias individuais e coletivas.

Por essas condições compreende que a memória ela é também política e é instrumento de disputas no interior de um campo particular. Nesta investigação específica o campo de disputa em torno da memória e, portanto, da identidade coletiva do bairro é forjado através da atuação de duas forças em particular: da mídia como instrumento que privatiza a memória (por privatização desta memória compreende também que quem detém essa informação detém o arbítrio de impor a hegemonia de uma imagem a partir de sua noção particular de realidade), os/as antigos/as moradores, e aqueles que a memória não lhe é de direito. Neste sentido, a construção da memória não se dá a partir de um decurso espontâneo e harmonioso como intentou o projeto de memórias ao abolir a narrativa que era elemento conflito nas memórias do bairro. A memória se define a partir das contradições que se desenvolvem a partir das experiências individuais, das narrativas dos sistemas de comunicação e a interação que parte disto, o lugar que os sujeitos se encontram na tessitura social, e o conjunto de significados, signos e símbolos que estes sujeitos se inserem e determinam seus sistemas ideológicos,

Compreendendo que a memória ela é um instrumento que possibilita também a construção da identidade coletiva de um lugar e seus agrupamentos,

principalmente emergindo como política de unificação de territórios no contexto da União Europeia a partir de orientações da Unesco fundamentalmente, sua condição valida essa unificação em torno de um passado comum, de uma identificação de um passado comum, mas a questão que busca ser respondida aqui trata de apresentar o que é traduzido através destas narrativas para além do que já se estabelece enquanto função da memória social e coletiva. É buscar nas entrelinhas o que estas memórias expressam para além do conflito em torno de sua produção, para além da identidade coletiva de um lugar, para além de cumprir a função de luto de um grupo.

Os sujeitos que narraram suas memórias, portadores de uma subjetividade particular, moldada por determinadas formas de relações sociais ainda fortemente vinculadas às expressões típicas do mundo ruralizado ainda que estejam inseridos em um espaço urbano, a partir das relações de trabalho estabelecidos pela lógica industrial e de capitalismo comercial, de vinculação e relações de vizinhança aproximadas por uma espacialidade particular do bairro, definem formas de resistência contra a sujeição que tende à homogeneidade coletiva do bairro que é “hipermercado das drogas”. Essas narrativas construídas no intento de distanciar-se do outro, do diferente, é um dos elementos que se estabelece primordialmente a partir da distinção entre estes sujeitos e o outro, sendo o outro identificado como portador de uma identidade estigmatizada dentro do bairro, do outro que é usuário/a de drogas. Esta é uma primeira expressão da subjetividade que é possível ser percebida através das narrativas das memórias, que traduz um modo particular do modo em que esses sujeitos foram subjetivados.

A outra expressão percebida através da memória, dessa substância da subjetividade, é a forma que estes sujeitos compreenderam a rutura local a partir do processo de realojamento. Esse mecanismo memorial apresentou formas encontradas pelo sujeito de resignificar a reificação da vida social, onde a partir de um processo de intervenção urbanística modificou as formas de habitar, das relações sociais, de identificação com um território particular da cidade. Para conceber isto a obra de Jane Jacobs “Morte e Vida nas cidades” orientou a forma pela qual as narrativas mostram como os bairros do realojamento resultaram no que a autora chamou de “a grande praga da monotonia”.

A conceber as transformações dos pátios e vilas, como um espaço em que é possível a permuta entre a casa e a rua, uma vez que o Casal Ventoso era o bairro que mais possuía vilas em Lisboa, assim como as ruas e calçadas como órgãos vitais da cidade. As narrativas memoriais apontam de forma recorrente a um tempo em que era possível ficar nas ruas, permanecer nelas, muito mais tempo até do que dentro de casa que, em períodos de verão, tornava-se quentes e abafadas, assim como a superlotação familiar fazia com que os/as moradores/as do bairro cotidianamente estivessem fora delas. Era nas ruas do Casal Ventoso que a vida acontecia, e depois essa possibilidade de ficar na rua tornou-se inseguro, segundo as narrativas memoriais. O fenômeno da insegurança das ruas é relevante não apenas nas cidades que empreenderam iniciativas de revitalização, mas também aquelas que não o fizeram, apontando que o problema não se resolve em apontar os responsáveis por esta insegurança, há que investigar, portanto, as causas mais profundas da criminalidade, que não é o intento desta pesquisa, mas ressaltar que a tranquilidade e a paz que os/as moradores/as relataram em suas memórias existir nas ruas do Casal Ventoso era mantida “fundamentalmente pela rede intrincada, quase inconsciente, de controles e padrões de comportamento espontâneos presentes em meio ao próprio povo e por ele aplicados” (Jacobs, 2011, p.32). A esta observação de Jacobs, entretanto, vale não apenas para refletir sobre a segurança expressa nas narrativas das memórias do Casal Ventoso, mas também a partir das leituras bibliográficas quando se observa, por exemplo, o fenômeno local do “dar a fuga” que representava, em última instância, uma tentativa de segurança aos “filhos do Casal Ventoso” operado por toda a comunidade, não apenas por aqueles/as envolvidos na rede de ilicitudes do bairro. A segurança do Casal Ventoso, portanto, estava diretamente associada à infraestrutura capaz de receber desconhecidos e oferecer segurança a eles. Esta narrativa exposta do bairro ser um local seguro antes da alteração das dinâmicas sociais a partir da chegada das substâncias psicoativas tornadas ilícitas ofereceu um espaço protegido para esses desconhecidos que começaram a frequentar o bairro a partir da sua atratividade do mercado de ilícitos. Os três pontos sinalizados por Jacobs para um espaço assegurado que versava sobre a distinção entre o espaço público e o espaço privado, a existência

dos olhos voltados para as ruas dos “proprietários naturais” que percebem os estranhos e garantem a segurança deles e dos/as moradores/as, assim como o trânsito constante de pessoas, marcaram as dinâmicas do bairro do Casal Ventoso.

A dimensão da rua, por sua vez, após o processo implementado pelo Programa Especial de Realojamento em uma elaboração de reurbanização do bairro, como sinalizou Jacobs (2011, p.52) desprezou “a função fundamental da rua e, com ela, necessariamente a liberdade da cidade”. A anulação da rua é percebida após a reconversão do Casal Ventoso na construção de prédios voltados para si, a partir de casas verticalizadas, com a restrição da circulação de desconhecidos. Jacobs fará uma analogia das ruas em relação aos prédios habitacionais de apartamentos em que lê os corredores como ruas empilhadas, eliminando as ruas do chão, e o chão se tornando parques desérticos.

A segurança, portanto, sentida no interior do bairro advém de dinâmicas que envolvem confiança, e esta é conquistada através de incontáveis contatos públicos que acontecem nas calçadas. As narrativas das memórias expõem a natureza trivial destas conversas que versavam sobre seus senhorios, sobre os namoricos, sobre seus cotidianos, e esse assunto ainda que triviais e corriqueiros, quando vistos de maneira agregadas representavam uma rede de respeito e confiança mútua, e apoio eventual em caso de necessidades. Este apoio mútuo diante das adversidades é uma fala igualmente recorrente nas narrativas memoriais que expressam as redes de solidariedade, de um vizinho que comprava remédios em situação de enfermidade, em auxílios financeiros para cobrir os custos de um funeral, mas também nos mutirões de casas, em festejos coletivos de casamentos, etc. Ou seja, em uma linguagem vulgar, os moradores conheciam as vidas particulares de cada e partilhavam seus cotidianos entre si e, com isso, o impacto sentido após o processo de realojamento do bairro foi crucial. Uma das maiores objeções feitas pelos/as antigos/as moradores/as do Casal Ventoso diz respeito à sua vizinhança, ou seja, após um período considerável em uma partilha de calçadas que era possível ampliar sua vida privada, esses sujeitos tornaram-se extremamente exigentes quanto aos seus vizinhos. Nas falas aparecem de forma recorrente

que no realojamento foram separados de sua antiga vizinhança, que não eram pessoas próximas e/ou conhecidas.

A leitura realizada nas narrativas a partir da ótica de Jane Jacobs mostrou o que seria uma cidade viva e dinâmica em contraposição aos determinantes do urbanismo ortodoxo. Estas memórias mostraram em última instância que o processo de realojamento do Casal Ventoso representou essa tendência que se inclina a esse urbanismo ortodoxo que tem seus princípios e objetivos moldando o planejamento urbano que acaba por expropriar e desenraizar pessoas estigmatizadas. Essa mesma teoria urbanística ortodoxa entendeu que o modelo ideal de bairro seriam aqueles acolhedores e voltados para dentro de si, em um modelo imposto pelo urbanismo em contraposição à um bairro espontâneo, que foi o ponto de partida para o realojamento do Casal Ventoso, e as consequências deste padrão são vistos nas narrativas memoriais expostas.

Para além de conduzir o bairro do Casal Ventoso em bairros vítimas da “grade praga da monotonia” empregado pelo urbanismo ortodoxo, a revitalização não apenas destruiu as casas em si, ainda que elas estivessem em situações deploráveis, mas promoveu ainda o desenraizamento dos/as moradores/as. Este desenraizamento promoveu um escasseamento da intimidade e da vida compartilhada por grupos sociais e suas relações com espaço físico, possibilitou uma espécie de perecimento das relações desta comunidade que residiam no bairro, ainda que em casas antigas, sem conforto, precária de equipamentos, e que apresentavam em alguma medida riscos estruturais de conservação. Se considerar ainda que esse desenraizamento foi uma condição compulsória percebe-se ainda a deterioração da reunião entre sujeitos, esfacelando sua comunicação com o passado, desfazendo essa comunicação entre as experiências vividas, denotando um profundo isolamento e as memórias acabam, por sua vez, tomando aspetos mais de uma histórica particular e individualizada do que necessariamente um contexto coletivizado de vida social. Este processo de desenraizamento inviabiliza, por sua vez, as possibilidades de singularização, possibilidades de fazer com que esses sujeitos frustram esses mecanismos capitalísticos que conduziu o bairro à grande praga da monotonia. O que se observa, portanto, a partir da subjetividade impressa através da memória é que os/as antigos/as moradores/as do Casal Ventoso, é que foram

neutralizados à lógica da subjetivação capitalística vigente, de aceitação passiva de uma forma de ser e estar na cidade, no isolamento e distanciamento social entre seus vizinhos, na indiferença entre seus pares, na diminuta comunicação entre si, na incorporação da subjetividade das novas formas de se viver na metrópole de forma atomizada, individualizada, sucumbida à morte determinada pelo urbanismo ortodoxo imposto pela ordem do capital, destoando do que foram as práticas desempenhadas no interior do bairro outrora.

A grande praga da monotonia, por sua vez, é o modo de subjetivação que tem regido a racionalidade destes sujeitos, que determina espaços padronizados e vazios estabelecidos a partir de determinados modelos de cidade, como produto de uma ciência que não se volta de fato para as cidades tais como elas são. O esvaziamento de opções de comércio, que inclusive muitos fecharam após o processo de realojamento do bairro, a ausência de equipamentos e atrativos culturais, assim como a falta da vida na rua, a falta de comodidade, são expressões dessa monotonia deste lugar que se percebe no contraste a partir do choque entre o que a memória lembra e o que presente mostra. Este modelo de urbanização imposto ao bairro, que vilipendiou a interação das pessoas e a sua vitalidade, desprezou a ampliação da diversidade de perfis fossem de natureza socioeconômica, raciais, de nacionalidades distintas, com uma diversidade urbana que pudesse estimular a própria diversidade, condenou o bairro a uma morte por ter impossibilitado o seu antídoto através de uma massificação da homogeneidade citadina de seus tipos e usos. O que essas narrativas mostram ainda é uma intervenção urbanística que foi incapaz de perceber a cidade real, desprezando por consequência a vivacidade e a interação entre os usos que nela se estabelecem. Ainda que a atual conjuntura econômica sejam marcadas por uma nova forma de gestão dos espaços urbanos, nos bairros do realojamento do Casal Ventoso ela ainda reproduziu a ideia de bairros voltados para si mesmos, desprezando a diversidade e as potencialidades que poderiam emergir das novas formas de gestão das metrópoles. Ainda é notório que o processo de arrasamento, das demolições das habitações do bairro do Casal Ventoso para implantação do que Jane Jacobs ela vai chamar de um “monótono conjunto habitacional” ou mesmo de “cortiços

emparedados” em favor das transformações graduais não compreendeu a participação de moradores/as nas novas formas do habitar.

A memória urbana mostra que a valorização deste passado é multifacetada, heterogêneas, e apenas a vivência na cidade possibilitou essas lembranças do tempo pretérito porque foi nela que relações sociais foram estabelecidas, ainda que esta seja um âmbito de análise bastante fluido e instável. Porém, compreendendo que os modos de subjetivação assim como uma de suas substâncias, a memória, são caracterizadas por essa liquidez, pode-se afirmar que esta investigação é uma espécie de fotografia de um tempo histórico muito particular, circunscrito territorialmente, que pode tomar visões distintas a partir dos olhares dos múltiplos sujeitos inseridos nesta realidade. Compreender a memória a partir desta perspectiva não quer dizer que esta apreensão tenha como objetivo a percepção da totalidade da cidade, mas de visualizar como a cidade em sua profusão de sentidos oferece possibilidades de vir a ser o antídoto da Grande Praga da Monotonia.

Neste sentido, a hipótese apresentada na introdução desta investigação confirma-se quando se percebe a utilização da memória como um recurso, um instrumento que elabora uma forma de subjetividade a partir do processo de urbanização que conferiu sentido a esta comunidade. Resgatar o passado é perceber o sentido da comunidade a partir das relações sociais de forte solidariedade que permeava as dimensões da vida cotidiana, da possibilidade de expansão das moradias e de crescimento do contingente familiar, do cultivo de uma vida com aspetos do mundo ruralizado, ainda que fosse fortemente marcado pelas condições precarizadas de habitação, de sobrevivência, de pobreza, de exclusão social, de marginalização, O choque que representou o processo de realojamento do bairro como uma forma de adequação do bairro à uma ordem capitalista de adequar imagetivamente não apenas o bairro, como a cidade de Lisboa, para favorecer os interesses do mercado especulativo imobiliário redefiniu padrões de comportamentos, de relações sociais, além das transformações arquitetónicas do lugar. O sentido que foi atribuído ao Casal Ventoso nestas memórias foi o rompimento de um modo de vida pautado na partilha, na vida comunitária intensa produzido/a pelos próprios/as moradores/as, de portas e janelas abertas, de mobilidade dentro de um bairro,

de relações de vizinhança para uma vida cercada, limitada, visto hoje como uma impossibilidade de partilha. Isto é o que emerge da dimensão subjetiva do processo de urbanização do bairro do Casal Ventoso.

Analisar esses discursos envolvidos na produção deste espaço é perceber também como se produz estes espaços e de conceber criticamente as formas como se planejaram tais espaços, uma vez que sistematicamente são desconsiderados as relações e práticas sociais que nele se estabelecem. É mais a organização espacial em uma relação reificada que são orientadas neste planejamento urbano particular. São considerados as fachadas e prédios na mesma proporção que são desconsiderados homens e mulheres concretamente, com valores, moral, temores, desejos. Isto advém de uma perspectiva de “visão de sobrevoos” de um tipo de urbanismo que adotando um olhar à distância e por cima que não conferem sabedoria na intimidade destes lares. A proposta de análise das (micro)territorialidades possibilita perceber não apenas dentro do bairro, de fora para dentro da cidade, de baixo para cima das classes, mas de dentro para fora dos sujeitos.

A memória, como substância dessa subjetividade, vai acionar discursos que são do campo do imaginado, porque a memória ela não é um fato presente que os indivíduos estão vendo, mas eles estão sempre resgatando algo. Uma vez que algo se resgata, está se imaginando em cima daquele algo, então a memória é um retrato, mas ela é um retrato imaginado, na qual implicam-se uma série de afetos que vão compor esse retrato, escolhendo entre uma coisa em detrimento de outra na narrativa deste retrato, e este retrato vai reproduzir uma determinada realidade material. Mas uma coisa fica para a memória, para a história, para a produção do saber: a possibilidade dos povos e grupos oprimidos ressignificar no tempo presente a história da cidade para aqueles que sistematicamente são dela excluídos.

Referências bibliográficas

Abramovay, M. (1999). *Gangues, galeras, chegados e rappers: juventude, violência e cidadania nas cidades da periferia de Brasília*. Editora Garamond.

Abreu, M.D.A. (2014). Sobre a memória das cidades. In: Carlos, A. F; Souza, M. L. de; Sposito; M. E. B. (org.) *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, p. 19-40.

Albuquerque, L. C. D. S. (2014). *Estudo da paisagem do Vale de Alcântara* (Master's thesis, Universidade de Évora).

Alves, A. R. L. (2013). *Para uma compreensão da segregação residencial: o plano especial de realojamento e o (anti-racismo)* (Doctoral dissertation, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa).

Alves, H., & Escorel, S. (2012). Massa marginal na América Latina: mudanças na conceituação e enfrentamento da pobreza 40 anos após uma teoria. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 22(1), 99-117.

Arantes, A. A. (1994). A guerra dos lugares: sobre fronteiras simbólicas e liminaridades no espaço urbano. *Revista de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, 2, 190-203.

Augé, Marc (1994). *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas: Papirus.

Balibrea, M. P. (2003). Memória e espaço público na Barcelona pós-industrial. *Revista crítica de ciências sociais*, (67), 31-54

Barreira, I. A. F. (2007). Usos da cidade: conflitos simbólicos em torno da memória e imagem de um bairro. *Análise Social*, (182), 163-180.

Becker, Howard (2008). *Outsiders – estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Benavente, A., Peixoto, P., e Gomes, R. M. (2020). Impacto da Covid-19 no sistema de ensino português. <http://www.op-edu.eu>

Benjamin, W. (2017). *Rua de mão única: obras escolhidas* (Vol. 2). Brasiliense.

Bidou-Zachariassen, C. (2007). De volta à cidade. Dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos.

Bosi, E. (1979). *Memória e sociedade: lembranças de velhos* (Vol. 1). TA.

Bourdin, Alain (2001). *A questão local*. Rio de Janeiro: DP&A.

Brandão, C.; Costa, EJM; Alves, MAS (2007) *Territórios com classes sociais, conflitos, decisão e poder. Desenvolvimento Territorial–Segurança Alimentar e Economia Solidária*. Ed. Alínea.

Cachado, R. Á. (2013). O Programa Especial de Realojamento: Ambiente histórico, político e social. *Análise Social*, (206), 134-152.

Candau, Joel (2005). *Antropologia da Memória*. Lisboa, Instituto Piaget.

Card, C.(2006). El paradigma de la atrocidad: una teoría del mal. In: *Justicia transicional: teoría y praxis*. Bogotá: Universidad del Rosario.

Cardoso, A., & Perista, H. (1994). *A cidade esquecida: Pobreza em bairros degradados de Lisboa*.

Carlos, Ana Fani Alessandri (2017). “ Da organização à produção do espaço no movimento do pensamento geográfico”.In: Carlos, Ana Fani A.; Souza, Marcelo L.; Sposito Maria Encarnação B (orgs). *A produção do Espaço Urbano - Agentes e Processos, Escalas e Desafios*. São Paulo: Contexto, 19-40.

Castel, R. (1998). *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário* (Vol. 6). Petrópolis: Vozes.

Chaves, M. (2013). *Casal Ventoso: da gandaia ao narcotráfico*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Chaves, M., & Pereira, P. (2019). *Casal Ventoso revisitado*. Húmus.

Cohn, G. (1989). Max Weber. Coleção *Grandes Cientistas Sociais*. São Paulo: Editora Ática.

Corrêa, R. L. (2014). Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: Carlos, A. F; Souza M. L. de; Sposito; M. E. B. (org.) *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, p. 41-51.

Cuellar, Alejandro Castillejo. Iluminan tanto como oscurecen: de las violencias y las memorias en la Colombia actual.In: Barrero, E., Salas, J. R. J., & RJ, J. (2010). *Memoria, silencio y acción psicosocial: reflexiones sobre por qué recordar en Colombia*. Bogotá: Cátedra Libre Matín-Baró and Fundación Manuel Cepeda Vargas.

Ceballos, V. G. (2017). *Dossiê Cidade e Memória*.

Dores, A. P. (2016). *A história do Casal Ventoso dramatizada*.

Dreyfus, H. L., Rabinow, P., & Carrero, V. P. (1995). *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

- Duby, G., Lardreau, G., & Meneses, T. (1989). *Diálogos sobre a nova história*.
- Durkheim, Émile (1995). *Da divisão do trabalho social*. São Paulo, Martins Fontes.
- Engels, F. (1989). *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo, Global.
- Epstein, S. (1995) The construction of lay expertise: AIDS activism and the forging of credibility in the reform of clinical trials. *Science, Technology & Human Values*, v. 20, n. 4, p. 408-437.
- Espinheira, Gey (2004).. Os tempos e os espaços das drogas. In: Almeida, Alba; Ferreira, Olga; Macrae, Edward; Nery Filho, Antonio (orgs). *Drogas: tempos, lugares e olhares sobre seu consumo*. Salvador: EDUFBA/CETAD.
- Feltran, G. de Santis, (2011). *Fronteiras de tensão: política e violência nas periferias de São Paulo*. UNESP/CEM-Centro de Estudos da Metrópole.
- Fernandes, J. L. (1995). *O sítio das drogas: etnografia urbana dos territórios psicotrópicos*.
- Fernandes, J. L. (1997). *Actores e territórios psicotrópicos: etnografia das drogas numa periferia urbana*.
- Fernandes, Luis (2000).. Los territorios urbanos de las drogas. Um concepto operativo. In; *drogodependencias*. Barcelona. Ajuntament de Barcelona.
- Fernandes, L., & Ribeiro, C. (2002). Redução de riscos, estilos de vida junkie e controlo social. *Sociologia, problemas e práticas*, (39), 57-6
- Fernandes, J. L., & Pinto, M. (2002). *Do que se tem ao que não há: práticas de investigação e comunidade científica das drogas em Portugal*.
- Fernandes, L. (2002). *Um diário de campo nos territórios psicotrópicos: as facetas da escrita etnográfica*. Experiência etnográfica em ciências sociais.
- Fernandes, J. L. (2009). *O que a droga faz à norma*
- Fernandes, L., & Ramos, A. (2010). Exclusão social e violências quotidianas em bairros degradados: etnografia das drogas numa periferia urbana. *Toxicodependências*, 16(2), 15-27.
- Ferreira, C. C. (2006). *A Expo'98 e os imaginários do Portugal contemporâneo: cultura, celebração e políticas de representação* (Doctoral dissertation).
- Ferreira, M. A. D. (2016). *O socorro às vítimas do terramoto de Lisboa: 1755*.

Ferreira, V. M. (1970). Industrialização capitalista e desenvolvimento urbano. *Análise Social*, 8(30/31), 527-537.

Fonseca, F. (1987). *Por uma Nova Política de Habitação*. Lisbon: Edições Afrontamento, 228, 38-61.

Fortuna, C. (2002). Culturas urbanas e espaços públicos: sobre as cidades e a emergência de um novo paradigma sociológico. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (63), 123-148.

Fortuna, C. (2012). (Micro) territorialidades: metáfora dissidente do social. *Terra Plural*, 6(2), 199-214.

Fortuna, C. e Peixoto, P. (2005). Politiques patrimoniales et réhabilitation urbaine au Portugal. *Pôle Sud*, 22, 127–141.

Frochtengarten, F. (2005). A memória oral no mundo contemporâneo. *Estudos avançados*, 19(55), 367-376.

Frúgoli Jr., Heitor. (2005). O urbano em questão na antropologia: interfaces com a sociologia. *Revista de Antropologia*, 48(1), 133-165.

Goffman, Erving (2012). *Estigma – Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC

Guatarri, Félix (1993). *Caosmose: um novo paradigma estético*. 1ª reimpr. Rio de Janeiro: Ed. 34.

Guattari, F., & Rolnik, S. (1996). Cultura: um conceito reacionário. Guattari, Félix; Rolnik, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*, 4, 15-24.

Halbwachs, Maurice (2003). *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro.

Harvey, David (1990). *Los limites del capitalismo y la teoría marxista*. México: Fondo de cultura económica.

Harvey, David.(2005). *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo: Annablume.

Harvey, David (2012). *Condição pós-moderna*. 22ª ed. Tradução de Adail Ubirajara Sobral. São Paulo: Edições Loyola.

INE, I. (2013). *O Parque Habitacional e a sua Reabilitação Análise e Evolução 2001-2011*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, IP.

Jacobs, J. (2011). *Morte e vida de grandes cidades*. Martins Fontes

Larrosa Bondía, J. (2002). Notas sobre a experiência e o saber de experiência. *Revista brasileira de educação*, (19), 20-28.

- Le Goff, J. (2003). *História e memória*.
- Leite, A. C., & Vilhena, J. F. (1991). *Pátios de Lisboa: aldeias entre muros*.
- Machado da Silva, L. A., & Leite, M. P. (2007). *Violência, crime e polícia: o que os favelados dizem quando falam desses temas*. *Soc. estado*, 545-591.
- Magnani, J. G. C. (1996). Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole. *Na metrópole: textos de antropologia urbana*, 2, 12-53.
- Marks, C. (1991). The urban underclass. *Annual Review of Sociology*, 17(1), 445-466.
- Marques, B. R. D. A. P. (2009). *O vale de Alcântara como caso de estudo: evolução da morfologia urbana*. Lisboa: Instituto Superior Técnico Dissertação de Mestrado em Arquitectura., Universidade Técnica de Lisboa.
- Melucci, Alberto (1996). *Challenging codes: collective action in the information age*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Melucci, Alberto (1999). *Acción colectiva, vida cotidiana y democracia*. México: El Colegio de México.
- Menezes, M., Rebelo, M., & Craveiro, J. L. (1992). *Bairro Casal Ventoso: elementos para uma caracterização socio-ecológica*.
- Menezes, M. (1994). Casal Ventoso: da fragmentação visual à segregação socio-espacial. *Revista Mediterrâneo*, (2).
- Menezes, M. (2000). Do espaço ao lugar: do lugar às remodelações sócio-espaciais. *Horizontes Antropológicos*, 6(13), 156-175.
- Moura, D., Guerra, I., Seixas, J., & Freitas, M. J. (2006). A revitalização urbana: contributos para a definição de um conceito operativo. *Cidades, Comunidades e Territórios*, (12-13).
- Mumford, E. P. (2002). *The CIAM discourse on urbanism, 1928-1960*. MIT press.
- Nora, Pierre (1984). *Les lieux de mémoire – I: La République*. Paris: Gallimard.
- Paoli, M. C. (1992). Memória, história e cidadania: o direito ao passado. *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: DPH, 99, 5-8.
- Park, Robert E. (1987). A Cidade: Sugestões para a Investigação do Comportamento Humano no Meio Urbano. In: Velho, O. (org.). *O fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Guanabara.

Peixoto, P. (2012). Desafios à cultura urbana no contexto da economia das experiências e das narrativas interativas. In: VV.AA. Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Aníbal de Almeida. Coimbra: Coimbra Editora, 2012. p.801-817.

Peixoto, Paulo (2017), A linguagem consensual do património In *Geografia, Turismo e Património Cultural: Identidades, usos e ideologias*, editado por Maria Tereza Duarte Paes e Marcelo Antonio Sotratti, ed 1, 137-149. São Paulo: Annablume Editora (co-editado pela Imprensa da Universidade de Coimbra).

Pereira, Margarida, & Ramalhete, Filipa. (2017). Planeamento e conflitos territoriais: uma leitura na ótica da (in)justiça espacial. *Finisterra - Revista Portuguesa de Geografia*, (104), 7-24.

Pereira, N. T. (1994). Pátios e vilas de Lisboa, 1870-1930: a promoção privada do alojamento operário. *Análise social*, 509-524.

PIC (Programa de Iniciativa Comunitária) URBAN II (2003), Lisboa, fazer com as pessoas, Lisboa – *Relatório de Execução-2002*, URBAN II e União Europeia FEDER

Poiares, C. (1999). Contribuição para uma análise histórica da droga. *Revista toxicodependências*, 5(1), 3-12.

Pollak, M. (1992). Memória e identidade social. *Revista Estudos Históricos*, 5(10), 200-215.

Projecto Alcantara (2001), Contributos para a minimização dos factores de exclusão social, Bairro do Cabrinha/Casal Ventoso 1999/2001

Pureza, José Manuel (2012). Troika. In Dicionário das Crises e das Alternativas (p.208). Coimbra: Almedina/CES

Queirós, Anabela, et al (2009), *Relatório Vale de Alcântara... Que Presente? Que Futuro?* Lisboa, Comissão de Acompanhamento do PC URBAN II /EMA

Reis, J. (1987). A industrialização num país de desenvolvimento lento e tardio: Portugal, 1870-1913. *Análise Social*, 207-227.

Ricoeur, P. (2007). *A memória, a história, o esquecimento*. Unicamp.

Rosa, M. J. V. (2000). Notas sobre a população—Lisboa: Área Metropolitana e cidade. *Análise Social*, 1045-1055.

Santos, Milton (1997). *Metamorfoses do espaço habitado*. 5ª ed. São Paulo: Editora Hucitec

Seabra, Odete et alli (entrevistadores) (2000). *Território e sociedade: entrevista com Milton Santos*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

Serpa, Angelo (2017). "Lugar e Centralidade em um contexto metropolitano". In: Carlos, Ana Fani A.; Souza, Marcelo L.; Sposito Maria Encarnação B (orgs). *A produção do Espaço Urbano - Agentes e Processos, Escalas e Desafios*. São Paulo: Contexto, 19-40.

Silva Pereira, R. (1966). Habitação e Urbanismo em Portugal—alguns aspetos actuais. *Análise Social*, 198-255.

Silva, Á. F. (1997). A evolução da rede urbana portuguesa (1801-1940). *Análise social*, 779-814.

Simmel, G. (1979). A metrópole e a vida mental. *O fenômeno urbano*, 4, 11-25.

Soares, L. M. A. (2010). *Descendo a encosta do Casal Ventoso para a Quinta do Loureiro: impactes sentidos pelos residentes ao nível da sua inserção profissional e redes sociais, após o realojamento* (Doctoral dissertation).

Souza, Marcelo Lopes de (2007). Da "diferenciação de áreas" à "diferenciação sócio-espacial": a "visão (apenas) de sobrevôo" como uma tradição epistemológica e metodológica limitante. *Cidades*, Presidente Prudente, v.4, n.6, p. 101 - 114.

Souza, M. L. D. (2011). A cidade, a palavra e o poder: práticas, imaginários e discursos heterônomos e autônomos na produção do espaço urbano. *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 147-166.

Teixeira, M. C. (1993). A história urbana em Portugal. Desenvolvimentos recentes. *Análise social*, 371-390.

UNESCO (1972) *Intergovernmental Conference on Cultural Policies in Europe*, Helsinki, 19-28 June 1972: final report.

UNESCO (1982) *World Conference on Cultural Policies (MONDIACULT)*: final report.

URBAN, União Europeia (2003) *Parceria com as Cidades A iniciativa comunitária URBAN*.

Vaz, L. F. (2007). Ações culturais em favelas cariocas-notas preliminares. Cadernos PPGAU/FAUFBA.

Velho, G. (2000). Individualismo, anonimato e violência na metrópole. *Horizontes antropológicos*, 6(13), 15-29

Weber, M. (1973). Conceito e categorias de cidade. In: Velho, O. (org.). *O fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro:Guanabara.

Weil, S. (1943) O enraizamento. In: *A condição operária e outros estudos sobre a opressão*. Antologia organizada por Ecléa Bosí. 2.ed.ver. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996, pp. 411-412.

Wirth, L. (1979). O urbanismo como modo de vida. In: Velho, O. (org.). *O fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro:Guanabara.

Wolff, M. P. (2009). Participação social e sistema penitenciário: uma parceria viável. Disponível [http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJ57DC54E2_PTBRIE.13\(05\),2010](http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJ57DC54E2_PTBRIE.13(05),2010).

Referências Mídia Impressa

Bairro bem equipado agrada a Alcântara (1999, janeiro 31). *Público*, p.5.

Carvalho, Catarina (2000, maio 13). Um sociólogo no Casal Ventoso. *Expresso*, p.12.

Coelho, Marta (1999, janeiro 21). Voltar costas ao passado. *Público*.

Em contagem decrescente (2001, abril 19). *Capital*, p.3.

Esteves, Luísa (2001, abril 17). Há novos moradores na Avenida de Ceuta. *Jornal de Notícias*, p.2

Figueiredo, Leonor; Botinas, Luísa (1999, janeiro 19). Centro Social apoia velhos e crianças há 20 anos. *Diário de Notícias*, p.2.

Figueiredo, Leonor (1999, janeiro 19). Começar pela demolição psicológica. *Diário de Notícias*, p.2.

Figueiredo, Leonor (2000, dezembro 06). Querem acabar connosco...*Diário de Notícias*, p.12.

Filhos de um Casal Ventoso (1998, março 28). *Diário de Notícias*, 4-11.

Fonseca, Ana (1999, janeiro 21). Uma zona verde nasce no Vale do Alcântara. *Jornal de Notícias*, p.6.

G., Margarida (1999, janeiro 06). Porque não podemos esquecer o Casal Ventoso. *24 Horas, Cartas*.

Henriques, João Pedro (2006, maio 02). Terapia da saudade para os idosos do antigo Casal Ventoso. *Público*.

Howell, Luís Sampaio (2019, fevereiro 22). Casal Ventoso - Realojamento no Cabrinha foi há 20 anos. *O Comércio de Alcântara*, p.9.

Intervenção comunitária no Casal Ventoso (1999, agosto 31). *Jornal de Notícias*.

Lam, Daniel. Casal ventoso “tinha espaço para umas couves e coelhos”. *Diário de Notícias*, p.34

Lourenço, Paulo (2019, maio 19). Casal Ventoso: as saudades que as máquinas não demoliram. *Jornal de Notícias*, 20-24.

Maria Luisa não consegue arrastar-se dali para fora (2001, maio 26). *Expresso*, 60-66.

Referências Mídia Digital

Alemão, Samuel (2019, Março 29). A arte urbana está a ser utilizada para resgatar o antigo Casal Ventoso à narrativa da exclusão e marginalidade. *O Corvo*. Consultado em agosto 22, 2020, em <https://ocorvo.pt/a-arte-urbana-esta-a-ser-utilizada-para-resgatar-o-casal-ventoso-a-narrativa-de-exclusao-e-marginalidade/>

Alemão, Samuel (2018, julho 23). Há idosos sem sair de casa em bairros municipais devido a elevadores avariados. Consultado em maio 12, 2020, em <https://ocorvo.pt/ha-idosos-sem-sair-de-casa-em-bairros-municipais-de-lisboa-devido-a-elevadores-avariados/>

Almeida, Nuno Ramos (2017, fevereiro 01). Uma viagem ao fundo da noite do tempo das drogas. *Wort*. Consultado em agosto 01, 2020, em <https://www.wort.lu/pt/portugal/reportagem-uma-viagem-ao-fundo-da-noite-do-tempo-das-drogas-5891ded0a5e74263e13a9ea7>

Campos, Teresa (2019, janeiro 29). Os novos casais ventosos. *Visão*. Consultado em agosto 16, 2020, em <https://visao.sapo.pt/atualidade/sociedade/2017-01-29-os-novos-casais-ventosos/#&gid=0&pid=1>

Câncio, Fernanda (2017, janeiro 28). Droga nas ruas de Lisboa “isto é uma coisa um bocado estúpida”. *Diário de Notícias* . Consultado em agosto 01, 2020, em <https://www.dn.pt/sociedade/droga-nas-ruas-de-lisboa-isto-e-uma-coisa-um-bocado-estupida-5633316.html>

Câncio, Fernanda (2018, fevereiro 17). A droga boa que combate a droga má faz anos em Portugal. *Diário de Notícias*. Consultado em agosto, 16, 2020, em <https://www.dn.pt/portugal/a-droga-boa-que-combate--a-droga-ma-faz-anos-em-portugal-9124128.html>

CP com Lusa (2018, abril 19). Salas de chuto em Lisboa - As respostas às suas dúvidas. *TVI*. Consultado em junho 07, 2020, em <https://tvi24.iol.pt/sociedade/toxicodependentes/salas-de-chuto-em-lisboa-as-respostas-as-suas-duvidas>

Cristino, Sofia (2018, outubro 04). Vinte anos depois da demolição do Casal Ventoso, moradores realojados não têm vontade de celebrar. *O Corvo*. Consultado em agosto 17, 2020, em <https://ocorvo.pt/vinte-anos-depois-da-demolicao-do-casal-ventoso-moradores-realojados-nao-tem-vontade-de-celebrar/>

Cristino, Sofia (2019, fevereiro 04). Há sinais contraditórios sobre o suposto regresso do tráfico de droga e da insegurança ao Casal Ventoso. *O Corvo*. Consultado em agosto 07, 2020, em <https://ocorvo.pt/ha-sinais-contraditorios-sobre-o-suposto-regresso-do-trafico-de-droga-e-da-inseguranca-ao-antigo-casal-ventoso/>

Ferreira, Ana Dias (2016, outubro 23). Anos 80 A década em que tudo era possível. *Observador*. Consultado em janeiro 02, 2020, em <https://observador.pt/especiais/anos-80-a-decada-em-que-tudo-era-possivel/>

França, Ana (2017, maio 21). Vi uma senhora de 80 anos a vender heroína que me disse assim: 'Oh meu querido estás tão magrinho, toma uma sopa'. *Observador*. Consultado em setembro 03, 2020, em <https://observador.pt/especiais/vi-uma-senhora-de-80-anos-a-vender-heroína-que-me-disse-assim-oh-meu-querido-estas-tao-magrinho-toma-uma-sopa/>

Garcia, Rita (2016, junho 05). Lena Dagua: “nunca me armei em sex symbol, só que era muito gira”. *Observador*. Consultado em agosto 02, 2020, em <https://observador.pt/especiais/lena-dagua-nunca-me-armei-em-sex-symbol-so-que-era-muito-gira/>

Há um mural de Amália a ser preparado na Quinta do Cabrinha (2019, agosto 19). *SIC*. Consultado em setembro 17, 2019, em <https://sicnoticias.pt/cultura/2019-08-19-Ha-um-mural-de-Amalia-a-ser-preparado-na-Quinta-do-Cabrinha-em-Lisboa>

Henriques, Filipa Marques (2019, fevereiro 22). Casal Ventoso Vinte anos depois do realojamento, o que mudou? *RTP*. Consultado em agosto 02, 2020, em https://www.rtp.pt/noticias/pais/casal-ventoso-vinte-anos-depois-do-realojamento-o-que-mudou_n1130452

Maia, Ana (2018, junho 03). Não é só dar um copo com metadona, é chamar Manuel, João, Maria. *Público*. Consultado em outubro 19, 2020, em <https://www.publico.pt/2018/06/03/sociedade/noticia/nao-e-so-dar-um-copo-com-metadona-e-chamar-manuel-joao-maria-1832980>

Lusa (2014, fevereiro 09). Reconversão do Casal Ventoso ficou concluída há 15 anos. *Notícias ao Minuto*. Consultado em agosto 10, 2020, em <https://www.noticiasao minuto.com/pais/171599/reconversao-do-casal-ventoso-ficou-concluida-ha-15-anos>

Lusa (2014, fevereiro 18). Encerramento de esquadra na Quinta do Cabrinha pode transformar bairro em novo Casal Ventoso. *Público*. Consultado em agosto

13, 2020, em <https://www.publico.pt/2014/02/18/local/noticia/encerramento-de-esquadra-na-quinta-do-cabrinha-pode-transformar-bairro-em-novo-casal-ventoso-1624175>

Pereirinha, Tânia (2017, agosto 12). Das festas de sexo hoje, à francesa Charlotte nos primeiros clubs. Histórias de 100 anos da cocaína em Portugal. Consultado em setembro 01, 2020, em <https://observador.pt/especiais/das-festas-de-sexo-hoje-a-francesa-charlotte-nos-primeiros-clubs-historias-de-100-anos-da-cocaina-em-portugal/>

Reis, Catarina (2019, fevereiro 05). Não basta deitar um bairro abaixo para a droga desaparecer. *Diário de Notícias*. Consultado em agosto 8, 2020, em <https://www.dn.pt/pais/casal-ventoso-nao-basta-deitar-um-bairro-abaixo-para-a-droga-desaparecer-10518919.html>

Reis, Catarina (2019, fevereiro 02). Eles ainda amam o bairro que Lisboa apagou do mapa. *Diário de Notícias*. Consultado em agosto 8, 2020, em <https://www.dn.pt/edicao-do-dia/02-fev-2019/eles-ainda-amam-o-bairro-que-lisboa-apagou-do-mapa-10517977.html>

Reis, Catarina (2018, agosto 23). Há anos que idosos não saem de casa devido a elevadores avariados. *Diário de Notícias*. Consultado em maio 12, 2020, em <https://www.dn.pt/edicao-do-dia/23-ago-2018/lisboa-ha-anos-que-idosos-nao-saem-de-casa-devido-a-elevadores-avariados-9748303.html>

RTP (2019, março 17). Casal Ventoso 20 anos depois, problemas com drogas continuam. *RTP*. Consultado em agosto 9, 2020, em https://www.rtp.pt/noticias/pais/casal-ventoso-vinte-anos-depois-problemas-com-drogas-continuam_v1135461

Silva, Raquel Dias (2019, setembro 29). Há uma festa de arte urbana no Casal Ventoso com exposições e uma tarde de fado. *TimeOut*. Consultado em agosto 25, 2020, em <https://www.timeout.pt/lisboa/pt/noticias/ha-uma-festa-de-arte-urbana-no-casal-ventoso-com-exposicoes-e-uma-tarde-de-fado-092919>

Tulha, Ana (2020, janeiro 01) Há vida no fim da rua. *Notícias Magazine*. Consultado em agosto 30, 2020, em <https://www.noticiasmagazine.pt/2020/ha-vida-no-fim-da-rua/historias/244541/>

Documentos Audiovisual

Núcleo Interpretativo do Casal Ventoso (2019). *O presidente do Casalense Futebol Clube António Augusto Fernandes Matos (Necas), fala da história e da importância do seu clube no Bairro* [entrevista]. Lisboa: Projecto Alcantara.

Núcleo Interpretativo do Casal Ventoso (2019). *Gabriela Miranda e Manuel Coutinho (Varandas) cantam Marchas do Casal Ventoso e um dos Fados que se ouvia no Casal Ventoso* [entrevista]. Lisboa: Projecto Alcantara.

Núcleo Interpretativo do Casal Ventoso (2019). *Victor Relvas e Paulo Mourão no Casal Ventoso* [entrevista]. Lisboa: Projecto Alkantara.

Núcleo Interpretativo do Casal Ventoso (2019). *Gabriela Miranda: História do Casalense FC; Casalense todos anos vestia 30 crianças do bairro; Teatro e Revista; Alguma documentação exposta nas paredes da sede* [entrevista]. Lisboa: Projecto Alkantara.

Núcleo Interpretativo do Casal Ventoso (2019). *Gabriela Miranda: Uma vida ligada ao Casalense FC; A oferta cultural; Teatro; Festas; Política; Envolvimento da comunidade; Visitas* [entrevista]. Lisboa: Projecto Alkantara.

Núcleo Interpretativo do Casal Ventoso (2019). *Gabriela Miranda: Movimento Associativo; Claques de Futebol; Marginalização e Estigmas* [entrevista]. Lisboa: Projecto Alkantara.

Núcleo Interpretativo do Casal Ventoso (2019). *Gabriela Miranda fala das suas memórias do Casal Ventoso* [entrevista]. Lisboa: Projecto Alkantara.

Núcleo Interpretativo do Casal Ventoso (2019). *Gabriela Miranda: Namoros e Casamentos no Casal Ventoso; Santos Populares e Carnaval; Filmagens de Rita Ferro Rodrigues, Cristina Caras Lindas; Canta "Marcha do Casal Ventoso"* [entrevista]. Lisboa: Projecto Alkantara.

Núcleo Interpretativo do Casal Ventoso (2019). *Conversas com Victor Relvas: Fala das suas memórias do Casal Ventoso; Movimento Associativo; Comunidade* [entrevista]. Lisboa: Projecto Alkantara.

Núcleo Interpretativo do Casal Ventoso (2019). *Entrevista a Edmundo Glória Gomes : Movimento Associativo; Clube Desportivo Santo António de Lisboa; União Desportivo Clube; Comunidade* [entrevista]. Lisboa: Projecto Alkantara.

Núcleo Interpretativo do Casal Ventoso (2019). *Entrevista a Henrique Duarte: A política no Casal Ventoso, a PIDE e o regime Salazarista; Os clubes no Casal Ventoso* [entrevista]. Lisboa: Projecto Alkantara.

Núcleo Interpretativo do Casal Ventoso (2019). *Entrevista a Henrique Duarte: O Casal Ventoso de Cima, o de Baixo e a dinâmica existente; Casamentos na Comunidade* [entrevista]. Lisboa: Projecto Alkantara.

Núcleo Interpretativo do Casal Ventoso (2019). *Entrevista a Henrique Duarte: Sopa do Sidónio e as dificuldades económicas no Casal Ventoso; O primeiro fato que comprou e as dificuldades de vida; A comunidade Cigana no Casal* [entrevista]. Lisboa: Projecto Alkantara.

Núcleo Interpretativo do Casal Ventoso (2019). *Entrevista a Henrique Duarte: As vivências no Casal Ventoso, sobretudo as dificuldades e pobreza sentidas*[entrevista]. Lisboa: Projecto Alkantara.

Núcleo Interpretativo do Casal Ventoso (2019). *Entrevista a José Santos: Gandaia; A vida e as saudades; A vida profissional na Lisnave; A droga; A família; Águias Futebol Clube; O seu percurso enquanto jogador; O Movimento Associativo*[entrevista]. Lisboa: Projecto Alkantara.

Núcleo Interpretativo do Casal Ventoso (2019). *Entrevista a Maria dos Anjos Baldroega* [entrevista]. Lisboa: Projecto Alkantara.

Xavier, Hugo; Brito Paulo (2019). *Conta-me como foi (Episódio 5)*. Lisboa: SP Televisão.

Anexos

Anexo A - Guião de Entrevista

TESE:

Data: ___/___/___ Hora Inicial: _____ Hora Final: _____

Entrevistado: Associação Crescer - Agentes de Atuação no Casal Ventoso - RRMD

Roteiro:

1. Como surgiu a iniciativa de criar a Crescer?
2. Qual o contexto de seu surgimento?
3. Como era realizado o trabalho no Casal Ventoso antes do realojamento?
4. As pessoas que faziam parte das cenas de consumo de drogas antes do realojamento continuam pelo território ou migraram? Se migraram, para onde?
5. Como é a atuação da organização hoje após o realojamento?
6. Há atuação da Crescer em parceria com outras organizações de RRMD?
7. As pessoas que trabalham na Crescer são do antigo Casal Ventoso, ou dos bairros do realojamento?
8. Como organizam-se as equipes de rua no território?
9. A Crescer possui algum projeto de implantação de salas seguras de consumo?
10. Como é feita a articulação política da Crescer com os órgãos do Estado?

Anexo B - Guião de Entrevista

TESE:

Data: ___/___/___ Hora Inicial: _____ Hora Final: _____

Entrevistado: Projeto Memórias do Casal Ventoso - Projecto Alcantara

Roteiro:

1. Como surgiu a iniciativa de construção do Projeto Memórias do Casal Ventoso?
2. Por que realizar esse projeto em particular, surgiu como demanda dos/as antigos/as moradores/as?
3. Como é executado o trabalho de construção desta memória do bairro?
4. Como é feita a escolha das pessoas que constroem essa memória?
5. O que os/as moradores/as do bairro avaliam do realojamento?
6. Por que foi realizado um realojamento do bairro, ao invés de ser feita uma reabilitação/requalificação do bairro?
7. Ainda persiste o estigma que existia anteriormente com o Casal Ventoso nos bairros do realojamento?
8. Qual a previsão de término do projeto?
9. O que é planejado ao findar a execução do projeto?
10. O projeto atingiu os objetivos expectados no início?
11. Como é obtido o financiamento do projeto?

Anexo C - Guião de Entrevista

TESE:

Data: ___/___/___ Hora Inicial: _____ Hora Final: _____

Entrevistado: Habita!

Roteiro:

1. Qual a história do Habita, sua fundação, contexto de surgimento, razão do surgimento da organização?
2. Como funciona a atuação do Habita em termos de organização de equipas e financiamentos?
3. Quais conquistas já foram feitas sob a tutela do Habita?
4. Qual a forma de atuação do Habita?
5. Como observam a dinâmica do mercado imobiliário hoje em Lisboa?
6. Como o mercado imobiliário afeta a dinâmica habitacional da cidade?
7. Quais são os principais conflitos que o Habita atua na intermediação?
8. Quais as ações previstas do Habita a médio/longo prazo?
9. Há alguma articulação a nível internacional com outras organizações da mesma natureza?
10. Como são feitas as negociações junto ao poder público?

Anexo D – Memórias de pesquisadora, lembranças da investigação

O momento histórico de início no doutoramento em Sociologia - Cidades e Cultura Urbanas na Universidade de Coimbra, em meados do ano de 2017, serve inicialmente para contextualizar o desenvolvimento desta investigação. Portugal vivia um momento de debates profundos acerca da política sobre drogas a partir de audições públicas no parlamento protagonizadas fundamentalmente pelo Bloco de Esquerda, nas quais se pauta a regulamentação da *cannabis* medicinal e o auto cultivo, e ampliação das chamadas “sala de chutos” (salas de consumo seguro de heroína). Neste mesmo momento, os noticiários dos jornais do país explodem notícias sobre a temática como, por exemplo, a do município de Cantanhede, localizado no distrito de Coimbra, que em 2017 já abrigava a maior plantação de *cannabis* do país, encampado pela empresa canadense *Tilray*, e que a meta era até 2020 investir em torno de 20 milhões de euros nesta empreitada farmacêutica. A meta é que sejam plantadas mais de cem mil plantas para exportação para países que queiram fazer uso medicinal da *cannabis*. Em novembro de 2017 realizou-se também na cidade do Porto o I Festival Internacional do Cânhamo no qual as exposições em stands ofertavam todo o tipo de artefactos para consumo e plantio de *cannabis*, além de roupas, óleos, bebidas, dentre outras parafernálias do tipo. Neste momento o protagonismo do Bloco de Esquerda que assumiu fortemente o debate na esfera legislativa acerca da proposta de regulação da *cannabis* medicinal, assim como tantos outros profissionais das áreas de redução de risco e minimização de danos, antropólogos, sociólogos, médicos, alinhavam um discurso certo sobre a necessidade de se avançar na legislação acerca da política sobre drogas em Portugal. Ainda em novembro a paralisação dos trabalhos dos Institutos de Drogas e Toxicodpendência de Portugal devido aos cortes orçamentários destinados à política sobre drogas do país ganhou destaques na mídia portuguesa. Parto deste contexto particular sobre drogas diante do fato de ser um objeto de minha preocupação investigativa na academia que acompanha minhas pesquisas desde 2010, e foi por esta razão que cheguei ao Casal Ventoso.

Quando propus o tema de pesquisa inicialmente a intenção era compreender as dinâmicas urbanas dos territórios de consumo de drogas na cidade de São Paulo com recorte sobre a Cracolândia, em particular a perspectiva da militarização destes territórios. O desenvolvimento dos estudos na Universidade de Coimbra, as entrevistas que realizei junto aos profissionais, durante as disciplinas de doutoramento, que trabalham com a temática das drogas, principalmente do Instituto de Drogas e Toxicodependência, Check!n e Kosmicare, fez com que a proposta inicial tomasse outro desenho.

Essa guinada consistiu em ampliar meu leque de análise e, portanto, do universo a ser estudado, e que seria incorporado uma perspectiva comparativa a nível internacional entre os países Brasil e Portugal para compreensão das cenas de consumo de drogas e territórios psicotrópicos em perspectiva, na busca de perceber sua constituição, seus processos urbanísticos, e como a dimensão das drogas é instrumentalizada para impulsionar determinados projetos de cidade. Levando em consideração as distinções legais, os padrões de consumo, as particularidades territoriais, a constituição histórica particular de cada país, me fez decidir não propor uma perspectiva comparativa, mas compreender cada realidade específica para seguir em direção a um entendimento minimamente mais global da gestão destes espaços no meio urbano.

Portugal tem uma fundamentação curiosa acerca do tratamento na política sobre drogas: desde que em 2001 encampou a descriminalização como racionalidade legal, um documento de orientação para o tratamento de consumo de substâncias psicoativas tornadas ilícitas conhecido como Estratégia Nacional de Luta contra a Droga (ENLD), documento fundamental usado como norteador para atuação governamental. Embasado pela perspectiva humanista, o documento leva em consideração a complexidade dos dramas humanos que se traduzem no consumo de drogas e seu uso abusivo, e aponta a necessidade de se atuar de forma pragmática para se qualificar os resultados no sentido de reduzir o dano não só para quem usa, mas para a saúde pública e a segurança da comunidade em geral. Portugal reduziu não só a proliferação do vírus do HIV, como também diminuiu os casos de overdose, mas também do contingente carcerário, além da promoção de uma conscientização geral na sociedade no

qual o consumo de drogas e seu risco de abuso é algo a ser administrado pelo controle legal de saúde pública, com ampliação e garantia da assistência social.

Um dos reflexos de ações conjuntas que não apenas de natureza legal, mas também de intervenções no meio urbano com políticas de demolição do bairro, de realojamento, de grupos técnicos de atenção à saúde atuando nos territórios, política de substituição de metadona de baixo limiar, etc. foi o desmantelamento da população flutuante que orbitava em torno do Casal Ventoso movida pelas dinâmicas de consumo-compra-venda de substâncias tornadas ilícitas e seu espraiamento pela cidade de Lisboa ao fim dos anos 1990 e começo dos anos 2000.

Refletindo ainda sobre os territórios do consumo de drogas, meu universo de estudo privilegiado em pesquisas anteriores, pode ser observado também no bairro do Aleixo, na cidade do Porto, onde a demolição das torres do que anteriormente foi um bairro destinado para habitação social está em vigor. Duas das cinco torres já foram demolidas, o discurso vigente é que este não tão novo “hipermercado das drogas” precisa ser encerrado, e a promessa é que esse findar depende deste processo de revitalização que se encontra momentaneamente paralisado. O bairro do Aleixo está localizado atualmente em um sítio de grande interesse especulativo do mercado imobiliário na cidade do Porto, em uma região próxima ao Rio Douro, e que o entorno tem se constituído através de empreendimentos residenciais de altíssimo custo e favorável aos investimentos de capitais.

O contexto que parti de análise foi o cenário no Brasil, especificamente na cidade de São Paulo (onde residi entre 2015 a 2017), na região do bairro da Luz, Campo Elísios e República, onde abriga uma cena de consumo de drogas que tem sido alvo de repressão e de requalificação urbana permanente, uma vez que estes bairros, que configuram o centro da cidade, contam com uma infraestrutura extremamente privilegiada de acesso a bens, serviços e transporte. Esta mancha urbana tem apresentado um obstáculo permanente aos negócios do capital especulativo imobiliário, uma vez que a tentativa de nobilitação do território tem sido frustrada devido à permanência desta população não só poli-usuárias de substâncias tornadas ilícitas, bem como

também da população de baixa renda que caracteriza uma certa periferização do centro urbano de São Paulo.

A questão aqui que move e torna esses territórios entrelaçados em um ponto comum, para além de serem identificados no tecido urbano como uma mancha de práticas ilícitas, são que sua égide histórica são constituídos como cenários urbanos que conciliam situações de pobreza e desigualdade social, articuladas com práticas de consumo de drogas e outras ilicitudes, e são tomadas como primordial para as estratégias de requalificação urbana para atender a uma demanda específica de ordenamento do território que é gerido por uma concepção global de cidades que precisa ser acatada. Esta noção, não menos importante, é compreendida a partir da análise de relações que se estabelece a partir da lógica da reprodução do capital e a necessidade material da existência de um espaço físico que garanta sua permanente reconfiguração espacial.

Antes de expor o processo de construção desta investigação é imperativo detalhar o contexto no qual essa tese de doutoramento é redigida. O ano de 2020 foi marcado por uma pandemia global do vírus SARS- CoV – 19. Pandemia que colocou a todos nós em isolamento social, em distanciamento social, seguindo protocolos de biossegurança (Benavente *et al.*, 2020). No Brasil, até o fim desta tese, 22.157.726 pessoas tinham sido infetadas e 616.018 pessoas já tinham sido levadas a óbito pelo vírus; em Portugal foram 1.227.854 infetados/as e 18.796 óbitos. No contexto de pesquisadores/as em seus programas de pós-graduação em mestrados e doutorados, pesquisas de campo foram inviabilizadas, bibliotecas indisponibilizadas, e a internet tornou-se, mais do que nunca, o instrumento por excelência de pesquisa. Sabendo das limitações de acesso a materiais bibliográficos para aprofundamento das pesquisas e referenciais teóricos, as plataformas públicas e gratuitas de acesso à produção científica acalentaram os anseios investigativos no decorrer de toda a pesquisa, levando-se ainda em consideração a ausência de financiamento para aquisição de materiais que pudessem suprir essa lacuna. A exaustão resultada da participação de inúmeros debates virtuais nos levaram a uma solidão já tão conhecida por estudantes de doutorado, potencializada a níveis indescritíveis de exílio. A aproximação social, presencial, física, emocional, desejada por

tantos/as nesse momento fora completamente tolhida. De forma bastante resumida pela própria impossibilidade linguística de expressar o que foi o processo de elaboração desta pesquisa neste contexto, é daqui que se parte para compreender o pontapé inicial desta investigação.

Dito isto, a tese proposta tem seu início, como já esclarecido, não quando me insiro no campo de pesquisa propriamente dito, em um bairro específico da cidade de Lisboa. Ela começa precisamente a partir do instante em que desembarquei no Aeroporto Humberto Delgado, dia 14 de setembro de 2017, às 16h. Primeira vez que me mudava do meu país, o Brasil, para tirar o doutoramento em Sociologia Cidades e Culturas Urbanas da Universidade de Coimbra. Para além do fato de ter de aprender a andar nas teias das entranhas urbanas, decifrar o que viria a ser o povo português, tal como Darcy Ribeiro fez ao povo brasileiro, compreender sua história, seu comportamento, suas expressões culturais tão enraizadas no universo do catolicismo, das navegações e suas expressões coloniais que regiam e ordenava a língua portuguesa falada por brasileiros, precisava definir o objeto da minha pesquisa. Foram, portanto, dois trabalhos de campo que se entrecruzaram por 1 ano e 9 meses de residência em Portugal, na cidade de Coimbra.

O trabalho de campo adaptativo a uma nova condição objetiva permitiu o que dentro da sociologia nos impõe como condição para tratar o objeto: o estranhamento. Não um estranhamento artificial, produzido quando se está inserido dentro de uma determinada realidade e que distanciar-se do objeto é uma árdua tarefa, mas no sentido de levantar questionamentos e explicações que desnaturaliza o mundo das coisas; o estranhamento como instrumento da vontade do saber, da problematização como ponto de partida, de experienciar um movimento que seja capaz de orientar as interpretações que vão além do que vê, enfim, de possibilitar a sistematização de uma análise dessa realidade específica.

Superado esse primeiro momento de estranhamento inicial, inclusive dentro da própria Universidade de Coimbra com uma experiência de internacionalização acadêmica, havia uma necessidade que nos era demandada por pesquisas que retratassem a realidade português, as dinâmicas particulares desse país que situa-se na periferia da Europa, que questões particulares que

nada tinham, ou tinham muito pouco, relação com o que alguns pesquisadores do doutoramento em Sociologia Cidades e Culturas Urbanas tinham pesquisado anteriormente em seus mestrados. Decerto, os/as investigadores/as estrangeiros/as desse corpo discente em específico transformaram seus objetos de pesquisa que, em sua maioria de brasileiros/as, transferiram os campos de atuação para estudos sobre Portugal. Minha trajetória acadêmica, marcada fortemente pelos estudos sobre política de drogas e territórios de consumo drogas no contexto brasileiro, foi reorientada para compreender essas dinâmicas a partir da realidade lusitana. Apesar de ter trabalhado nas pesquisas anteriores sob a referência teórica de Luís Fernandes, professor da Universidade do Porto, acerca da urbanização das drogas e suas espacialidades, e compreendendo que seus estudos tinham uma localidade particular, seus escritos serviram igualmente de lentes para compreender a natureza destes espaços. Nesta investigação a dimensão de territórios psicotrópicos torna-se uma categoria nativa para compreender esses espaços eleitos como universo de pesquisa.

Diante desta demanda, percorri algumas outras vertentes de abordagem a partir de indicações e de inserções em redes de atenção às drogas em Portugal. De início, sugerido pelo professor de urbanismo prof. Adelino Gonçalves o contato com Emílio Abrantes, coordenador do Instituto de Drogas e Toxicodependência da região de Aveiro, com quem pude compreender melhor o desenvolvimento das políticas de drogas portuguesa, assim como as mediações legais, atuações em minimização de danos e redução de riscos realizados por esta instituições. Daí em diante, a partir de contatos em redes virtuais, contactei grupos ligados ao *Check!n*, Kosmicare, Agência Piaget para o Desenvolvimento (APDES), participei de eventos ligados a estas entidades, e me aproximei dos trabalhos de *drug cheking*, projetos no contexto da União Europeia de prospeção de políticas públicas, debates legislativos acerca das mudanças na lei de drogas do país, as mudanças de paradigmas de cuidado a partir da perspectiva em gestão dos prazeres, dentre outras demandas assinaladas por essas instituições. Foi um dos lados da moeda que me possibilitou o conhecimento de uma área de estudo que desde 2010 venho a aprofundar.

Com a reorientação do meu universo de estudo, ponderei duas possibilidades: a) pesquisar atuações do setor público em territórios de consumo de drogas que estavam inconclusos para compreender as relações entre mercado imobiliário e as transformações nos bairros estigmatizados, optando pela análise no bairro do Aleixo, na cidade do Porto; b) pesquisar processos concluídos de intervenção urbanística em territórios de consumo de drogas e os desenvolvimentos *a posteriori* destes espaços em relação às dinâmicas ilegais, como foi o caso do antigo bairro do Casal Ventoso, em Lisboa.

Diante da ausência de conhecimento acerca de processos que foram concluídos acerca de intervenções urbanísticas em zonas estigmatizadas pelo consumo de drogas tornadas ilícitas, optei pelo estudo no antigo bairro do Casal Ventoso, na cidade de Lisboa, e que abriu várias possibilidades de análise que, inspirada pela interdisciplinaridade do doutoramento em questão, abarcava uma miríade de possibilidades de estudos que contemplassem as noções sobre urbanismo, narrativas, memória, cidade, enfim, questões fundamentais que serão abordadas ao longo desta tese.

Um grande obstáculo que teve de ser mais bem costurado para elaboração da delimitação do meu universo de estudo foi sem dúvidas a ausência de financiamento que impossibilitou a residência na cidade de Lisboa pelo alto custo que se apresentou; tampouco morar no antigo bairro do Casal Ventoso, hoje Ceuta Sul, Quinta da Cabrinha e Quinta do Loureiro, não era uma opção como possibilidade de estudos em profundidade.

Pesquisar o antigo Casal Ventoso, e posteriormente farei o esclarecimento do porquê uso essa expressão e não os nomes atuais dos bairros realojados, foi o projeto desenvolvido sob denominação de “Memórias do Casal Ventoso”, coordenado pelo então professor da Universidade Nova de Lisboa e um dos pioneiros no estudo sobre o Casal Ventoso, Miguel Chaves. Foi meu intento, a partir de então, compreender qual a proposta do projeto e, a partir disso, desenvolver questionamentos acerca da construção de narrativas urbanas de populações desfavorecidas no marco do capitalismo contemporâneo.

Para situar em um contexto mais global o projeto, com intento de compreender melhor as dinâmicas que se entrelaçaram no meu universo de

estudo, ressaltam-se as questões de habitação, processos de requalificação ou revitalização urbana, as dinâmicas históricas que definem e redefinem os centros urbanos das cidades, a posição geopolítica que orienta as políticas urbanas, em especial a cidade de Lisboa após a Expo'98.

Com o intuito de captar essa visão macro da conjuntura política realizei entrevista junto à organização Habita!, associação pelo direito à habitação e à cidade. Um fato curioso é que durante a entrevista com uma assistente social, estava ao lado uma arquiteta bastante conhecedora do contexto lisboeta de habitação e mercado imobiliário, e disse-me que lembrava do processo de realojamento do Casal Ventoso e que a região que nós nos encontrávamos naquele momento, a região do Intendente, tinha sido para onde os usuários e usuárias de drogas do Casal Ventoso tinham migrado após o processo de realojamento do bairro, uma zona que hoje disputa espaço entre o enobrecimento do território urbano e os usuários de crack. Uma região cheia de intervenção de empreiteiras com finalidades de requalificação do espaço urbano, é notório a tentativa de tornar aquele lugar destinado à turistas e as possibilidades de torná-lo um espaço enobrecido.

Ao começar a realizar as entrevistas junto às pessoas do Projeto Alcantara que formularam e executaram o projeto “Memórias do Casal Ventoso”, assim como analisar os documentos audiovisuais disponibilizado pelo Núcleo Interpretativo do Casal Ventoso, um dos resultados do projeto memorial, percebi que havia uma população que estava sendo propositalmente deixada de fora dessa narrativa: as pessoas que foram responsáveis por tornar o Casal Ventoso nacionalmente conhecido como o “hipermercado das drogas”. Usuários e usuárias de drogas não foram chamados para narrarem seus passados naquele bairro, assim como os que foram entrevistados não lhes eram questionados sobre essa dimensão posta na realidade deles que, até então, era visto com um problema social a ser sanado pelo poder público.

A ausência dessa narrativa implicou em mudanças estratégicas e metodológicas na abordagem que eu estava pretendendo até então. No lugar de tentar elaborar uma imagem do bairro para compreender as dinâmicas atuais dos processos de pós-realojamento e das vivências postas naquela comunidade, optei por realizar uma análise documental e inserir uma fala historicamente

silenciada, as falas dos *outsiders*, a fala dos socialmente estigmatizados. Nesse momento troquei meu espaço de campo para o Gabinete de Estudos Olisiponenses para fazer um levantamento jornalístico de todas as matérias, reportagens, ou qualquer escrito publicado na mídia portuguesa em relação ao Casal Ventoso. Ao começar o mecanismo de busca do “Casal Ventoso”, apareceram 239 itens relacionados, em sua maioria matérias jornalísticas nas quais fotocopiei em grande parte após uma seleção criteriosa de relevância para a investigação. Movida a uma sociologia engajada, busquei particularmente construir uma trajetória memorial através de abordagens jornalísticas, retratando períodos e memórias que não conseguem ser apreendidas no tempo presente pelas inviabilidades de resgate de lembranças, sejam por razões de esquecimento, seja pelo fato de que boa parte das pessoas que foram entrevistadas entre os anos de 1990 a 2000 são difíceis de serem contatadas, ou morreram.

Durante o início dos anos de 2019 os noticiários publicavam matérias constantemente devido às comemorações dos 20 anos do realojamento do Casal Ventoso, o que possibilitou uma espécie de *revival* para mim do processo anterior e posterior ao realojamento. Um fato é que pouco se fala sobre Quinta da Cabrinha, Quinta do Loureiro ou Ceuta Sul, fala-se do realojamento do Casal Ventoso - opção que inclusive faço aqui em termos etimológico - e a razão que advogo é que a comunidade que anda a fazer a reconstrução da memória só restabelece os laços de compartilhamento quando se trata do Casal Ventoso, e não da Quinta da Cabrinha ou da Quinta do Loureiro. É como se, ao rememorar, revivessem no tempo presente a vida do Casal Ventoso, e estar nos bairros do realojamento é um mero acaso da vida privada em que foram obrigados a estar.

Algumas questões permearam a minha imaginação sociológica - e que não necessariamente serão aqui respondidas - no decorrer deste trabalho que implicaram compreender outras dimensões da memória, tal como um fator de reabilitação social, e que não se aproxima dos outros resgates de memórias como os dos casos de campos de concentração, ditaduras militares, ou casos de pessoas que sobreviveram em contextos de guerras que é quando a memória tem sido mais recorrentemente pesquisada.

A noção de resgate memorial de bairro tratada simboliza a rememoração das práticas sociais que eram estabelecidas no bairro, suas rotinas de trabalho, de casa, como o bairro se organizava, como um instrumento de construção de uma identidade coletiva territorializada. Pensei que estabelecer um diálogo entre a ideia de memória e bairro, e a obra de António Firmino da Costa me auxiliou a refletir sobre o assunto, para pensar o bairro que foi posto abaixo e o bairro que foi realojado a partir das relações sociais.

Logo, entende-se que a construção imagética das cidades, assim como o conjunto de lugares que servem para defini-las enquanto tal, como bairros, freguesias, territórios, são advindos de fatores sociais que se retroalimentam no desenvolvimento material e histórico ao longo dos tempos. Trazido nas alcunhas como “cidade da cultura”, “cidade património mundial”, ou outras designações que atribuem uma determinada característica a um sítio pelos seus processos particulares, contribuem para gerar políticas que valorizem tais condições imputadas a estas. O *marketing* urbano tem sido um elemento fundamental na adequação das cidades ao desenvolvimento do capitalismo global financeirizado que ordena os territórios a fim de garantir a dimensão física da sua reprodução.

Na contramão da construção positiva das imagens das cidades, que assume diversos sentidos abrangendo aspetos de expressões afetivas, de mercado, de estigma, etc., que possuem significados que influenciam e são reforçados por políticas públicas, há presente no meio urbano elementos que se contrapõe a essa dimensão que se trata de territórios identificados no espaço urbano como elemento prejudicial a essa expressão competitiva da nova ordem do capital. Tais sítios podem ser identificados, por exemplo, no caso dos territórios caracterizados pelo consumo público de drogas normalmente associados à delinquência, criminalidade, violência, e a pobreza.

Apesar do Casal Ventoso, mas também o Aleixo, ou a região da Luz, dentre outros espaços, ser recorrente a associação com regiões de bolsões de pobreza e violência, há que se pontuar que há igualmente em outras cidades sítios que foram destinados à exploração turística em que a proliferação de *coffee shops* e *pubs* são algo que vem a ser incentivado como elemento atrativo de lazer e diversão nas cidades, como é o caso de Amsterdão, em Holanda, e os estados do Colorado e Washington, nos Estados Unidos da América. Essa

tipologia territorial advém de fatores múltiplos que permeiam as dimensões legais, de mercado, e de trajetórias particulares na construção social do espaço, conotando perfis diferenciados nas dinâmicas locais. Neste sentido, optar por analisar as diferentes dimensões dos territórios urbanos das drogas é, como aponta Fernandes (1997), compreender que a droga, no limite, é um analisador da urbanidade, enquanto forma de vida tendencialmente predominante e em construção no mundo ocidental.

Como dimensão da política pública urbana que trata da adequação imagética das cidades a esse mercado são realizados processos de intervenção com intuitos de reabilitar, renovar ou requalificar os espaços. Em muitos casos nestes processos de intervenções urbanísticas são realizados despejos, remoções ou deslocamentos populacionais para outras regiões, implicando uma reorganização espacial e relacional destes indivíduos nestes novos territórios. Nestes fluxos são percebidos uma tendência à recuperação memorial dos bairros vividos pelas populações deslocadas a fim de reconstruir historicamente as lembranças daqueles lugares que se interconectam com suas trajetórias individuais e familiares. O caso em particular tratado aqui se refere especificamente ao trabalho que foi desenvolvido junto aos moradores/as do antigo bairro do Casal Ventoso a promover um trabalho de registo contínuo do que foi aquele sítio no momento anterior ao projeto de Requalificação e Reabilitação da Encosta do Casal Ventoso. Em narrativas colocam-se as trajetórias de vida particulares, o cotidiano dos trabalhadores e trabalhadoras, a descrição da paisagem do bairro, e em alguma medida traços comparativos de como a realidade destes “promotores da memória” hoje se encontra em melhores condições habitacionais, longe da população usuária de drogas, apesar do resgate saudosista e nostálgico presente nas narrativas. Tal exercício narrativo é, portanto, posto ao serviço da formulação identitária da comunidade (Ricoeur, 2007, p. 103-104), em que a coleta da memória oral responde também a objetivos socioculturais tais como a preocupação de enraizar os habitantes nos bairros que evoluem muito depressa (Candau, 2005, p. 163). Mas para além destas identidades coletivas, o que é o não dito nestas narrativas? O que é possível perceber para além destas falas imediatas sobre seus cotidianos? Esse foi meu ponto de partida.

